



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

CLAUDIO ANDRÉS BARADIT MUÑOZ

**REPERTÓRIOS INTERPRETATIVOS SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:
Análise do período 2015-2018 através da mídia e da voz das beneficiárias da Zona da
Mata Sul de Pernambuco**

Recife

2020

CLAUDIO ANDRÉS BARADIT MUÑOZ

**REPERTÓRIOS INTERPRETATIVOS SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:
Análise do período 2015-2018 através da mídia e da voz das beneficiárias da Zona da
Mata Sul de Pernambuco**

Tese apresentada ao Programa de Pós-
Graduação em Psicologia da Universidade
Federal de Pernambuco, como requisito parcial
para a obtenção do grau de Doutor em
Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia

Orientadora: Profa. Dra. Elaine Magalhães Costa Fernandez

Recife

2020

Catálogo na fonte
Bibliotecária Maria do Carmo de Paiva, CRB4-1291

B223r Baradit Muñoz, Claudio Andrés.
Repertórios interpretativos sobre o Programa Bolsa Família : análise do período 2015-2018 através da mídia e da voz das beneficiárias da Zona da Mata Sul de Pernambuco / Claudio Andrés Baradit Muñoz. – 2020.
219 f. : il. ; 30 cm.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Elaine Magalhães Costa Fernandez.
Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Recife, 2020.
Inclui referências e apêndice.

1. Psicologia. 2. Psicologia discursiva. 3. Pobreza. 4. Programa Bolsa Família (Brasil). 5. Mídia. 5. I. Fernandez, Elaine Magalhães Costa (Orientadora). II. Título.

150 CDD (22. ed.)

(BCFCH2020-182)

CLAUDIO ANDRÉS BARADIT MUÑOZ

**REPERTÓRIOS INTERPRETATIVOS SOBRE O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA:
Análise do período 2015-2018 através da mídia e da voz das beneficiárias da Zona da
Mata Sul de Pernambuco**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Psicologia.

Aprovada em: 27/02/2020

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª. Dr^ª. Elaine Magalhães Costa Fernandez(Orientadora)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Pedro Guedes do Nascimento (Examinador Externo)
Universidade Federal da Paraíba

Prof. Dr. Sidclay Bezerra de Souza (Examinador Externo)
Universidad Católica del Maule

Prof^ª. Dr^ª. Renata Lira dos Santos Aléssio (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof^ª. Dr^ª. Jaileila de Araújo Menezes (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

AGRADECIMENTOS

Esta tese está dedicada à minha família. A meu pai, Hugo, minha mãe, Victoria, e minha irmã, Alejandra, pelo amor e apoio incondicional, graças a vocês cheguei a ser a pessoa que hoje sou. A minha Yayula e Tata, que marcaram minha vida para sempre. A minha esposa, Eliane, pelo amor e apoio incondicional. A minha filha, Amaya, o presente mais lindo que a vida me deu. A Koro, pela fiel companhia nas largas horas de trabalho. A minha família brasileira, especialmente a minha sogra, Suely, por sua preocupação e carinho.

Agradeço aos professores da Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) que me ajudaram a levar adiante este projeto de investigação, que foi sendo construído e melhorado graças aos inúmeros conselhos, revisões e comentários recebidos. Especialmente agradeço a Wedna, Jaileila, Pedro e Véronique, professores que na banca de qualificação contribuíram com importantes revisões críticas. Agradeço com carinho a minha orientadora, Elaine, por estes seis anos de trabalho acadêmico de grandes aprendizados e conquistas pessoais e profissionais que levarei comigo para sempre.

Agradeço a minha esposa Eliane e minhas amigas Danielle, Rosana, Gil e Grainne, pela contribuição na transcrição de entrevistas, revisão da tese e tradução do resumo. Agradeço a meu amigo Lassana, por orientar-me no uso do software Iramuteq. Agradeço também aos colegas do grupo de estudo da professora Elaine no LabInt (Laboratório de Interação Social Humana) pelas jornadas de aprendizados, troca de experiências e pelas contribuições que enriqueceram minha pesquisa.

Finalmente, agradeço as mulheres guerreiras da Mata Sul, exemplos de luta e dignidade. Obrigado por abrirem-me as portas de seus lares e compartilharem comigo suas experiências de vida. Espero que este trabalho seja uma pequena contribuição para que, no futuro, os “tempos da fome” no Brasil sejam, somente, uma má recordação.

RESUMO

O presente estudo visa analisar continuidades e mudanças nos posicionamentos das beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) da Mata Sul de Pernambuco, no período 2015-2018. O enfoque da pesquisa é qualitativo. Primeiro, um estudo de mídias sobre o PBF foi realizado a partir da produção da Folha de São Paulo (FSP) e do site do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) no período 2015-2018. Em seguida, entrevistas foram efetuadas com as mesmas beneficiárias do Bolsa Família em 2015 e 2018. A análise dos dados se baseou na perspectiva da Psicologia Discursiva. Os resultados indicam que certos repertórios interpretativos sobre o Bolsa Família veiculados pela mídia intensificam um clima de incerteza social e posicionam a seus beneficiários de forma negativa, através de uma série de mitos e estigmas. Já a análise das entrevistas mostra que as identidades das beneficiárias se constituem a partir de posicionamentos vinculados aos modos de vida tradicional (mãe, esposa, crente, agricultora) e moderno (comerciante, trabalhadora, pobre, beneficiária, consumidora, cidadã). Estes posicionamentos se originam em alguns repertórios interpretativos característicos dos paradigmas tradicional e moderno que compõem a ruralidade brasileira, conformando uma identidade complexa que se mostrou estável durante o período 2015-2018. Porém, as entrevistas de 2018 revelam que a crise econômica, a incerteza sobre a continuidade do PBF e o cenário de desmonte da política social, decorrentes do golpe de 2016, afetaram a qualidade de vida das beneficiárias e acentuaram uma situação de inclusão social precária. No âmbito político, as mulheres apresentam uma visão crítica acerca dos acontecimentos ocorridos no Brasil após o golpe de 2016. Finalmente, conclui-se que os posicionamentos assumidos pelas participantes constituem uma identidade positiva que lhes permite enfrentar a desqualificação social, contrapondo-se a discursos sociais estigmatizantes potencializados pela grande mídia.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Psicologia Discursiva. Mídia. Identidade. Ruralidade.

ABSTRACT

The present study analyze continuities and changes in the positionings of female beneficiaries of the Bolsa Família Program (BFP) in Mata Sul de Pernambuco, during the period 2015-2018. The research approach is qualitative. First, a media study of BFP was conducted with the content of Folha de São Paulo (FSP) and the Ministry of Social Development (MSD)' websites during the 2014 to 2018 period. Then, interviews were conducted with the same beneficiaries of Bolsa Família in 2015 and 2018. Data analysis was based on the Discursive Psychology perspective. The results indicate that some interpretative repertoires about Bolsa Família broadcast by the media reinforce a climate of social uncertainty and position its beneficiaries in a negative way, through a series of myths and stigmas. The interview analysis, on the other hand, shows that beneficiaries' identities are constituted by positionings within both traditional (mother, wife, believer, farmer) and modern (trader, worker, poor, beneficiary, consumer, citizen) ways of life. These positionings originate in some interpretative repertoires characteristic of traditional and modern paradigms that compose Brazilian rurality, forming a complex identity that proved to be stable during the period 2015-2018. However, the 2018 interviews reveal that the economic crisis, the uncertainty about the continuity of the BFP and the dismantling of social policy, that resulted from the 2016 coup, affected the beneficiaries' quality of life and made their social position more precarious. At the political level, the women present a critical view of the events that occurred in Brazil after the 2016 impeachment. Finally, it is concluded that the positionings assumed by the participants constitute a positive identity that allows them to face social disqualification, in opposition to stigmatizing social discourses enhanced by the mainstream media.

Keywords: Bolsa Família Program. Discursive Psychology. Media. Identity. Rurality.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 -	Caracterização das participantes	69
Quadro 2 -	Distribuição das notícias segundo mídia e ano de publicação	75
Figura 1 -	Classes	76
Figura 2 -	Variáveis Mídia e Ano de Publicação	77
Figura 3 -	Dendrograma (Relação entre Classes)	78
Quadro 3 -	Notícias da Classe 4, por ano, em cada mídia	80
Quadro 4 -	Notícias da Classe 5, por ano, em cada mídia	93
Quadro 5 -	Notícias da Classe 3, por ano, em cada mídia	102
Quadro 6 -	Notícias da Classe 2, por ano, em cada mídia	110
Quadro 7 -	Notícias da Classe 6, por ano, em cada mídia	113
Quadro 8 -	Notícias da Classe 1, por ano, em cada mídia	116
Quadro 9 -	Eixo tradição/modernidade e posicionamentos	131

LISTA DE SIGLAS

ATER	Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural
BM	Banco Mundial
BSM	Plano Brasil sem Miséria
CadÚnico	Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal
FAO	Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSP	Folha de São Paulo
FUG	Fundação Ulysses Guimarães
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PBF	Programa Bolsa Família
PCF	Programa Criança Feliz
PEC	Proposta de Emenda à Constituição
PMDB	Partido Movimento Democrático Brasileiro
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PP	Plano Progridir
Pronatec	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PT	Partido dos Trabalhadores
PTCR	Programa de Transferência Condicionada de Renda
RE	Repertórios Interpretativos
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
TCU	Tribunal de Contas da União
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1	INTRODUCAO	12
2	POBREZA NA SOCIEDADE LIBERAL	15
2.1	Origens históricas e morais da pobreza	15
2.2	Pobreza monetária e indivíduo-pobre	18
2.3	Desqualificação social do beneficiário da assistência social	22
3	PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE	26
3.1	Características do Programa Bolsa Família	26
3.2	Resultados do Programa Bolsa Família: Questionando mitos e preconceitos	30
3.3	Impeachment de Dilma Rousseff e retrocessos sociais no governo Temer	34
3.3.1	Polarização política e papel da mídia no golpe de 2016	34
3.3.2	Retrocessos sociais no governo Temer	37
4	RURALIDADE BRASILEIRA	42
4.1	Fatores históricos e características	42
4.2	Campesinato: Ordem moral organizada em torno da dicotomia tradicional/moderno	45
4.3	Particularidades da Zona da Mata pernambucana	49
5	PSICOLOGIA DISCURSIVA	53
5.1	Discurso e repertórios interpretativos	53
5.2	Posicionamento e identidade	56
5.3	Processos de categorização e poder	59
5.4	Estratégias retóricas na construção de argumentos	61
6	METODOLOGIA	65
6.1	Pergunta de pesquisa	65
6.2	Objetivo geral	65
6.3	Objetivos específicos	65
6.4	Contextualização da pesquisa	65
6.5	Considerações éticas	69
6.6	Coleta dos dados	71
6.7	Análise de discurso segundo a Psicologia Discursiva	72
7	ESTUDIO DE MÍDIAS: ANÁLISE DOS RESULTADOS	75

7.1	Processamento com Iramuteq	75
7.2	Resultados gráficos	76
7.3	Instrumentalização eleitoral do Bolsa Família e seus beneficiários	80
7.3.1	Cenário político polarizado: PT, corrupção e populismo	81
7.3.2	Instrumentalização dos “eleitores petistas”	86
7.3.3	Posicionamento moral negativo dos beneficiários do PBF	89
7.4	Cortes no Bolsa Família: Clima de incerteza política e social	92
7.4.1	Relações entre as Classes 4 e 5: Terrorismo eleitoral e reajustes no PBF	93
7.4.2	Ano 2015: Ajustes fiscais e possíveis cortes no PBF	96
7.4.3	Ano 2016: Dicotomia impeachment/golpe e começo da gestão Temer	98
7.5	Bolsa Família: Números que falam, histórias que exemplificam	101
7.5.1	Produção do MDS antes do golpe de 2016	102
7.5.2	Produção do MDS após o golpe de 2016	108
7.6	Gestão eficiente do PBF	109
7.6.1	Ano 2016: A gestão pública eficiente na Folha de São Paulo	110
7.6.2	Anos 2017 e 2018: A gestão pública eficiente no MDS	111
7.7	Plano Progredir: Portas de saída para os beneficiários do PBF	113
7.7.1	Anos 2017 e 2018: Lançamento e consolidação do Plano Progredir	114
7.8	Programa Criança Feliz: Política social baseada na ciência	116
7.8.1	Anos 2016 e 2017: Lançamento e inícios do Criança Feliz	116
7.8.2	Ano 2018: Consolidação do Programa Criança Feliz	118
7.9	Análise das Classes	120
8.	ANÁLISE DAS ENTREVISTAS	130
8.1	Posicionamentos do polo tradicional	131
8.1.1	Mãe	131
8.1.2	Esposa	137
8.1.3	Crente	139
8.1.4	Agricultora	144
8.2	Posicionamentos do polo moderno	149
8.2.1	Comerciante	149
8.2.2	Trabalhadora	152
8.2.3	Pobre	156
8.2.4	Beneficiária	165

8.2.5	Consumidora	177
8.2.6	Cidadã	181
8.3	Análise dos posicionamentos	188
8.3.1	Posicionamentos tradicionais	188
8.3.2	Posicionamentos modernos	192
9	CONSIDERAÇÕES FINAIS	201
	REFERÊNCIAS	208
	APÊNDICE A - MODELO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E	
	ESCLARECIDO (TCLE)	218

1 INTRODUÇÃO

O dia 12 maio de 2016 o rumo da sociedade brasileira mudou drasticamente. A confirmação do impeachment da presidenta Dilma Rousseff iniciou um processo de desmonte gradual do sistema de proteção social construído ao longo de vários anos. O governo Temer impulsionou uma série de ações que incluíram privatizações e reformas que visavam à redução do Estado, com efeitos negativos na precarização dos direitos sociais e na qualidade de vida da população excluída. Este retrocesso em matéria social atingiu diversas áreas, como educação, saúde, assistência social, emprego e políticas agrárias (FUG, 2015, 2016; MATTEI, 2018; SANTOS ET. AL., 2017; SOUZA, SOARES, 2019).

O plano de austeridade fiscal iniciado na gestão Temer visou uma dramática redução do gasto público e correção de supostas irregularidades no funcionamento do Estado, atribuídas às administrações anteriores. No caso do Programa Bolsa Família (PBF), foco da presente investigação, a aplicação da operação “pente fino” bloqueou e cancelou grande quantidade benefícios entre 2016 e 2018, operação que chegou a seu auge em 2017, que marcou uma diminuição radical da quantidade de benefícios na série histórica do Programa. No ano 2018, a crise de desemprego e o aumento da pobreza motivaram o incremento do número de beneficiários até chegar novamente no patamar do governo Rousseff. Apesar desta recuperação, as cifras não pareceram acompanhar o expressivo aumento da pobreza e do desemprego no Brasil. Neste sentido, observou-se uma espécie de “congelamento” do PBF, tanto em termos orçamentários como em número de beneficiários, igualando as cifras do governo anterior, mas em um cenário econômico e social muito pior.

O desmonte do sistema de proteção social iniciado a partir do golpe de 2016 continua avançando até hoje, colocando em risco a população excluída que se beneficia de programas sociais como o Bolsa Família. Os beneficiários enfrentam um cenário desfavorável de alto desemprego, desvalorização da renda, precarização do trabalho e extinção das políticas sociais que complementavam a ação do Bolsa Família. O enfraquecimento destas políticas pode transformar o Programa em uma mera transferência monetária não articulada a programas que permitam as famílias superar a pobreza e alcançar um nível de bem-estar social digno.

Ao mesmo tempo, a chegada de Temer ao poder e uma crescente onda moral conservadora acentuou a estigmatização dos direitos sociais (SOUZA; SOARES, 2019), que gradualmente voltaram a serem considerados ações populistas ou paternalistas que estimulam

a dependência. O aprofundamento do modelo liberal, considerado não somente um sistema econômico senão também um regime moral, acentuou uma visão conservadora que se vinha gestando na sociedade brasileira, intensificando a estigmatização dos mais pobres. O Programa Bolsa Família e seus beneficiários têm sido associados a diversos preconceitos desde sua criação em 2003. Este discurso conservador afirma que eles seriam desencorajados a procurarem emprego, estimulados a terem mais filhos e não utilizariam adequadamente o benefício recebido. Estes mitos continuam circulando na opinião pública apesar de terem sido rejeitados pela evidência científica disponível (CAMPELLO, 2013).

Ante este cenário, a presente investigação buscou analisar os efeitos das mudanças políticas e sociais acontecidas após o golpe de 2016 nos posicionamentos de beneficiárias do PBF da Zona da Mata Sul de Pernambuco. Para isto, as mesmas seis mulheres beneficiárias que foram entrevistadas uma primeira vez em 2015 foram entrevistadas uma segunda vez em 2018. Partiu-se do postulado que o golpe de 2016, grande marco político com efeitos nos programas sociais dirigidos aos mais pobres, teria repercussões em suas identidades. Entendemos que esta identidade está formada por uma série de posicionamentos estáveis, mas que podem ser sensíveis às mudanças contextuais (DAVIES, HARRÉ, 1999, 2007; HARRÉ, VAN LANGENHOVE, 1999a; HARRÉ, VAN LANGENHOVE, 1999c).

Esta investigação é uma continuação da pesquisa realizada pelo autor durante o mestrado (BARADIT, 2016), cujo objetivo era analisar as práticas discursivas que constituíam as subjetividades das beneficiárias do PBF da Zona da Mata Sul pernambucana. Durante a pesquisa de mestrado se realizou a primeira rodada de entrevistas com as beneficiárias do PBF, no ano 2015. As entrevistadas habitavam nos municípios Rio Formoso e Tamandaré, a distintos graus de distancia do centro urbano. A qualidade de vida familiar dependia da existência de alguma renda fixa (salário ou aposentadoria). Todas as participantes tinham como atividade principal a agricultura, seja de autoconsumo, comercialização ou emprego na produção de cana de açúcar, atividade econômica dominante na região.

A Zona da Mata Sul pernambucana é um contexto rural que se caracteriza por ter a produção da cana de açúcar como sua principal atividade econômica. Durante as décadas de 80 e 90 crises econômicas prejudicaram esta atividade produtiva, causando uma importante redução da renda da população e incrementando a pobreza e miséria. Apesar de que a Reforma Agrária impulsionada nos anos 90 e 2000 permitiu que muitos trabalhadores da região tivessem acesso a terra, os assentamentos estavam em condições precárias, com

carências em infraestrutura, produtividade, saúde, educação, saneamento, energia e água. Mesmo que algumas políticas públicas incrementaram a qualidade de vida da população da região nas últimas décadas, muitos destes problemas ainda persistem.

Os resultados da pesquisa de mestrado mostraram que algumas normas sociais acionadas por discursos hegemônicos determinavam as subjetividades das beneficiárias, que se autopoicionavam como “mães pobres lutadoras”. Observou-se que o PBF reforçava alguns posicionamentos, como as posições “mãe”, “empreendedor” e “pobre”. Também se constatou que o Bolsa Família tinha importantes efeitos na vida das mulheres, contribuindo com a autonomia financeira e fortalecendo o empoderamento pessoal das beneficiárias.

O desmonte radical das políticas sociais após o golpe de 2016 e a crise econômica que afetou ao Brasil durante este período motivaram um novo interesse de pesquisa, a saber, conhecer os efeitos que estas mudanças teriam nas identidades das beneficiárias do Bolsa Família da Mata Sul de Pernambuco. Por isto, a presente investigação de doutorado teve como objetivo analisar as continuidades e mudanças nos posicionamentos das beneficiárias, após o golpe de 2016. Para isto, no ano 2018, foram entrevistadas as mesmas participantes da pesquisa de mestrado, com o intuito de conhecer como as mudanças políticas, sociais e econômicas acontecidas nos últimos anos haviam impactado suas identidades.

Para compreender as mudanças no Bolsa Família após o golpe de 2016 realizou-se um estudo de mídias que analisou a produção da Folha de São Paulo (FSP) e do site do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS) entre 2014 e 2018. Esta análise permitiu conhecer as mudanças acontecidas neste período e contextualizar os discursos das beneficiárias entrevistadas. A análise das entrevistas e da produção das mídias foi realizada segundo o enfoque da Psicologia Discursiva (HARRÉ, VAN LANGENHOVE, 1999c; POTTER, 1998).

A tese se compõe de quatro capítulos teóricos, dedicados à pobreza na sociedade liberal, ao PBF, a ruralidade brasileira e a Psicologia Discursiva. Um capítulo metodológico e três referentes aos resultados completam o documento. Espera-se que esta investigação contribua á análise crítica das mudanças sociais e políticas acontecidas a partir do golpe de 2016, momento em que o rumo do Brasil mudou definitiva e drasticamente. Também, buscase mostrar quais foram os efeitos destas mudanças na realidade cotidiana e nas identidades das beneficiárias do Bolsa Família da Zona da Mata Sul de Pernambuco.

2 POBREZA NA SOCIEDADE LIBERAL

2.1 Origens históricas e morais da pobreza

Historicamente e até os dias de hoje ser etiquetado como “pobre” implica carregar um estigma moral que adjudica às pessoas uma série de características negativas, marca que gera mecanismos automáticos de exclusão, segregação e discriminação. Mas, como o pobre se transformou historicamente em um pária moral? Quais mecanismos operaram para produzir a desqualificação moral dos pobres, colocando-os no último lugar da sociedade?

Procacci (1991) afirma que no século XIX, com emergência da Economia Social na Europa, se identificou o pauperismo como um problema político urgente a ser resolvido pelo Estado. O pauperismo foi associado ao problema das massas urbanas excluídas e ocultas ao olho estatal. No começo a pobreza não era considerada perigosa, já que o “pobre” era um exemplo de virtuosismo, capaz de renunciar ao pauperismo e manter-se dentro da norma social, a partir da imagem do pobre respeitável e honesto. Mas, simultaneamente, a pobreza era definida como um estado de risco, na medida em que podia degenerar-se facilmente e transformar-se em pauperismo. O pauperismo não era conceptualizado através de uma linguagem econômica, como a pobreza, senão que por meio de categorias morais. O discurso de luta contra o pauperismo buscava eliminar a diferença, os comportamentos que se distanciavam do projeto civilizatório da sociedade industrial e, portanto, eram contrários à moral vigente. Esta moralidade contrapunha o mundo da pobreza, vinculado à imoralidade, com o mundo industrial, vinculado à ordem social. A dicotomia riqueza/pobreza organizava a moralidade do regime capitalista, sendo a segunda considerada o polo negativo e imoral.

Quais eram as características do pauperismo? Através de que categorias morais se constitui a figura de um pobre antissocial, imoral ou anormal? Segundo Procacci (1991) o pauperismo tinha as seguintes características. A primeira era a mobilidade, retratada na figura do vagabundo, representação típica do antissocial, da desordem e da ilegalidade. A segunda era a promiscuidade, as relações sociais que estavam fora da ordem, imprevisíveis e potencialmente perigosas. A terceira era a independência, já que estes indivíduos eram reticentes ao controle social, mantendo relações que estavam fora da vigilância estatal, situação vinculada a comportamentos antissociais provocados pelo excesso de tempo “improdutivo”. A quarta era a imprudência, a vida “presentista”, a falta de planejamento

econômico, familiar e prudência com o futuro. A última era a ignorância, já que a indigência era associada à falta de higiene e doenças, problemas atribuídos a baixos níveis educacionais.

Desta forma, as “políticas da pobreza” surgiram para controlar as parcelas perigosas da população que punham em risco a ordem social. O objetivo destas ações era governar, pacificar e despolitizar a estes grupos, facilitando a instalação de dispositivos de controle.

Na medida em que pauperismo e pobreza emergiram como inimigos que a sociedade devia enfrentar, a família popular transformou-se em foco principal do controle governamental. Para Rose (1998) a “familiarização” foi fundamental na sociedade liberal, responsabilizando ao dispositivo familiar pela condução ética do comportamento dos cidadãos. Através da história, esta relação entre governo e família assumiu várias formas, cada uma se fundando em diversas linguagens, técnicas e imperativos éticos.

Para gerenciar os riscos sociais do pauperismo era preciso controlar os hábitos, costumes e comportamentos da família popular. Donzelot (1980) relata que a partir do século XIX começam intervenções de caráter legislativo, disciplinar e de vigilância que promoviam a restrição das liberdades e punição de práticas conflitantes com a moral da época. Tratava-se de estabelecer um controle direto sobre a família popular e, neste contexto, a mãe “pobre” era constantemente submetida à vigilância médico-estatal, sempre rondando sobre ela o fantasma da incapacidade e negligência. A mãe era posicionada como vigia dos hábitos e comportamentos familiares, tanto das crianças como de seu esposo. Esta posição lhe adjudicaria a responsabilidade sobre a reprodução social, o bem-estar familiar e a conduta ética de seus membros. Neste contexto, os problemas ou desvios observados na família seriam atribuídos a uma má gestão doméstica por parte da mulher.

No século XX, com o aprofundamento do liberalismo, muda o foco e as ações de controle governamental visavam produzir a “normalidade” na família (Rose, 1998). A família devia autonomamente realizar as aspirações pessoais de seus integrantes, maximizar seu bem-estar físico e mental, na procura da felicidade. Esta “norma da autonomia” responsabilizava a cada indivíduo ou família por fornecer as condições emocionais, sociais e econômicas para assegurar seu próprio bem-estar. Neste contexto, como mostra Donzelot (1980), as famílias pobres, que não cumpriam com o imperativo ético desta norma, na medida em que não conseguiam de forma autônoma assegurar as condições mínimas para seu bem-estar, deviam ser vigiadas pelo Estado. O “complexo tutelar” (DONZELOT, 1980), que reunia autoridades judiciárias, sociais, psiquiátricas e psicológicas, funcionava como um mecanismo de

vigilância sobre as famílias populares. As disciplinas psicossociais e psiquiátricas adotariam um papel central na identificação das famílias que fugiam a norma e precisavam de algum tipo de intervenção, seja educativo-corretiva ou judiciária.

As estratégias de vigilância permanente sobre a família popular estavam enquadradas na lógica da prevenção da delinquência. Portanto, buscavam a identificação de padrões de comportamento nas crianças vulneráveis que pudessem implicar em desvio no caráter e possíveis condutas anti-sociais. A noção de risco (ROSE, 1998) é fundamental para entender como as famílias pobres são alvo de constante vigilância. Nesta lógica, se busca identificar problemas potenciais, diminuindo as possibilidades de que estes se apresentem no futuro.

As estratégias governamentais que começaram a operar no século XX sobre a família popular funcionavam em uma tensão constante entre liberalização e tutelarização. Por uma parte, se impulsionavam ações para que a família fosse autônoma e se autoregulara a partir das normas sociais. Mas, na medida em que a família se mostrava incapaz de se conduzir autonomamente, os mecanismos tutelares entravam na cena para corrigir os desvios, através de dispositivos de ordem disciplinar. Racionalidades híbridas operando, as famílias entre o incentivo e a coerção, se começam a delinear as tecnologias liberais de controle da família popular que hegemonizariam os mecanismos contemporâneos da assistência social.

Durante o século XX o liberalismo se consolida como a racionalidade que hegemonizaria a forma de entender a economia, a sociedade e o ser humano (Miller, Rose, 2012; ROSE, 1998). A partir desta racionalidade se acionam linguagens e técnicas para regular âmbitos privados, como a família, mas sem violar o princípio da liberdade, já que deixar atuar aos indivíduos guiados por sua livre vontade é uma de suas máximas mais importantes. Mas, esta vontade não é totalmente livre, senão que deve ser sutilmente regulada.

Para Rose (1998) a incorporação subjetiva de uma ética da liberdade nas identidades individuais é um elemento chave desta racionalidade. O governo na sociedade liberal foi progressivamente ligado à liberdade, em uma espécie de “jogo” em que os indivíduos foram “obrigados a serem livres”, a interpretar seu destino como produto de escolhas individuais que determinam sua história pessoal. A ética da liberdade prescreve que devemos gerenciar nossas vidas através de atos de escolha autônomos, do ponto de vista político (liberdade de escolha) e psicológico (escolhas segundo nosso projeto de identidade). Neste contexto, o liberalismo promove uma norma moral hegemônica, a norma do “*self*”, constituída em torno dos valores da autonomia, liberdade, individualidade, identidade, escolha e satisfação.

Esta norma do “*self*” também tem hegemonizado a forma de entender os problemas sociais. A partir do século XX se consolida uma cultura do empreendedorismo, que promove que o bem-estar não deve necessariamente ser garantido pelo Estado, senão que por “atividades e escolhas empreendedoras de entidades autônomas, organizações, empresas, pessoas; cada um tentando maximizar seus próprios proveitos, inventando e promovendo novos projetos por meio de cálculos individuais e locais de estratégias e táticas, custo-benefício” (ROSE, 1998, p. 214). Este discurso valoriza uma imagem de ser humano, o “*self* empreendedor”, que prescreve que as pessoas devem ser autônomas, responsáveis e buscar a realização individual através de escolhas livres. Este indivíduo-empendedor é um modo hegemônico de entender e julgar aos seres humanos. Neste contexto, nas políticas sociais do liberalismo, os indivíduos são problematizados em termos de sua falta de empreendedorismo, o que faz necessário instalar capacidades para solucionar este déficit.

A retórica do empreendedorismo se transformou em uma tecnologia hegemônica para regular o social. Prescreve que os sujeitos devem fazer investimentos em si mesmos para incrementar seu capital humano e competitividade. O *self* autônomo é levado a se tornar uma espécie de “empresário de si mesmo”, lógica na qual deve “maximizar seus próprios poderes, sua própria felicidade, sua própria qualidade de vida, embora aprimorando essa autonomia e, assim, instrumentalizando suas escolhas autônomas a serviço de seu estilo de vida” (ROSE, 1998, p. 220). Nesta lógica, a premissa é: seja quem você quiser, seja você mesmo, você é dono de seu destino. Este discurso tem os efeitos ideológicos de responsabilizar aos indivíduos por seus êxitos e fracassos e de invisibilizar os fatores sociais que condicionam as trajetórias de indivíduos afetados por distintos mecanismos de exclusão.

2.2 Pobreza monetária e indivíduo-pobre

Considerando a lógica do liberalismo e sua norma da autonomia, queremos entender de que forma a pobreza é definida nas sociedades liberais. A pobreza é definida pela ação de discursos que a nomeiam através de certas categorias e que formulam ferramentas técnicas para sua medição e erradicação. Portanto, queremos entender a pobreza desde o ponto de vista discursivo (RAMOS, 2016), prestando atenção a como ela é definida e problematizada.

Paugam (2007) destaca a importância de analisar as origens históricas dos discursos sobre a pobreza e as formas como a categoria “pobre” é construída em cada sociedade, identificando que instituições têm mais poder para hegemonizar estes discursos, que tipos de intervenção social derivam destas ideias e que conceitos sobre a pobreza circulam na

sociedade. Isto implica situar os discursos sobre a pobreza em um contexto social particular e identificar como estes discursos impactam nos indivíduos constituindo suas identidades.

Os discursos sobre a pobreza acionam diferentes valores políticos, como também distintos julgamentos morais e estigmas sociais que rotulam as pessoas através da categoria “pobre”. Estes discursos definem o status social e moral dos pobres, assim como também suas experiências e identidades. Em uma sociedade podem existir discursos plurais sobre a pobreza mobilizados por distintos grupos, mas estes têm distintos graus de poder para definir a imagem hegemônica que dominará a definição da pobreza.

A forma como entendemos a pobreza em ocidente tem sofrido diversas mudanças durante o século XX, sendo um fenômeno complexo definido desde distintas perspectivas. Ramos (2016), tentando integrar diversas visões, afirma que as definições de pobreza, em geral, remetem a condições de carência ou a insuficiente disponibilidade de capacidades/recursos, que não permitem o acesso a um nível de bem-estar mínimo, mas:

Reiteradamente, ao propor estes níveis mínimos de bem-estar ou de participação ou inclusão na sociedade, o parâmetro para definir a pobreza estaria dado por ‘situações sociais inaceitáveis’, ‘carências intoleráveis socialmente’. Tal qualificação de ‘inaceitável’ ou ‘intolerável’ responde a um juízo que se fundamenta em critérios normativos constituídos por determinados grupos sociais com respeito ao bom, o desejável e o aceitável (p. 100, tradução nossa).

Apesar de a pobreza ser um objeto complexo, ao mesmo tempo, ela é representada nos meios de comunicação, contextos institucionais e opinião pública, através de uma imagem monolítica e unidimensional. Dentro do campo discursivo polissêmico da pobreza, a noção de pobreza monetária hegemônica nas definições nas políticas sociais contemporâneas. Este modelo economicista, hegemônico na sociedade liberal, é promovido pelas principais agências e instituições internacionais, como o Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional (PUELLO-SOCARRÁS, GUNTURIZ, 2013; RAMOS, 2016; UGÁ, 2004). O enfoque da pobreza monetária determina que a dificuldade para satisfazer as necessidades mínimas vitais depende, principalmente, da insuficiência de renda.

Neste enfoque as necessidades vitais são operacionalizadas através de um instrumento conhecido como “cesta básica alimentar”, que define as necessidades básicas de sobrevivência e as monetiza, permitindo determinar quem atinge ou não este patamar mínimo (são as conhecidas “linhas da pobreza”). As pessoas que não conseguem alcançar este umbral, definido como “inaceitável” pela sociedade, são as pessoas denominadas como

extremadamente pobres ou em situação de miséria, aquelas que estariam em risco nutricional, de saúde e vida. Superar este umbral coloca as famílias fora de risco e as transforma em carentes em dimensões “não vitais” (emprego, saúde, moradia, educação, etc.). O Estado considera que este segundo grupo de pessoas se encontra em situação de pobreza, ou seja, tem conseguido superar o umbral da miséria, tem atingido, ao menos, um patamar que lhes permite satisfazer suas necessidades nutricionais básicas. Como vemos, o enfoque da pobreza monetária se interessa basicamente pela dimensão vital mínima da existência humana.

No enfoque da pobreza monetária opera uma dicotomia entre certos “mínimos inaceitáveis” e entre condições que podem ser consideradas “mais aceitáveis”. Por exemplo, o discurso de “combate a fome”, objetivo absolutamente primordial devido às condições de vida que muitas famílias vivem na atualidade, é um dos discursos mais relevantes na hora de definir a pobreza. Como observado em algumas pesquisas (BARADIT, 2016; ROJAS, 2010), “passar fome” se constitui em uma espécie de divisor de águas no momento de distinguir entre pessoas “miseráveis” e “pobres”. Os próprios sujeitos excluídos associam a “miséria” a condições inumanas, entre as que a fome ocupa um lugar central. Nesta operação de distinção, a fome funciona como um “mínimo inaceitável” que atenda contra a dignidade humana, enquanto a “pobreza sem fome”, ou seja, a situação em que se satisfazem as necessidades nutricionais, define-se como uma condição socialmente mais tolerável. Rojas (2010), criticando as formas reducionistas de entender a pobreza, propõe que o discurso do “combate a fome” pode constituir uma biopolítica da miséria, em que as estratégias governamentais se dirigem somente a fazer viver aos excluídos, focando na satisfação dos mínimos vitais e negligenciando, ao mesmo tempo, as problemáticas estruturais que determinam a pobreza.

O enfoque da pobreza monetária, que domina as definições e tecnologias da política social contemporânea, tem dois grandes efeitos (RAMOS, 2016). O primeiro, na esfera pública, orientando a elaboração de políticas sociais, assim como os instrumentos que mensuram a pobreza e que utilizam a renda como o critério mais relevante ou único. O segundo, na esfera privada, através dos instrumentos de focalização da política social, que precisam descrever com detalhe as condições de vida das famílias pobres e comprovar que estas “verdadeiramente” se encontram nesta situação. O Estado penetra na esfera privada para produzir informação útil para estratificar, classificar e decidir se as famílias são merecedoras de benefícios estatais ou prioridade no acesso a serviços sociais. Este segundo efeito do discurso da pobreza monetária pode ser considerado híbrido, já que as esferas públicas e

privadas se cruzam. O olho estatal penetra na intimidade familiar, modificando comportamentos, hábitos e as identidades dos indivíduos.

Através destas ações governamentais uma parcela da população pode ser classificada através da categoria “pobre”, etiqueta que tem efeitos diretos nas identidades. No caso dos pobres, sua identidade fica, em parte, determinada pelo Estado, que coloca este carimbo que “faz parte da identidade pública dos indivíduos, tal como o nome ou a ocupação, que eles levam impressos em seus documentos oficiais e com os quais se autoidentificam, consciente ou inconscientemente, em algum grau” (RAMOS, 2016, p. 327, tradução nossa). Emerge nesta interseção a figura do pobre: um indivíduo necessitado e merecedor da ajuda estatal, um pobre “legítimo”, reconhecido e validado pela burocracia científico-estatal.

A maquinaria estatal também produz a categoria “beneficiário” da assistência social, etiqueta identitária que se caracteriza por (RAMOS, 2016): 1) Ir além do indivíduo, envolvendo a família; 2) Ser uma identidade que deve ser assumida, já que permite acessar benefícios sociais; 3) Apesar de ser uma identidade relacional constituída no nexo indivíduo-Estado, esta origem é borrada e os sujeitos a incorporam como uma identidade que pertence a sua própria natureza, surgindo as figuras da “família-pobre” ou “indivíduo-pobre”. Estas etiquetas são paradoxais, já que permitem receber ajudas estatais, mas carregam um estigma moral. Neste contexto “ser classificado oficialmente como pobre é um reconhecimento ambivalente. Significa uma credencial para usar nas oficinas burocráticas do Estado, nas quais abre portas; mas não é precisamente um título honorífico. Há algo de infâmia em ter que mostrar-se como pobre e ser qualificado como tal” (RAMOS, 2016, p. 233, tradução nossa).

O enfoque da pobreza monetária tem o efeito de individualizar a questão social. A pobreza passa a ser parte da identidade do indivíduo ou família, e não um problema estrutural da sociedade. Nesta lógica se fomenta a gestão das próprias capacidades para sair da pobreza, responsabilizando aos sujeitos e colocando ao Estado como quem deve entregar ferramentas para facilitar esta missão aos indivíduos. A racionalidade liberal “psicologiza” os problemas sociais (SÁNCHEZ; MARTÍNEZ; RICO; 2006), operação que traduz problemas de ordem estrutural em problemas de tipo psicossocial (déficit de habilidades, falta de empreendedorismo, carência de capital humano), prescrevendo que estes problemas devam ser resolvidos no âmbito privado, a ser uma responsabilidade individual ou familiar.

Rose (1998) destaca que nas políticas sociais contemporâneas se observa a aplicação de linguagens coerentes com a lógica liberal (habilidades sociais, empoderamento,

autoestima, etc.). Elas promovem o fomento das competências individuais através de discursos hegemônicos como o do Capital Humano (GADELHA, 2009) e Empreendedorismo (ROSE, 1998). Assim, nos programas que visam à inclusão social podemos observar a mesma lógica subjetivante operando: a cultura empreendedora e a norma do *self* autônomo.

Claramente, em nossa sociedade, nem todas as pessoas podem alcançar o ideal ético da autonomia. Fatores como gênero, classe, raça ou local de moradia determinam desigualdades na hora de definir quem pode acessar aos estilos de vida socialmente valorizados pela sociedade liberal. As pessoas que devem recorrer à proteção do Estado e não podem cumprir com este ideal devem carregar com o estigma social do fracasso individual.

2.3 Desqualificação social do beneficiário da assistência social

Paugam (2007) descreve que nos países do capitalismo periférico a sociedade salarial se desenvolveu parcialmente. Este fenômeno implica que os pobres enfrentem um acúmulo de problemáticas, como emprego precário, desemprego permanente, pobreza crônica, dependência da assistência social e incerteza sobre o futuro. Nestes países a influência hegemônica dos valores liberais gera uma homogeneização do discurso sobre a pobreza.

Para Paugam (2007) a visão individualista da pobreza promove a ideia de um pobre preguiçoso, passivo, oportunista, descuidado, incapaz de ser autônomo e totalmente dependente do Estado. Este set de mitos e preconceitos que posicionam ao pobre como um sujeito imoral se remonta a herança do pauperismo (PROCCACI, 1991). A pobreza tem, na sociedade liberal, um status social desvalorizado e os indivíduos que a vivenciam devem lidar com as implicações negativas desta marca identitária.

As famílias pobres que perdem graus de autonomia e ingressam a assistência social para satisfazer suas necessidades básicas são etiquetadas como “assistidas” ou “beneficiárias” (PAUGAM, 2007; RAMOS, 2016), categorias que abrem as portas aos benefícios sociais, mas que carregam imagens negativas herdeiras do pauperismo (PROCCACI, 1991).

Ser etiquetado pelo Estado gera efeitos na identidade, que incorpora, total ou parcialmente, este estigma. Os “assistidos” são assim incluídos na sociedade, mas ocupam o lugar social mais desvalorizado. Paugam (2007) chama desqualificação social ao processo de ingresso na assistência social e degradação da identidade dos pobres desde o ponto de vista moral. O ingresso as redes assistenciais é o carimbo final para o “pobre”, que certifica oficialmente a perda da capacidade de gerenciar sua vida autonomamente.

O processo de desqualificação social está determinado pela violação do ideal da autonomia (ROSE, 1998) da sociedade liberal. Paugam (2007) afirma que a pobreza é a acumulação de dificuldades individuais/familiares que não podem ser autonomamente enfrentadas. Em uma sociedade que valoriza a produtividade e em que o emprego é a principal fonte de prestígio, os indivíduos que não conseguem gerir suas vidas autonomamente têm um status social desqualificado. Os pobres, excluídos sistematicamente do mercado de trabalho, ocupam o lugar mais baixo na hierarquia social. A atribuição de uma degradação, tanto material como moral, acontece em uma sociedade que valoriza o individualismo, a meritocracia e o sucesso (material, econômico e profissional). A pobreza é o símbolo do fracasso, representa a não participação plena na vida econômica, política e social.

A dependência do Estado coloca aos “assistidos” em um lugar social degradado. O ingresso nas redes assistenciais marca a vida dos sujeitos, que passam por um processo de categorização acionado pelo saber técnico estatal, principalmente a partir da aplicação dos instrumentos de medição da pobreza e focalização da política social. Este processo é denominado por Ramos (2016) como dimensão privada da pobreza, a penetração do Estado na vida privada dos “assistidos”. A pobreza deve ser uma situação socialmente reconhecida e sancionada pelo Estado. Desta forma, o status social dos pobres fica, ao menos em parte, determinado pelas instituições estatais que os classificam e lhes fornecem assistência.

Alguns autores (PAUGAM, 2003, 2007; RAMOS, 2016) nos convidam a prestar atenção à categoria “beneficiários”. A perda de autonomia que implica entrar nas redes assistenciais define para os “assistidos” marcas identitárias negativas, devido à individualização do fracasso social. O processo de etiquetagem dos pobres produz categorias que dicotomizam a realidade, dividindo a sociedade em pobres/não pobres ou dependentes/autônomos, categorias que formam parte do discurso social.

Na experiência de desqualificação (PAUGAM, 2007) os beneficiários devem estabelecer uma relação regular com a assistência social que lhes permita compensar a precária situação que enfrentam. Para Paugam (2003), esta situação teria efeitos subjetivos, já que pode estar acompanhada de sentimentos de humilhação, desonra e inferioridade. Este status pouco honroso implica abrir a vida privada ao escrutínio público. As famílias devem continuamente “comprovar que são pobres” para serem classificadas como merecedoras dos benefícios sociais. Como menciona Ramos (2016), esta situação humilhante de abertura e julgamento da vida pessoal é necessária para receber o carimbo do Estado que reconhece

oficialmente a pobreza dos indivíduos e a necessidade de serem assistidos. Nos casos mais graves, este carimbo também pode implicar um processo de patologização individual ou familiar, sendo os sujeitos classificados como inadaptados, anormais ou casos sociais.

Quando a relação com a assistência social se estabiliza, os sujeitos incorporam o “papel do assistido” (PAUGAM, 2007), identificando os comportamentos e normas próprios das redes assistenciais. Apesar da degradação moral que implica manter uma relação com o Estado, a falta de oportunidades, os sentimentos de desesperança e derrota e o medo a enfrentar situações mais graves, levam aos assistidos a aceitar este status.

Paugam (2003) lembra que habitualmente os benefícios estatais não são suficientes para sair da pobreza, servindo somente para evitar situações de extrema miséria. Portanto, mesmo na condição de assistidos, os sujeitos continuam em uma situação de vulnerabilidade social grave. Os pobres, portanto, se mantêm longe do padrão de acesso a bens, consumo, trabalho e serviços definido pela sociedade, em um estado de vidas precárias.

Segundo Paugam (2003, 2007) para diminuir o efeito negativo que o status de assistido tem na identidade, se acionam uma série de justificações. Através destes argumentos, os assistidos, além de tentarem construir uma autoimagem positiva, lutam para distanciar-se da imagem dos “falsos pobres”, definidos como desonestos, acomodados e preguiçosos. Ao contrário, os assistidos tentam-se vincular a imagem do “pobre digno”, que recorre à assistência por falta de opção e por ser vítima de circunstâncias externas incontroláveis, como o desemprego ou a crise econômica. A distinção entre falsos pobres e pobres dignos permite traçar a diferença entre uma pobreza “individualizada”, que responsabiliza ao sujeito, e uma pobreza “estrutural”, da qual o sujeito é vítima.

Para mitigar o estigma social os sujeitos acionam discursos para justificar o fato de serem “dependentes” do Estado. Por exemplo, apoiados na identidade parental, que tem uma valoração social positiva, justificam a recepção da ajuda governamental argumentando que é necessária para dar uma melhor qualidade de vida aos filhos. Outro argumento utilizado é o desemprego crônico em contextos de crise econômica, situação que escapa ao controle dos sujeitos e independe das ações que estes possam tomar. Estar sempre “a procura de emprego” lhes ajuda a manter em certo grau sua identidade de trabalhadores, mesmo tendo poucas expectativas de sair da condição de desempregados crônicos. O esforço individual através de pequenos trabalhos e a presença de outros meios de subsistência que mostrem vontade e

atitude para o trabalho, também permitem aos pobres se posicionar como trabalhadores. Finalmente, outra razão utilizada é a doença, que configura a incapacidade para o trabalho.

Paugam (2003) afirma que no processo de desqualificação social se produz uma negociação estratégica e ativa da identidade. A etiqueta designada pelo Estado pode ser aceita em maior ou menor grau, observando-se ações de resistência por parte dos sujeitos, na medida em que aceitar a categoria “assistido” implica carregar o estigma social associado. Apesar de que as margens de negociação da identidade são limitadas pela natureza da relação, os sujeitos acionam outras posições identitárias para construir uma imagem positiva de si mesmos. A reinterpretação dos traços negativos ou a elaboração de racionalizações visa realçar a identidade pessoal através de outros valores e atribuir sentidos positivos as trajetórias individuais. Este fato mostra que os sujeitos preservam, apesar das limitações, a autonomia suficiente para aceitar, negociar ou recusar as atribuições de status, o que permite combater ativamente o estigma social, invertendo, parcial ou simbolicamente, a posição de inferioridade hierárquica. A resistência ativa ao estigma social mostra a autonomia que os assistidos mantêm na definição de si mesmos, mesmo em cenários pouco favoráveis.

3 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E SISTEMA DE PROTEÇÃO SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE

3.1 Características do Programa Bolsa Família

Betto (2003) afirma que Luiz Inácio Lula da Silva foi o primeiro presidente que colocou o problema da fome na agenda política no Brasil. As origens humildes de Lula foram fundamentais em sua sensibilidade sobre este tema. Betto (2003) lembra que “ao contrário de Nilo Peçanha, único presidente do Brasil que veio da pobreza, Lula nasceu na miséria (...) a experiência da fome em sua infância marcou definitivamente o caráter do atual Presidente” (p. 53). Lula começou a trabalhar desde os anos 90 com a superação da fome, uma de suas principais bandeiras eleitorais, até ser eleito em 2003. Neste ano lança o Programa Fome Zero, definindo a fome como uma situação inaceitável e tentando, através desta iniciativa, dignificar a vida de milhões de pessoas que não tinham as condições mínimas de sobrevivência. Mesmo se o Fome Zero não conseguiu evoluir por motivos operacionais (DIAS, 2006), ele foi precursor do Programa Bolsa Família (PBF), unindo políticas de combate a fome com transferências de rendas. Cohn (2004) afirma que a pobreza aparece na agenda política brasileira nos 90, consolidando-se com a criação do Fome Zero e do PBF.

O Bolsa Família foi idealizado com o intuito de aliviar a miséria que afetava a uma ampla parcela da população. Segundo Campello e Neri (2013), o Programa surge para dar alívio imediato às carências básicas, mas também busca gerar competências para que as futuras gerações se integrem ao mercado de trabalho. Na lógica do Capital Humano¹, por meio das condicionalidades e de programas complementares, o PBF busca melhorar o set de ferramentas com que os beneficiários podem enfrentar a vida em sociedade.

Portanto, o PBF define ações de curto, médio e longo prazo (PAIVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013). No plano imediato, a transferência de renda alivia carências de alimentação e consumo das famílias. No médio prazo, o Programa se propõe integrar aos beneficiários ao mercado de trabalho, os quais devem lidar com largos períodos de

¹ Em geral, os Programas de Transferência Condicionada de Renda (PTCR), como o PBF, têm como objetivo “promover a acumulação de capital humano, incentivando as inversões que as famílias realizam na educação e saúde das crianças e, deste modo, atuar sobre a transmissão intergeracional da pobreza” (PUELLO-SOCARRÁS; GUNTURIZ, 2013, tradução nossa, p. 38). A partir do Enfoque do Capital Humano, oriundo de uma visão economicista, se propõe que os pobres possuem “ativos” que devem ser potenciados pelo Estado, incentivando suas próprias capacidades para sair da pobreza. Este repertório permite, estrategicamente, introduzir a linguagem da economia liberal na política social. O discurso do Capital Humano tem sido apropriado por diversas posições políticas e é hoje um dos principais fundamentos no desenho de políticas sociais ao redor do mundo.

desemprego ou com o trabalho precário. Sob a hipótese de que os beneficiários possuem um baixo capital humano para inserir-se no âmbito laboral, programas de capacitação, geração de renda e empreendedorismo visam que as famílias produzam uma renda autônoma. Finalmente, no longo prazo, também na lógica do capital humano, as condicionalidades contribuem para que as crianças beneficiárias desenvolvam um set de competências físicas, intelectuais, escolares, profissionais e sociais para que, no futuro, tenham ferramenta para superar situações de pobreza e integrar-se plenamente ao mercado laboral.

Para Paiva, Falcão e Bartholo (2013) o Bolsa Família traz uma inovação ao sistema de proteção social brasileiro, que somente considerava benefícios de caráter contributivo, deixando sem cobertura as famílias pobres em idade produtiva. O governo detectou a necessidade de uma ação urgente de alívio à extrema pobreza, por meio de uma renda que complementara os exíguos rendimentos obtidos do trabalho intermitente e informal. Desta forma, a transferência do PBF surge com o intuito de ser um complemento da renda já produzida pela família, não pretendendo substituir esta última, até porque a baixa quantidade transferida não permite satisfazer plenamente as necessidades familiares.

Este fato é relevante para entender o sentido do Programa, que tem sido criticado, principalmente por posições de direita, por não gerar “portas de saída” através do emprego. Como se mencionou, este também é um objetivo do PBF, mas a possibilidade de acesso ao trabalho formal não depende exclusivamente de um programa de transferência de renda, já que seus alcances são limitados. Sabe-se que a disponibilidade de emprego não depende do Estado, senão que de fatores econômicos e do mercado de trabalho.

Os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) entendiam que o Bolsa Família não podia ser um fim em si mesmo, senão um instrumento para que os excluídos pudessem alcançar a autonomia e exercer plenamente a cidadania. Propunha-se que o Programa devia ser parte de um sistema de proteção social amplo que precisava ser complementado sinergicamente como uma política econômica que gerasse as condições para que os resultados do PBF tivessem efeitos sustentáveis no longo prazo.

A proposta de um modelo de desenvolvimento econômico com inclusão social (CAMPELLO, 2013; SILVA, 2007) visava aliar de forma sinérgica políticas de transferência de renda e acesso a serviços sociais, com políticas de valorização do emprego e expansão dos direitos trabalhistas, fortalecimentos do sistema de previdência social, aprofundamento da Reforma Agrária, potenciação da agricultura familiar e melhoras no sistema de proteção

social, entre outras. Esta política de Estado definia que o crescimento econômico deve ir junto a políticas sociais redistributivas que melhorem a qualidade de vida dos excluídos. Esta visão faz que a aplicação do PBF adquira sentido no marco de uma política estatal que define que a síntese entre desenvolvimento econômico e social como a melhor receita para o progresso. O PBF é um bom exemplo para mostrar que os Programas de Transferência Condicionada de Renda são flexíveis e se adaptam aos mais variados cenários políticos. Eles podem ter objetivos conservadores ou progressistas, segundo seu contexto político de aplicação. O Bolsa Família opera como “porta de entrada” a uma série de benefícios e programas que visam à proteção social e exercício da cidadania² (DIAS, 2006).

Uma política nacional de combate à pobreza se concretiza com o PBF. O Programa se transformou no paradigma da luta contra a miséria no Brasil, em um sistema de proteção social amplo que articula diversas políticas sociais, combinando transferências de renda, segurança social, fomento do capital humano e inserção no mercado de trabalho. O PBF tem como objetivo “combater a fome, a pobreza e as desigualdades por meio da transferência de um benefício financeiro associado à garantia do acesso aos direitos sociais básicos – saúde, educação, assistência social e segurança alimentar; promover a inclusão social, contribuindo para a emancipação das famílias beneficiárias, construindo meios e condições para que elas possam sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram” (SILVA, 2007, p. 1433).

As condicionalidades são um componente fundamental do PBF, deveres que o governo exige às famílias para transferir o benefício econômico. As condicionalidades são “contrapartidas com vistas a certificar o compromisso e a responsabilidade das famílias atendidas e representam o exercício de direitos para que as famílias possam alcançar autonomia e a conseqüente inclusão social sustentável” (SILVA, 2007, p. 1433). Por conseguinte, a família deve cumprir um compromisso com o Estado, sendo chamada a exercer um papel ativo na superação da pobreza. O papel da mulher dentro do Programa é fundamental, sendo a beneficiária titular por excelência. Neste contexto, a mulher é o nexo articulador entre o governo e a família, na gestão do benefício econômico e no cumprimento das condicionalidades, as quais estão ligadas, principalmente, ao cuidado das crianças do lar.

Complementarmente e para dar sustentabilidade a seus resultados, o PBF se articula com ações nas áreas de educação, saúde e emprego. Estas estratégias pretendem incrementar o

² A divergência entre o PT e a oposição política esta construída em torno a duas visões radicalmente diferentes sobre o papel da política social. Enquanto a oposição criticava a falta de “portas de saída” no Bolsa Família, os governos petistas defendiam que o Programa era a “porta de entrada” ao sistema de proteção social.

nível de autonomia da família, contribuindo a sua emancipação e gerando uma saída permanente da pobreza. Para cumprir esta meta, o Bolsa Família se integra a rede de programas do Plano Brasil sem Miséria (BSM) nas áreas de garantia de renda, acesso a serviços públicos e inclusão produtiva (BRASIL, 2013a, 2013b). Portanto, o PBF é concebido como a “porta de entrada” ao sistema de proteção social BSM que visa prover as condições para alcançar níveis de liberdade e dignidade próprios da sociedade salarial.

Apesar de seus resultados, o PBF não tem estado livre de críticas, dirigidas a distintos problemas e limitações. Da Silva (2007), afirma que o baixo valor monetário que define a focalização do Programa exclui a grande quantidade de famílias vulneráveis, devido ao uso exclusivo do critério de renda sem considerar outras dimensões da pobreza. Também menciona que os valores do benefício monetário, demasiado baixos, não alteram de forma relevante a realidade das famílias beneficiárias, servindo somente como um alívio a situação de miséria. Deve-se esclarecer que a transferência de renda foi pensada como um complemento a renda familiar. Nos PTCR as transferências devem ter um valor monetário que não desencoraje aos beneficiários a procurar emprego.

Também, alguns autores questionam a deficiente articulação do PBF com serviços sociais e programas de inclusão produtiva que permitam a autonomização das famílias (SANTOS, MAGALHÃES, 2012; SILVA, 2007; TESTA ET. AL., 2013). Esta situação se deve a que os programas de geração de renda não são de acesso obrigatório para os beneficiários. Por outra parte, nestes programas complementares se observa uma grande variabilidade, já que eles dependem de cada município e as prefeituras com menos recursos têm mais dificuldades para disponibilizar este tipo de ações. Ademais, as ações de capacitação e geração de renda estão à disposição de um grupo limitado de beneficiários.

Finalmente, Da Silva (2007) menciona as deficiências de cobertura e qualidade dos serviços públicos de educação e saúde como uma das grandes limitantes para impulsionar a mobilidade social dos beneficiários, serviços que deveriam atuar como elementos que incrementem o capital humano. Na sociedade brasileira existiria uma dicotomia no acesso a direitos fundamentais, com uma rede de serviços sociais de baixa qualidade “para pobres” (VIANNA, 2008), e outra, de qualidade, para os que acessam serviços no mercado. Isto reforçaria uma divisão de classes sociais: uma que se deve conformar com o que o Estado lhes proporciona, e outra, com a capacidade de satisfazer suas necessidades através do mercado.

3.2 Resultados do Programa Bolsa Família: Questionando mitos e preconceitos

O PBF tem sido amplamente destacado internacionalmente como um dos PTCR mais efetivos do mundo (CAMPELLO; NERI, 2013). Campello (2013) afirma que o Programa melhorou significativamente o acesso a educação, saúde e assistência social das famílias de baixa renda, componentes programáticos que buscavam romper o ciclo intergeracional da pobreza, melhorando o capital humano das novas gerações. A autora expõe que tanto na linha de complemento de renda como na de acesso a direitos sociais, o Programa superou com amplitude seus objetivos iniciais. O Bolsa Família também se mostrou efetivo nos âmbitos de cobertura dos serviços, focalização eficiente e impacto na vida dos beneficiários.

Paiva, Falcão e Bartholo (2013) afirmam que o PBF destaca por sua focalização e baixo custo (0,5% do PIB), sendo fator importante na superação da pobreza. Campello (2013) menciona que, entre 2001 e 2011, o PBF e o BPC (Benefício de Prestação Continuada) foram responsáveis pela queda de 15% a 20% da desigualdade social no Brasil. Souza e Osório (2013), a partir dos resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), indicam que entre 2003 e 2011 a renda per capita da população brasileira aumentou em 40%, enquanto a desigualdade diminuiu em 9,2%. Sobre a queda da pobreza, os autores destacam que a extrema pobreza recuou de 8% a 3% e a pobreza diminuiu de 16% a 6%.

Campello (2013) observa que a renda complementar do Bolsa Família possibilitou a integração ao mercado de consumo e crédito das famílias beneficiárias, adquirindo bens básicos aos que anteriormente não tinham acesso. A recepção de uma renda estável permitiu o planejamento familiar e a melhor gestão de dívidas de consumo. Os efeitos desta renda regular, portanto, maior autonomia e liberdade para as famílias, com um incremento significativo na qualidade de vida. A renda do PBF também dinamizou as economias dos pequenos municípios, devido à ampliação do poder de consumo das famílias beneficiárias.

Na área da saúde (JÚNIOR; JAIME; LIMA, 2013) o PBF assegurou o acesso dos beneficiários a um pacote mínimo de prestações assistenciais e preventivas que tiveram expressivos resultados na saúde da população de baixa renda. Os mais beneficiados foram as crianças, que tiveram uma redução significativa da insegurança alimentar e desnutrição, já que as famílias beneficiárias passaram a investir boa parte do dinheiro recebido em melhorar as condições de alimentação dos filhos. Por outra parte, observou-se um aumento do peso ao momento de nascer, fator diretamente associado à diminuição da mortalidade neonatal. A melhora destes indicadores se deve a que as gestantes também viram incrementados todos os

indicadores de prestações do período peri-natal, sendo que um 99% delas apresentaram um atendimento pré-natal sistemático. Por outra parte, as crianças viram incrementada a quantidade de tempo de amamentação exclusiva, completaram os calendários obrigatórios de vacinação e viram diminuída sua taxa de hospitalização.

Na área de educação, Campello (2013) menciona que o PBF diminuiu a evasão escolar. Em palavras simples, as condicionalidades do Programa conseguiram que menos crianças abandonassem precocemente a escola, a diminuição das taxas de trabalho infantil e o incremento gradual do capital humano oriundo da formação escolar, recursos que lhes permitirão afrontar com maior êxito os desafios do mundo do trabalho.

Na área de empregabilidade, Jannuzzi e Pinto (2013) asseguram que o PBF não desincentiva a procura de emprego. Os autores expõem que as beneficiárias apresentam níveis de ocupação, jornada de trabalho e procura de emprego similar aos demais grupos. A participação dos beneficiários no mercado laboral cresceu, particularmente das mulheres. Paiva, Falcão e Bartholo (2013) destacam o papel do Pronatec, que ofereceu capacitação para os beneficiários do PBF, sendo que até julho de 2013, 600 mil matrículas tinham sido ocupadas por beneficiários inscritos no Cadastro Único (CadÚnico). Também, dos 2,9 milhões de microempreendedores Pronatec, 10% pertenciam ao PBF. Dos 3,6 milhões de microcréditos concedidos até o 2012, 760 mil foram outorgados a beneficiários do Programa. Na área de fomento rural, através do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), se ofereceu assistência para 260 mil agricultores do PBF, junto com 317 mil cisternas para fornecer água as famílias de agricultores afetados pela seca.

No que diz respeito às relações de gênero na família, Jannuzzi e Pinto (2013) afirmam que, graças ao PBF, as mulheres ganharam maior autonomia financeira e poder na tomada de decisões. Em seu papel de consumidoras, o benefício trouxe maior participação no mercado de consumo. Também, observa-se maior autonomia na procura de um trabalho fora do lar. Estes achados comprovam que as mulheres aumentaram sua participação nos espaços públicos, como consumidoras e trabalhadoras. Os autores também destacam a diminuição da fecundidade das beneficiárias, já que entre 2000 e 2010, o número de filhos nas famílias em extrema pobreza caiu de 5,1 para 3,6. Estas cifras derrubam o mito que o Bolsa Família estimularia as mulheres a terem mais filhos para acessar mais benefícios sociais.

Bartholo, Passos e Fontoura (2017) afirmam que, mesmo o Programa conseguindo seus resultados através do reforço do papel materno das beneficiárias, esta situação é

egossintônica desde a percepção das mulheres, que se sentem reconhecidas pelo Estado e cumprindo um papel fundamental para a família. Este fato não suprime a necessidade de potencializar ainda mais a participação da mulher no âmbito público, principalmente no mundo do trabalho, situação que poderia trazer mais ganhos em autonomia para elas.

Também em matéria de gênero (BARTHOLO, PASSOS, FONTOURA, 2017; REGO, PINZANI, 2014) se observa a alteração do papel de provedor, já que as mulheres passam a administrar uma renda regular e decidir em base as suas próprias escolhas. O fortalecimento da autonomia financeira traz como consequência mudanças no autoconceito e o questionamento de relações familiares violentas, o que, em alguns casos, tem como efeito o rompimento destas relações. No nível das condicionalidades, apesar de que estas podem trazer uma sobrecarga para as mulheres, também as vincula as redes de proteção social, permitindo-lhes o acesso a direitos, o que implica um reconhecimento delas por parte do Estado.

Diante de uma extrema pobreza resistente às políticas até o momento implementadas, se cria, no ano 2011, o Plano Brasil sem Miséria (BSM), na primeira administração Rouseff, com a meta de fortalecer os logros conseguidos até o momento. O Plano busca promover a inclusão social através do aumento da renda dos mais pobres, melhoramento dos serviços públicos e fomento de programas de inserção produtiva. O Plano se compõe de três eixos: garantia de renda, acesso a serviços e inclusão produtiva (BRASIL, 2013a, 2013b).

Como descrevem Paiva, Falcão e Bartholo (2013), os novos benefícios do BSM aumentaram expressivamente o orçamento do PBF, que entre os anos 2010 e 2013, passou de R\$ 15 a R\$ 24 bilhões, com um aumento da transferência média recebida pelas famílias, que foi de R\$ 95,00 a R\$ 152,00, transferência que, nas famílias em extrema pobreza, chegou a R\$ 216,00. Junto a incrementos significativos dos investimentos programáticos, o número de beneficiários neste período aumentou de 12,9 para 13,8 milhões de pessoas.

Em 2012 se cria o Benefício de Superação da Extrema Pobreza (BSEP), que permitiu as famílias superar o patamar da linha da extrema pobreza. Graças ao BSEP, em março de 2013, o Brasil logra colocar fim a miséria definida pelo critério de renda (BRASIL, 2015), assegurando a saída de 22 milhões de pessoas desta condição, definida pela primeira vez pelo Estado como uma situação moralmente inaceitável que ninguém deveria tolerar.

Em 2015 o governo avaliou que o BSM tinha cumprido todas suas metas nos três eixos de atuação (BRASIL, 2015). Para Campello (2013) estes logros permitiram as famílias

acessar a um patamar mínimo de bem-estar social no que se refere à renda, saúde e educação. A trajetória de êxitos do PBF desde seus inícios até a criação do Plano Brasil sem Miséria “consolidou a percepção de que a superação da pobreza exigiria, sim, transferências monetárias, mas também acesso a serviços e a oportunidades de melhoria da inserção produtiva dos mais pobres” (PAIVA; FALCÃO; BARTHOLO, 2013, p. 38).

Por outra parte, desde sua gênese, o PBF e seus beneficiários tiveram que enfrentar uma série de preconceitos acionados por opositores políticos, frações conservadoras e a grande mídia. Estes discursos reproduzem sistematicamente mitos associados à pobreza, aos pobres e aos beneficiários de programas como o Bolsa Família.

Campello (2013) afirma que o PBF e seus beneficiários têm sido alvo de diversos preconceitos, os que têm sido sistematicamente derrubados pela evidência científica. Uma das polêmicas iniciais foi o fato de transpassar recursos monetários as famílias sem nenhum controle do uso “correto” do dinheiro. Em relação a isto “levantaram-se visões tuteladoras, que afirmavam – em graus variados – que a população de menor renda não saberia fazer uso adequado dos recursos transferidos” (CAMPELLO, 2013, p. 16). Este mito define aos pobres como inclinados a comportamentos desviados ou viciosos que não privilegiam o bem-estar familiar. Também os posiciona como planejadores irracionais do orçamento familiar, que devem ser vigiados ou capacitados para a melhor administração dos recursos domésticos.

Campello (2013) afirma que, contrariando este preconceito, a pesquisa mostra que os beneficiários do Bolsa Família aplicam estratégias efetivas de planejamento da renda familiar. A transferência monetária do PBF é destinada, principalmente, ao bem-estar dos filhos, investindo-se o dinheiro em alimentação, vestuário e material escolar.

O segundo mito derrubado foi que o Bolsa Família incentivaria as mulheres a terem mais filhos para obter mais benefícios sociais. Este mito não somente define ao pobre como um sujeito de duvidosa ética, senão que também o aproxima com a figura do pobre “aproveitador”. Campello (2013) afirma que a pesquisa mostrou exatamente o contrário. Logo após a implementação do PBF, as taxas de natalidade nas classes baixas diminuíram progressivamente, devido ao maior acesso a métodos anticonceptivos através do SUS, possibilitado pelas condicionalidades do Programa (JANNUZZI; PINTO, 2013). Ante estes resultados, Paiva, Falcão e Bartholo (2013) lembram que:

A capacidade de transferências monetárias de modificar as decisões quanto ao número de filhos é limitada – isto, mesmo quando se leva em conta as

transferências mais generosas realizadas por sistemas de bem-estar sociais mais desenvolvidos que o brasileiro. Pareceria, assim, muito improvável que as transferências bastante modestas do Programa Bolsa Família viessem a levar suas beneficiárias a aumentar o número de filhos (p. 36).

O terceiro preconceito desmitificado pela evidência científica foi que os pobres, ao receberem o benefício econômico, seriam desestimulados a buscar emprego ou a se formalizar, por medo de serem desvinculados do PBF. Por trás deste mito aparece a imagem do pobre como “preguiçoso”, vistos como sem vontade para trabalhar nem coragem para sair da pobreza. Aciona a imagem culpabilizante de um pobre “acomodado” que tendo ajuda do Estado desiste de procurar emprego e tira proveito das instituições públicas. Campello (2013) destaca que as evidências empíricas confirmam que “seja em termos de ocupação, procura de emprego ou jornada de trabalho, os indicadores são muito próximos entre beneficiários e não beneficiários do programa” (p. 17), não observando-se objetivamente desincentivo ao trabalho ou aumento da informalidade. Como afirmam Paiva, Falcão e Bartholo (2013) “o número de estudos acumulados sobre esse assunto permite concluir que o temor de que o Bolsa Família viesse a gerar alguma espécie de efeito preguiça pode ser descartado” (p. 36).

O quarto mito derrubado sobre o PBF é que este poderia ser utilizado politicamente, pressuposto amplamente difundido pelas mídias e opositores políticos. Segundo Campello (2013), a utilização do cartão magnético para efetuar os pagamentos feitos diretamente por uma instituição bancária asseguram que a transferência de dinheiro seja despersonalizada, fortalecendo a autonomia política dos beneficiários.

3.3 Impeachment de Dilma Rousseff e retrocessos sociais no governo Temer

3.3.1 Polarização política e papel da mídia no golpe de 2016

Para Solano, Ortellado e Moretto (2017), um cenário de polarização política na sociedade brasileira teria sido gestado a partir de 2013, ano de protestos massivos que se caracterizaram pelo antipetismo. O grupo conservador definia ao Partido dos Trabalhadores (PT) como um partido corrompido pelo poder. O grupo progressista não era totalmente a favor do PT, mas via o movimento pró-impeachment como uma séria ameaça à democracia fomentada por uma coalizão da elite, mídias e poder judiciário. Paradoxalmente, o discurso antipetista acionado pela direita se fundamentava em uma retórica populista que tinha como centro a moralização da política, a ideia de fazer uma “faxina geral” da corrupção no Brasil, mas dirigida seletivamente contra políticos do Partido dos Trabalhadores.

Segurado et. al. (2017) lembram que a partir de 2013 a oposição política e as mídias hegemônicas capitalizaram a crise econômica e de confiança na institucionalidade política, mobilizando um discurso de “luta contra a corrupção” dirigido contra o PT e Dilma Rousseff. Durante o primeiro mandato de ex-presidenta se observa uma queda da sua popularidade devido à crise econômica, a política de ajuste fiscal e a visibilização de casos de corrupção no PT, coroados pelo surgimento da Operação LavaJato, em março de 2014. Em 2015 a ofensiva da oposição se intensifica através dos discursos mediáticos que destacam a ação da Operação LavaJato e o aprofundamento da crise econômica. O ano culminaria, em dezembro, com a abertura de processo de impeachment contra a presidenta Rousseff.

Sobre a crise econômica de 2015, Cavalcanti e Venerio (2017) descrevem que a rejeição contra Rousseff se acentuou devido à recessão econômica, com alta inflação, desemprego e déficit público. Mas, os autores aclaram que esta foi uma recessão de “fora para dentro”, não causada por uma ineficiente gestão do governo, como a oposição e a mídia tentaram fazer crer. A hipótese da crise sustentada pela oposição visava mudar a estrutura do Estado, sugerindo como “soluções necessárias” o crescimento econômico, flexibilização do orçamento fiscal, redução de juros e reformas previdenciária e trabalhista.

Acerca da percepção da opinião pública sobre a crise econômica, Mundim, Gramacho e Pinto (2018) observam que, entre 2014 e 2015, a administração Rousseff perdeu popularidade inclusive dentro de seu eleitorado, devido ao aumento da percepção de crise econômica no país. Os autores indicam que, neste contexto de crise, os fatores afetivos se tornaram mais relevantes para julgar ao governo, com presença de sentimentos negativos (medo, ansiedade, raiva, decepção) e aumento da ameaça de perda pessoal ante a crise.

A opinião pública está fortemente condicionada pela grande mídia, que tem a capacidade de definir a agenda do debate político, fenômeno que se acentuou durante a gestão do impeachment de Dilma Rousseff. Carta (2018) afirma que o jornalismo brasileiro tem se caracterizado historicamente por defender o *establishment* e estar cooptado pelas elites. Para Azevedo (2018) a excessiva monopolização da mídia brasileira a torna um sistema politicamente homogêneo com tendência a uma visão enviesada da realidade social.

Para Junior (2018) a grande imprensa brasileira recorre sistematicamente a manipulação do agendamento, ocultando ou visibilizando temáticas segundo seus interesses e orientações político-editoriais. O ocultamento se realiza por meio de uma cobertura com notícias dispersas que não se tornam pauta noticiosa. Ao contrário, a visibilização se gera

colocando na agenda uma temática através de publicações sistemáticas que mobilizam argumentos de forma repetitiva. O claro viés ideológico da imprensa brasileira fomenta uma formação unidirecional da opinião pública, com difícil acesso a posições dissidentes.

Para Nassif (2018) desde a chegada do PT ao poder a mídia brasileira teria acionado um discurso antipetista que o posicionaria como um partido corrupto. A partir de mecanismos de manipulação da informação teria tido um importante papel nas eleições presidenciais, geração de um clima de guerra, propagação de preconceitos e desestabilização da democracia. A mídia foi um ator fundamental na gestação do golpe de 2016, dominando o discurso público através de uma narrativa dirigida ao afastamento de Rousseff. Os jornais se dedicaram a “estampar diariamente denúncias montadas pelo Ministério Público contra o governo, decisões judiciais desfavoráveis ao PT, meras suspeitas e boatos, e repercutir as chamadas *fake news*” (NASSIF, 2018, p. 8). Para Carta (2018) a grande mídia intensificou a manipulação da informação a partir da reeleição de Dilma em 2014, até o golpe de 2016.

Sobre a cobertura mediática do impeachment de Rousseff, Azevedo (2018) expõe que a grande mídia veiculou uma imagem negativa de Dilma e sua gestão, com valências negativas de 80% do espaço publicado, segundo análise do site Manchetometro³. O impeachment foi posicionado como um procedimento jurídico e politicamente legítimo e as mídias respaldaram ao novo governo com seu programa de reformas liberais (trabalhista, previdenciária e de redução do gasto público), justificando-o a partir do argumento da crise econômica. A visão negativa sobre o governo Rousseff se ancorou nas ideias de incompetência da ex-presidenta, crise econômica e corrupção endêmica instaurada pelo PT.

Júnior (2018) mostra, com dados da produção jornalística entre 2014 e 2018, que a grande imprensa brasileira tem tido uma clara partidarização política, construída como oposição acirrada contra o PT. Este antipetismo se observa na cobertura jornalística do ano eleitoral de 2014, da Operação LavaJato e do impeachment de 2016. O autor afirma que a grande mídia foi a grande gestora da construção do argumento da corrupção contra o PT. O autor observa um comportamento antipetista sistemático por parte da grande mídia neste período de tempo, veiculando informações com claro viés ideológico.

Para Júnior e Sassara (2016a) nos grandes jornais observa-se uma clara tendência à espetacularização da corrupção. A partir de pesquisa jornalística, concluem que a mídia

³ O Manchetometro é um website de acompanhamento da cobertura da grande mídia sobre temas de economia e política (fonte: www.manchetometro.com.br).

brasileira mostra extrema escandalização, politização e viés ideológico, comum agendamento consistentemente antipetista que vincula o 95% das matérias vinculadas à corrupção aos governos petistas. Esta tendência vai desde as eleições de 2014 até o impeachment de 2016 (JÚNIOR; SASSARA, 2016b), com uma cobertura mediática sobre Rousseff claramente negativa, catalogada pelos autores como um “massacre mediático” da ex-presidenta.

Sobre a cobertura mediática da crise econômica que se acentuou em 2015, Santos (2018) destaca que o argumento da crise veiculado pela mídia tem apresentado um claro viés alarmista, selecionando e omitindo dados segundo seu interesse político. Em relação a isto, Santos (2018) afirma que “no período, manchetes dos principais jornais do Brasil destacavam dados de pouca relevância ou alterações sem significados estatísticos, desde que os fossem negativos para o governo, enquanto melhoras econômicas de grande importância eram sumariamente ignoradas” (p. 226). O autor conclui que os dados econômicos objetivos disponíveis não sustentam o “terrorismo econômico” mobilizado pela oposição, considerando que os resultados econômicos das gestões petistas até 2015 foram positivos quando comparados com governos anteriores. Sobre a recessão econômica, o autor aclara que “de fato, em 2015 houve uma piora nos indicadores de dívida pública líquida e da inflação. Mas foram fatores temporários: choque das tarifas públicas, forte especulação cambial, retração econômica e alta taxa de juros” (SANTOS, 2018, p. 230).

Vemos que o posicionamento do argumento da crise econômica se destaca no documento “A Travessia Social” (FUG, 2016), do Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Na seção “Vencendo a crise”, se problematiza a situação país em torno do conceito “crise”, enumerando os problemas que comporiam este cenário. Este argumento justifica reformas que levariam ao Brasil a retomada do equilíbrio fiscal e crescimento econômico. Este argumento já se enunciava no documento “Uma Ponte para o Futuro” (FUG, 2015), em que problemas como inflação, desemprego, baixo crescimento, déficit público, incerteza do mercado e endividamento faziam parte desta retórica. Estes problemas justificavam reformas (PEC 241, previdenciária e trabalhista) ante a possibilidade de um “colapso” iminente.

3.3.2 Retrocessos sociais no governo Temer

O dia 12 maio de 2016 se produz a confirmação do impeachment da ex-presidenta Rousseff no Senado Federal, processo que acabaria com a cassação de seu mandato em agosto de 2016, momento em que Michel Temer é oficializado como novo presidente da república.

Para Santos et. al. (2017) no governo Temer começa um desmonte da proteção social, com medidas que aprofundaram o modelo neoliberal (reformas, privatizações, redução do Estado). Entre as principais medidas estão a extinção dos ministérios da mulher, igualdade racial e direitos humanos, cultura e desenvolvimento agrário. Outras medidas, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 241, reforma previdenciária e lei de terceirização, priorizaram o crescimento econômico a costas da precarização dos direitos sociais. Por exemplo, a PEC 241, aprovada no ano 2016, reduz o gasto público colocando um teto pelos seguintes 20 anos que limita o aumento das despesas federais aos valores do ano anterior, reajustados pela inflação. A emenda geraria reduções orçamentárias em áreas fundamentais como educação e saúde. Neste cenário, direitos sociais garantidos pela Constituição de 1988 poderiam estar em risco, com consequências nefastas para a população vulnerável.

Sobre os retrocessos em matéria agrária, Mattei (2018) afirma que a criação do MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário) foi fundamental para aprofundar a Reforma Agrária e potencializar a agricultura familiar. Foi no período dos governos petistas (2003-2015) em que a ação do ministério teve os resultados mais importantes, na redistribuição de terra, superação da pobreza, redução da desigualdade e aumento da renda dos habitantes do campo. Neste período, a ação de um conjunto integrado de políticas visou reverter a grande concentração fundiária e fortalecer a agricultura tradicional. Desta forma, através do II Plano Nacional de Reforma Agrária, no período Lula (2003-2010), se observa o maior crescimento histórico de assentamentos (52%). Já no governo Rousseff (2011-15), a política de Reforma Agrária começa a decair, com resultados incluso inferiores aos da administração FHC.

Mattei (2018) expõe que com chegada de Temer o paradigma de política agrária muda totalmente. As medidas provisórias 726 e 759 decretaram a extinção do MDA e sua fusão com MDS, que passou a ser o MDSA (Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário). Também decretaram a reestruturação da política agrária, com a criação de uma série de secretarias anexas e a subordinação do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) a esta nova estrutura, que teve como efeito o derribamento da estrutura da política agrária, o enfraquecimento de seu dispositivo técnico, paralisação de programas, congelamento de pagamentos e diminuição de orçamentos. Isto significou um retrocesso nos logros alcançados e uma mudança radical do olhar para a questão agrária, passando-se a fomentar preferencialmente o modelo do agronegócio.

Mattei (2018) menciona, entre os efeitos do desmonte da política agrária no governo Temer, a desestruturação do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e congelamentos de seus pagamentos, o contingenciamento do orçamento do Programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), com diminuição de 50% em 2016 e 48% em 2017, a redução dos recursos para a política de educação do campo, 17% em 2016 e 45% em 2017 e, finalmente, uma verdadeira paralisação da Reforma Agrária nos anos 2016 e 2017. Para Santos et. al. (2017) a fusão do MDA com o MDS implicou o enfraquecimento ou simples eliminação dentro da nova política de desenvolvimento rural de aspectos como Reforma Agrária, agricultura familiar, cooperativismo, agroecologia, desenvolvimento territorial e economia solidaria, com impactos concretos na vida dos trabalhadores rurais e famílias do campo.

Para Souza e Soares (2019) com a chegada de Temer ao poder se intensifica o processo de estigmatização dos direitos sociais, na medida em que estes são definidos de forma reducionista e simplista em termos de ações populistas ou paternalistas que somente estimulam a dependência. Nesta lógica se situa a constante insistência da oposição sobre a ausência de “portas de saída” no PBF, aludindo à eterna dependência dos beneficiários.

Nesta linha, no documento “A Travessia Social” (FUG, 2016) se critica o PBF devido à ausência de “portas de saída”. Esta ênfase está fundamentada no argumento da dependência dos beneficiários e na crença de que é através das oportunidades que dá o mercado que estes devem alcançar a autonomia. Esta visão está influenciada pelo enfoque do Capital Humano que promove a ideia que o problema dos pobres é a carência de competências para capitalizar as oportunidades que naturalmente surgem do crescimento econômico.

Este discurso será a base conceitual das novas políticas sociais criadas no governo Temer: o Programa Criança Feliz (PCF) e o Plano Progridir (PP). O primeiro, criado em 2016, busca através de visitas domiciliares estimular o desenvolvimento das capacidades intelectuais, efetivas e sociais das crianças beneficiárias do Bolsa Família, para que no futuro tenham um melhor rendimento escolar e oportunidades de romper o ciclo da pobreza. O segundo, criado em 2017, visa através de ações de capacitação, emprego, microcrédito e empreendimento, incrementar o capital humano dos beneficiários do Programa, gerando “portas de saída” para que estes alcancem a emancipação e autonomia.

A implementação de medidas de austeridade fiscal durante gestão Temer e a lógica da “democracia da eficiência”, que visava à redução de gastos e correção de supostas irregularidades no funcionamento do Estado, trouxe como efeito a aplicação da operação

“pente fino” no PBF, que bloqueou e cancelou grande quantidade benefícios entre 2016 e 2018⁴. Em fevereiro de 2016, antes do impeachment, a quantidade de beneficiários do PBF ascendia a 13.966.000. Logo do impeachment, no final de 2016, a quantidade de benefícios baixa a 13.550.000. O ano 2017 foi o que teve mais cancelamentos de benefícios na série histórica do Programa, chegando a 12.740.000 beneficiários no mês de julho. Entre final de 2017 e começo de 2018 a quantidade de beneficiários aumentou e se estabilizou perto dos 14 milhões, similar as cifras do governo Dilma. Provavelmente, o aumento do desemprego e da pobreza fez que isto fosse algo inevitável⁵. Apesar do ligeiro aumento no número de beneficiários observado entre 2017 e 2018, as cifras não pareceram acompanhar o expressivo aumento da pobreza no Brasil nos últimos anos. Isto faz pensar em uma espécie de “congelamento” do PBF, tanto em termos orçamentários como de número de beneficiários⁶.

Em relatório de resultados sociais do período 2016-2018 (MDS, 2018), afirma-se que, em relação ao PBF, o governo Temer conseguiu aumentar em 14.2% o poder de compra das famílias em extrema pobreza, considerando os reajustes do benefício de 2016 e 2018. Este último reajuste fez chegar essa porcentagem a 19.6%. Destaca-se também o fato de ter zerado a fila de espera do Programa, graças à operação “pente fino” que implementou um sistema de controle mensal que eliminou 5 milhões de beneficiários irregulares e integrou 4.8 milhões de novas famílias. Sobre o Programa Criança Feliz (PCF), destacam-se algumas cifras, como os 2.672 municípios aderidos (2044 com visitas domiciliares, 76%), 13 mil visitantes em terreno, 275 mil crianças e 37 mil gestantes atendidas. Finalmente, sobre o Plano Progredir, destaca-se que, entre 2017-2018, R\$ 1,94 bilhões em microcrédito foram destinados para 600 mil usuários do CadÚnico (60% deles beneficiários do PBF), 68 mil empregos formais foram criados e 83,7 mil usuários do CadÚnico tiveram acesso a capacitação.

Uma avaliação do Criança Feliz (MC, 2019) destaca suas fortalezas e debilidades. Entre os aspectos positivos, o Programa é percebido pelos participantes como uma contribuição para o desenvolvimento infantil. Apesar disto, existe algum receio por parte das famílias de participar no Programa, acreditando que possa influenciar no cancelamento do benefício do PBF. Neste sentido, percebe-se o PCF como uma instancia de controle e

⁴ Fonte: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/painel.html>.

⁵ A PNAD 2015 evidenciou aumento de 19.3% da pobreza, com 3.6 milhões de novos pobres. Segundo cálculos da FGV (2018), a pobreza aumentou 33% entre 2014 e 2017, passando de 8.3% para 11.1%, com 6.2 milhões de novos pobres. Também, se evidencia uma queda da renda a causa do desemprego, situação que afetou mais fortemente as classes menos favorecidas.

⁶ Atualmente a cifra de beneficiários ronda os 14 milhões, similar a alcançada no último governo Rousseff, em que os indicadores de pobreza eram mais baixos. Em outubro de 2019 a quantidade de beneficiários superou apenas os 13.500.000 (fonte: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/painel.html>).

fiscalização do governo (NASCIMENTO, LUNKES, 2019; SPOSATI, 2017). No âmbito das debilidades, uma das mais destacadas é a formação das visitadoras, que recebem capacitações deficitárias, não padronizadas ou tardias. Esta situação gera dificuldades técnicas e deficitário planejamento das visitas. No quesito recursos humanos, destacam-se as precárias condições de trabalho das visitadoras (NASCIMENTO, LUNKES, 2019; SPOSATI, 2017), com contratos temporários, baixas remunerações, rotatividade, enfrentamento de situações difíceis (violência familiar, uso de drogas, etc.) e capacitação insuficiente. Por outra parte, dificuldades de transporte em municípios de grande extensão e rurais obrigam ao PCF a atuar preferentemente no perímetro urbano. Este conjunto de problemas repercute na possibilidade de realizar visitas com frequência semanal, na qualidade do atendimento e na manutenção do vínculo de confiança com as famílias.

O Criança Feliz pode exercer um papel na vigilância na medida em que penetra na intimidade da família e introduz o julgamento moral e científico dos hábitos familiares, especificamente da criação dos filhos. O PCF acionaria um enfoque individualista da questão social, em que problemas como baixo rendimento escolar, falta de competências para inserir-se no mercado ou condutas violentas ou criminosas, são atribuídos à dinâmica familiar, especificamente à relação mãe-filho (NASCIMENTO; LUNKES, 2019). O Criança Feliz, baseando-se no enfoque do Capital Humano (GADELHA, 2009), prediz que o investimento nas crianças terá retornos econômicos e sociais no futuro, gerando uma mão de obra “minimamente competente” e reduzindo riscos sociais. Enquanto esta visão mobiliza a atenção para a relação mãe-filho, problemas estruturais de emprego, educação pré-escolar ou saúde podem ser esquecidos, colocando o foco no “ambiente familiar” como causa dos riscos sociais. A acentuação desta visão acontece, paralelamente, ao enfraquecimento do sistema de proteção social e serviços públicos, propiciado pela lógica do ajuste fiscal.

4 RURALIDADE BRASILEIRA

4.1 Fatores históricos e características

Wanderley (2009) expõe que a ruralidade brasileira se conformou por influência tanto de fenômenos externos como internos. Dentro dos fatores externos menciona os processos de urbanização e industrialização do século XX no Brasil, que trouxeram consigo a formação de uma grande quantidade de pequenos municípios pouco urbanizados, grande concentração das indústrias e serviços nas capitais regionais e uma alta concentração da propriedade da terra. Estes fenômenos tiveram como efeito que os pequenos municípios não desenvolveram capacidades para fornecer oportunidades de emprego e acessos a serviços para sua população. Se já o centro urbano do município é precário em termos do acesso a indústrias, empregos ou serviços, esta precariedade se acentua mais nas comunidades rurais mais isoladas.

Dentro dos fatores próprios do meio rural, Wanderley (2004, 2009, 2014) destaca a concentração da propriedade da terra forjada desde os tempos coloniais e reforçada pelas políticas de Estado da década dos 60, no período de modernização conservadora da agricultura. Junto com a concentração do capital, a grande propriedade patronal é responsável por grandes áreas improdutivas no meio rural, configurando o que se conhece como “questão rural”. A grande concentração da propriedade implicou importantes limitações para a agricultura familiar, afetando a qualidade das terras disponíveis, acesso a crédito, oportunidades de capacitação, serviços de educação e saúde, entre outros. Estes problemas são identificados como “profundos bloqueios que afetam diretamente o desempenho dos produtores e a qualidade de vida de suas famílias” (WANDERLEY, 2009, p. 70).

Este contexto provocou diversos efeitos negativos. A impossibilidade de acesso à terra e falta de emprego gerou o êxodo de uma gigantesca massa de trabalhadores rurais que, quando chegaram às periferias urbanas, se somaram aos bolsões de miséria da cidade. Em geral, muitas regiões rurais atravessam uma crise crônica de emprego, com desemprego permanente ou acesso a trabalhos intermitentes e em condições laborais precárias.

Este acúmulo de dificuldades implica que a população rural seja a principal vítima da pobreza, muito mais expressiva no campo que na cidade. A concentração fundiária gera relações de exploração que produzem uma população rural marginalizada. Os “pobres do campo”, segundo Silva (1995, apud WANDERLEY, 2004) “na sua grande maioria são

trabalhadores temporários sem vínculo empregatício e pequenos produtores não modernizados que trabalham por conta própria” (p. 95). Desta forma, a pobreza rural é configurada não somente pela falta de trabalho ou o subemprego, senão também por uma série de problemáticas associadas, como injustas remunerações, precárias condições laborais e trabalhos braçais que precisam de grande esforço, realizados com pouca segurança. Por outra parte, se observam problemas como fome, subnutrição, mortalidade infantil, baixa expectativa de vida e acesso a serviços básicos e moradia precários.

Wanderley (2014) agrega que a pobreza rural é um problema crônico na sociedade brasileira. Por exemplo, no ano 2003, no lançamento do Fome Zero, um diagnóstico indicou que 27,8% da população brasileira vivia em risco alimentar e vulnerabilidade à fome. Dentro desta percentagem, 46,1% vivia em zonas rurais, ou seja, metade da população do campo em 2003 estava em risco nutricional e exposta a diversas doenças graves decorrentes dele. No nível regional, o Nordeste se constitui como o maior depósito da pobreza rural do país. Wanderley (2014) destaca que apesar de que o Bolsa Família tem melhorado esta situação, com o aumento da renda das famílias vulneráveis do campo, as abordagens da pobreza rural devem considerar outras variáveis não monetárias que afetam a esta população.

Sobre os problemas relativos ao emprego, Wanderley (2009) destaca vários elementos. Primeiramente, a sucessão da propriedade da terra repercute nas dinâmicas de emprego ao interior da família, principalmente para os jovens. Quando a sucessão é retardada em demasia, os jovens devem esperar muito tempo para ter uma terra produtiva, devendo procurar oportunidades de emprego fora da família e em outras regiões. Alguns, afetados por outras limitações, terminam assumindo a condição de desempregados crônicos ou vivem de pequenos trabalhos intermitentes. No caso das atividades não agrícolas, fora do sítio familiar, as oportunidades são escassas, desqualificadas e mal remuneradas, portanto, os jovens rurais se veem submetidos ou a empregos precários ou a longos ciclos de desocupação. Finalmente, nas situações mais precárias, nas famílias sem patrimônio, os filhos devem procurar oportunidades de trabalho longe da família. Estes fenômenos contribuem para o esvaziamento da zona rural, o envelhecimento da população e a perda das tradições.

Segundo Wanderley, (2014) a questão agrária tem estado marcada pela precariedade de acesso á terra, situação que tem variado através da história. No século XIX, esta questão estava marcada por situações como a posse precária e o sistema de moradia, herdeiras da Colônia. No primeiro caso, grandes extensões territoriais começam a ser ocupadas por

camponeses sem acesso a terra que precisavam de uma forma de sobrevivência familiar, os que seriam chamados “posseiros”. Já no segundo caso, a figura dos “moradores” emerge historicamente na medida em que ao interior das grandes propriedades fundiárias os camponeses eram autorizados a ocupar uma pequena área (“sítio”) para produzir alguns alimentos destinados à sobrevivência familiar. Em troca, o camponês estava obrigado a trabalhar na monocultura do patrão, podendo receber ou não um salário. Os “moradores” eram os camponeses sob esta forma de vida usual nas zonas canavieiras do Nordeste.

No século XX, com o processo de modernização da agricultura impulsionado pelo Estado, o modo de produção industrial capitalista se instala nas grandes propriedades fundiárias. A mecanização de funções e processos da produção trouxe consequências importantes para os trabalhadores do campo, como a perda de empregos. Também, os camponeses que viviam sob o sistema de moradia foram expulsos dos grandes latifúndios que buscavam modernizar as relações laborais. Estes eram somente contratados nos momentos necessários da produção, em trabalhos sazonais no período manual de colheita e sob condições de trabalho precárias. A migração às grandes capitais ou a migração permanente buscando emprego em colheitas em diversas regiões, marcou também a precarização da vida dos camponeses. O final da década de 60 foi testemunha da consolidação da agroindústria e da tecnologização da produção rural, com o surgimento das grandes empresas agropecuárias.

Neste contexto, se consolida um movimento rural de luta pela terra articulado por diversas forças sociais e sindicais que começam a organizar-se em torno da Reforma Agrária, que tinha como objetivo o acesso legal à terra para os camponeses. Este movimento foi se consolidando nas décadas de 60, 70 e 80. Nos anos 80, por exemplo, momentos relevantes desta luta foram a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) em 1984 e o lançamento do primeiro Plano Nacional da Reforma Agrária, em 1985.

Na década de 90, com o retorno da democracia, as pressões dos movimentos rurais tiveram um efeito histórico, observando-se o maior número de assentamentos rurais da história do Brasil, no governo FHC. A partir desta década se observa um paulatino reconhecimento da agricultura familiar como um modo de produção que devia ser apoiado pelo Estado, através da Reforma Agrária e de políticas de fomento específicas para o setor.

Depois de uma série de intentos do Estado de formular políticas públicas voltadas para os agricultores de baixa renda, Wanderley (2014) destaca que a partir do ano 2003 os camponeses começam a beneficiar-se das iniciativas estatais, sobretudo com a implantação

dos Programas Territoriais do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA). Estas ações reconheciam aos agricultores familiares como público alvo relevante da política pública, não somente desde um ponto de vista produtivo, senão também social. Entre os problemas específicos do setor estavam as limitações no acesso à terra, precárias condições de produção, baixa renda e falta de acesso a serviços básicos. Esta iniciativa foi um passo tremendamente relevante em direção a valorização da identidade social e cultural dos camponeses, com o planejamento de políticas sociais diferenciadas e relevantes para este setor.

4.2 Campesinato: Ordem moral organizada em torno da dicotomia tradicional/moderno

Wanderley (2000) nos convida a entender o rural como uma forma específica de ocupação do espaço e organização social. Segundo as orientações de Kayser (1990, apud WANDERLEY, 2000), a ruralidade deve ser entendida a partir de três componentes: 1) como um espaço físico, um território ocupado por indivíduos que constroem relações sociais; 2) como um lugar onde se vive, com hábitos, costumes e identidades que constituem formas de vida particulares; 3) e finalmente, como um lugar onde se vê e vive o mundo, com discursos e paradigmas que permitem construir específicas visões da realidade.

Wanderley (2000) destaca que para entender a ruralidade devem considerar-se duas características básicas. Por uma parte, entendendo este espaço como um contexto natural, temos que dirigir nossa atenção às ações que os sujeitos exercem sobre a natureza, para modificá-la e construir formas de vida. O trabalho será a principal forma de relação com o meio natural, através das diversas atividades rurais que permitem ao sujeito do campo sobreviver. Através das ações do trabalho, este contexto natural será transformado em um habitat, um espaço material organizado pela ação dos indivíduos. Em segundo lugar, o rural deve ser considerado um espaço social, lugar onde as relações determinam o trabalho e também a construção do habitat, dimensões ambas interligadas. Considerando o anterior, pode-se dizer que o contexto rural se caracteriza pela predominância dos espaços naturais menos alterados pelo homem, a baixa densidade populacional e as relações sociais de proximidade geradas entre seus habitantes, muitas delas determinadas pelo parentesco.

Quando considerado com um espaço social, o rural é um contexto que determina a forma como se definem o trabalho, a família, o espaço e outras dimensões da vida. Para Wanderley (2000, 2004), na ruralidade brasileira se observa uma clara tensão entre um paradigma moderno e uma forma de vida tradicional, dicotomia destacada também por outros autores que teorizam sobre o rural brasileiro (BRANDÃO, 2007; BRANDEMBURG, 2010).

Por exemplo, para Brandenburg (2010) o contexto rural brasileiro está composto por distintas racionalidades. Em primeiro lugar, o paradigma tradicional de vida, que destaca o papel da pequena propriedade familiar e as redes sociais, formadas pela família extensa e a comunidade. Nesta forma de vida um grau de autonomia relativa é desenvolvido pelos grupos familiares, que produzem alimentos para o autoconsumo e ativam uma pequena indústria doméstica que gera produtos para serem consumidos ou comercializados. Em segundo lugar, identifica a racionalidade moderna, que aparece “quando a sociedade se moderniza e impõe seu ritmo e padrão de vida ao campo, as condições de vida camponesa se redefinem, a vida social em comunidade se reorganiza” (BRANDEMBURG, 2010, p. 421). Desestabiliza-se a vida social focada na família e comunidade, com o camponês integrando-se ao mercado, seja como consumidor ou comerciante. O trabalho assalariado fora da unidade de produção familiar é uma das principais conseqüências da modernização.

Apesar de que na tensão moderno/tradicional muitos valores da ruralidade moderna podem eclipsar a forma de vida tradicional, isto não implica a “morte da tradição”. No rural contemporâneo coexistiriam formas de vida em que valores tradicionais e modernos se resignificam, sendo ambos referenciais das formas de vida das pessoas do campo. Na contemporaneidade existe um agricultor familiar-moderno que, ao mesmo tempo em que se integra ao mercado como consumidor e comerciante em busca de bens e serviços, conserva profundos laços com a tradição, referente de uma forma de organização familiar e do trabalho.

Em um contexto de forças modernizantes que potencializam o esvaziamento do rural, Wanderley (2004) destaca a relevância de identificar quem decide ficar no campo, apesar dos importantes dificuldades. Entre estas podemos mencionar o acesso a emprego em economias locais em crise e problemas para acessar bens e serviços. Outra dificuldade importante é a grande distância entre os locais de moradia e a oferta de serviços e oportunidades de emprego. Todos estes elementos que aparecem como dificuldades da vida rural, contrastam com a vontade de seus habitantes de preservar um modo de vida valorizado a partir das tradições familiares e da herança patrimonial.

Woortmann (1990) também concorda com a presença na cultura camponesa de uma tensão entre tradição e modernidade, com ambas as racionalidades compondo uma ética camponesa. O autor define a ética camponesa como uma ordem moral que organiza as relações sociais rurais. Esta ordem posiciona aos sujeitos em uma estrutura moral que prescreve comportamentos, códigos, regras e valores. Os diversos indivíduos que formam o

mundo rural podem estar localizados em diversos pontos dentro do contínuo moderno-tradicional, podendo-se afirmar que não existem os tipos “puros”. Nesta tensão entre tradicional e moderno, para Woortmann (1990), a constituição da identidade dos camponeses transita entre o paradigma *homo moralis*, regido por uma organização moral, mágica e sagrada do mundo, e o *homo economicus*, governado pela relevância do mercado, individualidade, materialidade e racionalidade. Ambas lógicas coexistem na identidade camponesa. Podemos ter, simultaneamente, um camponês que interpreta acontecimentos através de um discurso religioso proveniente da cultura bíblica e um agricultor racional que determina as melhores estratégias para integrar-se ao mercado como produtor e comerciante.

Para Woortmann (1990) são três as categorias que compõem a ordem moral camponesa: família, trabalho e terra. Estas categorias se vinculam com três valores que organizam esta ordem moral: hierarquia, reciprocidade e honra. Na lógica camponesa as identidades se definem por um sistema relacional, a diferença da lógica moderna, baseada na individualidade, em que os sujeitos estão atomizados e definidos por relações contratuais.

Para Woortmann (1990) a família é uma das categorias centrais que define a moral camponesa, porque a partir das relações familiares se organiza o trabalho. Uma rede de parentesco designa posições aos sujeitos e determina seu senso de honra, definindo-os enquanto “pessoas morais”. A rede de relações familiares também aciona outro valor fundamental, a reciprocidade, no qual se baseiam os intercâmbios entre os indivíduos. As identidades dentro da família estariam definidas de forma relacional mais que individual, não somente em base a papéis tradicionais, mas também em base as funções do trabalho no sítio.

O trabalho, segunda categoria desta ordem moral, tem como meta a reprodução material e cultural da família. O trabalho familiar é a organização paradigmática do modo de produção camponês. Woortmann (1990) afirma que dentro da dicotomia moderno/tradicional o trabalho familiar é visto em oposição ao trabalho assalariado. O trabalho no sítio se considera uma forma de vida que engaja a todos os membros da família, enquanto o emprego se define como uma relação contratual desigual entre indivíduos. O trabalho é um dos valores fundamentais na ética camponesa, sempre que ele contribua à dignidade e honra familiar.

Woortmann (1990) descreve a existência de uma organização patriarcal da família e do trabalho camponês. A categoria trabalho implica o controle do pai sobre o processo de produção e sobre a família. Por este motivo, a participação da mãe ou dos filhos nas tarefas do sítio é entendida como uma “ajuda” ao pai, principal responsável dos processos de produção

agrícola. Por exemplo, no caso de camponeses com maior renda, a não participação da mulher nas lavouras do sítio representa a prosperidade e produtividade do agricultor, que tem os recursos para poupar deste trabalho a “mãe de família”, para que ela possa assumir exclusivamente as responsabilidades domésticas da casa/quintal.

Nesta organização patriarcal, o pai de família encarna o trabalho e é também considerado o dono da terra. O autor destaca que existe uma diferença entre ser dono e proprietário da terra. A posição “dono” pertence a uma ordem moral, implicando não necessariamente ter comprado a terra ou possuí-la legalmente, senão que tê-la trabalhado e herdado aos filhos. A terra é herança, patrimônio que pode ser transmitido entre gerações de pais para filhos. Ser dono também simboliza a autonomia do agricultor com respeito a seu trabalho, que dispõe do controle sobre a terra, os recursos e os ritmos da produção. Ao contrário, ser “proprietário” obedece a uma ordem econômica moderna, vincula-se ao conceito de patrão, que tem o poder potencial de subordinar a um “pai de família”.

O valor da terra para o agricultor radica em sua qualidade de patrimônio, um bem herdável de pai para filhos que da continuidade a tradição camponesa, um patrimônio que está além dos interesses dos atores individuais. A terra também é o espaço para o trabalho honrado da família, portanto, elemento central para a construção do senso de honra dos camponeses. O “sítio”, território familiar camponês típico do Nordeste, se articula em torno de fortes valores tradicionais. Segundo Woortmann (1990), o sítio tem diversos significados e funções na moral camponesa. Primeiro, ele é uma comunidade de parentesco, lugar onde se reproduzem várias famílias de parentes. Em segundo lugar, o sítio é a área física trabalhada por uma família, o espaço de trabalho do pai de família que controla os processos produtivos.

Na dicotomia moderno/tradicional o que está fora do sítio está regulado pela lógica moderna, das relações econômicas e contratuais. Por exemplo, a feira (WOORTMANN, 1990) é o espaço em que o trabalho do campo adquire um valor monetário que contribui para a autonomia camponesa. É considerado como o espaço do “ganho” ou do negócio, geralmente um espaço ocupado pelo pai de família, representante da família no mundo público. A feira se situa fora do sítio, na cidade, na rua, funciona com uma lógica oposta a reciprocidade campesina. Em geral, tudo o que se situa fora do sítio pode ser considerado o “mundo”, lugar do perigo e das relações em que primam o individualismo e o interesse egoísta.

Finalmente, Woortmann (1990) destaca certos processos contemporâneos que afetam a forma de vida camponesa, na medida em que a lógica moderna tende a hegemonizar as

relações sociais. Atualmente, o olhar dos jovens está na cidade, se produzem mais casamentos com pessoas de “fora” e o emprego assalariado se torna cada vez mais comum e desejado pelos integrantes da família. Também, as dinâmicas migratórias e a venda dos sítios familiares têm como resultado o rompimento da tradição. Estes fenômenos representam o tensionamento entre o projeto individual e o projeto coletivo da família. Neste sentido, o coletivismo familiar pode estar sendo reinterpretado como “sujeição” pelos indivíduos, conflito que poderia levar ao enfraquecimento da ordem moral campesina ou a proletarização definitiva da vida rural.

4.3 Particularidades da Zona da Mata pernambucana

Wanderley (2004) expõe que no Brasil a região Nordeste concentra a maior proporção da população rural (perto de 50%) e também os maiores índices de pobreza. Dentro das razões históricas de ambos os fenômenos encontra-se a frágil e concentrada urbanização, com zonas metropolitanas que concentram a totalidade de iniciativas industriais e econômicas, sem presença de centros econômicos importantes na região interior, com pequenos municípios sem maiores possibilidades de desenvolvimento econômico, laboral e social.

Wanderley (2004) indica que no Brasil um 72,6% dos municípios podem ser considerados pequenos (menos de 20 mil habitantes). Estes municípios predominam nas zonas menos desenvolvidas, como o Nordeste. Marin (1985, apud WANDERLEY, 2004) expõe as principais características dos pequenos municípios: escassez populacional, ausência de dinamismo produtivo, economia sensível aos efeitos climáticos, inadequação de políticas públicas, centralização econômica e dos serviços públicos.

Particularmente, a Zona da Mata Pernambucana tem na produção de cana de açúcar sua principal atividade econômica, que teve sua origem no tempo colonial e se mantém até hoje como atividade agrícola fundamental na região (PORTELLA, 2011; RODRIGUES, ROLLO, 2000). Portella (2011) indica que ao longo da história foi se desenvolvendo uma cultura da cana de açúcar, ou seja, uma organização social e econômica do espaço e das relações entre os habitantes em torno da produção canavieira. Esta cultura foi se transformando em uma espécie de destino, única forma de vida conhecida por seus habitantes, lógica que foi consolidando a concentração fundiária. A produção canavieira se caracterizou pelo domínio desta monocultura nas grandes propriedades. Este fenômeno se observa desde o começo, com o surgimento dos antigos engenhos, que utilizavam o trabalho escravo. Neste cenário, dominado pelos senhores de engenho e as grandes propriedades, também existiam os pequenos produtores, que ante a hegemonia do mercado da cana de açúcar, somente tinham

como opção plantar cana para vendê-la para o engenho.

Portella (2011) expõe que a partir do século XIX se produz uma grande expansão do negócio canavieiro e surgem as usinas modernas. As áreas de plantação crescem e os processos produtivos são modernizados, começando a industrialização do setor. Observa-se a proletarização da mão de obra rural e o enfraquecimento do antigo sistema de morada, que implicou a saída dos moradores da grande propriedade e a pauperização dos agricultores. Estes, sem acesso a “sítios” para cultivar seus roçados, deviam alugar, comprar ou invadir terras, transformando-se a terra em uma mercadoria, no sentido moderno.

Alencar (2012) ressalta esta nova mão de obra precariamente assalariada como herdeira da antiga mão de obra escrava do Brasil Colônia. Desta forma, o morador, os lavradores e os escravos libertos são os precursores da mão de obra rural assalariada da nova era das usinas. A modernização da produção canavieira não trouxe melhoras para os trabalhadores rurais, senão que a precarização das condições de trabalho, com baixos salários, exploração física, longos turnos, condições precárias e grandes riscos laborais.

Portella (2011) narra que no século XX se produz um aumento exponencial da área cultivada com cana de açúcar. Este fenômeno se produz, entre outras coisas, devido aos incentivos estatais ao setor sucro-alcooleiro, que teve como efeito negativo o aumento da concentração fundiária, devido à compra massiva dos pequenos sítios. Isto provocou que os agricultores familiares somente pudessem acessar pequenos minifúndios, que por sua vez, continuavam sendo fracionados até transformar-se em pequenas propriedades de poucos hectares. Esta situação consolidou o empobrecimento dos pequenos produtores e acentuou sua dependência do mercado sucro-alcooleiro, já que eles continuavam destinando grande parte de sua produção à cana de açúcar, vendida posteriormente a baixos preços as usinas. Por outra parte, como menciona Alencar (2012), na segunda metade do século XX o sistema de morada foi sendo substituído pelo sistema de empreitada, ou seja, por empregos sazonais em que os trabalhadores rurais são contratados por prazos limitados e pagos por tarefas realizadas, sistema que teve como efeito uma maior precarização, uma grande massa de mão de obra desempregada e uma débil sindicalização dos trabalhadores rurais.

Chegando a segunda metade do século XX se produz, no decorrer de poucas décadas, um grande auge do setor canavieiro e também uma imensa crise que perduraria no tempo. Alencar (2012) expõe que entre as décadas de 1950 e 1970 se produz uma grande expansão da indústria da cana. Este crescimento acelerado está marcado, entre outras coisas, pelo papel do

ProAlcool e do Instituto de Açúcar e Alcool (IAA). Neste período se observou um forte fomento estatal ao setor e também foi testemunha do surgimento de São Paulo como maior produtor, perdendo Pernambuco sua hegemonia histórica. Já nas décadas de 1980 e 1990, o Estado abandona suas políticas de fomento da indústria canavieira e se produz uma grave crise do setor, que afetou profundamente ao Nordeste. A crise trouxe a falência de dezenas de usinas e o endividamento das indústrias, além de grandes cifras de desemprego. Mas, também a crise foi o motor dos movimentos sociais que clamavam pela Reforma Agrária.

Rodrigues e Rollo (2000) destacam que a partir das crises econômicas nacionais e do setor sucro-alcooleiro, a renda da população da região decaiu significativamente, devido à grande dependência da atividade da cana de açúcar. A queda considerável da renda dos habitantes significou um incremento crônico dos índices de pobreza e desemprego na região.

Sobre os processos de Reforma Agrária, Alencar (2012) destaca que nas décadas 80 e 90, quando se começava a aprofundar a crise da indústria canavieira, os movimentos sociais rurais começam a pressionar com mais força por um Plano de Reforma Agrária. O retorno da democracia abriu as portas para que isto se concretizasse. Nos anos 90 as ocupações de terra na Zona da Mata de Pernambuco se intensificaram devido à crise do setor sucro-alcooleiro e o fechamento de várias usinas. Portella (2011) agrega que Pernambuco é o Estado, durante os anos 90, que apresenta maior número de ocupações de terra. Segundo a autora, as diversas experiências de Reforma Agrária desenvolvidas durante os 90 fizeram que a Zona da Mata pernambucana tivesse um 70% dos assentados do INCRA na década de 2000. Rodrigues e Rollo (2000) agregam que apesar de que muitos trabalhadores rurais conseguiram acessar a terra, inicialmente estes assentamentos se encontravam em condições precárias, com carências em infra-estrutura e meios de produção. Apesar de que nas últimas décadas investimentos têm beneficiado a região, muitos destes problemas continuam ainda presentes.

Podemos afirmar que, na atualidade, muitos dos problemas herdados a partir de séculos de consolidação de uma estrutura sócio-econômica desigual se mantêm na Zona da Mata. Para Parry Scott (2011) a situação de pobreza e desigualdade está determinada por uma estrutura sócio-econômica ainda baseada no domínio absoluto da monocultura da cana. Esta organização econômica não beneficia a produção autônoma do pequeno agricultor. Na região continua predominando o trabalho assalariado precário, a migração sazonal dos trabalhadores em direção ao Agreste e a migração urbana as periferias do Recife. A isto se soma a falência de grandes usinas, que acentua a situação de crise econômica, desemprego e migração.

Hamasaki e Araujo (2002) agregam que o mercado de trabalho da indústria canavieira se caracteriza pela sazonalidade, com emprego durante a safra uma vez no ano e um longo período de entressafra. A mão de obra ocupada tem uma baixíssima qualificação e precárias condições de trabalho. Os habitantes da Mata Sul de Pernambuco dependem fortemente da lógica e flutuações do mercado da cana, o que enfraquece a pequena agricultura e autonomia dos camponeses. O setor sucro-alcooleiro continua em uma profunda crise, razão pela qual o desemprego e pobreza dominam a paisagem da região. Andrade (2001) expõe que a atualidade da Zona da Mata está marcada pela crise econômica, com fechamento de usinas devido a pouca competitividade destas em relação a mercados mais dinâmicos. Apesar disto, se identifica uma pequena recuperação do setor sucro-alcooleiro na década de 2000, além de mudanças na estrutura sócio-econômica, com potenciação da agricultura familiar, surgimento de uma classe média rural de pequenos produtores e fomento de atividades terciárias.

5 PSICOLOGIA DISCURSIVA

5.1 Discurso e repertórios interpretativos

A Psicologia Discursiva é uma perspectiva dinâmica para entender a formação dos discursos e da identidade. Define a linguagem como atos de fala que produzem efeitos circunscritos a contextos sociais particulares. A Psicologia Discursiva centra sua análise tanto nas conversações da vida cotidiana como nas práticas institucionais, dinâmicas nas quais se reproduzem e validam continuamente os discursos. Os discursos disponibilizam certos paradigmas para entender o mundo, através de imagens, metáforas, categorias e ícones.

Para Wiggan e Potter (2008) o discurso possui três características. É construído e construtor, ou seja, está construído no sentido de ser feito de blocos de construção lingüísticos: palavras, categorias, repertórios, etc. É construtor, porque as versões de mundo que constrói são produto da utilização da linguagem, não versões estáticas já definidas. O discurso está orientado a ação, intermídia atos de fala que tem efeitos ou conseqüências. Assim, o discurso é o principal meio para realizar ações, seja com atores presentes ou ausentes, estes últimos podendo ser acionados no discurso. Uma das funções gerais do discurso é determinar o posicionamento dos protagonistas. Finalmente, o discurso é situado, suas significações somente podem ser interpretadas em um contexto particular de enunciação.

Para Potter (1998) os discursos estão conformados por repertórios interpretativos (RE). Estes repertórios servem como materiais de construção das estratégias e argumentos utilizados pelos atores sociais. Os repertórios fornecem uma série de ideias, categorias e valores sedimentados no discurso social que podem ser utilizados para construir distintos tipos de argumentos, variáveis em termos lingüísticos e utilizados para diversas finalidades.

Os RE são a unidade básica de análise da Psicologia Discursiva. Para identificar estes repertórios os autores indicam que se deve prestar atenção a três elementos: função, variabilidade e construção (POTTER, WETHERELL, 1992; WETHERELL, POTTER, 1996). A função refere ao fato de que todo discurso é orientado à ação, tem um objetivo pragmático. Em termos táticos, as estratégias argumentais acionadas pelos atores sociais obedecem a propósitos que produzem efeitos. Portanto, os RE podem ser acionados para julgar, culpar, justificar, acusar, explicar, etc. As funções podem aparecer no âmbito interpessoal e também em contextos mais amplos, como por exemplo, nos discursos mediáticos.

A identificação das funções dos discursos somente é possível através do estudo da variabilidade, que implica que diferentes usos, estratégias e recursos podem ser acionados por distintos falantes para cumprir uma função do discurso. Portanto, uma função pode ser alcançada através de uma diversidade de recursos que estão à disposição na linguagem.

O último elemento para compreender os discursos é a construção. Através das variações se identificam as diversas formas de construir um argumento. Devem-se identificar os recursos lingüísticos utilizados pelos produtores do discurso e também aqueles que são omitidos. Para isto se deve prestar atenção aos detalhes do discurso.

Em resumo, a função implica a possibilidade de construção de diversos argumentos, representado na variação lingüística. A construção pode ser realizada a partir de recursos lingüísticos previamente disponíveis, ou seja, dos repertórios interpretativos. O sujeito seleciona entre estes repertórios os recursos lingüísticos que serão incluídos e omitidos.

A identificação de repertórios dentro de um discurso implica a observação de regularidades que não consideram somente ao falante individual, senão a uma comunidade de falantes que compartilham formas de construir um discurso. Os RE podem ser definidos (POTTER AT. AL., 1990; POTTER, WETHERELL, 1992; WETHERELL, POTTER, 1996) como um conjunto internamente coerente de unidades lingüísticas composto por elementos que os falantes utilizam para construir versões/explicações sobre um objeto. Um repertório está constituído por um grupo de conceitos usados de uma forma estilística e gramatical específica. Estes termos habitualmente derivam de uma ou mais metáforas chave ou central. Potter e Wetherell (1992) agregam que os RE são sistemas recorrentes de termos que podem apresentar-se como conjuntos contrastantes (dicotomias de opostos). Em definitiva, os repertórios podem ser definidos como as regularidades observadas no discurso relacionadas às categorias selecionadas e as formas de construir os argumentos. Portanto, a análise de repertórios busca padrões e organizações recorrentes utilizadas pelos falantes.

A utilização de um RE em um determinado contexto pode ter diversos efeitos ideológicos. Em alguns casos, repertórios aparentemente contraditórios são combinados buscando um efeito pragmático determinado, como a validação ideológica de certas ideias. Wetherell e Potter (1996) afirmam que a flexibilidade do discurso e os usos híbridos dos repertórios são importantes elementos de sua eficácia ideológica, produzindo conseqüências (positivas ou negativas) para um determinado grupo ou classe social. Dentro do campo discursivo existem vários repertórios possíveis, mas não todos têm o mesmo poder retórico e

eficácia ideológica, sendo que, alguns deles ocupam lugares privilegiados para definir a realidade social. Como afirma Medrado:

O conceito de repertório não desconsidera, entretanto, a força e o poder performático que certos repertórios interpretativos têm em uma dada sociedade, como é o caso, por exemplo, dos repertórios científicos. Em uma sociedade fundamentada em uma distribuição hierárquica, alguns repertórios vão possuir, por certo, uma força retórica maior que os outros (1998, p. 100).

Para Potter (2008) a análise dos repertórios permite identificar processos de categorização social dos indivíduos e preconceitos veiculados pelos discursos. A análise dos repertórios pode dar pistas sobre os posicionamentos que indivíduos, grupos, instituições ou mídias assumem nos processos de categorização social e de construção de preconceitos. Neste sentido, existe um vínculo claro entre as posições que um sujeito ocupa no discurso e os paradigmas através dos quais interpreta o mundo social, já que:

Uma posição de sujeito incorpora um repertório conceitual e a correspondente localização na estrutura de direitos para quem usa esse repertório. Uma vez que se faz própria uma posição particular, uma pessoa inevitavelmente percebe o mundo desde o ponto de vista dessa posição privilegiada e em termos de imagens particulares, metáforas, argumentos e conceitos relevantes dentro da mesma (DAVIES; HARRÉ, 2007, p. 244, tradução nossa).

Ocupar uma posição no discurso significa olhar o mundo desde um ponto de vista que permite interpretar fatos e a própria história de vida. Para Harré (1991) o posicionamento no discurso implica que uma pessoa se inscreve em um lugar social, posição que o torna um tipo de falante particular dentro das possibilidades narrativas disponíveis. Isto implica que o ator social terá um set de repertórios limitados para interpretar a realidade.

Os discursos disponibilizam categorias que permitem a compreensão da própria experiência e definição da identidade. Para Davies e Harré (2007) a identidade somente pode ser construída a partir das posições limitadas que os discursos disponibilizam para as pessoas. Neste sentido, os discursos têm o poder constitutivo de construir aos sujeitos e funcionam em sentido coercitivo. Os significados que as pessoas dão as suas experiências dependem do posicionamento que estas assumem dentro de um contexto discursivo que os restringe. A liberdade do sujeito sempre se expressa dentro de um marco de possibilidades discursivas restritas, onde posições e formas de atribuição de significado estão delimitadas.

Apesar destas limitações, os sujeitos conservam a liberdade de escolha para assumir diversas posições, podendo adotar estrategicamente posicionamentos segundo seus interesses.

Para Davies e Harré (1999), os sujeitos têm múltiplas possibilidades de posicionar-se dentro do variado set de repertórios discursivos disponíveis, considerando que o indivíduo participa ativamente no processo de autoconstrução. Os sujeitos podem acionar estratégias de resistência utilizando ativamente os RE, mas esta capacidade varia em relação à localização social do sujeito, que determina uma distribuição desigual do poder de negociação.

5.2 Posicionamento e identidade

Para compreender a Teoria do Posicionamento (HARRÉ; VAN LANGENHOVE, 1999c) devemos distinguir entre os conceitos posição e posicionamento (HARRÉ, VAN LANGENHOVE, 1999a; VAN LANGENHOVE, HARRÉ, 1999a). Os discursos disponibilizam posições que o sujeito pode assumir. O conceito posição é metafórico e implica um conjunto de atributos morais e pessoais definidos pelas categorias do discurso. As posições geralmente se organizam em torno de dicotomias, sejam de caráter (dominante/dominado) ou papéis sociais (pai/mãe). Estas posições não existem isoladamente, senão que estão relacionadas umas às outras, ou seja, se tomam “em relação à” outra posição distinta ou incompatível (homem/mulher, rico/pobre, etc.). Este ato implica o posicionamento do falante dentro de um set de localizações construídas a partir de uma variedade de atributos morais. Davies e Harré (1999) agregam que para toda posição existe um repertório conceitual compatível que permite construir seus fundamentos, provendo as categorias, imagens, estereótipos e metáforas necessárias. Também é natural de cada posição estar incorporada a uma estrutural relacional de direitos e deveres para aqueles que usam estes repertórios.

Por outro lado, o posicionamento refere-se ao ato de assumir uma posição. O posicionamento outorga a pessoa uma localização, um lugar social, a partir do qual constrói sua identidade e vê o mundo. No processo interaccional as pessoas sempre estão sendo convidadas a posicionar a si mesmas em relação a uma história pessoal que dá coerência e continuidade a sua identidade. Para Davies e Harré (2007) o posicionamento é um processo de construção da pessoa em relação com os discursos disponíveis, processo que situa o sujeito em certas narrativas de vida que geram formas de conceber a si mesmo e aos demais.

van Langenhove e Harré (1999a) consideram que o sujeito, ao assumir um posicionamento, é capaz de gerar diversos efeitos em suas relações sociais. Esta ideia de um uso, consciente ou não, por parte do sujeito, pressupõe o papel ativo do ator social, entendendo o posicionamento em sua uma pragmática (WETHERELL; POTTER, 1996).

Davies e Harré (2007) agregam que o ato de posicionamento geralmente aciona conceitos com forte componente metafórico e imagético. Estes componentes servem para enfatizar certas características dos objetos ou sujeitos representados. Para Davies e Harré (1999) o posicionamento implica o uso de palavras, termos ou nomeações que mobilizam imagens e metáforas com alto conteúdo emotivo. Estas imagens têm um poder retórico geralmente invisível aos olhos dos falantes.

Apesar de que as posições não são livremente construídas já que os recursos discursivos são limitados pelo contexto cultural, o sujeito dispõe de uma gama de significados para construir sua identidade. A noção de posicionamento concebe um sujeito livre e capaz de escolha. As posições assumidas são filtradas pela experiência pessoal que contribuem a uma forma pessoal de vivenciar estes lugares sociais.

Existem distintos tipos de posicionamento (HARRÉ; VAN LANGENHOVE, 1999a). O posicionamento moral implica localizar-se dentro de uma ordem moral que inclui papéis sociais esperados ou a subscrição a alguma estrutura institucional. O posicionamento pessoal implica posicionar-se segundo características individuais, particularidades da personalidade ou caráter. Outros tipos são o autopoicionamento e o posicionamento dos outros, entendendo que estes se dão em uma lógica relacional. Quando uma pessoa se autoposiciona sempre o faz em relação a outro que está, explícita ou implicitamente, também posicionado no discurso. Estas definições determinam quem tem o direito ou o status moral para julgar ao outro. Relacionalmente, aciona-se um jogo em que o principal objetivo é a validação de si mesmo. Os discursos permitem a construção da própria identidade e da imagem dos outros, mas também possibilitam estratégias de negociação que permitem aceitar ou questionar tais definições. O posicionamento dos outros pode adquirir a característica de um posicionamento forçado, quando as possibilidades de resistência estão mais limitadas. Por exemplo, quando uma instituição tem o poder de classificar as pessoas através de determinadas categorias.

O ato de posicionamento é dinâmico e complexo, já que cada indivíduo se engaja simultaneamente em várias posições que devem ser negociadas para conformar uma identidade única e coerente. Portanto, os sujeitos são capazes de experimentarem uma multiplicidade de posicionamentos que constituem sua identidade. Esta multiplicidade é possível graças a cinco processos (DAVIES; HARRÉ, 1999, 2007):

- a) O aprendizado de categorias discursivas que se organizam dicotomicamente (masculino/feminino, homem/mulher, pai/filho, etc.). Isto parece estar relacionado

com certos estereótipos construídos no discurso que definem posições dicotômicas. O posicionamento implicaria em alguns casos “conformar-se” com estes estereótipos senão se ativam estratégias de questionamento;

- b) O contato com discursos que incluem estas categorias. Uma vez que estas categorias portam um significado particular, permitem construir posições;
- c) O ato de posicionamento nas categorias disponíveis e a utilização dos argumentos que estas disponibilizam para justificar esta pertença. A pertença geralmente é excludente, o sujeito pode se identificar somente com um dos polos da dicotomia;
- d) O autoreconhecimento de si mesmo como membro de uma categoria. Isto implica defender um ponto de vista, ter um compromisso emocional e identificar-se com um sistema moral, dados pela pertença categorial;
- e) Os processos anteriores são possíveis pela existência da gramática da primeira pessoa (“eu”), que possibilita que o sujeito se compreenda como unitário, contínuo e coerente. O anterior não exclui a possibilidade de contradição, mas esta é vivenciada de forma problemática, sendo algo que deve ser justificado para reduzir a incoerência.

Davies e Harré (2007) propõem a existência de uma identidade múltipla composta por diversos posicionamentos, não livre de tensões internas, que podem ser resolvidas (ou não) através de diversas estratégias retóricas acionadas pelos sujeitos. Por este motivo, Harré (1991) afirma que a pessoa é continuidade, unidade e singularidade, mas também descontinuidade e multiplicidade, a nível psicológico, subjetivo e social.

Harré et. al. (2009) afirmam que para que os sujeitos construam uma identidade coerente alguns posicionamentos se estabilizam e adquirem mais relevância na constituição da identidade. Os posicionamentos estáveis definem a identidade pessoal por serem altamente significativos e integrar a narrativa de vida do falante. Esta dimensão narrativa entrega uma linha de continuidade aos posicionamentos subjetivos, permitindo a unicidade da identidade.

Também, segundo Harré (1991), a ação da gramática da primeira pessoa permite unificar a multiplicidade de posicionamentos em uma identidade unitária. Os pronomes da primeira pessoa (eu, mim, meu, etc.) são os que possibilitam esta integração. Este dispositivo lingüístico permite o senso de continuidade e coerência do sujeito, uma localização espaço-temporal e a manifestação de um ponto de vista singular. Esta gramática permite a existência de um senso de *self* (Harré, 1991) que agrupa todos os posicionamentos relevantes.

Para van Langenhove e Harré (1999a) o *self* se conforma como um set de lugares sociais, uma rede de posicionamentos. Esta ideia indica que a multiplicidade de posições assumidas materializa diversas relações sociais. Em cada conversação as posições estão sendo atualizadas e, na medida em que estas conversações se tornam recorrentes, se transformam em padrões relacionais que estabilizam posições relevantes para a identidade. Desta forma, mudança e continuidade podem conviver sem contradição na formação da identidade pessoal.

Para Harré e van Langenhove, (1999b) a construção do *self* nasce entre a localização do sujeito em identidades sociais múltiplas e uma identidade pessoal particular e única. Para os autores a interrogação relevante que devemos esclarecer é como um mesmo indivíduo tem uma trajetória vital única, mas exerce diversas identidades sociais em sua história de vida. Em outras palavras, devemos tentar entender como uma identidade pessoal continua se relaciona como identidades sociais variáveis. Para van Langenhove e Harré (1999a) a relação entre identidade singular e identidades sociais conformaria a imagem da pessoa completa.

5.3 Processos de categorização e poder

Para Harré (1991) o discurso tende a estruturar-se de forma polar, disponibilizando conceitos organizados em termos de oposições excludentes. O autor denomina a esta característica do discurso conceição paradigmática do significado, um conjunto de conceitos contrastantes disponíveis para os sujeitos construírem seu mundo social e identidades. Em ocidente este set de dicotomias se compõe de pares como individual/coletivo, pessoa/sociedade, privado/público, intra/interpessoal, civilizado/vulgar, masculino/feminino, moderno/tradicional, urbano/rural, entre outros. Estes paradigmas polares são significativos pelo poder que tem para estabelecer distinções excludentes no mundo social e nas identidades.

Harré et. al. (2009) afirmam que o posicionamento a partir de categorias dicotômicas implica a distribuição dos sujeitos dentro de estruturas de direitos/deveres morais. Estes direitos/deveres abreviam pressupostos normativos, estruturas morais dentro das que as pessoas vivem sua vida. Considerando a ideia de paradigma polar do discurso (HARRÉ, 1991) e que os posicionamentos podem ser complementares ou assimétricos (DAVIES; HARRÉ, 1999), ressaltamos que estas categorias dicotômicas estão organizadas em termos hierárquicos. Quando se é posicionado no polo desvalorizado da hierarquia, o sujeito pode experimentar situações de desqualificação ou discriminação social, pela ação de rótulos preconceituosos ou estigmatizantes. Isto acontece, por exemplo, na dicotomia homem/mulher

na sociedade patriarcal, branco/negro em um contexto de racismo, heterossexual/homossexual em uma sociedade heteronormada ou rico/pobre na sociedade capitalista.

Baseados na noção de uso pragmático do posicionamento, afirmamos que os sujeitos posicionados no polo desvalorizado das categorias dicotômicas podem acionar estratégias para reverter estes valores. Neste caso, os indivíduos deveram acionar outras fontes de valor que permitam à pessoa construir um senso de *self* positivo e egossintônico (HOWIE, 1999), que seja fonte de valor, orgulho e autoestima para o sujeito. Isto será possível, por exemplo, através da reversão dos valores das categorias dicotômicas, o que implica uma resignificação de suas qualidades dentro dos limites do discurso. Também, o sujeito pode acionar outros posicionamentos de sua identidade para compensar o valor negativo de alguma categoria que o coloca em um lugar desqualificado. Mesmo nas situações de desqualificação social mais acirradas a capacidade de agencia do sujeito lhe permite construir uma identidade positiva, com a qual pode definir a si mesmo como sujeito de valor.

Para Howie (1999) a construção de posicionamentos que conduzam a uma identidade positiva também depende do reconhecimento dos outros, da validação do sujeito como um interlocutor válido. Existem diferenças no poder que os atores tem para definir os significados e suas próprias identidades. Os sujeitos que se encontram em posições subordinadas tem menos possibilidades de se autoposicionar de forma positiva quando são posicionados de forma negativa, ou seja, têm menores chances de ativar estratégias de negociação ante posicionamentos forçados. Quem é posicionado em um lugar negativo e tem menos poder terá menos possibilidades de construir uma identidade positiva.

van Langenhove e Harré (1999a) afirmam que o ato de posicionamento acontece sempre dentro de uma ordem moral na que os direitos de se autoposicionar e posicionar os outros estão desigualmente distribuídos, situação que afeta as possibilidades de resistência dos sujeitos que se localizam em posições hierarquicamente inferiores. O poder depende do lugar social de fala do ator dentro de uma estrutura social. As estruturas assimétricas de poder permitem que seja possível construir um posicionamento negativo do outro através de uma suposta superioridade moral, a partir da qual o outro pode ser colocado em uma posição negativa. Esta dinâmica opera como uma dialética moral em que atores lutam por ocupar posições de poder que permitem posicionar aos outros. Apesar de que as relações sociais estejam marcadas por uma desigual distribuição do poder e, portanto, da possibilidade de definir os posicionamentos, em toda situação os sujeitos localizados em uma posição inferior

tem a chance de acionar estratégias de resistência e tentar reverter os valores das categorias dicotomias, acionado outras qualidades para construir uma identidade positiva. Neste contexto, é interessante entender como, em um cenário desfavorável, sujeitos que se localizam em posições desqualificadas acionam estratégias de resistência e constroem uma identidade positiva. Para isto devemos identificar através de que estratégias os sujeitos reverter os valores das dicotomias que os rotulam e colocam em posições moralmente desfavoráveis.

5.4 Estratégias retóricas na construção de argumentos

Com a retórica como marco conceitual, Potter (1998) afirma que a função da Psicologia Discursiva é investigar como se constrói a “factualidade” das descrições dos acontecimentos. Recorrer aos fatos é uma conduta comum dos atores sociais para fundamentarem suas afirmações e se autoposicionarem como falantes válidos para emitirem opiniões sobre determinados eventos. Mas esta objetividade sempre é aparente, no sentido de ser construída discursivamente através de estratégias retóricas. Neste sentido, para persuadir a outros interlocutores, o importante não é a verdade em si mesma, senão que a “aparência de verdade” de um relato, ou seja, que tão verdadeira parece uma narração considerando a credibilidade do emissor, os argumentos expostos e detalhes apresentados. Construir uma descrição credível implica que esta apareça como neutral, sólida e independente do falante. Este conjunto de estratégias retóricas é denominado por Potter (1998) como discurso factual.

As estratégias retóricas são as formas concretas de uso da linguagem que permitem construir argumentos como se estes fossem fatos objetivos. Estas estratégias permitem construir tanto a veracidade do discurso como a legitimidade do falante. Potter (1998) descreve que estas estratégias podem ser divididas segundo tenham uma orientação epistemológica e ou uma orientação a ação.

As estratégias com orientação epistemológica (POTTER, 1998) se centram tanto nas características do emissor do discurso como no discurso em si. As centradas nas qualidades do falante trabalham para posicionar ao emissor como um interlocutor com credibilidade. Por centrarem-se na identidade do agente, estas estratégias se vinculam com a noção de posicionamento, já que relacionam a imagem do falante com as descrições de mundo que este realiza. Potter (1998) se preocupa do posicionamento em termos do grau de distancia que o falante estabelece com suas afirmações. Neste contexto, menor distancia significa maior responsabilidade pessoal assumida pelo emissor. Quando a distancia cresce o emissor busca ocultar sua responsabilidade sobre a sombra da neutralidade. Neste marco, se distingue entre

posicionamentos distantes, que buscam construir relatos objetivos e trabalham com a acreditação objetiva da categoria do falante, e posicionamentos próximos, que explicitam a responsabilidade do emissor e seus interesses pessoais ou políticos.

O posicionamento identifica se os falantes apresentam uma descrição como sendo de sua autoria ou se distanciam dela, dando-lhe uma aparência de neutralidade. A produção intencional da objetividade pode esconder interesses particulares do emissor. Por exemplo, as mídias, às vezes, se posicionam como autoras e, em outras, como animadoras, que reproduzem mensagens emitidas por outros, ocultando detrás de esta aparência de neutralidade seu posicionamento político-editorial. Posicionar-se como mero animador permite as mídias referir-se a um assunto através de afirmações polêmicas ou um vocabulário agressivo, realizando ações proibidas para o jornalismo sério e formal. O animador utiliza esta técnica para se autoposicionar como um emissor neutral que meramente reproduz, sem interesses particulares, o discurso “objetivo” de outro.

Também no âmbito das características do emissor, Potter (1998) identifica outras duas estratégias. A acreditação de categorias determina que um sujeito, por conhecimento ou experiência, possui um acesso privilegiado à realidade, que outorga a suas descrições o caráter de versão objetiva. Eles são considerados falantes credenciados para construir versões objetivas sobre certos fatos. No âmbito da experiência do emissor, se alude a uma situação vivida ou presenciada por este, que adquire um status de observador privilegiado, podendo descrever detalhes e sentimentos que somente ele poderia relatar. No âmbito do saber, a acreditação se constrói pelos conhecimentos comprováveis do emissor. Neste sentido, o falante pode se acreditar como um “experto” em certa área de saber. Por outra parte, a estratégia de conveniência visa questionar versões factuais emitidas por um interlocutor credenciado. Basicamente através dela as afirmações de um emissor são desacreditadas atribuindo-lhe interesses particulares, de ordem pessoal, econômico ou político. Neste caso, as características do emissor (competências, motivos, valores, lealdades) ou sua pertença grupal o condicionam e servem para deslegitimar suas versões factuais.

As estratégias que centram sua atenção na objetividade da descrição, denominadas por Potter (1998) como construção de exterioridades, têm por objetivo estabelecer uma distância entre o emissor e suas afirmações, para que estas aparentem ser objetivas. A construção da neutralidade do agente se realiza desviando a atenção do emissor para as características de seu discurso. A ocultação dos interesses e responsabilidades do falante é o principal objetivo de

uma descrição que tenta parecer objetiva. As estratégias que constroem uma exteriorização buscam traspasar a ideia de que os objetos existem e tem agência própria, de que os objetos do mundo têm qualidades essenciais que definem sua natureza e comportamento, sem que as descrições que fazemos deles tenham nenhum poder ou relevância. Sua finalidade é criar uma ontologia objetivista de entidades independentes dos discursos e dos falantes.

Uma estratégia dentro da construção de exterioridades é o repertório empirista, retórica que busca eliminar o autor do relato, fazendo “falar” aos fatos objetivos. Caracteriza-se por ser uma forma de discurso técnico, um relato impessoal em que os dados objetivos são os protagonistas, inclusive sendo posicionados com qualidades humanas, através de certas formas verbais (os dados “indicam” ou “sugerem”). Este discurso é o polo extremo do posicionamento distanciado, já que o autor desaparece da cena.

Por outra parte, a estratégia de corroboração e consenso pode ser considerada uma espécie de “repertório judiciário” que busca que um fato apareça como objetivo a partir de um relato validado por várias “testemunhas”. A corroboração implica a existência de ao menos uma testemunha para o fato, enquanto que o consenso depende do acordo entre várias testemunhas. É importante que o relato estabeleça que as testemunhas não têm nenhuma relação que permita pressupor interesses ou motivações particulares.

A estratégia detalhe ou narração é uma espécie de “repertório experiencial” que utiliza argumentos que narram vividamente uma cena para colocar ao receptor da mensagem no lugar do observador. Contrário ao discurso empirista, o discurso experiencial descreve o mundo desde suas particularidades, tal como seria observado por uma pessoa através dos sentidos. Esta narração busca que o ponto de vista do observador seja considerado irrefutável, em base a sua acreditação como testemunha experiencial dos fatos. O discurso experiencial adota um formato narrativo que coloca os fatos em uma seqüência temporal que dá a impressão de coerência e naturalidade. Esta estratégia oculta os processos de seleção na construção do relato, como que elementos se incluem/omitem ou a seqüência dos fatos.

Finalmente, uma das estratégias mais comumente utilizadas é a omissão. A descrição de um fato inclui e omite elementos, através de mecanismos de seletividade. Isto permite construir descrições que, sem conter falsidades explícitas, omitem fatos cruciais que alteram a interpretação do discurso. Potter (1998) chama a esta estratégia “economia da verdade”.

As estratégias orientadas à ação (POTTER, 1998) enfatizam que os argumentos são produzidos para obter efeito. Uma das funções das descrições objetivas é a categorização, estratégia que busca construir objetos e sujeitos através de um grupo características que os definem de forma essencial. Este processo implica a seleção e omissão de certos aspectos segundo os interesses do emissor. Todo processo de categorização implica descrições que são reducionistas, em que se relevam certos elementos e se minimizam ou invisibilizam outros. O poder da descrição factual está precisamente nos elementos que são excluídos.

Para Potter e Wetherell (1992) a categorização pode ser utilizada para colocar as pessoas como sendo pertencentes a grupos ou classes (sociais ou abstratas), pertença que lhes atribui características naturais. As categorias são os termos com os quais classificamos aos sujeitos. As categorias simplificam o mundo, incluem a todos os membros sem fazer distinções. Os autores afirmam que os processos de categorização social permitem a produção de identidades limitadas. Através desta dinâmica, um conjunto de atributos pode delimitar lugares sociais para os sujeitos, descrições que nunca são neutras, senão que tem propósitos específicos, como construir imagens positivas ou negativa de certos indivíduos.

Outra estratégia é o extremismo (maximização/minimização), que recorre a casos extremos ou excepcionais para exemplificar ou entregar evidências sobre o grande/bom/grave ou o pequeno/irrelevante. Esta estratégia tende a usar termos modais (totalmente, nunca) e a quantificação, seja através de números ou palavras. Finalmente, a estratégia de normalização busca definir a responsabilidade pessoal dos sujeitos sobre ações catalogadas como normais ou anormais. A estratégia utiliza verbos que implicam regularidade, advérbios de tempo (sempre, normalmente) e exemplos como provas de um padrão regular.

6 METODOLOGIA

6.1 Pergunta de pesquisa

Quais são os efeitos das mudanças políticas e sociais acontecidas no Brasil no período 2015-2018 nos posicionamentos das beneficiárias do PBF da Zona da Mata Sul de Pernambuco?

6.2 Objetivo geral

Analisar as continuidades e mudanças nos posicionamentos das beneficiárias do PBF da Zona Mata Sul de Pernambuco no período 2015-2018.

6.3 Objetivos específicos

- ✓ Contextualizar, através dos discursos das mídias, as mudanças nas políticas públicas brasileiras de inclusão social, com foco no PBF, acontecidas no período 2015-2018;
- ✓ Identificar os posicionamentos que compõem a identidade das beneficiárias do PBF da Zona da Mata Sul de Pernambuco no período 2015-2018;
- ✓ Analisar os efeitos das mudanças políticas e sociais acontecidas no período 2015-2018 nos posicionamentos das beneficiárias do PBF da Zona da Mata Sul de Pernambuco.

6.4 Contextualização da pesquisa

Este estudo se enquadra no enfoque qualitativo de pesquisa (DENZIN; LINCOLN, 2006). Entendendo a produção do conhecimento como algo contextual (BOGDAN, 1982, apud TRIVIÑOS, 1987), parte-se do pressuposto que a Zona da Mata Sul pernambucana, com suas particularidades sociais e históricas, determina as identidades das beneficiárias do Bolsa Família. Estas identidades são construídas na interação de elementos contextuais micro-sociais e macro-sociais. A pesquisa qualitativa visa à desconstrução dos discursos e das noções de ser humano veiculadas por estes. Neste sentido, o presente estudo buscou analisar a construção discursiva dos objetos “pobreza” e “Bolsa Família”, e das categorias “pobre” e “beneficiário” (PAUGAM, 2003, 2007; RAMOS, 2016), que emergem a partir destes objetos.

Este estudo foi uma continuidade da pesquisa de mestrado (BARADIT, 2016) realizada pelo pesquisador no PPG em Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco⁷. No mestrado, após uma revisão bibliográfica da pesquisa sobre a pobreza e o PBF produzida pela psicologia brasileira, constatou-se uma carência na compreensão e problematização destes temas de grande relevância social e política (DANTAS; OLIVEIRA; YAMAMOTO, 2010). Desta forma, em diálogo com pesquisas produzidas em outras áreas, observou-se que a investigação se concentrava principalmente em compreender a subjetividade de beneficiárias do Bolsa Família de contextos urbanos⁸. Identificou-se também pesquisas que analisaram as realidades das mulheres rurais, mas sem ser beneficiárias do PBF⁹. Neste sentido, se detectaram poucas pesquisas sobre a subjetividade de beneficiárias de contextos rurais.

A pesquisa de mestrado¹⁰ visou compreender como as subjetividades das beneficiárias do Bolsa Família estavam influenciadas por discursos hegemônicos. Buscou-se também entender o papel do PBF na constituição da subjetividade das mulheres. Finalmente, tentou-se analisar como o contexto rural determinava a subjetividade das participantes.

Para responder a estas interrogantes se realizaram, em 2015, entrevistas com seis beneficiárias do PBF da Zona da Mata Sul de Pernambuco. Nos resultados observou-se que algumas normas sociais eram relevantes na constituição das subjetividades das participantes, normas que as posicionavam principalmente como “mães pobres lutadoras”. Concluiu-se que o Bolsa Família reforçava modos de subjetivação hegemônicos da sociedade liberal, como as posições de sujeito “mulher-mãe”, “indivíduo-empREENDEDOR” e “indivíduo-pobre”. Identificou-se que o PBF forma parte de uma rede de dispositivos que reforçam estas posições de sujeito. Também, constatou-se que o Bolsa Família melhora significativamente a qualidade de vida das beneficiárias, permitindo satisfazer as necessidades básicas familiares e gerando mudanças pessoais nas mulheres, em termos de maior autonomia financeira e autovalorização.

Em algumas publicações sobre a investigação realizada no mestrado (BARADIT, COSTA FERNANDEZ, 2018; COSTA FERNANDEZ, BARADIT, 2019) foram analisadas suas forças e limitações. Dentro das forças, a pesquisa permitiu identificar os principais discursos hegemônicos e dinâmicas de assujeitamento que determinavam a subjetividade das

⁷ As pesquisas de mestrado e doutorado foram realizadas por Claudio Baradit no PPG em Psicologia (PPG-Psi) da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) sob orientação da professora Elaine Costa Fernandez e contaram com aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP-UFPE).

⁸ Como as pesquisas de Araújo (2009), Camardelo (2009) ou Carloto e Mariano (2010, 2012), entre outras.

⁹ Por exemplo, as investigações de Henn (2013) ou Magalhães et. al. (2011).

¹⁰ CAAE: 44461215.6.0000.5208.

beneficiárias. Entre as limitações, considerou-se que as estratégias de resistência e a noção de uma subjetividade múltipla não foram suficientemente aprofundadas nesta pesquisa.

Na pesquisa de mestrado a noção de posicionamento foi essencial para entender a subjetividade das participantes. Este fato levou a selecionar a Teoria do Posicionamento (HARRÉ; VAN LANGENHOVE, 1999c) como parte fundamental do marco conceitual da presente pesquisa de doutorado. Esta teoria permite compreender a identidade como composta por posicionamentos subjetivos múltiplos, tanto estáveis como contingentes, e releva o papel ativo do sujeito na construção de sua própria identidade.

Outro limite identificado na pesquisa de mestrado foi o pouco aprofundamento nas estratégias discursivas, ou seja, na dimensão pragmática do discurso. Na investigação de doutorado se colocou mais ênfase nestas estratégias, destacando os usos funcionais e variáveis da linguagem. Analisou-se como os atores sociais constroem, através dos recursos discursivos, objetos, argumentos e a si mesmos enquanto atores posicionados. Para isto, se selecionou a perspectiva da Psicologia Discursiva, que considera aos atores sociais como agentes ativos que utilizam os recursos discursivos disponíveis de forma estratégica de acordo a seus interesses. A Psicologia Discursiva se interessa, além de identificar padrões discursivos, pela função, efeitos e uso dos repertórios interpretativos por parte dos sujeitos.

Com Psicologia Discursiva e a Teoria do Posicionamento como enfoques teórico-metodológicos centrais, a presente pesquisa de doutorado¹¹, considerando as mudanças nas políticas públicas ocorridas após o impeachment de Dilma Rousseff, visa analisar os efeitos destas mudanças nas identidades das beneficiárias do Bolsa Família da Mata Sul de Pernambuco. O estudo busca comparar dados obtidos através de entrevistas realizadas em 2015 e 2018 com as mesmas beneficiárias do Programa, para identificar, neste período de tempo, os posicionamentos que compõem as identidades das participantes.

Neste sentido, o estudo tem um caráter comparativo compreensivo (MALET, 2011; REGNAULT, 2017). Nesta comparação se analisaram as continuidades e rupturas nos posicionamentos das beneficiárias, antes e depois do impeachment da ex-presidenta Rousseff. Desta forma, o estudo comparou os posicionamentos das participantes no ano 2015, quando o PBF era operado pela administração Rousseff, com os posicionamentos no ano 2018, com o Programa administrado pelo governo Temer. Propomos que entre 2015 e 2018 se produziram drásticas mudanças no contexto sócio-político e econômico, na política social e no PBF,

¹¹ CAAE: 81177317.1.0000.5208.

mudanças que tiveram um impacto nos posicionamentos das beneficiárias. Também, tentou-se verificar se, mesmo considerando as especificidades de cada momento, existiam posicionamentos estáveis que constituem as identidades de forma coerente ao longo do tempo.

Na pesquisa foi utilizada a amostra intencional (HERNÁNDEZ, 1998). A seleção das seis participantes da pesquisa priorizou critérios de tipicidade, elementos que fazem com que os sujeitos pertençam a um grupo com características comuns, e critérios de heterogeneidade, características que introduzem variabilidade no grupo escolhido (VALLES, 2003).

- **Critérios de Tipicidade:** 1) Mulheres habitantes da Zona da Mata Sul de Pernambuco; 2) Mulheres beneficiárias do PBF.
- **Critério de Heterogeneidade:** 1) Entrevistadas em 2015 / Entrevistadas em 2018.

As participantes da pesquisa habitam nos municípios Rio Formoso e Tamandaré, da Zona da Mata de Pernambuco, em comunidades rurais a distintos graus de distância do centro urbano. Quatro participantes vivem na comunidade Amaragi (Rio Formoso), que se situa relativamente perto do centro urbano municipal. Duas participantes vivem em Sauezinho (Tamandaré), comunidade distante do centro urbano do município. Rio Formoso é um município pequeno (22.151 habitantes), com IDH (Índice de Desenvolvimento Humano) de 0.613. Possui 2.952 famílias beneficiárias do PBF (outubro de 2019). As famílias recebem um benefício médio de R\$248. No município 3.101 famílias vivem na extrema pobreza (menos de R\$89 per capita). Tamandaré é um município pequeno (20.715 habitantes), com IDH de 0.593. Possui 2.855 famílias beneficiárias do PBF (outubro de 2019). As famílias recebem um benefício médio de R\$205. No município 2.916 famílias vivem na extrema pobreza¹².

As idades das participantes variam entre os 22 e os 45 anos. A quantidade de filhos por família varia entre 1 e 8. Em termos gerais, as mulheres mais novas têm menos filhos que as mais velhas. A qualidade de vida familiar depende da existência de alguma renda fixa (salário ou aposentadoria). Na educação, as mulheres mais novas apresentam níveis mais altos (ensino médio) que as mais velhas (ensino fundamental ou sem instrução). Em geral, as participantes participam ativamente da igreja evangélica. Todas têm como atividade principal a agricultura, seja de autoconsumo, comercialização ou emprego agrícola na produção de cana de açúcar. A continuação algumas características específicas de cada participante.

¹² Fontes: <https://www.sigas.pe.gov.br/mapa> - <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/bolsafamilia/painel.html>

Quadro 1 - Caracterização das participantes

Mulher	Idade	Nº Filhos	Nível Educacional	Ocupação Principal	Estado Civil
1	22	1	Médio incompleto	Agricultora	Casada
2	23	1	Médio completo	Agricultora	Solteira
3	37	8	Sem instrução	Agricultora	Casada
4	41	3	Fundamental incompleto	Agricultora	Casada
5	44	6	Fundamental incompleto	Agricultora	Casada
6	45	7	Sem instrução	Empregada Cana Açúcar	Casada

Fonte: O autor, 2020

6.5 Considerações éticas

O vínculo com as participantes da pesquisa foi possível graças à parceria realizada, no ano 2015, com o Centro SABIÁ, organização não governamental que desenvolve ações de promoção e fortalecimento da agricultura familiar na região. Através do SABIÁ se realizou o primeiro encontro em que o pesquisador apresentou o estudo e respondeu as dúvidas das participantes. Em geral, elas se mostraram motivadas em participar, aspecto facilitado pelo vínculo prévio de confiança com o Centro SABIÁ. Logo após o aceite das mulheres de participar na pesquisa, se realizou a assinatura do TCLE. Em 2015 foram realizadas quatorze entrevistas com as participantes, cada uma com uma duração aproximada de uma hora e meia.

A relação entre o pesquisador e as participantes foi, em geral, próxima e de confiança, apesar das diferenças de gênero, classe social e culturais, pelo fato do investigador ser estrangeiro. Entre as dificuldades da relação podemos mencionar o domínio incipiente do português por parte do pesquisador, situação que gerou alguns problemas de comunicação com as participantes. Por outra parte, o desconhecimento de elementos culturais da região também foram obstáculos em um começo. Mesmo que estes aspectos lingüísticos e culturais tenham sido limitantes em algumas situações, as diferenças despertavam curiosidade nas participantes, fato que em ocasiões era um facilitador da relação, gerando situações engraçadas e de intercambio cultural. Com respeito à diferença de gênero, mesmo não aparecendo como uma grande limitante da relação, pode ter influenciado na confiança das mulheres para expor temáticas que sim teriam sido conversadas como uma pesquisadora do sexo feminino. Por exemplo, as mulheres se mostraram algo reticentes em aprofundar

detalhes sobre suas relações conjugais. Este fato também foi condicionado pela pouca intimidade com o pesquisador, que teve poucos encontros com cada uma das participantes.

Quando o pesquisador retornou em 2018 para reencontrar-se com as participantes da pesquisa de 2015, a relação foi muito mais fluente. O Centro SABIÁ praticamente tinha deixado de atuar nas comunidades, devido ao desmonte das políticas agrárias iniciadas no governo Temer. Devido a isto, o pesquisador retomou o vínculo com as mulheres graças à relação previa. O grau de familiaridade construído em 2015 se manteve e consolidou, o que gerou uma relação durante a segunda rodada de entrevistas ainda mais próxima e aberta. Também, em 2018, o pesquisador já tinha um melhor domínio do português e mais conhecimento dos aspectos culturais próprios da região, fatos que facilitaram a comunicação e compreensão do contexto. Em 2018 foram realizadas doze entrevistas com as seis participantes, cada uma com duração aproximada de uma hora.

Sobre o contexto de realização das entrevistas, o pesquisador utilizou a modalidade de visitar as participantes em suas moradias. As entrevistas foram feitas em algum lugar da casa onde se pudesse ter algum grau de privacidade para as mulheres expressarem livremente seus pontos de vista, considerando que nas moradias sempre estavam presentes outros familiares. A realização das entrevistas em um espaço totalmente privado não sempre foi possível, mas este não foi um obstáculo relevante na qualidade das entrevistas.

Enquanto a destinação do material das entrevistas, este será arquivado no Laboratório de Interação Social Humana (LABINT) do Departamento de Psicologia da UFPE, localizado na Av. Professor Moraes Rego, s/n, Cidade Universitária, Recife, sob a responsabilidade da professora Dra. Elaine Costa Fernandez, orientadora da pesquisa, durante um período de cinco anos, sendo destruído após este tempo. Uma cópia também será guardada pelo pesquisador.

Sobre alguns riscos da pesquisa, considerou-se a possibilidade de constrangimento para as participantes, devido a que as entrevistas abordaram temas de caráter privado. Este risco foi amenizado a partir da construção de uma relação de confiança com as mulheres, em que elas puderam se expressar livremente e sem questionamentos, em entrevistas que protegeram a confidencialidade. Com relação aos benefícios da pesquisa, esta foi uma oportunidade para que as participantes compartilharam suas experiências de vida, sendo estas valorizadas e relevadas. Espera-se que a investigação também contribua a melhorar futuramente os programas sociais que beneficiam as participantes da pesquisa.

Também em termos de benefícios da pesquisa, esta foi uma instancia para que as vozes das mulheres beneficiárias do Bolsa Família puderam ser relevadas, posicionando-as como atores sociais e políticos com uma experiência valiosa a ser compartilhada. A pesquisa também possibilitou questionar uma série de mitos e preconceitos associados às beneficiárias do Programa, destacando como elas constroem uma identidade positiva mesmo sendo vítimas habituais de discriminação e preconceito na nossa sociedade. Estes aspectos se relacionam com a contribuição e relevância social da presente pesquisa que, situando-se na psicologia social, questiona criticamente algumas dinâmicas de estigmatização da classe popular. Também a investigação trata temas de relevância social e política, como a pobreza e o Programa Bolsa Família, política fundamental na história da proteção social no Brasil.

6.6 Coleta dos dados

A pesquisa se subdivide em duas partes: um Estudo de Mídias que tem como foco a produção noticiosa sobre o objeto “Bolsa Família” no período 2014 a 2018; e uma Análise de Entrevistas, efetuadas em 2015 e 2018, com as mesmas participantes.

Para o Estudo de Mídias foram selecionados a Folha de São Paulo (FSP) e o site do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). A seleção de duas mídias de distinto tipo, com diferentes objetivos editoriais e graus de cobertura, foi intencional e buscou captar a diversidade de discursos sobre um objeto polêmico como o Programa Bolsa Família.

A FSP é uma mídia de alcance nacional com forte repercussão na opinião pública. Este fato tornou relevante sua inclusão, já que possibilitou observar os discursos sobre o PBF que hegemonizam o debate público. A Folha é uma mídia da centro-direita, com uma visão econômica liberal e com um público leitor de estrato de renda alto (AZEVEDO, 2018). A Folha forma parte do que se denomina a grande imprensa brasileira, conglomerado que mostrou, durante o período de tempo estudado, uma tendência a escandalização da corrupção, um claro viés ideológico e um agendamento antipetista sistemático (AZEVEDO, 2018; CARTA, 2018; JÚNIOR, 2018; JÚNIOR, SASSARA, 2016a, 2016b; NASSIF, 2018). Esta situação foi relevante para sua inclusão na investigação, devido aos efeitos deste posicionamento mediático sobre o PBF e seus beneficiários.

O site do MDS foi selecionado por ser a fonte informativa oficial do governo brasileiro sobre as políticas sociais em geral e o Bolsa Família em particular. Neste sentido, o

site do MDS permitiu observar a trajetória do Programa no período 2015-2018, destacando suas mudanças ocorridas após o golpe de 2016.

A coleta dos dados se realizou entre os meses de janeiro e maio de 2018, através dos sites eletrônicos das mídias. Para a análise dos dados se utilizou o software Iramuteq, que auxiliou no manejo de uma base de dados composta por 387 notícias. O software, através do método da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), permitiu obter um mapeamento dos repertórios interpretativos acionados pela mídia. Logo, as classes obtidas a partir deste processamento foram analisadas e interpretadas qualitativamente.

Na coleta de dados também foi utilizada a entrevista semiestruturada (TRIVIÑOS, 1987), que permitiu conhecer as experiências das seis mulheres participantes. Este método se baseia em um roteiro temático composto por uma série de temas tratados com cada entrevistado de forma flexível. O roteiro temático incluiu três temas (Realidade Familiar, Contexto Rural e Programa Bolsa Família), divididos em dezessete subtemas e operacionalizados em perguntas. A abordagem de cada subtema variou de acordo com as características de cada participante e do contexto de entrevista. As perguntas específicas surgiram da dinâmica própria de cada entrevista. Os subtemas do roteiro foram os seguintes:

- **Subtemas Realidade Familiar:** História familiar; Conceito de família; Papéis de gênero; Papel de mãe; Criação dos filhos; Meios de subsistência.
- **Subtemas Contexto Rural:** Características do contexto; Problemas/Vantagens do contexto; Expressões da pobreza; Serviços sociais.
- **Subtemas Programa Bolsa Família:** Atualidade no PBF; Renda do PBF; Condicionais; Programas complementares do PBF; Mudanças pessoais a partir do PBF; Visão sobre a pobreza; Mudanças no PBF com o governo Temer.

6.7 Análise de discurso segundo a Psicologia Discursiva

Para Potter e Wetherell (1992) o trabalho da Psicologia Discursiva não deve estar limitado a identificar os repertórios interpretativos presentes nos discursos, senão que deve questionar com que propósitos estes são utilizados pelos atores sociais. Wetherell e Potter (1996) expõem que uma análise dos RE deve sugerir hipóteses que versem sobre os possíveis efeitos do discurso. Para Potter (2008) a análise dos repertórios tem a função de crítica social, já que permite identificar processos de categorização social que condenam a indivíduos através de preconceitos mobilizados pelo discurso. A análise dos RE pode dar pistas sobre as

responsabilidades e posicionamentos que indivíduos, grupos ou meios de comunicação têm na circulação de este tipo de discursos. Harré et. al. (2009) expõem que, após a identificação dos posicionamentos, o analista deve propor hipóteses sobre a função pragmática dos posicionamentos no marco da comunicação. A análise discursiva também pode aprofundar em elementos históricos, econômicos ou políticos que sustentam padrões discursivos ou normas sociais que limitam as possibilidades de construção da identidade.

Alguns autores (POTTER ET. AL., 1990; POTTER, WETHERELL, 1992; WIGGINS, POTTER, 2008) sugerem percursos para o analista, sugestões flexíveis adaptadas a cada investigação. Não existem regras rígidas na análise de discurso, senão que este deve orientar-se a partir do marco conceitual da pesquisa, centrando-se nas dimensões construtivas e funcionais do discurso e relevando os elementos ideológicos que o condicionam.

Estes autores propõem dez passos a seguir para orientar a investigação: 1) Perguntas de pesquisa, que propõem hipóteses sobre características e funções do discurso; 2) Consentimento dos participantes; 3) Seleção da amostra, coleta dos dados e construção do corpus; 4) Coleção de reportes e documentos relevantes; 5) Transcrição; 6) Codificação, categorização do conteúdo na procura de padrões emergentes; 7) Análise, que identifica como o discurso é construído através de diferentes RE. Pode incluir exames gerais sobre sua função ideológica e também a construção particular de argumentos. Visa identificar padrões, mas também coloca atenção na variabilidade; 8) Validação (coerência, orientação aos participantes, emergência de novos problemas de pesquisa, produtividade); 9) Reporte, que deve explicitar o percurso da pesquisa mostrando o processo de construção e funções do discurso; 10) Aplicação. Implicações práticas dos resultados.

A partir destas considerações, na presente investigação foi utilizado um modelo de análise de quatro níveis, aplicado tanto ao Estudo de Mídia como a Análise das Entrevistas. Pensamos que este modelo considera os distintos níveis do fenômeno discursivo e a complexidade da construção das identidades. O modelo de análise está composto por:

- **Argumentos:** Formas linguísticas de manifestação dos RE observáveis nas falas e material textual. Coloca ênfase na construção do conteúdo da argumentação, nos termos selecionados para construir explicações e categorizar objetos.
- **Estratégias:** Formas de uso da linguagem em sua dimensão retórica. Coloca atenção no aspecto pragmático, em como se produzem efeitos a partir das falas.

- **Posicionamentos:** Posicionar-se implica um processo de identificação em que o sujeito assume um conjunto de atributos morais e pessoais definidos por categorias discursivas. O posicionamento tem finalidades pragmáticas, pressupõe um papel ativo do sujeito no processo de construção de sua identidade.
- **Repertórios Interpretativos:** Unidade linguística coerente composta por elementos que os falantes utilizam para construir versões sobre um objeto. Regularidades observadas no discurso relacionadas com as categorias selecionadas pelos falantes dentro de um conjunto de possibilidades limitadas.

Os RE constituem a matéria prima a partir da qual os discursos são construídos. Por sua vez, os falantes que utilizam estes repertórios se valem de diversas estratégias e argumentos para conseguir consequências performáticas. Os posicionamentos são construídos a partir de estratégias retóricas específicas acionadas por cada falante, as que se enquadram em repertórios interpretativos que estão disponíveis em seu contexto cultural.

Através do Estudo de Mídias se aprofundou nas formas de construção dos repertórios emergentes, identificando como as mídias posicionam aos beneficiários do Bolsa Família. Também buscou-se identificar as estratégias retóricas utilizadas para a construção dos principais argumentos acionados nas notícias. Na pesquisa, o conceito repertórios interpretativos foi importante para identificar os discursos vinculados ao Bolsa Família que dominam a opinião pública, discursos que podem acionar mitos, estigmas e imagens enviesadas sobre o Programa e seus beneficiários (PAUGAM, 2003, 2007; CAMPELLO, 2013). A partir da Psicologia Discursiva, se considerou que a mídia é um ator social que produz discursos e atua de forma estratégica segundo interesses políticos, posicionando-se, seja de forma explícita ou implícita, e definindo a agenda da discussão pública. O grande poder e ingerência da mídia lhe permitem colocar temas em pauta, etiquetar positiva ou negativamente a grupos sociais e definir os discursos que constroem a realidade.

Na Análise de Entrevistas buscou-se identificar os posicionamentos estáveis que constituem a identidade das participantes. Também, prestou-se atenção aos posicionamentos contingentes, relativos a um momento temporal específico e sensíveis às mudanças contextuais. Entende-se a identidade como múltipla e composta por posicionamentos tanto estáveis como contingentes. Também, relevou-se o papel ativo do sujeito na construção de sua identidade, identificando-se as estratégias retóricas e os repertórios interpretativos utilizados pelas participantes para construir e fundamentar seus posicionamentos subjetivos.

7 ESTUDO DE MÍDIAS: ANÁLISE DOS RESULTADOS

7.1 Processamento com Iramuteq

O Estudo de Mídias teve como objetivo contextualizar as mudanças sociais e políticas acontecidas no Brasil durante o período 2015-2018. O intuito foi observar como estas mudanças incidiram no Bolsa Família, identificando os discursos vinculados ao Programa e seus beneficiários. Posteriormente, estabeleceram-se algumas relações entre os discursos da mídia e os discursos das beneficiárias. Selecionaram-se duas mídias: a Folha de São Paulo (FSP) e o site do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS). O período de tempo estudado foi janeiro/2014 a maio/2018. A inclusão do ano 2014 se deve a que na revisão da literatura se observou que nos anos eleitorais a promoção de preconceitos contra os beneficiários do Bolsa Família podia ser mais intensa, dimensão de interesse na pesquisa. Já que a segunda rodada de entrevistas com as participantes finalizou em abril de 2018, coletaram-se notícias até maio desse ano, para conhecer a situação do PBF e contextualizar o material das entrevistas.

No total, 387 notícias foram selecionadas entre as duas mídias. Para selecionar as matérias o termo de busca utilizado foi “Programa Bolsa Família”. Selecionaram-se notícias diretamente vinculadas ao objeto, que apresentavam no título o termo de pesquisa e que em seu conteúdo tratavam principalmente sobre o Programa. Também se incluíram notícias indiretamente vinculadas ao objeto, que não apresentavam no título o termo de pesquisa, mas que no conteúdo se relacionavam com o PBF. As notícias foram classificadas segundo: 1) mídia de procedência (FSP ou MDS); 2) ano de publicação (2014 a 2018).

Quadro 2- Distribuição das notícias segundo mídia e ano de publicação

Mídia/Ano	2014	2015	2016	2017	2018	Totais
FSP	57	34	62	32	15	200
MDS	27	26	19	46	69	187
Totais	84	60	81	78	84	387

Fonte: O autor, 2020

A análise utilizou o software Iramuteq (CAMARGO; JUSTO, 2016), especificamente a Classificação Hierárquica Descendente. Na análise o “corpus textual” corresponde as 387 notícias selecionadas. Os “textos” correspondem a cada matéria selecionada. Os “segmentos

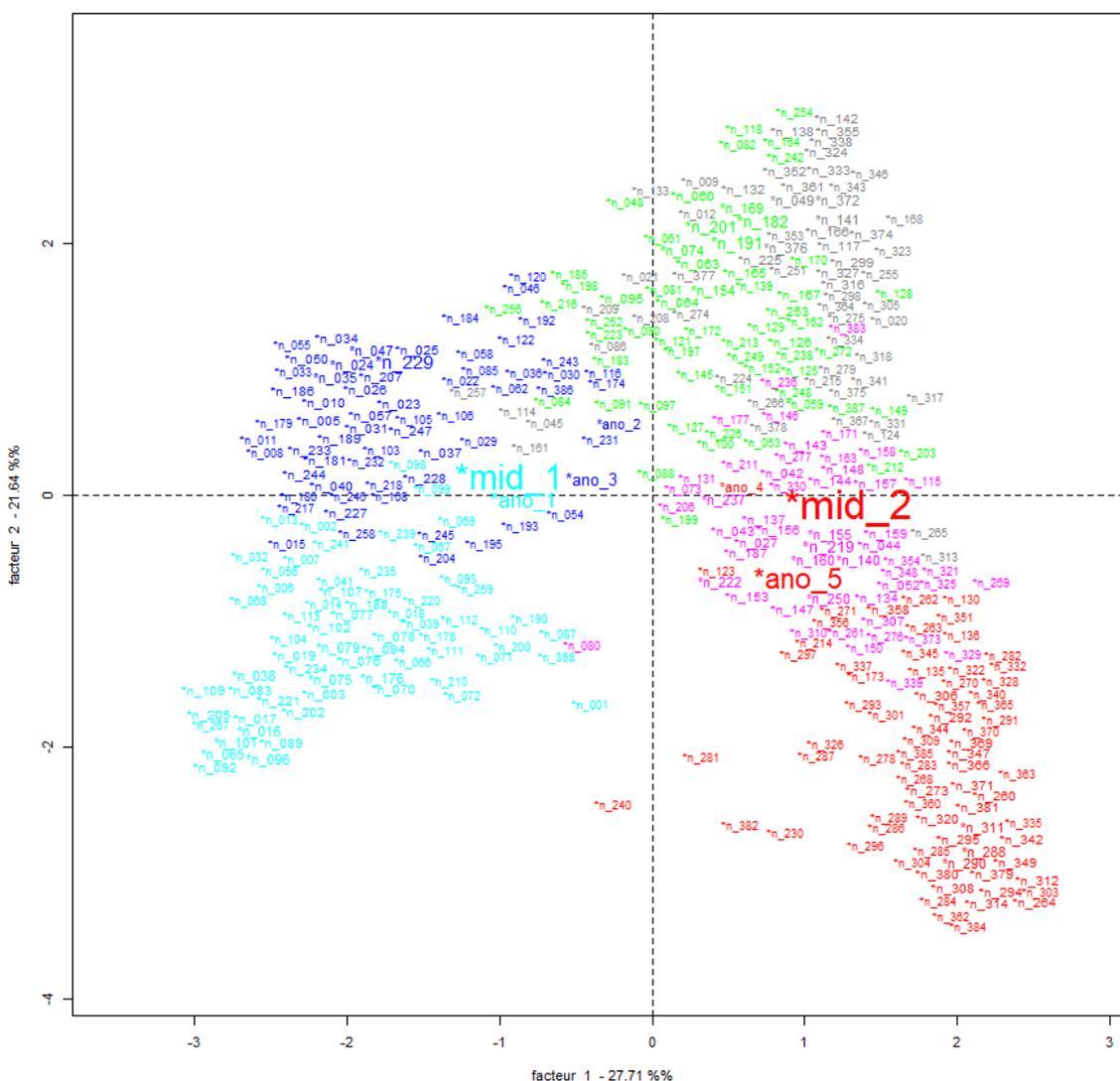


Figura 2 - Variáveis Mídia e Ano de Publicação

Na **Figura 1** se observam as seis classes emergentes da análise do Iramuteq. As classes estão representadas através de distintas cores. Para cada uma das classes se destacam as palavras mais frequentes, representando em tamanho maior aquelas mais relevantes.

Na **Figura 2** se pode ver como se distribuíram as duas variáveis selecionadas (mídia de procedência e ano de publicação) ao interior das classes. A variável ano de publicação ajudou a situar os repertórios interpretativos associados a cada classe em momentos temporais relevantes dentro do período de tempo estudado (2014-2018). Na Figura 2 se observa como se distribuem os cinco anos do período estudado: ano_1 (2014), ano_2 (2015), ano_3 (2016),

ano_4 (2017), ano_5 (2018). A variável média de origem permitiu classificar as notícias segundo sua procedência para a posterior análise qualitativa. Na Figura 2 se observa a distribuição das duas mídias estudadas: mid_1 (FSP) e mid_2 (MDS).

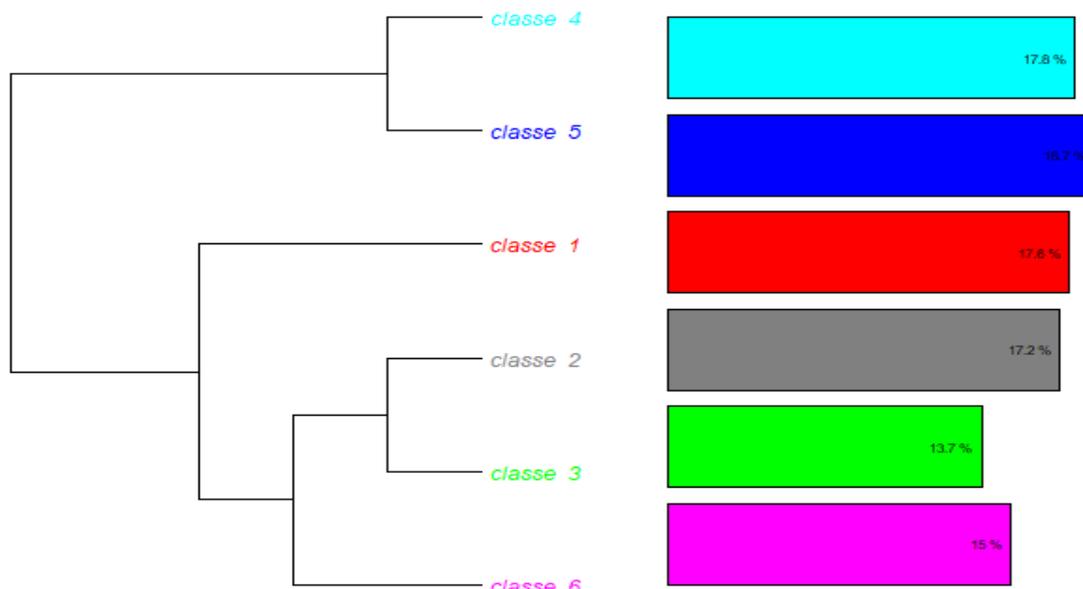


Figura 3 - Dendrograma (Relação entre Classes)

No Dendrograma (**Figura 3**) se pode observar que o corpus textual se dividiu em dois agrupamentos de classe. O primeiro agrupamento está conformado pelas Classes 4 (azul claro) e 5 (azul). Ambas as classes se localizam do lado esquerdo da Figura 1. O segundo agrupamento se conforma pelas Classes 1 (vermelho), 2 (cinza), 3 (verde) e 6 (rosa), localizadas à direita da Figura 1. Este segundo agrupamento se subdivide em dois agrupamentos: o primeiro com a Classe 1 e, o segundo, com as Classes 2, 3 e 6. Estes dois agrupamentos estão unidos por meio de relações semânticas de conteúdo.

O primeiro agrupamento de classes, localizado à esquerda da Figura 1, representa principalmente matérias da Folha de São Paulo (mid_1), que tem sua produção noticiosa vinculada as Classes 4 e 5. Na Figura 2 se observa que o maior volume de publicação na FSP se apresenta nos anos 1, 2, 3 (2014, 2015, 2016). O segundo agrupamento, localizado à direita da Figura 1, representa a produção do site do MDS (mid_2), publicações principalmente relacionadas às Classes 1, 2, 3 e 6. Como se observa na Figura 2, os anos 4 e 5 (2017 e 2018) destacam na produção noticiosa desta mídia. Se deve destacar que o MDS mantém uma produção estável nos cinco anos, mas que se intensifica em 2017 e 2018, no governo Temer.

A notória divisão gráfica da produção de ambas as mídias, em que a produção da Folha está localizada à esquerda da Figura 1 e a produção do MDS está situada à direita da Figura 1, leva a interpretar que se está ante dois discursos claramente distinguíveis sobre o Programa Bolsa Família:

- **Lado Esquerdo Figura 1 (FSP) – Discurso Político sobre o PBF**
- **Lado Direito Figura 1 (MDS) – Discurso Técnico sobre o PBF**

As Classes 4 e 5, construídas a partir da produção da FSP, formam parte do que foi chamado “Discurso Político sobre o PBF”. Este discurso intensifica preferentemente no ano eleitoral de 2014, em 2015, ano convulsionado na agenda política e ante-sala do golpe, e no ano 2016, marcado pelo impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff.

Por outra parte, as Classes 1, 2, 3 e 6, principalmente construídas a partir da produção do site do MDS, formam parte do que foi denominado “Discurso Técnico sobre o PBF”. Apesar de que este discurso é transversal a todos os anos estudados, em 2016, após o golpe, observa-se uma mudança significativa em termos dos conteúdos noticiados, do enfoque de política social e da imagem sobre o Bolsa Família que se busca transmitir a opinião pública.

Observa-se que cada classe mobiliza diversos repertórios para definir o PBF e seus beneficiários. Cada classe agrupa um conjunto de termos que se apresenta sistematicamente no discurso das mídias. Em termos gerais, a FSP seleciona preferencialmente repertórios de um discurso político, enquanto o MDS utiliza repertórios que se baseiam em uma linguagem técnica. Nas classes, estes repertórios se diferenciaram em seu conteúdo e uso pragmático. A partir destes repertórios, se pode identificar como são posicionados diversos atores e quais são as estratégias retóricas acionadas para construir argumentos e persuadir aos leitores.

Deve esclarecer-se que a distinção entre um discurso político e outro técnico vinculados ao Bolsa Família não pretende ser excludente. Propomos que o discurso produzido pela FSP é preferentemente político, enquanto que o produzido pelo MDS tende a acionar preferentemente uma linguagem técnica. Mesmo considerando esta distinção útil para efeitos da análise, somos conscientes de que um discurso político pode acionar a linguagem científica para construir suas justificativas, enquanto que um discurso técnico sobre política social encontra seus fundamentos éticos e morais em diversas visões políticas e ideológicas. Portanto, neste sentido, a fronteira entre o político e o técnico é fluida.

A Classificação Hierárquica Descendente agrupou o material textual em um conjunto de classes relacionadas entre si. Através da identificação destas classes, o método permitiu obter uma análise preliminar, um mapeamento dos conceitos frequentemente utilizados por cada mídia para referir-se ao Bolsa Família. Postulamos que estas classes podem representar padrões vinculados a repertórios interpretativos acionados pelas mídias.

A continuação, aprofunda-se no conteúdo de cada classe utilizando os critérios mídia de origem, ano de produção, palavras frequentes e valores das notícias¹³. A análise visou não somente observar as formas de construção das classes em termos de repertórios interpretativos e argumentos, senão também relevar os aspectos pragmáticos, as estratégias retóricas e posicionamentos dos atores sociais nas notícias. Estes aspectos serão exemplificados através de notícias concretas que apóiam nossas interpretações.

7.3 Instrumentalização eleitoral do Bolsa Família e seus beneficiários

A Classe 4 se vincula com as eleições presidenciais de 2014. Como se aprecia na Figura 1, o conteúdo desta classe é exclusivamente produzido pela FSP, observando-se palavras frequentes como: Dilma, Aécio, candidato, Lula, eleição, voto, Neves, Rousseff, eleitoral, campanha, tucano, petista, oposição, votar, partido, PMDB, impeachment, golpe, Campos, TSE, disputa, reeleição, atacar, aliado, eleitor. Propomos que esta classe é construída a partir de um **Repertório Político Eleitoral**. Esta classe forma parte do que temos denominado **Discurso “Político” sobre o PBF**.

Quadro 3 - Notícias da Classe 4, por ano, em cada mídia

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	Total
FSP	39	0	3	0	3	45
MDS	1	0	0	0	0	1

Fonte: O autor, 2020

A Classe 4 apresenta sua produção mais alta no ano eleitoral de 2014 (Figura 2), que consolidou o segundo mandato da ex-presidenta Rousseff. Das 57 notícias produzidas pela FSP em 2014, 47 são negativas (83%), 6 positivas (10%) e 4 neutras (7%). Dentro das negativas, 39 matérias (83%) se enquadram na Classe 4. Esta classe aciona um repertório que vincula o PBF com as eleições, reproduzindo a ideia de uma instrumentalização eleitoral do

¹³ As pesquisas jornalísticas (AZEVEDO, 2018; JÚNIOR, 2018; JÚNIOR, SASSARA, 2016a, 2016b) utilizam uma classificação que divide as matérias em positivas, negativas e neutras.

Programa por parte dos governos do PT. Por estes motivos, temos denominado a esta classe “Instrumentalização eleitoral do Bolsa Família e seus beneficiários”.

7.3.1 Cenário político polarizado: PT, corrupção e populismo

Dentro dos termos mais frequentes (Figura 1), se observam palavras que tendem a dicotomizar a arena política na campanha presidencial. Uma característica do repertório interpretativo que relaciona as eleições ao PBF é ser um **discurso polarizado**, que aciona dicotomias como dilmistas/aecistas, petista/tucano, impeachment/golpe, PT/PMDB. Por exemplo, A FSP recorre ao termo “petista” para se referir à candidata Dilma Rousseff ou a algum político do PT, acentuando a pertença partidária. Esta situação também se observa quando a referência é para o principal candidato da oposição, Aécio Neves, que é nomeado como “tucano”, da mesma forma que seus correligionários. Neste contexto, na linguagem usada pela Folha não se usa normalmente a expressão “votar em Dilma Rousseff”. Como estratégia o Jornal prefere atrelar o voto a pertença partidária, utilizando frases como “voto petista”, “voto no PT”, “eleitores petistas”, expressões que são úteis para acentuar a divisão dicotômica do cenário político. Por exemplo, o título da matéria 76, “Raiva do PT e medo de perder o Bolsa Família marcam votações extremas”, ressalta este fato. Por outra parte, a aparição incipiente dos termos “impeachment” e “golpe” é relevante para retratar a polarização política do cenário, desde as eleições de 2014, que se acentuaria em 2015.

Propomos que este discurso polarizado é construído a partir de um RE da Guerra, como mostram alguns termos frequentes da classe (Figura 1): campanha, oposição, adversário, disputa, atacar, aliado, vencer, vencedor, defesa, opositor, vitória, conquista, aliança, defender, perder, ataque, disputar. Este RE cria um ambiente belicoso entre posições antagônicas e é útil pragmaticamente para radicalizar posições, nutrindo o terreno para o uso de um vocabulário agressivo para referir-se aos candidatos e eleitores de cada bando, principalmente aos “petistas”, no caso da Folha. Este contexto de divisão é acentuado com um vocabulário que aciona a ideia de instabilidade econômica, política e social, através de palavras como: crise, ameaça, medo, cortes ou terrorismo. Algumas matérias retratam o RE da Guerra em seus títulos, como a 70 (“Dilma e Aécio repetem *embate* sobre paternidade de programas sociais”), 75 (“Dilma visita o Nordeste e usa o Bolsa Família para *atacar* Aécio”) e 96 (“Dilma diz que *adversários* querem surruperar programas do governo”).

Dentro deste discurso polarizado, o **argumento da corrupção** é um recurso útil para desacreditar aos adversários. Nesse sentido, a estratégia da conveniência¹⁴ (POTTER, 1998) é usada para definir de forma reducionista aos políticos do PT como corruptos e pouco transparentes. Geralmente, na produção da FSP, os termos vinculados à corrupção são atrelados aos políticos petistas. Dentro dos termos frequentes da Classe 4 observamos: Lavajato, Petrobras, corrupção, pedalada, cadeia, acusação, irresponsabilidade (Figura 1).

Nas matérias da Folha, a esta imagem corrupta do PT e da candidata Rouseff se contrapõe uma imagem da oposição interessada em desvelar escândalos de corrupção e promover uma gestão fiscal racional. Observamos o uso da estratégia de comparação¹⁵ que, através da dicotomia discursiva (HARRÉ, 1991) racionalidade/ideologia, coloca a racionalidade no polo positivo e a ideologia no negativo¹⁶. Este mecanismo permite posicionar atores políticos antagonistas: ao o PT no lugar do interesse, das intenções malignas e obscuras, e a oposição, no lugar da racionalidade, transparência e luta contra a corrupção.

Sendo o PT posicionado como um partido corrupto, a Folha tende a veicular uma imagem negativa e reducionista do PBF, principalmente através da estratégia da omissão¹⁷. O Programa tende a ser caracterizado como eleitoreiro e populista. Este processo de construção de qualidades negativas do PBF não aparece como sendo de autoria da Folha, senão que é elaborado através da repetição das falas de outros atores sociais, utilizando sistematicamente a estratégia da animação¹⁸ (POTTER, 1998).

Com relação a como a ex-presidenta Rouseff é posicionada, a FSP usa a estratégia de “colar” a figura de Dilma com a do ex-presidente Lula. Apesar de que a relação Lula-Dilma também se observou na campanha eleitoral que o mesmo PT impulsionou através das mídias, a FSP insiste nesta fusão, mas com outra intencionalidade. Colocando a ex-presidenta como a continuação do “projeto de Lula”, esta estratégia tenta posicionar a Dilma em um lugar secundário e de dependência política da figura de Lula. Rouseff é colocada como uma

¹⁴ A estratégia da conveniência visa desacreditar versões de um interlocutor, afirmações as que se atribui interesses particulares, que podem ser pessoais, econômicos, de poder ou outros. As características do emissor (competências, preconceitos, motivos, valores) ou pertença grupal servem para deslegitimar suas versões.

¹⁵ Esta estratégia retórica implica o contraste polar entre dos objetos, atores sociais ou eventos, comparação na que um polo é valorizado positivamente e o outro de forma negativa. Esta estratégia ajuda a construir a acreditação ou desacreditação dos componentes da dicotomia.

¹⁶ Neste caso, o termo ideologia não está sendo utilizado segundo seu significado teórico, senão que em seu uso coloquial ou informal por parte da mídia.

¹⁷ Nesta estratégia a descrição de um fato pode incluir certos elementos e omitir outros, através de mecanismos intencionais de seletividade da informação (POTTER, 1998).

¹⁸ Nesta estratégia se expõem pontos de vista ditos por “outros”. A Folha usa os depoimentos estrategicamente para expor seu ponto de vista editorial de forma indireta, aparentando neutralidade e objetividade.

candidata que vem “somente” a dar continuidade a um projeto que não é seu, como uma candidata sem uma proposta própria. Também, a candidata petista é posicionada em termos de qualidades negativas para assumir a presidência, sugerindo sua incapacidade, falta de manejo político e acentuando seu perfil técnico. Por exemplo, nas matérias 71, 78 e 112, que utilizam os depoimentos dos eleitores (estratégia da animação), o Jornal expõe que Dilma seria “somente” uma continuidade do projeto de Lula, minimizando a figura da candidata presidencial. Em uma coluna de opinião (93) se repete este argumento, afirmando que a ex-presidenta somente tenta “colar” sua imagem na de Lula, devido a sua baixa popularidade na opinião pública. A candidata é retratada como não tendo méritos próprios, com muitas debilidades e sem alianças políticas. Na matéria 107, que cita como fonte o Financial Times (estratégia acreditação de categorias¹⁹), se posiciona a Dilma como uma candidata impopular e com um perfil mais técnico que político. Na matéria 104, se recorre a fala de Aécio Neves, quem qualifica a Dilma de “despreparada”. A estes exemplos, se somam numerosas notícias que insinuam o uso eleitoral do PBF por parte da Dilma, nas quais é posicionada, explícita ou implicitamente, como mentirosa, manipuladora, corrupta e desonesta.

Nas matérias relacionadas às eleições, 7 notícias (12%) se vinculam a polêmicas que relativizam os logros do governo Rousseff em matéria de superação da extrema pobreza. Estas notícias sugerem corrupção por parte do PT, a alteração de dados públicos oficiais com a finalidade de obter vantagens eleitorais. Uma polêmica no mês de setembro, a poucos dias da eleição, envolve o TCU, IPEA e MDS. Através de 3 notícias (84, 85, 86) a Folha narra acusação feita pelo TCU de que os dados de pobreza entregados pelo governo teriam sido distorcidos. A matéria 84 tem um título que destaca esta polêmica (“TCU *rebate* ministério sobre Bolsa Família: não se conhece a efetividade”). Já a matéria 86 apresenta um título que explícita a suposta corrupção (“Dados sobre redução da pobreza podem estar *distorcidos*, diz TCU”). Na matéria 95, “Segundo Ipea, Dilma *inflou* dado sobre diminuição da miséria”, o Jornal coloca ao IPEA como “acusador” de Dilma (estratégia da animação), mas, em realidade, o IPEA nunca realizou esta acusação, senão que a Folha é quem cita um documento produzido pelo IPEA que negaria os dados oficiais do governo.

Em outubro se ativa novamente a polêmica. A matéria 74, “Miséria *para de cair* pela primeira vez em governo petista”, afirma que a queda da extrema pobreza estancou,

¹⁹ Esta estratégia determina que um ator, por conhecimento ou experiência, possui um status privilegiado que outorga a suas descrições o caráter de versão objetiva da realidade (POTTER, 1998).

destacando-se como um descumprimento da promessa de Dilma. Na notícia a oposição acusa ao IPEA de não divulgar estas cifras para não prejudicar a votação de Rousseff.

Quando estas matérias são analisadas em detalhe se aprecia que existem discrepâncias técnicas na forma como a pobreza é medida, argumentos que um leitor sem conhecimento técnico dificilmente pode distinguir. Neste sentido, se observa a ativação dos RE Científico e Estatístico²⁰ (POTTER, 1998), os quais permitem a FSP produzir argumentos que misturam uma linguagem científica sobre a pobreza com diversos resultados estatísticos sobre superação da miséria. A utilização de uma linguagem excessivamente técnica não permite esclarecer a polémica, senão que opera para manter este esclarecimento fora do alcance dos leitores não familiarizado com estes argumentos técnicos. Neste caso, a resolução da polémica fica obscurecida através da linguagem científica e estatística. A visibilização mediática de uma polémica não resolvida, por meio de títulos que apresentam a controvérsia como fato objetivo, cumpre a mesma função do “boato”, ou seja, difundir uma informação não comprovada para gerar certa predisposição nos leitores e votantes.

Como se constroem os argumentos que espalham a ideia de que os governos petistas instrumentalizam o PBF e seus beneficiários? Regularmente a Folha aciona o **argumento do populismo**, interpretação que utiliza a estratégia da conveniência (POTTER, 1998), através da qual as ações de uma instituição, grupo ou ator social são desacreditadas aludindo a interesses obscuros. Neste caso, nos argumentos expostos, o oficialismo é acusado de não se preocupar com o povo “realmente”, senão que se lhe atribui o interesse de se perpetuar no poder. No ano eleitoral de 2014, em geral, todas as ações do governo Dilma são interpretadas como tendo fins populistas ou eleitorais, interpretação que coloca todas as políticas e propostas petistas como movidas pela ideologia ou interesse eleitoral.

As matérias que discutem sobre a “paternidade” do PBF e seu uso eleitoral são dominantes na produção da FSP, e utilizam especialmente o argumento do populismo. Das 39 matérias da Classe 4, 19 (49%) mencionam algum destes temas. Um dos argumentos ativados pela FSP para sugerir o uso populista do PBF por parte do PT é recorrer à ideia de que o partido utiliza a “paternidade” sob o Programa para conseguir benefícios eleitorais. Por exemplo, na matéria 70, “Dilma e Aécio repetem embate sobre *paternidade* de programas

²⁰ A partir da noção de Repertório Empirista (POTTER, 1998), temos distinguido os Repertórios Científico e Estatístico. O primeiro releva o uso da linguagem científica, de teorias e conceitos de distintas áreas da ciência, para fundamentar afirmações, dando-lhes o status de verdade objetiva. No segundo, se acionam dados estatísticos “objetivos” para sustentar argumentos que tendem a apresentar-se como inquestionáveis.

sociais”, Aécio argumenta que o PT se adjudica a paternidade do Programa para manter cativos aos beneficiários do PBF. Na matéria 94, “Campos atribui *origem* do Bolsa Família a governo FHC”, o candidato atribui as origens do Programa ao governo FHC, minimizando o papel de Lula. Na coluna 72, “O *bolsa* e a *vida*”, o autor questiona a paternidade do PT sob o PBF, argumentando que o Programa não é uma ideia de Lula, senão que do Banco Mundial. Na coluna se afirma que o PT usou o Programa para ancorar eleitoralmente seu poder.

O suposto uso instrumental do PBF fica explícito na matéria 87, “Governadores *usam genéricos* do *Bolsa Família* em campanhas pelos Estados”, na qual se destaca que oito Estados teriam “copiado” a estratégia do PT e criado programas similares que servem como vitrine eleitoral. O uso da palavra “genéricos” alude a que o PBF seria o “remédio original” e que estes seriam “cópias” mais econômicas. Apesar da matéria não se referir diretamente ao Bolsa Família, utiliza seu nome para difundir uma imagem negativa do Programa.

A matéria 75, “Dilma visita o Nordeste e *usa O Bolsa Família* para *atacar* Aécio”, destaca a fortaleza eleitoral da ex-presidenta no Nordeste e adjudica uso eleitoral do Programa à Rousseff. A matéria 109, cita declaração de Eduardo Campos, que chama o PBF de “vitrine da Dilma”. Na matéria 113, Aécio repete a ideia do uso instrumental do Programa, chamando-o de “bandeira de Dilma”. Finalmente, a matéria 107, nomeia o Programa de “marca do PT”.

Na matéria 66, “Lula diz que não é possível formar *curral eleitoral* entre classes sociais”, se cita fala do ex-presidente na qual afirma que “o povo sabe o que quer, eles são eleitores da Dilma e também dos outros candidatos, não é possível formar um curral eleitoral em torno das classes sociais”. Nesta declaração de Lula se contrapõe a metáfora do “curral eleitoral”, amplamente fomentada pela oposição e por mídias como a Folha, com a ideia de “povo”, de eleitores conscientes e livres que votam segundo seus interesses. A metáfora do “curral eleitoral” surge também na matéria 92, na qual Eduardo Campos afirma que Dilma esta fazendo “terrorismo eleitoral” para manter seu “curral” de eleitores.

Dentro do argumento do populismo, as ideias de paternidade e uso eleitoral do PBF se utilizam para definir o atuar dos governos do PT. Neste contexto, o PBF é caracterizado habitualmente pela Folha através de metáforas como “vitrine eleitoral”, “marca do PT”, “carro chefe” e “bandeira eleitoral”, categorização que omite intencionalmente outras qualidades do Programa. Outra metáfora negativa utilizada é a do “curral eleitoral”, que define pejorativamente aos beneficiários do PBF como alienados políticos.

7.3.2 Instrumentalização dos “eleitores petistas”

Este repertório discursivo que define ao PBF como um instrumento eleitoral, contamina a forma como o Jornal posiciona a seus beneficiários. A Classe 4 é a que mais aciona preconceitos e mitos sobre o Programa. Para construir uma imagem negativa dos beneficiários, a Folha recorre ao RE Relato de Casos²¹, acionando histórias e depoimentos pessoais dos eleitores, petistas e de oposição. Nesta seção se apresentam as opiniões dos eleitores sobre distintos temas sociais. Geralmente, as falas dos eleitores “anti-petistas”, sendo coloquiais e informais, mobilizam graves preconceitos e utilizam adjetivos pejorativos contra os beneficiários do PBF, estigmas apresentados através de um vocabulário radical e agressivo. Usando a estratégia da animação, a Folha pode acionar um vocabulário extremista, diferente do usado tipicamente pelo Jornal, que utiliza uma linguagem técnica, pulcra e adequada.

Especificamente, através da seção “Painel do Eleitor”, a Folha visibiliza uma caracterização reducionista dos eleitores (POTTER, 1998). Na utilização do RE Relato de Casos por parte da FSP, se utilizam diversos mecanismos de seleção, omissão e categorização (POTTER, 1998), para, através de histórias e depoimentos intencionalmente selecionados, construir uma imagem parcial dos eleitores de Dilma. Através desta imagem também se constrói uma visão estigmatizante e negativa dos beneficiários do Bolsa Família.

Nas matérias publicadas pela Folha sobre os “eleitores típicos”, os eleitores de Dilma são majoritariamente da região Nordeste, fato que se vincula como serem votantes instrumentalizados pelos governos do PT. Neste caso a metáfora do “curral eleitoral” ou da “coleira política” aplica com força e define aos eleitores como um “gado irracional” que pode ser manejado. Nas notícias, geralmente, se usam casos de votantes de pequenos municípios rurais em situação de precariedade social e laboral. A apresentação destas histórias é reforçada por estatísticas (RE Estatístico) negativas sobre os municípios, cidades caracterizadas como altamente dependentes das rendas da assistência social e do PBF. Por exemplo, na matéria 65, se afirma que Rousseff teria ampla vantagem eleitoral nos municípios “mais dependentes” do PBF. Na notícia 73, se caracteriza o município onde o PBF teria sido implementado por primeira como altamente dependente do PBF e com eleitores majoritariamente do PT. A matéria 77, “Dilma amplia vantagem nas cidades mais

²¹ O RE Relato de Casos usa depoimentos e histórias de pessoas para sustentar afirmações. O relato tende a ser descritivo, detalhado e vivido, relevando o componente emocional, elementos com os que o leitor pode-se facilmente identificar. Este é uma espécie de “repertório experiencial” que utiliza argumentos que descrevem vividamente uma cena, com detalhes sensoriais que colocam ao receptor da mensagem no lugar do observador.

dependentes do Bolsa Família” reforça a ideia da alta dependência dos beneficiários. Na notícia 78, “*Eleitores típicos de Dilma, Aécio e Marina justificam opções na urna*”, os eleitores dilmistas são caracterizados como habitantes de pequenos municípios rurais do Nordeste e beneficiários do PBF. Apesar de que a preferência por citar casos do Nordeste tem alguma lógica na medida em que Dilma conta com grande apoio popular nesta região, o Jornal decide utilizar seletivamente a estratégia de omissão (POTTER, 1998), não apresentando eleitores de outras regiões ou de grandes capitais.

Para a Folha, outra característica dos eleitores petistas típicos é serem beneficiários do PBF. Em todos os relatos selecionados está presente esta característica. Sem desconhecer a base popular do PT, esta imagem reducionista (POTTER, 1998) omite que o partido tem eleitores de outras classes sociais. Os títulos das matérias 112 (“Se não fosse o Bolsa Família, passaria fome, diz eleitor de Dilma”) e 80 (“Painel do Eleitor: Hoje o pobre compra o que quiser”) retratam esta imagem. Outros títulos também ressaltam a associação entre os votos de Rousseff e o PBF, como as notícias 71 (“Programas sociais dão apoio a Dilma no norte mineiro”), 76 (“Raiva do PT e medo de perder o Bolsa Família marcam votações extremas”), 77 (Dilma amplia vantagem nas cidades mais *dependentes do Bolsa Família*) e 87 (“Governadores usam genéricos do Bolsa Família em campanhas pelos Estados”).

Algumas matérias expõem explicitamente que os beneficiários são altamente dependentes do Bolsa Família. Nas notícias há uma clara insistência na ausência de “portas de saída” no Programa, ideia associada a que estes são extremadamente dependentes. Por exemplo, na coluna 72, “A bolsa e a vida”, se diz que os beneficiários têm uma “dependência crônica transgeracional”. Na notícia 94, Eduardo Campos afirma que seria importante que “as filhas do PBF hoje, não sejam as mães do PBF de amanhã”. Na matéria 86, se afirma que 1 de 4 brasileiros são dependentes de benefícios da assistência social. Finalmente, na coluna de Aécio (100), intitulada “O fim da miséria”, o candidato afirma que para superar a miséria “realmente” os beneficiários deveriam ter autonomia da dependência Estatal.

O primeiro efeito de posicionar aos beneficiários através do **argumento da dependência** é ressaltar que eles teriam “violado” um valor básico da sociedade liberal, a norma da autonomia. Eles teriam perdido a capacidade de conduzir independentemente suas vidas, caindo nas mãos do Estado e sendo cooptados pela classe política. Mas, esta imagem reducionista que a Folha promove omite seletivamente (POTTER, 1998) que os beneficiários são trabalhadores, que a maioria deles tem outras fontes de renda, seja do trabalho formal ou

informal (CAMPELLO, 2013). A ideia de que os beneficiários são trabalhadores não é relevada pelo Jornal, ao contrário, tende a ser minimizada para destacar a dependência.

No ano 2014, o preconceito mais veiculado pela Folha é o da instrumentalização eleitoral dos beneficiários do PBF. Termos como curral eleitoral, coleira política, clientelismo, instrumentalização, compra de votos, posicionam aos beneficiários como alienados políticos. Particularmente, a metáfora do “curral” e da “coleira” sugere que os pobres que recebem o PBF são uma espécie de gado, animais irracionais que podem ser controlados, que não tem pensamento próprio. Seu caráter de eleitores instrumentalizados fica patente, por exemplo, na matéria 83, “Associação do PR defende *suspensão do voto* para quem tiver *Bolsa Família*”, que afirma que o PBF é corrupção eleitoral que instrumentaliza os votos dos beneficiários, os quais nem deveriam ser considerados válidos nas eleições. Nas matérias, em geral, se lhes apresenta como eleitores que votam “cegamente” no PT, por medo de perder o benefício do Bolsa Família em caso da oposição assumir o poder.

Na coluna de 108, titulada “Arte de *enganar os pobres*”, os beneficiários são definidos como pessoas que ganham um benefício sem trabalho nem esforço, induzidos a não trabalhar ou ficar na informalidade, que vivem do dinheiro público e que fazem filhos como fonte de renda. O PBF é caracterizado como uma estratégia “neo-populista” do PT, como o “Mensalão” da compra de votos. Na matéria 76, os beneficiários são qualificados por um eleitor como “encostados no PBF”. Na matéria 79, os beneficiários são qualificados como vagabundos, falsos pobres, sem trabalho e aproveitadores da assistência social.

Para Biroli, Miguel e Duailibe (2013) a visão individualista da pobreza vê ao pobre, no contexto eleitoral, como comprado e desinformado. Quando o pobre vota segundo seus interesses, por exemplo, no caso dos beneficiários do PBF que votam pelo PT argumentando que têm sido beneficiados por suas políticas, são definidos como corrompidos ou manipulados. Ao contrário, quando o eleitor da classe média ou da elite vota por algum candidato que apóia seus interesses, ele é concebido como um “eleitor racional”.

Entre 2015 e 2018 o estigma do beneficiário do PBF como um alienado político continua sendo visibilizado, especialmente no começo do ano eleitoral de 2018. Por exemplo, a matéria 1, “Novo ministro do *Bolsa Família* já criticou *coleira política* do programa”, traz um depoimento do ministro do MDS do governo Temer, Osmar Terra, em que define o PBF como “coleira política” que cria uma “legião de dependentes”. A matéria 205, “Maduro *usará Bolsa Família* para monitorar *voto* na Constituinte”, utiliza intencionalmente o nome do Bolsa

Família para retratar a situação eleitoral na Venezuela, na qual, segundo o Jornal, um programa similar foi utilizado pelo governo para controlar a votação nas eleições. Mesmo que esta notícia não tenha relação alguma com o PBF, ela é usada para desacreditar ao Programa e colocá-lo como instrumento eleitoral. No ano 2018, 5 notícias (180, 182, 179, 188, 176) promovem a ideia do uso eleitoral do Bolsa Família. Estas matérias catalogam ao Programa como propaganda eleitoral, pragmatismo eleitoral e fator eleitoral.

7.3.3 Posicionamento moral negativo dos beneficiários do PBF

Na produção da Folha, o ano 2014 foi o que mais acentuou a estigmatização dos beneficiários do PBF, tendência que se mantém entre 2015 e 2018, mas com menor sistematicidade. No Jornal, a partir de seu discurso predominantemente político, as nomeações para se referir aos beneficiários são menos “técnicas” das observadas no MDS. A nomeação “pobre” é a mais frequentemente usada para se referir aos beneficiários do PBF, aparecendo em 22 matérias. Em algumas notícias esta categoria é destaca no título (227: “Não há nenhuma perseguição aos mais *pobres*, diz Temer sobre ajuste fiscal”; 253: “Um terço dos muito *pobres* tem emprego, aponta pesquisa mundial da OIT”; 192: “Cortar gastos prejudica os mais *pobres*?”; 193: “Estado não deve atender apenas os *pobres*”; 185: “*Bolsa Família* é único gasto que chega aos *pobres*, aponta organização do comércio”). Apesar de que categoria pobre pode ser enquadrada no discurso da pobreza monetária (RAMOS, 2016), repertório de caráter técnico, o uso na FSP difere do observado no site do MDS. Enquanto o MDS se refere à pobreza como uma situação, a Folha utiliza a estratégia da personalização, atrelando as características desta situação a essência dos sujeitos, os quais são classificados como “pobres”, o que traz efeitos negativos automáticos sobre suas identidades.

Outras categorias, menos frequentes acionadas na produção da Folha, tem maior conotação moral negativa. Entre os termos observados estão: miserável, carente, desamparado, fraco, frágil, de baixo, necessitado, humilde, vulnerável, preguiçoso encostado, vagabundo, irregular e desonesto. Estes termos, apesar da pouca frequência de utilização, configuram junto com a categoria pobre um cenário em que os beneficiários são predominantemente definidos de forma negativa em termos de sua identidade. Por exemplo, nas matérias 60 (“Aumento da taxa de *miseráveis* está dentro da margem de erro, diz ministra”), 63 e 95, os beneficiários são categorizados através do termo “miseráveis”. Novamente este termo, que refere a uma condição situacional (“miséria”) é utilizado pela FSP em sua versão personalizada (“miseráveis”), atrelando esta situação às características dos

sujeitos. Como observamos em anterior pesquisa (BARADIT, 2016) o termo “miserável” significa para os próprios beneficiários do PBF uma condição relacionada a situações inumanas e degradantes. Cabe lembrar que este vocabulário pejorativo, impróprio do jornalismo profissional, somente pode ser acionado através da estratégia da animação, da repetição de falas de outros atores sociais.

O estigma de que os beneficiários são totalmente dependentes continuou sendo repetido ocasionalmente em algumas matérias após 2014, preconceito acompanhado pelo mito que os beneficiários são desestimulados a procurar emprego, o que os aproxima da categoria negativa “preguiçoso”. Este mito já foi rejeitado a partir da evidência empírica (CAMPELLO, 2013). Entre 2014 e 2018, ao menos 11 matérias (76, 79, 42, 43, 52, 1, 238, 241, 253, 206, 188) veicularam a ideia de que os beneficiários são totalmente dependentes do Programa. Nas matérias se acionam termos/frases como dependência, falta de autonomia, legião de dependentes, os que dependem do PBF, os que vivem do PBF. Por exemplo, na matéria 241, o Jornal reproduz um discurso do presidente Michel Temer, em que o mandatário se refere aos beneficiários como os que “vivem basicamente do PBF”. A notícia 253, “Um terço dos muito *pobres* tem *emprego*, aponta pesquisa mundial da OIT”, cita um estudo de uma organização internacional prestigiosa (estratégia acreditação de categorias) e utiliza a afirmação “1/3 dos muito pobres tem emprego”, para afirmar que o restante 2/3 “depende de programas como o PBF”. Finalmente, a matéria 188, “*Bolsa Família escraviza* as pessoas, diz Maia em Washington”, de 2018, reproduz uma fala do presidente da Câmara Deputados, que critica duramente ao PBF, definindo-o como um programa que escraviza as pessoas e que não permite que possam “caminhar com suas próprias pernas”, gerando dependência do Estado.

Outro mito reproduzido em algumas notícias da Folha é o do incentivo à natalidade, ideia que sugere que os pobres são sujeitos irracionais e aproveitadores da assistência social, que utilizariam esta prática para conseguir mais benefícios. Este mito já foi rejeitado a partir da evidência empírica (CAMPELLO, 2013). Basicamente três matérias promovem este mito (42, 43, 254). Particularmente, a notícia 254, “Contra queda de *natalidade*, ministra quer ampliar *Bolsa Família* da Itália”, utiliza intencionalmente e de forma descontextualizada o nome do Programa para se referir à realidade italiana, em que um programa similar ao PBF seria usado pelo governo para incentivar as famílias a terem mais filhos. Este uso retórico do nome “Bolsa Família” permite associar, sem motivos, o Programa ao aumento da natalidade.

Finalmente, queremos ressaltar três matérias (42, 43, 44) que se referem à reportagem “Boyhood Bolsa Família”, produzida pela Folha de São Paulo. Nela se faz um seguimento durante 10 anos (2005-2015) a duas famílias beneficiárias da região metropolitana de Recife. Na reportagem, o Jornal escolhe utilizar de forma gráfica o RE de Relatos de Casos. A matéria 42, “*Beneficiários do Bolsa Família trilham caminhos opostos ao longo de dez anos*”, retrata o local de moradia das famílias como uma “favela miserável, violenta e salpicada de lixo”. As famílias são definidas como exclusivamente dependentes do PBF ou de rendas do governo, cronicamente afetadas pelo desemprego ou emprego precário e com variados problemas sociais, como baixa escolarização ou gravidez adolescente. Ressalta-se na matéria também o “inegável poder eleitoral” do Bolsa Família. A frase do título que destaca que as famílias “trilharam caminhos opostos” não é casual, já que diferencia as famílias em termos de como elas decidiram investir os recursos do PBF, situação que traz novamente a discussão sobre o uso, adequado ou não, por parte das famílias, do benefício recebido.

Na matéria 43, “*Família Dumont. Os Dumont investiram em conquistas materiais*”, se descreve uma família que optou pelas melhoras materiais (casa sólida, eletrodomésticos, piscina), mas que teria “falhado” na criação dos filhos, devido ao abandono escolar e gravidez adolescente. A reportagem destaca que na família Dumont “todos recebem Bolsa Família”. Particularmente, se destaca a fala de uma das filhas, vítima da gravidez adolescente, que sendo consultada sobre que aprendeu quando era beneficiária de um programa social, responde: “bagunçar e fazer menino”. Na matéria 44, “*Família Silva. Os Silva priorizaram a educação e alimentos*”, a reportagem oferece o exemplo contrário, o “bom exemplo” da Família Silva, que a diferença dos Dumont, optaram por investir em alimentação e educação dos filhos. Mas, os Silva, são retratados como uma família “100% dependente do Estado”.

Apesar de que a reportagem tente incluir algumas visões sobre o PBF, como a da ministra Campello, que elogiam alguns aspectos do Programa e desmitificam alguns preconceitos, a reportagem, em geral, tende a reproduz vários estigmas sobre os beneficiários, entre eles a ideia da dependência total do Programa, do incentivo a natalidade e de que seriam politicamente instrumentalizados. Por outra parte, a seleção intencional de famílias que constituem “casos extremos”²² (alta dependência, falta de emprego, famílias numerosas) mostra uma imagem negativa e unidimensional da realidade dos beneficiários do PBF. Também, a eleição de duas famílias que “trilharam caminhos opostos” propõe uma

²² A estratégia de maximização (POTTER, 1998), recorre a casos extremos para entregar evidências irrefutáveis que tendem a dicotomizar moralmente a percepção dos fatos, dividindo-os entre bons e maus.

dicotomização moral dos beneficiários: os que investem “bem”, no capital humano, na saúde e educação nos filhos; e os que investem “mal”, no conforto material, mas deixando de lado a educação o bem-estar dos filhos. O mito do uso indevido do benefício do Programa cruza a seleção dos casos na reportagem, estabelecendo uma comparação moral entre as famílias. Os mecanismos de seletividade utilizados pela reportagem retratam negativamente o Bolsa Família, através de uma visão enviesada e reducionista. O autor, no final da reportagem, afirma que o Programa é necessário para no contexto brasileiro, mas que os beneficiários prefeririam ter um emprego, mesmo que opções de “portas de saída” são difíceis no momento, devido à “situação em que Dilma nos colocou” (aludindo á crise econômica).

Em conclusão, a série de estigmas e mitos veiculados pela Folha colocam aos beneficiários do PBF em um lugar moral e socialmente desqualificado (PAUGAM, 2003, 2007; PROCACCI, 1991), atribuindo-lhes características negativas como serem imorais, irracionais, preguiçosos, encostados, vagabundos, desonestos, alienados, dependentes, etc. A FSP recorre ao RE Relato de Casos com uma função específica, a saber, construir uma imagem parcial e negativa (POTTER, 1998) dos beneficiários do Bolsa Família. Este posicionamento serve principalmente para apoiar o argumento da dependência econômica do Programa e da dependência política do PT. Neste sentido, vemos uma complementaridade entre os argumentos da dependência, da corrupção e do populismo, expostos anteriormente.

7.4 Cortes no Bolsa Família: Clima de incerteza política e social

A Classe 5 vincula-se com os ajustes fiscais e reajustes/cortes no PBF. Como se observa na Figura 1, palavras frequentes da classe são: corte, gasto, fiscal, reajuste, aumento, orçamento, inflação, imposto, PEC, despesa, conta, juro, dívida, Temer, ajuste, déficit, teto, previdência, rombo, inflacionário, gás, recessão, cortar, econômico, meta, PIB, etc. Neste sentido, propomos que esta classe é construída a partir de um **Repertório Político Econômico**, formando parte o que temos chamado **Discurso “Político” sobre o PBF**.

Quadro 4 - Notícias da Classe 5, por ano, em cada mídia

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	Total
FSP	24	21	29	12	9	95
MDS	0	6	4	0	1	11

Fonte: O autor, 2020

A Classe 5 tem sua produção noticiosa mais alta nos anos 2014, 2015 e 2016 (Figura 2). O conteúdo é majoritariamente produzido pela FSP, com 95 matérias, contra 11 do site do MDS. Nesta classe separamos os períodos pré-impeachmente pós-impeachment para ressaltar mudanças na produção das mídias, que refletem as modificações no contexto político e social, que tem no impeachment de Dilma o ponto de inflexão.

Em 2014, A FSP noticiou 57 matérias. Destas, 24 (42%) estão vinculadas a Classe 5, todas de caráter negativo. Em 2015, a FSP publicou 34 matérias, das quais 25 (74%) veiculam conteúdo negativo sobre o PBF. Destas, 21 notícias (84%) tratam sobre cortes no Programa. Em 2016, das 62 matérias publicadas pela Folha, 29 (47%) pertencem a Classe 5. Antes do impeachment, as notícias veiculam um conteúdo principalmente negativo, criticando os ajustes fiscais no governo Rousseff. Após o impeachment, as matérias da Classe 5 adquirem mais valor positivo, defendendo-se o reajuste dado por Temer ao PBF e a PEC 241. Nos anos 2017 e 2018 ainda existe produção relacionada à temática, mas há uma queda notória do interesse jornalístico, com matérias publicadas em outro contexto.

Na Classe 5 predomina o tema do ajuste fiscal, impulsionado pelo governo Rousseff e aprofundado na gestão Temer. As notícias sobre a implementação de ações de ajuste fiscal no governo Dilma são acompanhadas por informações relacionadas a cortes de orçamento no PBF, matérias concentradas, maiormente, no ano 2015. Por estes motivos, temos denominado esta classe **“Cortes no Bolsa Família: Clima de incerteza política e social”**.

7.4.1 Relações entre as Classes 4 e 5: Terrorismo eleitoral e reajustes no PBF

No ano 2014, uma quantidade importante de matérias publicadas pela Folha sobre as eleições menciona ameaças de cortes do PBF. O Jornal ativa estrategicamente o **argumento do terrorismo eleitoral**, que atribui à candidata Rousseff gerar uma “campanha do terror” na qual acusa que seus contendores pretendem acabar ou debilitar o PBF. Esta campanha visaria manter aos beneficiários do Programa como seu eleitorado cativo (argumento do populismo)

Por exemplo, na matéria 92, “Campos exalta passado com Lula e diz que Dilma faz *terrorismo* com *Bolsa Família*”, o ex-candidato afirma que Dilma está espalhando boatos sobre o fim do PBF, em uma estratégia que recorre ao terror para ganhar votos. A matéria 101, “Com *discurso do medo*, PT estréia nova propaganda na televisão”, destaca que o PT está divulgando um discurso do medo que insinua o possível fim do PBF. Já a notícia 96, “*Dilma diz* que adversários querem *surrupiar programas* do governo”, traz a Rousseff como protagonista de uma fala que promoveria o terror na população. Em geral, os principais autores da acusação de terrorismo eleitoral são os candidatos de oposição, Neves e Campos (estratégia da animação). As acusações são geralmente acompanhadas de declarações dos candidatos opositores que refutam a premissa de que eles cortaram o PBF. Os candidatos afirmam estrategicamente que o PBF “será mantido ou melhorado”, declarações que servem para se proteger ante possíveis suspeitas por parte dos eleitores. Exemplos deste fato são as matérias 102 (“*Campos promete aumentar* número de beneficiários do Bolsa Família”) e 109 (“*Bolsa Família veio para ficar*, afirma Eduardo Campos”).

Dentro da lógica do terrorismo eleitoral, uma das figuras utilizadas nas matérias do Jornal é “boato”, o seja, informações lançadas no domínio público, de autoria anônima e desconhecida, que influenciam a opinião e intenção de voto da população. Isto fica explícito nos títulos das notícias 67, “Governo quer que PF apure mensagem que *ameaça* fim da Bolsa Família”, e 69, “Contra *boatos*, Justiça suspende convocação do Bolsa Família em AL”. O caráter de autoria não confirmada do boato é funcional em dois sentidos. Primeiro, permite aos atores sociais (candidatos opositores e o próprio Jornal) elucubrar uma série de especulações em relação à autoria das mensagens, sendo que a suspeita, habitualmente, é colocada sob o governo Rousseff. Segundo, a difícil confirmação da origem dos boatos deixa as suspeitas sem resolver e contribui para construir uma imagem negativa da candidata oficialista. Colocar implicitamente esta responsabilidade não confirmada sob Rousseff permite posicionar-la como uma candidata corrupta, sem necessidade de provas.

Observamos que a reprodução nos títulos das matérias da Folha do argumento do terrorismo eleitoral cumpre uma função paradoxal. Este argumento, construído a partir da estratégia maximização²³ (POTTER, 1998), culpa à Dilma de gerar um ambiente de terror. Mas, a repetição sistemática deste argumento por parte da Folha tem como efeito a amplificação real da incerteza sobre a manutenção do PBF e a geração insegurança nos

²³ Esta estratégia recorre a casos extremos para exemplificar ou entregar evidências irrefutáveis que tendem a dicotomizar moralmente a percepção dos fatos, dividindo-os entre bons e maus.

beneficiários do Programa (BARADIT, 2016). Propomos que o Jornal contribui, devido a sua influência na opinião pública, a gerar um ambiente social de incerteza, ação que poderia ser catalogada de “**terrorismo social**”. Também, a partir do argumento do terrorismo eleitoral, o PBF é definido como uma política frágil dependente do vaivém eleitoral.

Um das ações do governo Rousseff em 2014 foi o reajuste do PBF. Esta ação foi interpretada a partir do **argumento do populismo**, argumentando-se que este obedecia ao interesse eleitoral. O reajuste foi fortemente atacado pela oposição, situação amplamente destacada pelas matérias da FSP. Neste caso, uma notícia “positiva” para os beneficiários do PBF é negativizada e politizada no contexto eleitoral. O dia do anúncio do reajuste, a Folha publica a matéria 107, “FT diz que *reajuste* do Bolsa Família é *populista* e contra ataque à oposição”, na qual se cita uma fonte de prestígio, o Financial Times (estratégia acreditação de categorias), para afirmar que o reajuste dado é um ato populista motivado pela queda de Dilma nas pesquisas de intenção de voto. A matéria 106, “*Reajuste* de 10% no Bolsa Família não *repõe perdas com a inflação*”, reproduz uma crítica da oposição ao reajuste, que qualifica a medida como eleitoreira e campanha política antecipada. As matérias 104 e 103 voltam a reproduzir as críticas da oposição, que qualifica a medida como “moeda eleitoral” e “dádiva”.

Confirmando o sugerido pela análise do Iramuteq (Figura 3), observamos que a Classe 4, que vincula as eleições de 2014 com o PBF, apresenta um entrelaçamento de conteúdos com a Classe 5, relacionada com os ajustes fiscais e cortes no Programa. Uma primeira ponte se estabelece através do argumento do terrorismo eleitoral, em que as ameaças de corte do PBF são vinculadas retoricamente a uma estratégia populista do PT, em que se acusa a Dilma de acionar uma “política do terror” na eleição. O argumento do terrorismo eleitoral acusa ao PT de um duplo uso do PBF. Primeiro, como estratégia para manter um eleitorado cativo. Segundo, como ferramenta política para desacreditar seus adversários, insinuando que os opositores cortaram ou reduziram o Programa. O argumento do terrorismo se vincula ao medo que os eleitores dilmistas teriam de perder o PBF em caso de algum candidato da oposição ganhar as eleições. Uma segunda ponte entre as Classes 4 e 5 se estabelece por meio do argumento do populismo, que serve para interpretar o reajuste do PBF de 2014, que é definido como uma ação eleitoreira por parte do PT. Este argumento é sustentado através da reprodução das falas de candidatos opositores (estratégia da animação) e de declarações de órgãos de prestígio internacional (estratégia acreditação por categorias).

7.4.2 Ano 2015: Ajustes fiscais e possíveis cortes no PBF

As publicações da Folha do ano 2015 dão continuidade ao produzido em 2014, ano em que o Jornal começa a posicionar a temática dos cortes no PBF no debate público através do argumento do terrorismo eleitoral. A “**retórica dos cortes**” no PBF atravessa a produção da Folha, seja nas eleições em 2014, como no contexto de crise econômica e de ajustes fiscais de 2015, em que surgem novos argumentos. A “retórica dos cortes” se constrói a partir de informações duvidosas, como boatos, depoimentos de políticos e dados não confirmados. A forma de difusão desta retórica nos faz pensar que mais do que esclarecer se estes cortes serão ou não efetuados, o principal interesse da Folha é colocar este conteúdo em circulação.

Em 2015, a “retórica dos cortes” muda de contexto. Se em 2014 esta retórica era sustentada a partir de um RE Político Eleitoral, em 2015 o RE da Política Econômica vincula os ajustes fiscais a possíveis cortes no PBF. Terminadas as eleições de 2014, o **argumento da crise** serve para dar continuidade à estratégia do “terrorismo social”. O argumento da crise está associado a termos como: déficit, cortes, buraco, rombo, dívida, inflação, desemprego, pedaladas, recessão, inflação, pente fino, ameaça, tragédia e caos (Figura 1).

Ao argumento da crise se soma o **argumento do ajuste fiscal**. Os ajustes iniciados no governo Rousseff, as pressões do parlamento de retomada do equilíbrio fiscal e as acusações de supostas irregularidades (“pedaladas”), colocam novamente o Bolsa Família no centro do jogo político-mediático. Quando a crise se olha desde o ponto de vista fiscal, o **argumento da corrupção** também é esgrimido pela oposição para justificar cortes no PBF, mencionando irregularidades, fraudes e má aplicação de recursos públicos. O argumento da crise, gestado em 2015, servirá de fundamento para a ideia de equilibrar as contas públicas através de cortes “necessários” do gasto social, que será capitalizada pela administração de Michel Temer.

Em 2015, das 21 matérias da Folha que noticiam sobre a temática dos cortes no PBF, 12 referem à polêmica do orçamento fiscal de 2016, que propôs um corte de 10 bilhões no financiamento do Programa. Para acentuar a estratégia de “terrorismo social”, 10 matérias trazem os termos “corte” e “Bolsa Família” em seus títulos. Em geral, o uso de cifras (RE Estatístico) que destacam a magnitude do corte (“10 bilhões de reais”, “35% do orçamento do PBF”) dá maior impacto a notícia. Este repertório também se usa para exemplificar os possíveis impactos do corte (“50 milhões de pessoas afetadas”, “23 milhões saem do PBF”, “8 milhões voltam a miséria”). Um total de 9 matérias se concentra em outubro de 2015, mês do anúncio da medida. A matéria 37, “Relator do Orçamento de 2016 propõe *corte de 35 %* no

Bolsa Família”, anuncia a proposta. O relator justifica sua proposta afirmando que 72% dos beneficiários trabalham e que é mais importante, na crise, manter esses empregos que o PBF.

Imediatamente publicada a proposta, a Folha veicula reações por parte de distintos líderes do governo. Neste contexto, 3 matérias (29, “Em recado ao Congresso, Dilma diz que *programas sociais* não terão *cortes*”; 32, “Com *ameaça de corte no Bolsa Família*”, Dilma defende programa”; 33, “Após deputado propor *cortes no Bolsa Família*, Dilma defende programa”) trazem as reações imediatas da presidenta Rousseff. Nelas a mandatária afirma que o corte implica atentar contra 50 milhões de brasileiros. Outras matérias trazem reações do oficialismo, como a 34, “Renan critica proposta de *corte bilionário no Bolsa Família*” e 35, “Líder petista critica proposta de *cortes no Bolsa Família e defende programa*”.

Na coluna 36, “A *miséria* sem fim do Brasil”, o autor apresenta uma crítica contra a proposta, qualificando o ato como “*miséria moral, política e econômica*”. Finalmente, outras 2 notícias apresentam declarações contra a proposta. A matéria 31, “Planalto faz *ofensiva* sobre relator do Orçamento por *Bolsa Família intacto*”, utiliza o argumento do reconhecimento mundial do PBF (estratégia acreditação de categorias). A notícia 30, “*Corte de R 10 bi tira 23 milhões de pessoas do Bolsa Família*, diz ministra”, apresenta declarações da ministra Campello (MDS), que cita dados duros (RE Estatístico) para ressaltar as implicações do corte (23 milhões saíam do PBF, 8 milhões voltariam à pobreza extrema).

As restantes 3 matérias estão vinculadas a defesa da proposta orçamentária. Nas matérias 25, “Relator oficializa proposta de *corte de R 10 bi no Bolsa Família em 2016*”, e 26, “Relator do Orçamento defende *corte de R 10 bi no Bolsa Família*”, o relator defende sua proposta, destacando supostas irregularidades-fraudes no PBF (argumento da corrupção).

A série de polêmicas sobre a proposta de Ricardo Barros recorre principalmente aos argumentos da crise e do ajuste fiscal. Também, através das falas do relator reproduzidas pela Folha, o corte se vincula com as ideias de fraude e irregularidades no PBF (argumento da corrupção). Esta narrativa será continuada no governo Temer, através da “*eficiência na gestão pública*” como marca de seu governo, que utilizará como mantra acabar com as irregularidades e fazer um “*pente fino*” no PBF. A saga de notícias apresentadas traz falas de diversos atores políticos que são “*convidados*” pelo Jornal a se posicionar (estratégia da animação), positiva ou negativamente, ante a proposta do relator. Em geral, pode-se observar uma forte crítica contra a proposta, preferentemente do oficialismo, que destaca o PBF em termos de seus resultados, eficiência e prestígio internacional sustentado por instituições

como o BM, FAO e ONU (estratégia acreditação de categorias). Os argumentos do oficialismo tentam “humanizar” os efeitos do possível corte, usando as estatísticas (RE Estatístico) para retratar o “impacto humano” de uma medida “orçamentária”.

Das 21 notícias relacionadas a cortes no PBF, 5 vinculam possíveis cortes no PBF com os ajustes fiscais realizados pelo governo Dilma em 2015. Qualificamos os cortes como “possíveis” porque o oficialismo sempre afirmou que o PBF jamais seria alterado em termos orçamentários e de número de beneficiários. Apesar disto, a Folha insiste em colocar a suspeita a circular na opinião pública. Por exemplo, a matéria 57, “Governo vai passar *pena* *fino* em gastos de *programas federais*” coloca a possibilidade de cortes em termos generalizantes (“programas federais”). Somente no corpo da notícia se esclarece que o PBF não sofreria reduções. Na coluna de Canzian (40), “Um país infantilizado”, o autor argumenta que se o governo não cortar o gasto social, o Brasil se aproximará a tragédia e o caos. Por outra parte, nas notícias 50, “*Corte de R 69,9 bi no Orçamento será menor nas áreas sociais*”, 55, “*Ajuste não vai afetar área social, afirma presidente*”, e 56, “*Programas Bolsa Família e Minha Casa serão poupados de ajustes, diz Dilma*”, a presidenta Rousseff afirma que ante um contexto de crise alguns programas serão ajustados, menos o PBF.

Outras 4 matérias posicionam o tema das “pedaladas fiscais” na agenda política. Neste caso, as pedaladas são citadas como fonte de financiamento ilícito para o PBF (argumento da corrupção), dinheiro que teria possibilitado a manutenção do mesmo no cenário de crise fiscal (argumento da crise). O vínculo com a retórica dos cortes está em que a Folha trata de transmitir a ideia de que sem as pedaladas o PBF teria sofrido cortes orçamentários e na quantidade de beneficiários, ou seja, o governo teria “salvado” o Programa através das pedaladas. Vincular o PBF as pedaladas fiscais é uma estratégia poderosa para “sujar” a imagem do Programa, já que esta é a principal tese que sustentou o impeachment de Rousseff. A dicotomia impeachment/golpe começa a ser relevante a partir deste momento, retratando a polarização política do cenário no Brasil. Nesta saga, encontramos as matérias 46, “Ministério nega *pedalada* e diz que *Bolsa Família* recebeu R 76 mi da Caixa”, 47, “*Pedaladas: a defesa do Bolsa Família*”, 39, “*Dilma fez pedaladas para repassar dinheiro a programas sociais, diz Lula*”, e 38, “*Aécio rebate Lula e diz que pedaladas não custearam programas sociais*”.

7.4.3 Ano 2016: Dicotomia impeachment/golpe e começo da gestão Temer

A polarização do cenário que se gestou desde as eleições de 2014 e se acentuou em 2015, chega a seu ápice em 2016. Mas, neste ano o conteúdo da disputa entre oficialismo e

oposição se centra na dicotomia impeachment/golpe (HARRÉ, 1991), termos contrários que definem as posturas políticas em torno da acusação de crime de responsabilidade contra a ex-presidenta Rousseff. As aparições frequentes dos termos “impeachment” e “golpe” na Classe 5 são relevantes para retratar esta polarização política. Este discurso de polarização é também construído a partir do RE da Guerra, vocabulário que cria um ambiente belicoso entre estas posições antagonistas e tem a função pragmática de radicalizar as posturas.

Durante o período pré-impeachment, a produção da FSP focou na “retórica dos cortes” no PBF. Das 23 matérias produzidas no período, 14 (60%) se vinculam com esta temática. Nestas notícias se discutem dois assuntos relevantes para o PBF. Primeiro, os possíveis cortes no seu orçamento e número de beneficiários em caso de Temer assumir o governo. Segundo, o reajuste do benefício, não realizado desde 2014 e que deveria ser dado em 2016, condicionado ao cenário de ajuste fiscal e crise que pode prejudicar sua efetivação.

Das 14 matérias, 7 focam na ameaça de cortes no PBF em caso Temer assumir a presidência. Da mesma forma que nas eleições de 2014, observamos a continuidade da estratégia de “terrorismo social”, agora no contexto da saída de Rousseff. A matéria 19, “Eventual governo do PMDB não vai *cortar o social*, diz aliado de Temer”, destaca que o PMDB não planeja cortar benefícios sociais. Na matéria 18, “New Yorker compara Dilma a Nixon e diz que será *trágico se crise afetar Bolsa Família*”, um jornal de prestígio (estratégia acreditação de categorias) expõe que os ajustes podem prejudicar à “população carente”.

As matérias 17, “Em vídeo, Dilma acusa Temer de querer *acabar com programas sociais*”, 16, “Temer diz que Dilma usa mentira rasteira e que *manterá programas*”, 7, “Dilma insiste na *propaganda enganosa*, critica aliado de Temer”, 3, “Novo governo vai tentar *quebrar programas sociais*, diz Dilma”, e 2, “Peemedebista rebate fala de Dilma sobre *corte em programas sociais*”, reproduzem a guerra de declarações entre oficialismo e oposição.

Outras 7 notícias se referem ao reajuste no PBF anunciado por Rousseff para o ano 2016. Dilma anuncia um reajuste de 9%, dias antes da votação do impeachment na Câmara. A oposição define o reajuste como uma “irresponsabilidade fiscal” diante do cenário de crise orçamentária e como uma medida politicamente “oportunista” que visa convocar à base social do PT. Novamente, como aconteceu no ano 2014, as ações do governo Dilma, mesmo podendo ser catalogadas como positivas desde o ponto de vista social, são reinterpretadas ideologicamente pela oposição a partir do argumento do populismo. O reajuste anunciado é continuamente questionado nas matérias da Folha, utilizando declarações do próprio ministro

da Fazenda de Rousseff, Levy, e de Temer, então vice-presidente. Por exemplo, na notícia 15, “Vice Michel Temer avalia promover *reajuste* no *Bolsa Família*”, Temer declara que o reajuste deve ser avaliado em termos de responsabilidade fiscal em um cenário de crise. Na matéria 10, “*Fazenda* diz que não há espaço para *aumento* do *Bolsa Família*”, Ladeira, secretário do Tesouro, afirma que o reajuste no Programa dependerá da meta fiscal de 2016. O político afirma que o reajuste de Dilma pretende agradar a sua base social e serviria para colocar dúvidas sobre as intenções de Temer com o PBF. Finalmente, na notícia 5, “*Temer* reclama, mas deve *manter* pacote de bondades de Dilma”, se expõe que Temer, apesar de considerar o reajuste uma irresponsabilidade fiscal, deveria manter o pacote anunciado.

No período pós-impeachment na Folha, 15 notícias se vinculam com a “retórica dos cortes”. Destas, 5 são negativas, 3 referidas à gestão Temer e 2 à administração Rousseff. As notícias negativas sobre Temer focam em temáticas diversas, são críticas dispersas sobre vários assuntos, como cortes no PBF (“Temer pode *tirar* 10,5 mi de famílias do *Bolsa Família*, diz fundação do PT”), cortes na área social (“*PEC 241* é *contra* o Brasil”) e cortes na reforma agrária (“Orçamento de Temer *corta* verba para *reforma agrária*”).

Logo, aparecem 2 matérias negativas que referem ao recém terminado governo Rousseff. Por exemplo, a notícia 257, “Temer pede auditoria para expor *cortes* em programas sociais sob *Dilma*”, afirma que o novo presidente pretende evidenciar cortes na área social realizados no governo da ex-presidenta. O mandatário afirma que realizará um “*pente fino*” nos programas sociais devido às irregularidades observadas.

As restantes 10 notícias que referem à Classe 5 se podem catalogar como positivas, todas vinculadas ao governo Temer. Delas, 6 referem ao reajuste de 12,5% para o PBF dado pelo mandatário. As notícias sobre o reajuste tendem a usar a estratégia da comparação, relevando que o reajuste de Temer é maior ao anunciado por Dilma (9%). Este fato se observa na matéria 247, “*Temer* dá *aumento maior* do que prometido por Dilma para *Bolsa Família*”. As notícias 245, “Para ministro, *reajustes* de benefícios e salários não afetarão *ajuste fiscal*”, e 244, “*Aumento* no *Bolsa Família* mata fome e não desorganiza o país, diz Renan”, noticiam o apoio ao reajuste de distintos políticos do oficialismo. O reajuste tende a ser interpretado como positivo e não se expõem maiores críticas a este, a diferença do observado no governo Rousseff. Finalmente, na matéria 241, “Em vídeo, *Temer* fala sobre *aumento* de quase R 20 do *Bolsa Família*”, o presidente da república confirma o reajuste de 12,5%.

As matérias sobre o reajuste são funcionais para reafirmar o suposto compromisso de Temer com a área social e permitem apagar suspeitas de reduções no PBF. Considerando as exíguas 3 matérias negativas que tratam de cortes na área social na gestão Temer, chama a atenção a escassa cobertura da promulgação da PEC do Teto, quando relacionada com o Bolsa Família. Observamos que a retórica de “compromisso social” de Temer reduz o “social” quase exclusivamente ao PBF, redução que é funcional para ocultar cortes orçamentários em outras áreas sociais, como os impulsionados pela PEC 241.

Somente 4 matérias fazem referência à PEC 241²⁴. As notícias referidas à PEC do Teto se apresentam como positivas, na lógica de uma racionalização necessária do gasto fiscal em um contexto de crise (argumento da crise), colocando esta medida em contraposição à gestão populista de Dilma. Argumenta-se que a PEC permitirá a retomada do equilíbrio fiscal e recuperação do crescimento econômico, sendo este último a principal prioridade para a saída da crise. Na coluna 233, “Teto dos gastos é *boa ideia*, apesar de previsões de *dano* a programas sociais”, o autor defende a PEC do Teto e destaca que os programas sociais serão mantidos. Na matéria 232, “Sem *limite* para *gastos públicos*, Brasil vai à *falência*, diz Temer”, o presidente defende a limitação do gasto público em tempos de crise, em contraposição ao “populismo fiscal” do governo Dilma. Na notícia 229, “Entenda por que o Brasil *precisa* da *PEC do teto*”, se afirma que a PEC 241 não afetará a saúde e a educação. Finalmente, na notícia 227, “Não há nenhuma *perseguição* aos mais *pobres*, diz Temer sobre *ajuste fiscal*”, o presidente defende o teto ao gasto fiscal, dizendo que este não prejudicará aos menos favorecidos, dando como exemplo de seu “compromisso social” o reajuste do PBF.

7.5 Bolsa Família: Números que falam, histórias que exemplificam

A Classe 3 vincula majoritariamente com os resultados em superação da pobreza e desigualdade observados no Brasil nos últimos anos, possibilitados, entre outras políticas, pelo PBF. O conteúdo desta classe é fundamentalmente produzido pelo MDS, no período do governo Rousseff. Como se observa na Figura 1, palavras frequentes da classe são: pobreza, extremo, renda, pobre, população, taxa, PNAD, linha, rendimento, crônico, pesquisa, amostra, estatística, indicador, mínimo, queda, desigualdade, estudo, faixa, quantidade, FAO, médio, caloria, estatura, calcular, etc. Propomos que esta classe é construída a partir de dois

²⁴ Emenda constitucional que pretende reduzir o gasto público, colocando um teto pelos seguintes 20 anos, no qual se limita o aumento das despesas federais aos valores do ano anterior, reajustados pela inflação.

repertórios: o **Repertório da Pobreza Monetária** (RAMOS, 2016) e da **Pobreza Digna** (PAUGAM, 2003, 2007). Esta classe forma parte do **Discurso “Técnico” sobre o PBF**.

Nesta classe a produção do MDS (57) triplica a da FSP (20). Sua produção mais alta está nos anos 2014 e 2015 (Figura 2), no governo Rousseff, com declínio nos anos posteriores. Todas as matérias referidas ao PBF, em geral, têm uma conotação positiva.

Quadro 5 - Notícias da Classe 3, por ano, em cada mídia

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	Total
MDS	25	20	4	2	6	57
FSP	6	7	2	3	2	20

Fonte: O autor, 2020

A Classe 3 inclui os resultados em superação da pobreza, fome e desigualdade observados no Brasil nos últimos anos, dos que o PBF tem sido protagonista. Noticiam-se resultados nas áreas de saúde e educação vinculados a ação das condicionalidades. A classe destaca os logros mais relevantes alcançados pelo Brasil, como o fim da extrema pobreza e a saída do Mapa da Fome (FAO). Finalmente, nela se relevam histórias de superação pessoal de beneficiários do PBF que constituem exemplos paradigmáticos. Por isto, temos denominado a esta classe **“Bolsa Família: Números que falam, histórias que exemplificam”**.

7.5.1 Produção do MDS antes do golpe de 2016

Durante o ano 2014 o MDS publicou 27 notícias referentes ao Bolsa Família. Deste total, 25 (92%) veiculam conteúdos sobre resultados obtidos pelo Programa em diferentes áreas de atuação, como superação da pobreza, fortalecimento da segurança alimentar, incremento da renda familiar, melhoramento de indicadores de saúde e educação, entre outros. Também, este conjunto de matérias traz resultados do Plano Brasil sem Miséria (BSM) e seus programas associados, que formam a rede de proteção social que fortalece e consolida os resultados do Bolsa Família. Neste sentido, se apresentam, por exemplo, resultados obtidos na área de qualificação laboral dos beneficiários (Pronatec) e melhoras produtivas para os pequenos agricultores rurais (PAA, PNAE, Água para Todos, ATER, etc.).

Nos anos 2014 e 2015, o MDS usa uma estratégia discursiva que será transversal ao longo de sua produção, o RE Estadístico, que através de dados “objetivos”, permite expor o êxito dos programas sociais através de resultados e metas quantitativas atingidas, linguagem

técnica característica da moderna administração do Estado. Este repertório ativa o **argumento da eficiência** na administração fiscal, argumento que pode servir para se contrapor a acusações de uma má gestão dos recursos públicos (argumento da corrupção). O MDS também recorre à estratégia acreditação de categorias (POTTER, 1998), que destaca o reconhecimento de instituições internacionais (FAO, ONU, BM, FMI, etc.) ao Bolsa Família. O uso desta estratégia serve para construir a ideia de uma avaliação positiva neutral e objetiva (POTTER, 1998) do Bolsa Família por parte de instituições não vinculadas ao governo, que comprovam, sem mediação de interesses políticos, os resultados expostos pelo MDS. A partir desta estratégia, se constrói o **argumento do prestígio internacional** do PBF.

Do total de notícias veiculadas pelo MDS em 2014 (27), 15 matérias recorrem ao RE Estatístico. Destas, 7 referem a resultados do PBF. Por exemplo, a matéria 173, “Relatório da OIT diz que *Bolsa Família* contribui para o enfrentamento ao trabalho infantil”, recorre ao reconhecimento de uma organização internacional (estratégia acreditação de categorias) para afirmar que os PTCR, como o PBF, contribuem a luta contra o trabalho infantil. Na área de saúde, a matéria (166), “Mais de 98% de crianças e gestantes acompanhadas cumpriram *condicionalidades* de saúde do *Bolsa Família*”, destaca o controle permanente dos resultados por parte dos entes públicos, ressaltando o número de famílias acompanhadas (9 milhões) e os percentagens de cumprimento das condicionalidades (98,7%, crianças; 98,6%, gestantes).

Por outra parte, das 15 matérias que usam o RE Estatístico, 8 tem relação com resultados positivos em superação da pobreza. Por exemplo, a matéria 172, “Tereza Campello: *fome* no Brasil é um *fenômeno isolado*”, traz declarações da ministra do MDS, que afirma que graças à ação de programas como o PBF a fome é um fenômeno isolado. Na matéria 154, “Tereza Campello, *extrema pobreza* mantém trajetória de *queda*”, a ministra ressalta os resultados em superação da pobreza observados na PNAD.

Neste grupo, as notícias 151, “Não há nada mais *escravizante* do que a *fome* e a miséria, diz ministra”, 152, “Premio da *FAO* reconhece resultados do Brasil no combate à fome”, 164, “Brasil sai do Mapa da Fome das Nações Unidas, segundo FAO”, e 165, “Mais renda e maior acesso a alimentos explicam *superação da fome* no Brasil”, fazem referência a saída do Brasil do Mapa da Fome da FAO, logro amplamente destacado pelo governo, também noticiado na Folha de São Paulo²⁵. O fato é catalogado como “histórico” e “vitória”.

²⁵ Em termos dos resultados do PBF, a saída do Brasil do Mapa da Fome da FAO foi o único fato destacado pela FSP (matérias 81 e 82, de setembro). Na notícia 82, “Brasil *superou* problema da *fome*, afirma relatório da *FAO*”, destacasse o papel de várias políticas públicas, entre elas o PBF. A notícia é breve, como pouco desenvolvimento

Este logro é explicado pelas políticas sociais e econômicas impulsionadas pelo PT, como valorização do salário, PBF, fomento da agricultura familiar e aumento do emprego. Se argumenta através de dados estatísticos, como a queda da subalimentação (82%), acesso à alimentos (98,3% da população), saída da miséria (22 milhões de pessoas) e cobertura do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) (43 milhões de crianças). Sobre a saída do Mapa da Fome, a FAO afirma que o PAA e o PNAE são um exemplo para o mundo.

Em 2015, o MDS continua sua linha de férrea defesa dos resultados atingidos pelo Bolsa Família. O site investe seus esforços em defender o PBF de possíveis cortes orçamentários e desmentir informações falsas e mal intencionadas publicadas por diversas mídias. No nível discursivo, as estratégias utilizadas se mantêm estáveis. O RE Estatístico continua dominando na hora de comprovar objetivamente (POTTER, 1998) os logros do PBF, sendo continuamente complementado pela estratégia acreditação de categorias, citando o respaldo de instituições e pesquisas para defender a continuidade Programa.

Das 26 notícias publicadas em 2015 sobre o PBF, 20 delas (77%) expõem resultados em diferentes áreas, como incremento da renda, superação da fome, melhora de indicadores de saúde e educação e inclusão produtiva. Destas, 6 notícias apresentam informações sobre resultados gerais do PBF. Por exemplo, a notícia 128, “Teresa Campello destaca *avanços do Bolsa Família* nos últimos 12 anos”, destaca o Programa como o maior PTCR do mundo (14 milhões de beneficiários). Entre os resultados, se mencionam os 36 milhões de pessoas que saíram da miséria, eliminação da fome, acesso a direitos sociais e estímulo das economias locais. A ministra destaca, ante boatos e notícias sobre cortes, que os recursos para o Programa estão garantidos. A matéria 142, “Mais de 436 mil beneficiários do Bolsa Família registraram *aumento de renda*”, noticia que 436 mil famílias incrementaram sua renda, abandonando situações de pobreza e sendo desligadas do Programa.

Das 20 notícias sobre resultados publicadas em 2015, 7 apresentam reconhecimentos de distintas entidades internacionais ao PBF. Como nas publicações de 2014, a continuidade desta estratégia nos faz propor a clara presença de um argumento do prestígio internacional para defender a manutenção do Bolsa Família, em um cenário político marcado pelas ameaças de cortes do gasto social. Este argumento utiliza basicamente o RE Estatístico para

e traz muitas referências a políticas públicas de outros países. A matéria 81, “Com mudança de metodologia, *números da fome melhoram* no Brasil”, mais longa, ressalta que uma mudança metodológica na medição da pobreza (inclusão dos alimentos consumidos fora de casa) melhorou os “números da fome”, destacando políticas sociais como Fome Zero, PBF, restaurantes populares e PNAE. Apesar disto, podemos afirmar que a visibilidade dada a este fato pela Folha é bastante baixa, mesmo sendo considerado um fato histórico para o Brasil.

demonstrar metas atingidas segundo parâmetros definidos pelas organizações internacionais ou resultados de pesquisas de universidades de prestígio que respaldam as ações do PBF.

Por exemplo, na matéria 143, “*Banco Mundial* diz que Brasil praticamente *erradicou a pobreza*”, o BM destaca a redução da extrema pobreza (4%) e a queda da pobreza crônica (1,6%), reconhecendo o papel do PBF. Na matéria 139, “*Relatório do FMI elogia Programa Bolsa Família*”, o FMI destaca o Programa em termos de superação da miséria (22 milhões de pessoas), cobertura (14 milhões de beneficiários) e resultados das condicionalidades. Na notícia 135, “*OIT reconhece experiência exitosa do Bolsa Família*”, a OIT reconhece os resultados do Programa, catalogando-o como uma experiência exemplar. Finalmente, na matéria 125, “*Novo relatório da FAO destaca papel do Brasil no combate à fome*”, a FAO destaca o Bolsa Família na missão de superar a fome, citando o caso brasileiro como exemplo.

O MDS, a diferença do observado na Folha, utiliza uma linguagem técnica e não estigmatizante para definir aos beneficiários do Bolsa Família. Em termos gerais, em sua produção, utiliza expressões como pessoas em situação de pobreza, famílias vulneráveis ou de baixa renda, utilizando os repertórios da pobreza monetária e da vulnerabilidade social.

O site do MDS também utiliza, da mesma forma que a Folha, o RE Relato de Casos para posicionar aos beneficiários do PBF, mas em um sentido totalmente distinto. No MDS narra a história de vida dos beneficiários, ressaltando detalhes com que o leitor se possa identificar. Fala-se dos integrantes da família e das dificuldades que estes enfrentam no dia a dia, do local onde eles moram e dos problemas sociais que devem superar em sua vida cotidiana. O relato é descritivo, vivido e releva fortemente o componente emocional, compondo-se estruturalmente a partir da estratégia da narração (POTTER, 1998). As narrativas estão claramente estruturadas: iniciam com um cenário negativo no tempo passado, repleto de dificuldades na vida dos beneficiários, que vão sendo superadas pouco a pouco, até chegar a um desenlace positivo de sucesso pessoal, com projeção de um futuro auspicioso.

Estes relatos são exemplos de histórias de sucesso. Em termos de funcionalidade, o site do MDS utiliza a RE Relato de Casos para construir o **argumento da autonomia**, já que seleciona histórias de superação pessoal em que se ressaltam sonhos e logros alcançados pelos protagonistas, elementos que são entrelaçados a importância dos programas sociais na vida dos beneficiários. Estes casos não representam necessariamente a realidade da maioria dos beneficiários, portanto, se utiliza a estratégia da seletividade (POTTER, 1998) para escolher casos úteis ao propósito de mostrar o êxito do Bolsa Família.

No site do MDS, o RE Relato de Casos utiliza de forma recorrente uma linguagem psicológica que tende a posicionar positivamente aos beneficiários, através de um vocabulário que inclui termos como: objetivos, metas, sonhos, autonomia, planos, esforço, dedicação, perseverança, experiências, luta, conquistas, orgulho, incentivo, empoderada, futuro, confiança, talento, dedicação, realização, independência, determinada, proatividade, autoestima, valorização pessoal, entre outros. Por outra parte, o RE Relato de Casos recorre a uma linguagem metafórica para destacar as mudanças na vida dos beneficiários, através de metáforas como: “escrever uma história diferente”, “transgredir barreiras”, “superar dificuldades”, “mudar de vida”, “caminhar com as próprias pernas”, “agora sou milionária”, “tempos difíceis”, “lutadora”, “trabalho pesado”, “guerreira”, “correr atrás”, “batalhadora”.

O MDS utiliza o RE Relato de Casos para posicionar aos beneficiários como sujeitos ativos, que realizam ações propositivas, retratadas nos verbos utilizados nas matérias: escrever, transgredir, superar, perseguir, transformar, caminhar, mudar, empreender, melhorar, lutar, conquistar, comprar, planejar, sonhar, estudar, melhorar, esforçar, confiar, realizar, perseverar, dedicar, passar, ir (para frente), vencer, etc. Esta imagem dos beneficiários, como sujeitos ativos e com qualidades positivas contrasta radicalmente com o observado na produção da Folha de São Paulo, em que os beneficiários são retratados, a partir do argumento da dependência, como sujeitos passivos, alienados e preguiçosos.

Das notícias de 2014, 10 matérias apresentam casos de beneficiários do Bolsa Família que melhoraram de vida após o ingresso ao Programa. Por exemplo, a matéria 147, “É preciso *transgredir* barreiras e não frear diante das *dificuldades*”, traz a história de uma ex-beneficiária que se transformou na primeira pessoa da sua família a chegar à faculdade. A matéria 153, “Eu me sinto uma *milionária* com toda nossa *luta* aqui”, relata a história de uma agricultora, beneficiária do PBF. No título já se observam duas metáforas, “milionária” e “luta”. A linguagem psicológica utilizada recorre aos termos conquista, sonho, planejamento e orgulho, para destacar a superação na vida da protagonista. A matéria 155, “O mais importante era aprender que *não era só receber* o Bolsa Família”, através de seu título, se contrapõe ao argumento da dependência, ressaltando o espírito proativo e autônomo da protagonista. Finalmente, a matéria 160, “É com muito *orgulho* que *entrego* o meu cartão do Bolsa Família”, também contraria o argumento da dependência. A história é de uma beneficiária do PBF que, através da qualificação, consegue abrir sua microempresa.

Nas histórias alguns fatos são destacados como grandes acontecimentos. A devolução voluntária do cartão do PBF se cita como um caso paradigmático que representa as qualidades morais de honestidade e orgulho dos beneficiários. Este gesto os posiciona como pessoas éticas, ao contrário da imagem estigmatizante de um beneficiário aproveitador e desonesto, que busca permanecer indefinidamente recebendo benefícios ou que falseia sua renda para se manter no Programa. Neste caso, os beneficiários são exemplos paradigmáticos da “integridade moral do pobre” (PAUGAM, 2003, 2007). O ingresso a faculdade é um fato paradigmático desde o ponto de vista da mobilidade social. Outro fato que se configura como um grande acontecimento é quando um beneficiário se transforma em microempresário, fato considerado o paradigma do sucesso e êxito pessoal.

No site do MDS os beneficiários do PBF são posicionados como trabalhadores, seja nos empregos informais (vendedora ambulante), formais, distintos ofícios (agricultor, figurinista, professora, desenhista de modas), qualificação profissional (cursos, faculdade) ou como autônomos (micro-empresária, microempresário). Isto representa uma grande diferença em relação à imagem promovida pela Folha, na qual os beneficiários eram representados principalmente como desempregados crônicos (passivos, inativos, encostados) e dependentes do Estado. Na FSP, através da estratégia da omissão (POTTER, 1998), se oculta este papel de trabalhador para sustentar com maior força o argumento da dependência.

Finalmente, é importante destacar que as mulheres são as protagonistas principais das histórias. No total da produção do MDS, 7 matérias (115, 144, 140, 119, 373, 307) trazem mulheres como protagonistas do Bolsa Família, titulares e administradoras do benefício. Destaca-se que a mulher seria a responsável de cuidar da família, especialmente das crianças, uma “mãe” que sabe aplicar o benefício em favor da família. Nas notícias, este papel materno é destacado, definindo a mulher como a grande parceira do Estado na implementação do PBF. Também destaca-se o fato de que o Programa contribui ao empoderamento da mulher através da autonomia financeira. As mulheres são posicionadas, em geral, como guerreiras, lutadoras e batalhadoras, que têm superado dificuldades junto a seus filhos, muitas vezes sozinhas, por serem mães solteiras, viúvas ou separadas. Graças ao Bolsa Família e a outras ações governamentais, elas se transformam em mulheres independentes, autônomas, se qualificam e se convertem em microempresárias ou acessam a universidade. Em uma matéria (307), se utiliza o termo “mulher multitarefa” para sintetizar o papel da mulher segundo o MDS.

Na matéria 144, “Cerca de 12 milhões de *mulheres* superaram a *extrema pobreza*”, se apresentam 2 histórias. Na primeira, uma mulher, com o ingresso no PBF sai de uma situação de violência doméstica, consegue emprego e entra na educação superior. Em outro caso, uma ex-beneficiária supera a violência doméstica para transformar-se em empreendedora. Na notícia, as “mães” do PBF são definidas como parceiras, mulheres que tem conseguido autonomia econômica e investido no bem-estar dos filhos. A matéria 140, “*Políticas públicas* ajudam *mães* na superação da pobreza”, relata 2 histórias. Na primeira, uma mulher “lutadora” do PBF qualifica o Programa como grande ajuda e complemento de renda. Na segunda, uma beneficiária luta por seus filhos e melhora de vida através do empreendimento.

A utilização do RE Relato de Casos no site do MDS tem a função de acionar o argumento da autonomia para se contrapor ao argumento da dependência, construído por mídias como a Folha de São Paulo. Através da ideia da superação pessoal, se posiciona aos beneficiários como pessoas autônomas e proativas, socavando a ideia de dependência.

Por outra parte, 9 matérias (119, 126, 128, 131, 137, 141, 143, 145, 146) do MDS visam desmitificar preconceitos sobre os beneficiários, entre eles, que o PBF os desencoraja a procurar emprego, incentiva o aumento da natalidade e o mito do uso indevido do benefício. Por exemplo, a matéria 146, “Pagamento do *Bolsa Família* não deixa pessoas *preguiçosas*”, questiona o “mito da preguiça” através de argumentos empíricos, afirmando que o baixo valor do benefício (170 reais) não permite que as pessoas não trabalhem. A matéria 145, “*70% dos beneficiários* que moram em favelas *trabalham*”, questiona o mesmo mito, afirmando que 70% dos beneficiários trabalham. A matéria também questiona que o PBF estimule as mulheres a terem mais filhos, ressaltando a queda da natalidade entre as beneficiárias.

Na notícia 141, “Mais de *3,1 milhões* de famílias *saíram voluntariamente* do programa”, o fato da saída voluntária é relevado, destacando a ética dos beneficiários, em contraposição à visão estigmatizante do beneficiário “aproveitador” do sistema. Finalmente, na matéria 131, “Teresa Campello defende *direito de escolha* dos *beneficiários* do Bolsa Família”, a ministra defende a não tutelarização das escolhas de consumo dos beneficiários, questionando o mito de que estes não sabem gastar adequadamente o dinheiro recebido.

7.5.2 Produção do MDS após o golpe de 2016

O ano de 2016 tem a mais baixa produção no site do MDS (19n). No período pré-impeachment, se publicam somente 6 matérias. Logo da confirmação do impeachment, o

MDS passa por drásticas modificações²⁶. As profundas mudanças na área social com a chegada de Michel Temer ao poder se refletem nas publicações do site.

No período pós-impeachment, se publicam 13 notícias vinculadas ao PBF. Destas, 11 exaltam aspectos da nova gestão Temer. Como uma tendência clara se observa que o Bolsa Família passa a segundo plano de difusão pública. Quando este é o foco das matérias, o conteúdo se relaciona com aspectos de gestão do Programa, em termos de aumento da eficiência e controle de irregularidades, acionando o RE Gestão Pública Eficiente²⁷, distinta da linha seguida pelo MDS no período anterior, que centrava suas publicações nos resultados positivos do Programa. A relegação do PBF a um segundo plano se vincula com a aparição de novos programas que surgem na administração Temer. O novo governo, consciente da força da marca “Bolsa Família”, vinculada diretamente às gestões do PT, buscou posicionar novas iniciativas que pudessem dar uma imagem própria a nova administração e permitissem eclipsar a imagem do PBF. Estes novos programas, especificamente o Criança Feliz (PCF) e o Plano Progridir (PP), são propostos como “complemento” as ações do Bolsa Família, mas, ao mesmo tempo, como “soluções” a vazios e debilidades do programa de transferência de renda.

A mudança de foco nas publicações do MDS implicou que, no período pós-impeachment, o site não publicasse nenhuma notícia vinculada a resultados do PBF. Nos anos 2017 e 2018 a visibilidades dos resultados do Programa é mínima e este será destacado somente em termos de uma gestão eficiente.

7.6 Gestão eficiente do PBF

A Classe 2 se vincula com a ideia de uma gestão eficiente do PBF. O conteúdo desta classe é produzido preferencialmente pelo MDS, no período do governo Temer. Como se observa na Figura 1, palavras frequentes da classe são: cadastro, família, beneficiário, benefício, bolsa, fila, dado, cruzamento, informação, cadastral, atualizar, zerada, controle, revisão, rotina, acompanhar, número, recurso, valor, frequência, zeramos, etc.. Propomos que esta classe é construída a partir do **Repertório Gestão Pública Eficiente** (WETHERELL; POTTER, 1996) e forma parte o que temos denominado **Discurso “Técnico” sobre o PBF**.

²⁶ Com a extinção do MDA (Ministério de Desenvolvimento Agrário), o MDS se transforma no MDSA (Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário). O MDS integrou como secretaria às funções do extinto MDA. Posteriormente as funções desta secretaria passaram a Casa Civil da Presidência da República.

²⁷ Correspondente à Classe 2 (“Gestão Eficiente do PBF”), que será analisada a continuação.

A Classe 2 apresenta sua produção mais alta em 2016, 2017 e 2018 (Figura 2). Apesar de que o conteúdo desta classe é produzido pelo discurso do governo Temer observado no site do MDS, a Folha, especialmente em 2016, realiza uma contribuição importante a classe. Em geral, o conteúdo das matérias é positivo, ressaltando a “boa gestão” do governo Temer.

Quadro 6 - Notícias da Classe 2, por ano, em cada mídia

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	Total
MDS	0	0	3	14	11	28
FSP	0	3	9	0	0	12

Fonte: O autor, 2020

A Classe 2 representa o discurso da “democracia da eficiência”²⁸ promovido por Temer, que preconiza a racionalização dos recursos públicos através do ajuste fiscal e o aumento do controle nos programas sociais para erradicar supostas irregularidades atribuídas à gestão de Rousseff”, contexto em que se enquadram procedimentos acionados pelo governo para melhorar a gestão do PBF. Temos denominado a esta classe “**Gestão eficiente do PBF**”.

7.6.1 Ano 2016: A gestão pública eficiente na Folha de São Paulo

Na Folha, em 2016, identificamos 9 matérias vinculadas à Classe 2, observando-se um aumento da produção em comparação a 2015. As notícias sobre gestão do Bolsa Família começam a ganhar relevância neste ano, no formato de acusações contra o governo Dilma de irregularidades cadastrais e eleitorais envolvendo o Programa, apresentadas principalmente através do RE Estatístico. As matérias colocam o foco na “má gestão” do governo Rousseff, com ênfase nos **argumentos da eficiência e da corrupção**. Em contraposição (estratégia de comparação), se apresenta a nova administração Temer desde a ótica da “democracia da eficiência”, através das ideias de aumento do controle administrativo, eficiente aplicação dos recursos públicos e direcionamento destes a quem “realmente” merece.

²⁸ No discurso de posse de Michel Temer, do 12 de maio de 2016, o presidente interino afirmava: “Quando eu digo é preciso dar eficiência aos gastos públicos, coisa que não tem merecido maior preocupação do Estado brasileiro, nós todos estamos de acordo com isso. Nós precisamos atingir aquilo que eu chamo de democracia da eficiência (...) Num dado momento aqueles que ascenderam ao primeiro patamar da classe média, começaram a exigir eficiência, eficiência do serviço público e eficiência nos serviços privados. E é por isso que hoje nós estamos na fase da democracia da eficiência” (fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/05/1770780-leia-integra-do-discurso-de-posse-do-presidente-interino-michel-temer.shtml>). No Estadão, do dia 1 de dezembro de 2016, Temer afirma: “O que as pessoas mais querem é eficiência, tanto que os rótulos ideológicos caíram por terra. Ninguém quer saber se você é de esquerda ou de direita, isso perdeu a graça. Eles querem eficiência. Se o governo for eficiente eles se dão por satisfeitos” (fonte: <https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/temer-diz-nao-se-preocupar-com-movimentos-de-rua,10000091987>).

Durante o período prévio ao impeachment, 3 matérias negativas tratam de irregularidades no PBF e promovem a operação “pente fino”, que seria iniciada no governo Temer²⁹. Por exemplo, as matérias 12, “Em auditoria no Bolsa Família, TCU aponta 1,2% de *beneficiários indevidos*”, e 9, “Ministério diz ter retirado 70% dos *beneficiários irregulares* do Bolsa Família”, dão ênfase em seus títulos aos “beneficiários indevidos”, expondo cifras (RE Estatístico) para ressaltar as irregularidades. A notícia 11, “Temer avalia corte de gastos e *pente fino* em programas sociais”, anuncia a operação “pente fino” proposta pelo presidente.

Em 2016, no período pós-impeachment, a Folha publica 6 notícias sobre supostas irregularidades no PBF durante a administração Rousseff. Por exemplo, a matéria 251, “Ministério Público vê *irregularidades* de R 2,5 bilhões no *Bolsa Família*”, expõe irregularidades no Programa entre 2013 e 2014, identificando inconsistências em 1.4 milhões de cadastros. A notícia 235, “*Mortos e beneficiários do Bolsa Família* podem ter *doado a campanhas* deste ano, diz TCU”, afirma que pessoas mortas e beneficiários do Programa figuram como doadores em campanhas eleitorais. A notícia 225, “Governo aponta *irregularidades* em 1,1 milhão de *benefícios* do Bolsa Família”, descreve que a operação “pente fino” detectou 1.1 milhão de beneficiários irregulares. A publicação enfatiza que o novo governo usará seis bases dados para evitar irregularidades no uso do dinheiro público.

A Classe 2 começa a partir da produção da Folha, com notícias de 2015 e 2016. Esta Classe chegará a seu pico de publicações em 2017 e 2018, no site do MDS. Seus conteúdos se constroem principalmente a partir da estratégia da comparação, que permite construir uma imagem da gestão Rousseff em torno das acusações de irresponsabilidade e irregularidade fiscal (argumento da corrupção), ideias que estão na base do pedido de impeachment da ex-presidenta. Por outra parte, posiciona-se a gestão Temer através da “democracia da eficiência” e da luta contra a corrupção (argumento da eficiência). Estes argumentos permitem justificar cortes orçamentários na área social, interpretados como necessários para a recuperação do equilíbrio fiscal e da economia em um contexto de crise (argumento da crise).

7.6.2 Anos 2017 e 2018: A gestão pública eficiente no MDS

O repertório da Gestão Pública Eficiente se consolida mediaticamente na produção do MDS em 2017 e 2018. A partir de 2017 há uma mudança de perspectiva em relação ao PBF,

²⁹ Com a chegada de Temer ao poder, o governo implementa a operação “pente fino”, que visa eliminar aos “beneficiários irregulares” do PBF através do aumento dos mecanismos de controle. A operação, que visa fazer uma “faxina geral” no Programa, se baseia no argumento da corrupção e pode ser considerada, metaforicamente, como a “Operação Lavajato” do Bolsa Família.

em que se prioriza a gestão eficiente por sobre seus resultados em superação de pobreza, logros destacados sob as administrações do PT (Classe 3). Um dos motivos prováveis é a crise econômica e consequente piora nos índices de pobreza durante o governo Temer. Outra razão pode ser que como os resultados em superação de pobreza foram expressivos nos governos do PT, não era de interesse da gestão Temer reconhecer publicamente aspectos positivos dos governos anteriores. O governo Temer, focando na “ineficiência” da gestão petista, coloca ênfase em aspectos negativos do PBF. Estrategicamente o governo Temer posiciona-se como uma administração que traz a “gestão eficiente e transparente” como aspecto diferenciador.

Durante 2017 se publicam 14 matérias (30% do total) que referem à gestão eficiente. Em todas predomina o RE Estatístico, que comprova objetivamente, através de dados orçamentários e percentuais, o uso eficiente dos recursos públicos. Também se recorre sistematicamente à estratégia da comparação para diferenciar a gestão petista do governo Temer. Também continuam sendo acionados os argumentos da eficiência, corrupção e crise.

Entre as 14 matérias, 6 informam que a boa gestão de Temer permitiu zerar a fila de espera do PBF. Por exemplo, as matérias 355, “Bolsa Família: *fila de espera é zerada* pela terceira vez no ano”, 338, “*Fila de espera* do Bolsa Família é *zerada* pela sexta vez em 2017”, e 33, “*Fila de espera* do Bolsa Família é *zerada* pela sétima vez este ano”, criticam aos governos petistas, afirmando que em suas gestões a fila para o Programa era de 1 milhão de pessoas cada mês. O governo reforça que a gestão Temer zerou pela primeira vez na história a fila de espera do Programa, fazendo que o benefício chegue a quem “realmente” precisa.

Por outra parte, 3 matérias informam sobre a gestão eficiente das condicionalidades do Bolsa Família, destacando que o governo Temer tem alcançado resultados “históricos”, em comparação a administração Rousseff. Por exemplo, as notícias 359, “Bolsa Família: *acompanhamento de educação é o segundo melhor* para o bimestre”, 353, “Bolsa Família: *acompanhamento de saúde alcança terceiro melhor resultado* da história”, e 334, “Bolsa Família registra *frequência escolar em dia de 95%* dos alunos acompanhados”.

Finalmente, 4 matérias se referem à logros gerais da política de gestão de Temer. As notícias (367), “Governo Temer *fortalece* o Bolsa Família e garante repasses a *quem precisa*”, e 341, “Bolsa Família completa 14 anos *aprimorando a gestão* e o atendimento a *quem mais precisa*”, destacam o “maior pente fino da história” que afastou aos “beneficiários irregulares” e o fato de ter zerado por primeira vez na história a fila de espera do PBF.

No ano 2018 se observa a continuidade do discurso da eficiência, com 11 matérias (16% do total) vinculadas a este conteúdo. Por exemplo, na notícia 327, “*Aprimoramento na gestão do Bolsa Família garante benefícios para quem mais precisa*”, se destacam melhorias na gestão do Programa. O ministro Terra afirma que durante 2017 a pasta teve grandes resultados para aperfeiçoar a gestão. Destaca-se a otimização do CadÚnico e do controle das condicionalidades, que tem alcançado resultados de acompanhamento históricos. A matéria 323, “*Bolsa Família chega a 225 mil novas famílias em janeiro*”, expõe que graças a que a fila de espera foi novamente zerada, o Programa está incorporando novos beneficiários, permitindo que chegue a quem realmente precisa, eliminando beneficiários que nunca deveriam ter entrado ao Programa. A notícia 317, “*Beneficiários do Bolsa Família aprovam agilidade na concessão do pagamento*”, traz depoimentos de beneficiários do Programa que elogiam a agilidade com que agora estão conseguindo acessar ao benefício.

Na Classe 2 se releva a existência de “beneficiários irregulares” no PBF, reproduzindo o mito do “falso pobre” que mentiria sobre sua renda para conseguir benefícios que não merece. Nesta classe se aciona um posicionamento moral negativo dos beneficiários do PBF.

7.7 Plano Progridir: Portas de saída para os beneficiários do PBF

A Classe 6 se vincula com o Plano Progridir (PP). Esta classe é exclusivamente produzida pelas matérias do MDS, no período do governo Temer. Como se observa na Figura 1, palavras frequentes da classe são: filho, mãe, comprar, trabalhar, Pronatec, vender, curso, agricultor, produção, alimento, dinheiro, ensino, faculdade, conseguir, ajuda, sonhar, acesso, ganhar, cartão, produtivo, escola, mulher, estudar, comida, PAA, sonho. Propomos que esta classe é construída fundamentalmente a partir de um **RE Científico**, com os componentes **Capital Humano** (GADELHA, 2009) e **Empreendedorismo** (ROSE, 1998). Esta classe forma parte do que temos denominado um **Discurso “Técnico” sobre o PBF**.

Quadro 7 - Notícias da Classe 6, por ano, em cada mídia

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	Total
MDS	0	0	1	6	14	21
FSP	0	0	0	2	0	2

Fonte: O autor, 2020

A Classe 6 predomina nos anos 2017 e 2018 (Figura 2), com notícias de conteúdo positivo. Esta classe refere ao Plano Progridir, do governo Temer, que visa desenvolver o

capital humano dos beneficiários do Bolsa Família, gerando “portas de saída” para que estes alcancem a autonomia. Nesta classe os RE do Capital Humano e Empreendedorismo, que dominam os argumentos das matérias, acionam um discurso de ciência social economicista para fundamentar a política social, intensificando uma visão individualista da pobreza. Esta classe ressalta o **argumento da dependência** como sua principal crítica moral, argumento que serve para justificar as ações do Plano, retratadas na metáfora das “portas de saída”. O conteúdo dos argumentos não apresentam variabilidade, tendem a ser repetitivos enquanto aos motivos e termos utilizados para se referir ao Plano e aos beneficiários do Bolsa Família. No nível estrutural, o uso do RE Estatístico é recorrente nas matérias. Por isto, temos denominado a esta classe **“Plano Progredir: Portas de saída para os beneficiários do PBF”**.

7.7.1 Anos 2017 e 2018: Lançamento e consolidação do Plano Progredir

Na produção de 2017 se observam 6 matérias que relacionam o Progredir com o Bolsa Família. A notícia 354, expõe que o Plano focará na inclusão produtiva dos beneficiários do PBF e será a porta de saída para estes, através de ações de microcrédito, capacitação e emprego. Na matéria se afirma, de forma enfática, que os beneficiários “desejam progredir na vida”. A matéria 351, “Governo federal lança ações para promover *autonomia* das *famílias de baixa renda*”, traz o lançamento oficial do Progredir em setembro de 2017, que visaria promover a autonomia dos beneficiários do Bolsa Família, com o intuito de que não dependam mais do mesmo, preenchendo uma das “lacunas” do Programa. Como meta se menciona a intenção de emancipar 1 milhão de beneficiários no prazo de 2 anos.

A matéria 350, “*Plano Progredir* irá promover a *autonomia* dos beneficiários do *Bolsa Família*”, novamente traz como foco a emancipação dos beneficiários do PBF, afirmando que estes “devem e querem progredir na vida”, mas que precisam de oportunidades. Afirma-se que a inclusão produtiva dos mais pobres fará que o PBF seja em algum momento desnecessário. A notícia 344, “*Resultado* das oficinas de *educação financeira* do *Bolsa Família* é apresentado em Brasília”, releva um projeto piloto de educação financeira para beneficiárias do PBF, que teve como objetivo ensinar estratégias de administração do orçamento familiar para gerir de forma eficiente os recursos domésticos. Se afirma que no projeto se estudou o perfil psicológico e de tomada de decisão das beneficiárias, para mudar comportamentos “pouco eficientes”. Como resultado, as mulheres teriam aumentado em 50% sua capacidade de poupar. O projeto pretende ser ampliado para chegar a 100 mil mulheres do Bolsa Família em 2018. O projeto visa que as beneficiárias “progridam na vida”.

Em 2018 um total de 14 notícias (20% do total) se relaciona ao Progredir, política pública que visa consolidar neste ano aumentando sua visibilidade mediática. As matérias enfatizam a inclusão produtiva dos beneficiários do PBF, a necessária autonomização dos mesmos e redução de sua alta dependência. O mantra das “portas de saída” se torna recorrente, uma das “falências” que o novo governo pretende suprir. Por exemplo, a matéria 326, afirma que o Plano visa a inclusão produtiva de pessoas de baixa renda através de oportunidades de emprego. O ministro do MDS explica que o Plano pretende ajudar as famílias a progredirem na vida, já que o Estado não somente deve transferir recursos, senão também dar alternativas para que as pessoas saiam da pobreza por seus próprios méritos. Na notícia 304, o ministro Terra afirma que o Plano visa à independência das famílias e que é uma ação paralela ao Bolsa Família, que visa uma saída da pobreza para os beneficiários.

A matéria 300, “MDS entrega troféus a vencedores do *Prêmio Progredir*”, expõe que o MDS entregará prêmios a projetos municipais que destaquem na área de inclusão produtiva. O ministro Terra afirma que serão premiadas iniciativas que fomentem oportunidades de emancipação para que os beneficiários do PBF progridam na vida. As notícias 297, “Parceria com o setor de supermercados ofertará *vagas de emprego* no *Progredir*”, e 277, “Governo aproxima *empresas* e inscritos no Cadastro Único por meio do *Plano Progredir*”, informam que o MDS estabelecerá alianças estratégicas com o setor privado para intermediar oportunidades de emprego para as famílias de baixa renda. Esta parceria proverá mão de obra capacitada às empresas, mas também abrirá “portas de saída” para os beneficiários do PBF.

Dentro das 14 notícias que referem ao Progredir, algumas focam no programa de educação financeira “Futuro na Mão”. Por exemplo, a matéria 270, “MDS lança programa de *educação financeira* voltado às *beneficiárias* do Bolsa Família”, informa que o programa, dirigido a 200 mil mulheres do PBF, visa transmitir ferramentas para que elas possam melhorar a gestão do orçamento doméstico, o que as ajudará a incrementar sua autonomia e sair da pobreza. Destaca-se que o “Futuro na Mão” é uma iniciativa em parceria com renomadas organizações, como BM e UNESCO (estratégia acreditação de categorias). A matéria 269, “Governo inicia *capacitações* técnicas do programa *Futuro na Mão*”, explica que devido a que as beneficiárias do PBF acessam somente a trabalhos informais, teriam uma “falta de controle” da dinâmica de ganhos-gastos. Neste cenário, o programa auxiliará na gestão das despesas domésticas, aumentando a capacidade de poupar e de controlar as dívidas.

7.8 Programa Criança Feliz: Política social baseada na ciência

A Classe 1 se vincula com o Programa Criança Feliz, criado na administração Temer para promover o desenvolvimento das crianças beneficiárias do PBF. O conteúdo desta classe é exclusivamente produzido pelo MDS, no governo Temer. Como se observa na Figura 1, palavras freqüentes da classe são: desenvolvimento, criança, feliz, infância, social, estimular, humano, cuidado, integral, fortalecer, estímulo, internacional, educação, futuro, orientar, autonomia, aprendizado, especialista, ciência, promoção, cognitivo. Esta classe é construída a partir de um **RE Científico**, com os componentes **Neurociência, Psicologia do Desenvolvimento, Prevenção de Riscos e Capital Humano**. Esta classe forma parte do que temos denominado um **Discurso “Técnico” sobre o PBF**.

A Classe 1 apresenta sua produção noticiosa mais alta em 2017 e 2018 (Figura 2), com notícias de valor positivo. Desde sua criação em 2016 o PCF teve grande difusão mediática, visibilidade observada na quantidade de publicações (61) dedicadas através dos anos.

Quadro 8 - Notícias da Classe 1, por ano, em cada mídia

Ano	2014	2015	2016	2017	2018	Total
FSP	0	0	2	3	0	5
MDS	0	0	6	21	34	61

Fonte: O autor, 2020

O Programa Criança Feliz, baseando-se em um discurso cientificista, promove uma visão da pobreza que foca no indivíduo e em seu ambiente social próximo (família). O PCF se apresenta como um exemplo de política social fundamentada na evidência científica. Por isto, temos denominado a classe **“Programa Criança Feliz: Política social baseada na ciência”**.

7.8.1 Anos 2016 e 2017: Lançamento e inícios do Criança Feliz

Em 2016, através de 6 matérias, o MDS anunciava a criação do Criança Feliz. A notícia 387, *“Primeira infância será prioridade no Bolsa Família”*, enuncia o marco conceitual do Programa. Destaca-se que os 3 primeiros anos de vida são fundamentais no desenvolvimento das habilidades humanas. Estimular as crianças na primeira infância permitirá melhorar suas capacidades de aprendizagem e rendimento escolar, para que, no futuro, possam acessar mais oportunidades e romper o ciclo da pobreza. Se afirma que o Programa pretende beneficiar 4 milhões de crianças até o ano 2018.

O PCF é o maior foco das publicações do MDS em 2017, com 21 matérias (45% do total). Um grupo de notícias (12n) releva a fundamentação conceitual do Programa, baseada no respaldo do discurso científico e de expertos na primeira infância, citados como fundamentos irrefutáveis do Programa. Algumas matérias usam dados de pesquisas para sustentar os argumentos. Em outras, somente se citam conceitos provenientes dos repertórios científicos ou frases gerais (“como a pesquisa científica mostra”) que sustentam às afirmações. Por exemplo, a matéria 371, “*Criança Feliz* recebe contribuições de *especialistas internacionais em primeira infância*”, destaca depoimentos de 3 especialistas em primeira infância de prestigiosas instituições internacionais. A matéria 369, “Para Osmar Terra, *políticas públicas* precisam ter base em *evidências científicas*”, releva a importância de que a política social seja baseada na evidência científica para atingir resultados eficientes. O PCF seria um exemplo de política orientada pela ciência. Destaca-se a contribuição da neurociência, a ênfase na estimulação durante o período crítico que permitiria melhorar o rendimento escolar, reduzir a violência a futuro e ampliar as oportunidades das crianças.

A matéria 349, “*Criança Feliz previne* ações de *maus tratos e violência* contra crianças, destaca ministro”, releva o RE Prevenção de Riscos, afirmando que “dados científicos” mostram que uma intervenção precoce pode reduzir maus tratos contra as crianças, prevenindo traumas no futuro e eliminando o impacto negativo da violência. Neste sentido, as visitas domiciliares teriam como missão diagnosticar e prevenir todo tipo de violência contra as crianças, para que estas sejam menos violentas no futuro.

Um segundo grupo de publicações (9n) expõe resultados do PCF, no nível de gestão, investimento, cobertura e metas (RE Estatístico). A matéria 347, “*Criança Feliz completa um ano* com visitas domiciliares em todas as regiões do país”, afirma que o Programa atende 40 mil beneficiários do PBF, em 636 cidades, com adesão de 2.615 municípios. A matéria 345, “*Criança Feliz: cerca de 56 mil pessoas* já foram *atendidas* em todo o Brasil”, traz um novo balance dos beneficiários atendidos. Na matéria, o PCF é definido como um “investimento” econômico e social em capital humano, já que uma intervenção precoce nas crianças gera resultados a futuro, como a prevenção da violência. Na notícia 342, “Ministro apresenta *balanço* do *Criança Feliz* na Câmara dos Deputados”, se apresentam resultados do PCF, expondo que o Programa já atende a 65 mil beneficiários do PBF, em 852 cidades. Cita-se depoimento de uma consultora internacional do PCF, que destaca a relevância da experiência.

7.8.2 Ano 2018: Consolidação do Programa Criança Feliz

A produção em 2018 teve 34 matérias dedicadas ao PCF. A quantidade surpreende considerando que neste ano se coletaram dados dos primeiros cinco meses. Este aumento de publicações denota a intenção de consolidar o Programa como “marca” do governo Temer, em torno da retórica da eficiência e cientificidade. O Criança Feliz se apresenta como uma política exitosa, em crescimento, baseada na ciência e elogiada por instituições prestigiosas.

Do total de notícias, 10 matérias informam sobre resultados atingidos pelo Programa desde 2016. O formato de apresentação de resultados obedece ao padrão seguido pelo MDS, intercalando dados estatísticos (RE Estatístico) com histórias exitosas de beneficiários que exemplificam estes resultados (RE Relato de Casos). A maioria das matérias traz dados sobre quantidade de beneficiários atendidos, número de municípios com visitas domiciliares e quantidade de prefeituras inscritas. Por exemplo, na notícia 321, de janeiro, se afirma que são 203 mil os beneficiários atendidos, em 1.816 municípios. Já na notícia 263, de maio, se informa que o Programa está operativo em 2.071 prefeituras, beneficiando 287 mil pessoas. A matéria 302, “MDS apresenta *balanço* do *Criança Feliz* ao Conselho Nacional de Assistência Social”, é um exemplo do uso de estatísticas para apresentar os logros do Programa. O termo “balanço” no título já nos situa nesta lógica. Na notícia, se apresentam resultados quantitativos, como 238 mil beneficiários atendidos, 13.4 mil profissionais trabalhando, 1.9 mil municípios operativos e um orçamento que ascende a 201 milhões de reais.

Outras matérias misturam o uso de estatísticas e a narração de casos (RE Estatístico-Caso). A função desta estratégia retórica “mista” é demonstrar o êxito do Programa com números expressivos que possam convencer ao leitor mais racional, mas também representar, de forma vívida, estas estatísticas, através de histórias contadas em uma linguagem coloquial e na voz dos próprios protagonistas, exemplos que reforçam que o PCF efetivamente impacta na vida cotidiana de pessoas reais. Por exemplo, a notícia 278, “*Criança Feliz* ultrapassa a marca de *2 mil municípios* com visitas domiciliares”, enfatiza em seu título aspectos quantitativos, mas os números são exemplificados através da história de uma mãe que afirma que as visitas domiciliares têm contribuído para desenvolvimento de seu filho.

Finalmente, algumas matérias focam sua argumentação no RE Relato de Casos. Em geral, se observa que nos depoimentos tende a primar o RE Psicologia do Desenvolvimento, com conceitos como: desenvolvimento, habilidades, inteligência, afetividade, evolução, estimulação, período crítico, cognição, psicomotor, hábitos, comunicação. Por exemplo, a

materia 321, “Seis meses após início das visitas do Criança Feliz, família já percebe a *evolução do filho*”, releva em seu título o formato narrativo. Nela, se expõem duas histórias. A primeira, de uma mãe cujo bebê foi o primeiro a receber visitas do PCF. A segunda história traz o relato de uma visitadora que afirma que seu trabalho ajuda no desenvolvimento e evolução das crianças, observando que as mães já percebem as mudanças em seus filhos.

No ano 2018, 9 notícias focam na fundamentação conceitual do Criança Feliz. Nestas matérias se expõem as bases teóricas do Programa (Neurociência, Psicologia do Desenvolvimento, Capital Humano e Prevenção de Riscos). As matérias que fundamentam o PCF colocam em primeiro plano o fato do Programa estar baseado na evidência científica, portanto, recorrem permanentemente aos discursos científicos e ao respaldo de especialistas.

A notícia 292, “*Investimentos apóiam redução de desigualdades sociais na primeira infância*”, reforça o discurso do Capital Humano, com o termo “investimento” como destaque. Na matéria se afirma que investir na primeira infância é fundamental para incrementar o desenvolvimento humano. Para apoiar esta ideia se citam depoimentos de dois pesquisadores. A notícia 290, “*Pesquisas científicas dão eficácia às ações de desenvolvimento infantil*”, dá ênfase ao uso da evidência científica no desenho e avaliação de programas sociais. Na matéria também se releva que o PCF atua prevenindo riscos sociais no futuro, como violência, uso de drogas e criminalidade. Por outra parte, enfatiza que programas que utilizam a visita domiciliar podem prevenir efeitos negativos do ambiente familiar sobre as crianças. Finalmente, desde a lógica do capital humano, se afirma que investir na primeira infância é como “guardar dinheiro na poupança”, já que se terá um retorno garantido no futuro. A matéria 288, “*Programas de desenvolvimento infantil devem ser avaliados de forma continuada*”, coloca o acento na avaliação de impacto dos programas sociais, que pode aprimorar a gestão e assegurar resultados reais para os beneficiários.

Outro grupo de notícias (9n), complementar ao anterior, veicula conteúdo sobre reconhecimentos internacionais ao PCF, seja de pesquisadores, organismos qualificados, consultores, avaliadores, financiadores ou aliados estratégicos. Nestas matérias se aciona preferencialmente a estratégia de acreditação de categorias. Por exemplo, a matéria 314, “*Criança Feliz estreita parceria com entidade internacional*”, destaca que uma fundação internacional experta na área de desenvolvimento infantil será a nova parceira do Programa. O experto da fundação afirma que o Criança Feliz é um exemplo para outros países. Outra matéria (309), “*Especialista canadense vai participar do monitoramento do Criança Feliz*”,

expõe que um renomado pesquisador será parte da equipe do PCF. Na notícia 295, “*Criança Feliz será exemplo a ser seguido em todo o mundo, diz diretor de fundação*”, o diretor de uma importante fundação declara que o PCF pode ser um exemplo para mundo devido a sua dimensão e ambiciosas metas. Finalmente, a matéria 193, “*Nobel da Paz, Juan Manuel Santos palestra sobre a importância da primeira infância*”, traz o depoimento do presidente da Colômbia (Nobel da Paz), que afirma que o investimento no desenvolvimento infantil tem como resultado a redução da desigualdade, mais oportunidades e o fortalecimento da família.

7.9 Análise das Classes

As Classes 4 e 5 são produzidas fundamentalmente pelo discurso da Folha de São Paulo, configurando o que temos denominado “**Discurso Político sobre o PBF**”.

A **Classe 4, “Instrumentalização eleitoral do PBF e seus beneficiários**”, produzida em sua totalidade pela Folha de São Paulo, utiliza um RE Político Eleitoral que aciona os argumentos da corrupção e do populismo para construir uma imagem negativa do PT e da ex-presidenta Rousseff. Através deste repertório se interpretam de forma generalizante as ações dos governos petistas como populistas ou corruptas. Através destes argumentos se define de forma reducionista ao PBF como instrumento político do PT, e se posiciona aos eleitores “petistas” como beneficiários economicamente dependentes e politicamente alienados.

Algumas palavras frequentes da Classe 4 denotam a importância que nas notícias da FSP se outorga aos discursos de outros atores sociais. Destacam-se, por exemplo, os termos: dizer, discurso, mensagem, acusação, criticar, falar. A Folha utiliza de forma sistemática e pragmática a estratégia da animação (POTTER, 1998), a reprodução de falas de outros atores (candidatos, políticos, ministros, especialistas e eleitores), personagens que “falam” pelo Jornal. Esta estratégia constrói uma aparente objetividade da Folha, que se posiciona como mero “reprodutor” de discursos alheios. Mas, sem dúvida, a seleção dos atores a que se dá tribuna e o recorte de falas específicas evidencia o posicionamento político da Folha.

Em termos de sua funcionalidade (WETHERELL; POTTER, 1996) a estratégia da animação é útil para que a Folha expresse seu próprio ponto de vista de forma implícita. A aparente reprodução neutra de um depoimento que se apresenta como um fato objetivo permite desresponsabilizar ao Jornal, que se posiciona de forma distanciada (POTTER, 1998) e tácita (HARRÉ; VAN LANGENHOVE, 1999a). A estratégia da animação, no contexto da produção mediática, pode ser caracterizada como uma espécie de “ventriloquismo

jornalístico”, que permite expressar a voz do Jornal de forma velada através das vozes de outras fontes colocadas como autoras objetivas das mensagens. A partir dos argumentos de outros atores a Folha de São Paulo expressa preconceitos, estigmas, mitos e adjetivos pejorativos contra o Bolsa Família e seus beneficiários, através de uma linguagem radical e agressiva, contrária a linguagem técnica e pulcra que corresponde a um jornal de prestígio. Este fato fica patente na seção “Painel do Eleitor”, em que o Jornal aciona as opiniões de eleitores “antipetistas” que utilizam uma linguagem agressiva e preconceituosa para se referir aos beneficiários do Bolsa Família. Observamos que quando os beneficiários são posicionados como “eleitores” são alvo de maior preconceito no discurso mediático.

A Folha constrói uma imagem negativa dos beneficiários a partir do uso do RE Relato de Casos, que narra as histórias de vida dos “eleitores do PT”, selecionando características para defini-los de forma reducionista. Estes eleitores são definidos como nordestinos, beneficiários do Bolsa Família, economicamente dependentes e alienados políticos. Também, a Folha escolhe utilizar o posicionamento moral negativo (HARRÉ; VAN LANGENHOVE, 1999a) para definir aos beneficiários do Programa, através de termos como pobre, miserável, carente, desamparado, fraco, frágil, necessitado, preguiçoso, encostado, vagabundo ou desonesto. Este vocabulário pejorativo somente pode ser acionado a partir da estratégia da animação. Finalmente, o Jornal veicula mitos sobre o PBF, como o desincentivo ao trabalho, o aumento da fecundidade e o mau uso do benefício. Propomos que esta imagem negativa dos beneficiários acionada pelo discurso da grande mídia influencia a opinião pública, reforçando estigmas e preconceitos que colocam aos beneficiários em uma posição social desqualificada (PAUGAM, 2003, 2007), situação que tem efeitos negativos em suas identidades.

A **Classe 5, “Cortes no PBF: Clima de incerteza política e social”**, mobiliza a “retórica dos cortes”, narrativa transversal na produção da Folha. Ela se observa nos 5 anos estudados, manifestando-se de distintas formas e encontrando em diversos repertórios, estratégias e argumentos suas fontes para obter visibilidade pública. No ano 2014, a “retórica dos cortes” se fundamenta no RE Político Eleitoral, principalmente através dos argumentos do terrorismo eleitoral e do populismo. O argumento do terrorismo eleitoral afirma basicamente que o PT acionaria uma estratégia de “política do terror”, sob a ameaça de cortes no Bolsa Família para obter dividendos eleitorais. O argumento do populismo serve para interpretar o reajuste do PBF em 2014, em termos de sua intencionalidade eleitoral. Estes argumentos tendem uma ponte entre as Classes 4 e 5, como observado na análise do Iramuteq (Figura 3).

Em 2015, a “retórica dos cortes” se fundamenta no RE Político Econômico, principalmente através dos argumentos do ajuste fiscal, crise e corrupção. Neste caso, se aciona paralelamente o RE Estatístico para construir os argumentos que questionam ou defendem as políticas de ajuste fiscal e os resultados do Bolsa Família. Também, a estratégia de acreditação de categorias é constantemente acionada para defender o PBF, recorrendo-se ao prestígio e reconhecimento internacional do Programa.

O ano 2016 também é dominado em termos retóricos pelo RE Político Econômico, com intensificação dos argumentos do ajuste fiscal e crise. O ano apresenta-se dividido em 2 subperíodos. No período pré-impeachment, predomina o argumento do populismo para atacar o governo Rousseff. No período pós-impeachment, a estratégia da comparação é utilizada para comparar a extinta gestão Rousseff com o governo Temer. A comparação tende a acionar a dicotomia discursiva (HARRÉ, 1991) ideologia/racionalidade, para catalogar a gestão petista de irresponsável, populista e corrupta, em contraste com a nova administração, que tenta posicionar como marca o equilíbrio fiscal e a eficiência na gestão. Por outra parte, o governo Temer utiliza a estratégia da omissão para construir uma visão reducionista do “social”, centrada exclusivamente no Bolsa Família. Esta visão releva as ações para fortalecer o Programa como prova de que o novo governo tem uma real preocupação pelo “social”, mas, ao mesmo tempo, oculta a aplicação de outras medidas vinculadas a área “social” que visam seu enfraquecimento ou extinção, como por exemplo, a PEC 241.

O ano 2016 destaca por sua marcada polarização política, retratada na dicotomia discursiva (HARRÉ, 1991) impeachment/golpe. Na Folha, a “narrativa do impeachment” predomina, posicionando a gestão Rousseff de forma negativa através de termos como irregularidades, fraudes, pedaladas, recessão, desemprego, inflação, buraco, dívida, tragédia, etc. A “narrativa do golpe”, menos visibilizada na Folha e presente somente em matérias excepcionais, posiciona ao governo Temer como golpista, conspirador e traidor, junto com catalogar o pedido de impeachment como golpe antidemocrático e fraudulento.

Nos anos 2017 e 2018, a “retórica dos cortes” perde força com uma produção noticiosa em queda, não se observando padrões claros em termos de repertórios interpretativos ou estratégias retóricas utilizadas pela Folha de São Paulo.

Em resumo, segundo o observado nas Classes 4 e 5, concluímos que a Folha aciona um Discurso Político sobre o PBF. Usando dois repertórios distintos, Político Eleitoral em 2014 e Político Econômico em 2015 e 2016, o Jornal instrumentaliza o Programa, influenciando

claramente na opinião pública em tempos eleitorais através de um discurso antipetista. Também, promove uma estratégia de “terrorismo social” que gera um clima de incerteza sobre a continuidade do Bolsa Família, o que tem efeitos subjetivos nos beneficiários, que vivenciam uma situação de inclusão social precária (BARADIT, 2016). O Jornal também constrói uma imagem negativa dos mesmos, colocando-os em um lugar social desqualificado (PAUGAM, 2003, 2007). Finalmente, observamos que a Folha recorre sistematicamente a estratégia do “ventriloquismo jornalístico”, para se posicionar de forma distanciada e neutra.

As Classes 3, 2, 6 e 1 são produzidas fundamentalmente pelo discurso do MDS, configurando o que temos denominado um **“Discurso Técnico sobre o PBF”**.

Na **Classe 3, “PBF: Números que falam, histórias que exemplificam”**, o RE da Pobreza Monetária (RAMOS, 2016) define a pobreza como insuficiência de renda desde um enfoque individualista de política social. Este enfoque dominará, na produção do MDS, a definição oficial da pobreza. Este repertório é construído a partir do RE Estatístico, que lhe empresta seu vocabulário para relevar os resultados positivos alcançados pelo PBF em termos quantitativos, visibilizando o cumprimento de objetivos, metas e aumento do número de beneficiários. A linguagem estatística hegemoniza a produção do MDS ao longo dos anos, em termos formais e de conteúdo, ativando sistematicamente o argumento da eficiência na gestão pública. A estratégia de acreditação de categorias é utilizada na construção do argumento do prestígio internacional do Bolsa Família, em que este é destacado por organismos de relevância mundial, em termos de logros em superação da pobreza e redução da desigualdade.

O RE Estatístico e a estratégia acreditação de categorias também são utilizadas pelo MDS para rejeitar mitos contra os beneficiários do Bolsa Família. Por tanto, eles contribuem à construção de um posicionamento positivo (HOWIE, 1999) dos mesmos, destacando aspectos como o trabalho, o planejamento familiar e a boa administração do benefício do Programa.

Em segundo lugar de importância, o RE da Pobreza Digna (PAUGAM, 2003, 2007) matiza o tecnicismo do discurso da Pobreza Monetária, trazendo a dimensão humana e moral da pobreza. Construído a partir do RE Relato de Casos, posiciona positivamente (HOWIE, 1999) aos beneficiários do Bolsa Família, como pessoas autônomas, lutadoras, trabalhadoras e honestas. Este repertório ativa sistematicamente o argumento da autonomia, destacando narrativas de sucesso pessoal. O MDS não usa termos com conotação moral negativa para referir-se aos beneficiários do Programa, optando por uma linguagem técnica, com expressões como pessoas em situação de pobreza, famílias vulneráveis ou de baixa renda.

O RE Relato de Casos serve para exemplificar os resultados numéricos trazidos pelo RE Estatístico. Existe, portanto, uma ida e volta de argumentos complementares que se sustentam mutuamente. O RE Estatístico apóia a construção do RE da Pobreza Digna, através da rejeição dos mitos contra os beneficiários do PBF e, por outra parte, as histórias do RE Relato de Casos servem como exemplos comprobatórios dos resultados estatísticos do Programa. Estes RE articulam o geral e o particular para se defender de críticas e refutações.

Em 2016, com a chegada de Temer ao poder, se observa um declínio da produção noticiosa da Classe 3. Entre os fatores explicativos podemos mencionar, em primeiro lugar, a queda na diminuição da pobreza a partir do cenário de crise econômica. Por outra parte, a partir da mudança do enfoque do MDS, deixam de ser relevados os resultados históricos obtidos pelo Bolsa Família, para destacar a marca da nova administração, a retórica da eficiência, que passará a dominar a produção do site do MDS a partir de 2016.

Na **Classe 2, “Gestão eficiente do PBF”**, o Repertório da Gestão Pública Eficiente utiliza o RE Estatístico e a estratégia da comparação para construir seus argumentos. A linguagem estatística permite enfatizar a eficiência na administração, acionando argumentos que ressaltam relações custo-benefício, investimentos monetários, quantificações (de beneficiários, de municípios atendidos, etc.) e percentuais (metas atingidas). No nível do conteúdo, os argumentos da eficiência e da corrupção são acionados como dois polos excludentes. A ideia da eficiência se aparelha como a lógica da racionalidade, associada ao governo Temer, enquanto que a ideia de corrupção se associa a noção de ideologia, ao uso instrumental da política social, vinculado as gestões petistas.

Sobre o posicionamento dos beneficiários do Bolsa Família na Classe 2, se destaca a existência de “beneficiários irregulares” no PBF, ideia que reproduz o estigma do beneficiário que se aproveita intencionalmente dos recursos do Estado, representado na noção do “falso pobre”, que mente sobre sua renda para conseguir benefícios que não merece (PAUGAM, 2003, 2007). A partir destas idéias se aciona um posicionamento moral negativo (HARRÉ; VAN LANGENHOVE, 1999a) dos beneficiários do Bolsa Família.

A produção da Classe 2 cruza as duas mídias estudadas. Ela começa na Folha de São Paulo para, depois do impeachment, quase desaparecer do Jornal e ganhar destaque na produção do MDS. Observa-se, portanto, um alinhamento editorial entre as duas mídias, a partir do governo Temer. Após 2016, o discurso da eficiência fica hegemônico pelo MDS. O impeachment marca a mudança na produção mediática do MDS, que começa a relevar a

gestão eficiente e transparente do Bolsa Família. A mudança implica o deslocamento do PBF a um segundo plano mediático e o aprofundamento de uma visão reducionista do “social”: o governo Temer justifica seu “compromisso pelo social” com a manutenção do PBF, aprimoramento de seus mecanismos de controle e reajustes de seu benefício monetário.

A maior sintonia editorial entre a Folha de São Paulo e o site do MDS a partir da chegada de Temer ao poder se explica pelo posicionamento político do Jornal, de centro-direita na política e liberal na economia, coerente com a nova administração. A sintonia também se observa no tom da crítica por parte da Folha, que passa de um agendamento antipetista sistemático a uma crítica leve e dispersa contra o governo Temer.

A observação de uma “transferência” da produção da Classe 2, desde a FSP ao site do MDS, nos faz propor que o RE Político Econômico acionado pela Folha está estreitamente vinculado ao RE da Gestão Pública Eficiente, iniciado pela Folha e logo apropriado pelo governo Temer. Ambos os repertórios estabelecem uma ponte entre as Classes 5 e 2. O RE Político Econômico está “a metade do caminho” entre os Discursos Político e Técnico sobre o PBF, já que usa uma linguagem técnica economicista aplicada à política, conformando um campo híbrido de “economia política”. Já o RE da Gestão Pública Eficiente seria uma espécie de versão “técnica” do RE Político Econômico, já que introduz a linguagem da economia na administração do Estado, através de argumentos técnicos, ou seja, neutrais e objetivos. Através destes argumentos, desprovidos de ideologia, a retórica da eficiência aparece como “desideologizada”. A penetração da economia na política social fica também clara com o aprofundamento dos RE Pobreza Monetária e Capital Humano, após o golpe de 2016.

Apesar de que a “retórica da eficiência” é observada ao longo de todos os anos estudados, já que forma parte da administração pública moderna, ela se intensifica durante o governo Temer. Após o golpe de 2016 esta retórica se transforma em um repertório claramente identificável. Não é casual que os termos “bolsa” e “família” formem parte das palavras mais frequentes da Classe 2, o que demonstra a persistente associação acionada pelo governo Temer entre a “retórica da eficiência” e o Programa Bolsa Família.

A produção mediática do MDS, que mostrou dois repertórios prévios ao impeachment (RE Pobreza Monetária e Pobreza Digna), passa a ser dominada pelo repertório economicista da Gestão Pública Eficiente, mas sem perder seus traços originais, já que este repertório pode ser considerado complementar ao RE Pobreza Monetária, dominante no período pré-impeachment e também fundamentado na lógica econômica. O RE Pobreza Monetária é

reinterpretado, na gestão Temer, a partir do RE da Gestão Pública Eficiente, enquanto que o RE Pobreza Digna será reinterpretado a partir dos repertórios dominantes na Classe 6, a saber: os repertórios do Capital Humano e Empreendedorismo. Os paradigmas da eficiência e da ciência se constituem como a marca da nova administração Temer, discurso que terá como efeito principal o aprofundamento de uma visão individualista da pobreza e da política social.

Na **Classe 6, “Plano Progredir: Portas de saída para os beneficiários do PBF”**, o conceito “progredir” destaca-se como lema do governo Temer que, através da produção do MDS, afirma que os beneficiários do Bolsa Família devem “progredir na vida”. O Progredir se apresenta como uma forma de preencher a lacuna mais importante do Bolsa Família, a ausência de “portas de saída”. Menciona-se recorrentemente que o Programa não pode ser um plano de vida para os beneficiários e que, em algum momento, deve tornar-se desnecessário.

O Plano Progredir, baseado nos RE do Capital Humano (GADELHA, 2009) e Empreendedorismo (ROSE, 1998), se fundamenta em uma ciência social economicista e individualista que intensifica o RE Pobreza Monetária, enfoque que já era dominante na narrativa do MDS. Os discursos do Capital Humano e Empreendedorismo ativam um vocabulário que inclui termos como: competências, capacidades, habilidades, investimento, retorno, futuro, inclusão, autonomia, capacitação, qualificação, empreender, inovar, etc. Na Classe 6 aciona-se o argumento da dependência para sustentar os objetivos do Plano, destacando a metáfora das “portas de saída”, que os beneficiários “precisam progredir na vida” e que o Bolsa Família não pode ser um “projeto de vida” para seus beneficiários. Este visão do Bolsa Família contrasta radicalmente com a promovida nos governos petistas, em que o benefício do Bolsa Família se considerava um complemento necessário á renda de trabalhadores pobres precarizados e sistematicamente marginados do mercado, além de ser considerado a uma “porta de entrada” ao sistema de proteção social.

A Classe 6 utiliza preferencialmente o RE Estatístico para construir formalmente seus argumentos. No nível do conteúdo, esta classe propõe o debate entre dois argumentos que constituem uma dicotomia discursiva (HARRÉ, 1991). Por uma parte, o argumento da autonomia, esboçado na Classe 3 a partir do RE da Pobreza Digna, que mostrava histórias de superação pessoal dos beneficiários do Bolsa Família. Por outra parte, o argumento da dependência, transversal ao discurso crítico da oposição contra o PBF e observado sistematicamente tanto na Folha de São Paulo como do site do MDS após o golpe de 2016. Neste contexto, na Classe 6, aciona-se um posicionamento moral ambíguo dos beneficiários

do PBF, que são considerados, por uma parte, totalmente dependentes economicamente do Programa e, por outra, são incentivados a tornar-se sujeitos autônomos e empreendedores.

A retórica acionada pelo Plano Progredir utiliza termos como emancipação, autonomia, independência, liberdade, oportunidades, portas de saída e dependência. Esta retórica se âncora na linguagem do Capital Humano (GADELHA, 2009) e na lógica dos indivíduos empreendedores (ROSE, 1998). A partir destes repertórios se valoriza que os pobres saiam da pobreza por seus próprios méritos, ou seja, que atuem como “pobres meritórios” (PAUGAM, 2003, 2007; RAMOS, 2016), recobrando sua “dignidade perdida”³⁰.

A dependência do Estado coloca aos beneficiários do Bolsa Família em uma posição de desqualificação social (PAUGAM, 2003, 2007), enquanto sujeitos que tem violado a norma da autonomia das sociedades liberais (ROSE, 1998). Desde um ponto de vista individualista da pobreza se afirma que eles teriam “perdido sua dignidade”, ou seja, não seriam pessoas “dignas” na medida em que não são autônomos e devem receber ajuda do Estado. O Plano Progredir convida aos beneficiários do Programa a transformarem-se em sujeitos empreendedores, educáveis e capacitáveis, a “caminhar com suas próprias pernas”, a abandonar a dependência estatal para tornarem-se “pobres dignos”.

Na mesma linha, o programa de educação financeira “Futuro na mão”, do Plano Progredir, aciona o RE da Psicologia. Neste programa se questiona, nas entrelinhas, o modo como as famílias pobres gerenciam o orçamento familiar e o benefício do Bolsa Família. O “Futuro na mão” promove a ideia de que os hábitos do pobre podem ser corrigidos e que este, através da capacitação, deve adquirir ferramentas para sair da pobreza. O programa é um exemplo de política com enfoque individualista fundamentada no RE do Capital Humano.

Apesar de que a Classe 6 é produzida a partir do discurso do governo Temer, observamos que os RE do Capital Humano e Empreendedorismo atravessam toda a produção do MDS, já que são componentes essenciais das políticas sociais na era do liberalismo. Mas é com a chegada de Temer que esta retórica se intensifica através da retórica da extrema dependência dos beneficiários e da ausência de “portas de saída”. Devemos destacar que a inclusão produtiva dos beneficiários do Bolsa Família sempre foi promovida nos governos petistas, com ações específicas dirigidas a este propósito, como Pronatec, PAA, ATER,

³⁰ Na matéria 277, publicada no site do MDS no governo Temer, o recém eleito ministro do MDS, Beltrame, afirma que os beneficiário do Bolsa Família somente podem “recobrar sua dignidade”, emancipando-se do Programa. Esta afirmação retrata com eloquência que, na lógica do pensamento liberal, depender das redes assistenciais acarreta automaticamente a desqualificação social dos beneficiários dos programas sociais.

microcréditos, Reforma Agrária, etc. Estas ações foram inclusive potenciadas com o BSM, através de seu eixo de inclusão produtiva dos beneficiários do Programa (CAMPELLO; NERI, 2013). Apesar disto, no governo Temer, estas ações são sistematicamente invisibilizadas para sustentar a tese de que os governos petistas buscavam intencionalmente gerar uma dependência dos beneficiários com motivações políticas e eleitorais.

Finalmente, a **Classe 1, “Programa Criança Feliz: Política pública baseada na ciência”**, aciona os RE da Neurociência, Psicologia do Desenvolvimento, Prevenção de Riscos e Capital Humano, os quais, intensificam o RE da Pobreza Monetária e sua visão individualista dos problemas sociais. Através da Neurociência afirma-se que a estimulação do cérebro no período crítico abrirá janelas de oportunidades que permitiram evitar déficits que prejudiquem o desenvolvimento infantil. A partir da Psicologia do Desenvolvimento promove-se o desenvolvimento integral na primeira infância, em seus aspectos intelectuais, emocionais e sociais, destacando o papel da família, em especial da mãe, no desenvolvimento infantil. Através do discurso do Capital Humano releva-se que o desenvolvimento de competências individuais nas crianças maximiza o rendimento escolar, capacitam ao futuro trabalhador e são um investimento que terá um retorno social e econômico no futuro. A partir da linguagem da Prevenção de Riscos coloca-se atenção nos fatores negativos do ambiente próximo (família/comunidade) que podem prejudicar o desenvolvimento das crianças e causar, no futuro, doenças, patologias, violência, uso de drogas ou outros flagelos sociais.

O Criança Feliz se propõe como um complemento ao PBF, mas também como uma solução que vem a preencher lacunas no Programa. Especificamente, o PCF complementa a ação das condicionalidades e do benefício econômico, através de uma atenção “personalizada” e *in situ* nos lares dos beneficiários, uma intervenção de caráter médica, psicológica e pedagógica que penetra na intimidade familiar. A entrada na família do visitador cumpre com funções de orientação, acompanhamento e diagnóstico, observando-se fatores protetores e de risco individuais e familiares que, potencialmente, podem favorecer ou entorpecer o desenvolvimento infantil. O Criança Feliz permite o aumento do controle do que acontece no espaço privado, intensificando estratégias de vigilância da vida da família popular (DONZELOT, 1980; NASCIMENTO, LUNKES, 2019; SPOSATI, 2017).

Por outra parte, observamos que a Classe 1 reproduz a dicotomia (HARRÉ, 1991) ideologia/racionalidade. Misturando RE Científicos com o RE da Gestão Pública Eficiente, coloca ao Criança Feliz como exemplo de racionalidade, como uma política pública eficiente

e avaliada cientificamente, que consegue resultados medíveis em base a critérios objetivos. Em uma lógica de contraste, o PCF, com sua marca científica, se contrapõe ao Bolsa Família, que é posicionado no polo negativo da ideologia. As Classes 4 (“Instrumentalização Eleitoral do PBF e seus Beneficiários”) e 2 (“Gestão eficiente do PBF”) constituem profundas críticas ao PBF, a partir dos argumentos do populismo, da corrupção e da dependência. Ao contrário, o Criança Feliz, como paradigma de política social baseada na ciência, representaria a neutralidade, objetividade e suposta desideologização da política, discurso acionado pela direita liberal para ocultar, precisamente, seus interesses políticos.

O discurso da eficiência, promovido pela administração Temer, se complementa com o discurso da política social baseada na ciência, apelando à racionalidade na gestão do Estado. A partir desta retórica, a gestão Temer tenta diferenciar-se das administrações do PT. Enquanto estas são qualificadas com movidas pela ideologia, o governo Temer se autoposiciona apelando aos valores da racionalidade, eficiência, cientificidade e neutralidade.

Por outra parte, enquanto na gestão Rousseff o “social” era concebido desde um ponto de vista amplo, como complementaridade entre o social e o econômico (“desenvolvimento com inclusão”), com o Bolsa Família formando parte de uma ampla rede de proteção social e sendo sua “porta de entrada”, na administração Temer se observa uma visa reducionista do “social” (POTTER, 1998), que foca nas supostas melhoras na gestão do PBF e em programas com um olhar cientificista que acentuam uma visão individualista da pobreza, nos que predomina o RE do Capital Humano. Observamos, tanto no Plano Progridir, com sua retórica das “portas de saída”, como no Criança Feliz, com sua ênfase no “investimento” nas crianças, uma visão do social que coloca ênfase em dimensões individuais que podem ser corrigidas, educadas, controladas ou potenciadas, para obter retornos sociais e econômicos no futuro.

8 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Considerando a visão da identidade múltipla proposta na Teoria do Posicionamento (DAVIES, HARRÉ, 1999, 2007; HARRÉ, VAN LANGENHOVE, 1999a; HARRÉ, VAN LANGENHOVE, 1999c) pretendemos, analisando os dados de entrevistas realizadas em 2015 e 2018, identificar os posicionamentos estáveis que compõem as identidades das beneficiárias do PBF da Mata Sul de Pernambuco. Habitualmente, os posicionamentos estáveis se relacionam com formar parte de uma estrutura familiar, de um âmbito laboral ou com pertencimentos culturais. Mas, também, colocaremos atenção nas modificações nestes posicionamentos, causadas pelas mudanças sociais acontecidas após o ano 2015.

O foco principal serão os autoposicionamentos, aqueles que definem a identidade das mulheres desde seu próprio ponto de vista. Também colocaremos atenção nos posicionamentos dos outros, mais determinados por agentes ou fatores externos ao sujeito (Estado, mídias, religião, etc.). As posições que os sujeitos assumem são parte de um set de categorias disponibilizadas pelos discursos que definem qualidades morais, categorias que estão organizadas por meio de uma lógica paradigmática, através de dicotomias excludentes e hierarquicamente assimétricas em termos da valoração moral.

A partir da Psicologia Discursiva, visamos identificar os repertórios interpretativos que estão por trás destes posicionamentos, enquanto componentes do discurso que fornecem conceitos e metáforas para defini-los. Os atributos morais definidos nas posições discursivas dependem dos repertórios, os quais são usados estrategicamente pelos sujeitos na hora de posicionar-se, principalmente com o objetivo de construir uma identidade positiva.

Para construir estas identidades positivas os sujeitos utilizam estratégias ativas de seleção e manejo do significado. A partir das reflexões de Paugam (2003, 2007), tentaremos mostrar como os sujeitos da classe popular acionam estratégias de construção da própria identidade que permitem amortecer ou reverter à imagem estigmatizante própria da vivência da desqualificação social. As pessoas da classe popular ativam mecanismos de negociação da própria identidade que lhes permitem construir um senso positivo de si, apesar do cenário de desvalorização moral ao qual se enfrentam permanentemente. Através de processos de comparação e distinção, algumas estratégias permitem estabelecer pequenas hierarquias

morais ao interior da própria classe popular³¹, estratégias que podem estar dirigidas a pessoas percebidas com status inferior, similar ou superior na hierarquia social.

Foi organizada uma análise dos posicionamentos em torno do eixo que organiza a vida rural, a distinção entre o tradicional e o moderno (BRANDÃO, 2007; BRANDEMBURG, 2010; WANDERLEY, 2000, 2004; WOORTMANN, 1990), que nos permite situar os posicionamentos das mulheres da Zona da Mata Sul na lógica do contexto em que elas habitam. Este eixo pretende ser ilustrativo e não situar cada posicionamento de forma estática, considerando a fluidez entre tradição e modernidade no contexto rural. A análise também se orienta pelo conceito de ética camponesa (WOORTMANN, 1990), ordem social que posiciona os sujeitos rurais em uma estrutura moral de comportamentos, códigos e valores. Foram assim identificados dez posicionamentos que constituem as identidades das protagonistas, classificados a partir do **eixo tradicional/moderno** da seguinte forma:

Quadro 9 - Eixo tradição/modernidade e posicionamentos

Polo da Tradição	Polo da Modernidade
Mãe	Comerciante
Esposa	Trabalhadora
Crente	Pobre
Agricultora	Beneficiária
	Consumidora
	Cidadã

Fonte: O autor, 2020

8.1 Posicionamentos do polo tradicional

8.1.1 Mãe

Na lógica tradicional rural a organização familiar tem um papel fundamental na definição de posições para os sujeitos (WOORTMANN, 1990). Nas entrevistas, o posicionamento “mãe” se manteve estável, com pouca sensibilidade às mudanças contextuais,

³¹ Paugam (2003) descreve três estratégias para estabelecer distinções intra-classe: 1) A construção de diferenças morais se usa quando o status é percebido como simétrico. Neste caso, comportamentos agressivos, nível intelectual/educativo, moral baseada na religião, entre outros, permitem construir uma superioridade moral; 2) Na derivação do descrédito características negativas são atribuídas a grupos mais desqualificados na hierarquia social, como famílias problemáticas, mulheres solteiras/separadas ou aqueles que se afastam das noções tradicionais de família ou sexualidade; 3) Finalmente, o distanciamento se usa para evitar relações com os considerados claramente inferiores na hierarquia moral (“delinquentes” ou “inadaptados sociais”).

mostrando-se relevante na constituição das identidades das mulheres. Este posicionamento tem sido dividido em dois elementos: experiência da maternidade e criação/educação dos filhos.

A categoria “mãe” é um posicionamento moral (HARRÉ; VAN LANGENHOVE, 1999a) que localiza a mulher dentro de uma estrutura de deveres/direitos relacionais, que define os sentimentos/comportamentos naturais de uma “boa” mãe. Esta posição prescreve um padrão moral normativo a seguir no exercício da maternidade. O componente da experiência materna se relaciona aos sentimentos, metáforas e histórias acionados nos relatos das mulheres. Desde o ponto de vista das protagonistas, o papel materno se aprende com as experiências da vida. A função de cuidar dos filhos foi aprendida em suas famílias, nas quais uma distribuição de tarefas por gênero determinava que as filhas deviam cuidar das crianças do lar. As mulheres relatam histórias de como se aprenderam as habilidades maternas cuidando os irmãos ou com a chegada do primeiro filho.

E: *Tua mãe* foi um exemplo para ti?

M2: Foi, ela era muito *carrasca*, mas o que ela fez, eu fico pensando assim, ela deu nos seus filhos para ter alguma coisa na vida, não é? Era uma mulher sofrida, foi muito sofrida minha mãe, *criou a gente no pesado*, que a gente começou a trabalhar muito cedo também.

A maternidade se considera uma experiência especial. Ela é descrita desde uma visão romântica, como um sentimento único, retratado em expressões como “ser mãe é uma felicidade”, “ser mãe é importante”, “filho é o mais importante, único e especial”. Como qualidades naturais maternas se mencionam a atenção, cuidado, paciência, acolhimento, carinho, ensino, exemplo, proteção, características sintetizadas no ditado “mãe é mãe”.

M1: Meu *filho para mim é tudo*, depois que eu fui mãe, eu digo aqui e digo para todas as mães, que quem for mãe não se arrependa não, porque *ser mãe é a melhor coisa da vida*.

M2: Eu vejo por meu lado, que eu sou mãe, não sei as outras mães, não sei, mas, quando chega, *mãe é mãe*, não é?

Mas, também, a maternidade é concebida como uma responsabilidade não isenta de dificuldades e sofrimentos. Os deveres da mãe são orientar, aconselhar, proteger, educar, vigiar, colocar limites e prover as necessidades básicas (alimentação e saúde). Para as famílias que vivem em situação de pobreza, a primeira prioridade é a alimentação. Esta é uma das principais preocupações das beneficiárias do Bolsa Família, na medida em que elas vivenciaram a experiência da fome na infância. Além desta dificuldade própria das famílias vulneráveis, o papel materno é considerado difícil por si mesmo.

M1: Quando a gente é mãe, a gente vê como é a condição de uma mãe, *ser mãe não é fácil*, que todo mundo pode abrir a boca e dizer “eu sou mãe”, mas a pessoa tem que dizer que “*mãe é mãe*”, *tem que estar na hora da doença, a mãe tem que estar aí para dar carinho, a mãe tem que saber ser exemplar, tem que saber ensinar a viver.*

O posicionamento “mãe” permite se autoposicionar de forma positiva. A partir da dicotomia (HARRÉ, 1991) boa/má mãe, as mulheres recorrem à estratégia de diferenciação moral (PAUGAM, 2003) para estabelecer distinções entre boas e más mães. Esta distinção permite as boas mães gozar de um status moral superior que as autoriza a julgar as consideradas “más mães”, construindo para si uma identidade positiva. A boa mãe é aquela que cumpre com os deveres maternos e segue o padrão de características naturais atribuídas às mães exemplares. A “boa mãe” deve ser amorosa, carinhosa, sensível, paciente, cuidadosa, atenciosa, prestativa e preocupada, estar sempre presente e jamais abandonar um filho.

M1: Assim, ser uma boa mãe *é um exemplo, não é?* Porque *a bondade do filho vem da mãe, não é?* Se a mãe *ensina com educação, dever do filho, ensinar ele como deve ser com a convivência*, com os de casa, com os de fora, com família, com estranho, qualquer pessoa, tem que *ensinar o filho conviver bem.*

A “má mãe” é aquela que não cumpre com alguma destas funções ou não possui alguma destas características. O padrão de julgamento no exercício da maternidade é bastante rígido. Às vezes, quando uma destas características falta, a mulher é classificada imediatamente como má mãe. Por exemplo, uma entrevistada é julgada a partir de sua “displicência”, que a condenaria a “não ser mãe”. Uma das situações que explicitamente se mencionam como atribuídas a uma má mãe é “dar os filhos para criar”, atitude vista como falta de amor. Já que abandonar um filho constitui uma das violações mais graves à norma do amor materno, o julgamento moral, neste caso, se baseia em uma estratégia mais intensa, de derivação do descrédito (PAUGAM, 2003). O julgamento de outras mulheres pode ser considerado uma forma de reposicionamento, um chamado para que estas “voltem ao lugar” e se enquadrem dentro do padrão moral. Formas alternativas de ser mãe são possíveis, mas o desvio do padrão normativo é vivenciado com culpa e é fortemente questionado.

M3: Como é ser mãe? *Minha mãe diz que eu sou uma mãe muito diferente*, minha mãe diz que eu *sou uma mãe muito displicente com meus filhos*, não sei o que, digo “*não é displicência não*”. *Aí ela já fica brava diz que eu não sou mãe*, que não sou isso e aquilo. Eu sou mãe, mas eu quero ser mãe que eles aprenda, eles aprenda a fazer as coisas.

M6: *É não, é difícil para essa que tem filho, pega e dá, não é? Porque graças a Deus fui mãe de 14 filhos e só di a Jesus porque foi o jeito, mas pegar meu filho assim “está, tome e leve” não, crie todinhos.*

Outra dicotomia moral (HARRÉ, 1991) utilizada é o par mãe/pai, que permite fazer distinções a partir da lógica de opostos. As mulheres ressaltam que o “bom pai” deve ser exemplo para os filhos, referente de comportamento moral e autoridade na família. Em termos afetivos, a diferença da mãe, o pai é, basicamente, aquele que não maltrata, já que a sensibilidade não é algo esperado do homem. Os contrastes entre as características e funções da mãe e do pai retratam uma diferenciação de gênero em relação ao cuidado dos filhos.

M6: *Este de aqui, o que os filhos pede ele dá, quando tiver aqui ele compra, aí é o pai, ele luta, é um pai para os filhos. Não é pai para estar maltratando os filhos, mandando os filhos ir se embora, que a gente vê, não é?*

O uso da posição discursiva “mãe” ativa a dicotomia (HARRÉ, 1991) mãe/filho. Os elementos desta dicotomia são definidos como complementários. O filho é posicionado como fonte de felicidade, realização e orgulho para a mãe. O filho é definido como a descendência, uma riqueza, uma jóia rara (precioso, especial, único), parte de mim, minha vida, o mais importante, um doce, um fruto ou presente de Deus, uma bênção, uma maravilha da vida, a melhor coisa da vida ou, simplesmente, tudo na vida. Também, os filhos são o futuro, são aqueles aos que as mães querem dar o melhor, para que tenham mais oportunidades.

M2: *A mãe é para tudo, a mãe tem que acolher o filho, em todo momento, toda coisa, sei lá. Eu para mim, eu digo assim, meu filho para mim é tudo, meu filho para mim é uma, uma, uma jóia rara.*

No âmbito da criação dos filhos a mãe deve orientar e disciplinar, em um mundo percebido como “perigoso”. O mundo externo é visualizado como foco dos maus exemplos e más influências, local dos principais riscos, como o abandono dos estudos, drogas, gravidez precoce, prostituição, violência e morte. Estas ameaças podem levar aos filhos pelo “mau caminho”. O mundo é visto com medo, desconfiança e como o lugar da perversão. As mulheres afirmam que, em comparação com o passado, hoje é mais difícil criar filhos, especialmente adolescentes, que quando crescem vão se aproximando aos perigos do mundo que podem desviá-los do “caminho certo”. Proteger aos filhos é um dos deveres mais difíceis para as mães. Que um filho se desvie do caminho significa um grande sofrimento para a mãe, a qual pode, inclusive, ser responsabilizada e julgada como uma “má mãe”.

M1: *Porque, às vezes, uma mãe não dá ensino, o que o filho vai aprender? Um mau ensino, muitos filhos de hoje em dia crescem o que, usando drogas,*

no caminho ruim, na cachaça, se acabando, às vezes, aparece morto, “ah mataram meu filho”, porque o exemplo de mãe não soube dar, não é?

Por outra parte, as mulheres concordam de forma unânime com a importância da educação escolar. Visualizam como parte de seu papel materno estimular aos filhos para não desistir e terminar os estudos, com o sonho de um futuro melhor para eles. A finalização dos estudos se vê como a oportunidade de encontrar emprego estável e bem remunerado, algo difícil na Zona da Mata, em que o desemprego crônico é um problema, especialmente para os jovens sem estudos ou, inclusive, para os que terminam o ensino médio.

Segundo as entrevistadas, quem não termina os estudos está “destinado” a trabalhar no campo. Este destino é visto como algo negativo, na medida em que, em termos de hierarquia, o emprego assalariado é mais valorizado que o trabalho do campo. Utilizam-se alguns adjetivos para retratar estas diferenças, que definem o trabalho do campo como “pesado”, “no sol” e “ruim”. Ele é realizado por obrigação por quem não teve escolha. Ao contrário, o trabalho “na sombra”, é para aqueles que estudaram e tiveram a chance de escolher. Trabalhar no campo deixa de ser uma opção quando se estuda, já que alcançar certo nível educacional permite escolher trabalhos com melhor salário e mais status social. As mulheres expõem que quem não estuda somente pode trabalhar “nas usinas” ou “na enxada”, ativando estas metáforas como estratégia de maximização (POTTER, 1998) para ressaltar seu ponto de vista.

M6: O que penso de estudar, é ele começar e terminar, mais tarde *arrumar um emprego, para trabalhar na sombra*, porque que nem eu, *eu não estudei, estou só, no verão eu estudo no, trabalho no campo, na moagem, por quê? Porque não estudei.*

M3: *Eu já disse a eles, “tem que continuar estudando”, não é? Porque quem vai para escola é para aprender, porque quem não sabe ler, quem não aprender ler, qual é o futuro que vai ter pela frente? Nenhum. Que quem estuda tem o que? É mais fácil se interessar por uma faculdade, aí vai se formar para alguma coisa na vida, não é? E quem não sabe ler vai o que? A enxada a trabalhar, ir para o mato cortar roça.*

Como exemplo de trajetórias de quem não estudou, as mulheres usam suas próprias histórias de vida. Os relatos das mulheres descrevem uma sensação de “fracasso pessoal” em termos educativos e expõem as consequências deste fracasso, como acesso a empregos precários, desemprego ou carências materiais. A experiência de fracasso é explicada pela falta de interesse e de oportunidades. O abandono dos estudos está marcado, habitualmente, pelo precoce ingresso ao mundo do trabalho para ajudar a família ou pela gravidez adolescente. A frase repetitiva “sem estudos não se é ninguém” resume bem a sensação de fracasso pessoal

das mulheres, frase que, através da estratégia da maximização (POTTER, 1998), enfatiza que ter uma profissão determina um status social superior. Ao contrário, não ter uma profissão se associa a uma identidade desvalorizada. A profissão se associa com a liberdade de escolha, permite a pessoa decidir o trabalho que quer fazer. A partir da estratégia da narração (POTTER, 1998), se apresentam argumentos para que os filhos não desistam de seus sonhos.

M3: O que eu desejo para eles, é o que eu digo a eles, “meu filho, eu não posso dar nada a vocês de especial, o que eu posso dar a vocês é assistência para vocês continuar seus estudos, porque hoje em dia *a gente sem estudos na vida não é nada*”, não é? “*Hoje em dia a gente sem estudo não é nada*”, digo a eles, “*estudem, vocês querem ser alguém na vida, estudem, estude*” (...) *Eu não quis saber de estudos não e que aconteceu? Sou cheia de filhos, não é? Cheia de filhos e sem ter as condições tudo.*

M6: *Que eu acho que hoje em dia só tem mais valor, assim num serviço melhor, quem tem profissão, quem estuda, quem não estuda, fazer o que? Quem nem eu, não estudei, não estudei, com a idade de 7 anos comecei a trabalhar mais minha mãe até a idade de hoje, não sei ler, muito mais sei desenhar meu nome, prometo (...) E que nunca se fiche na usina, trabalhar no serviço pesado, tem que querer trabalhar com um negocio melhor, não é? Se formar em alguma coisa melhor na vida, ser alguém na vida, não é?*

Ao contrário das trajetórias de fracasso pessoal, exemplos de “êxito” (tios, irmãos e primos) são citados pelas mulheres para incentivarem seus filhos, demonstrando que com esforço poderão chegar onde eles se proponham. Estes exemplos, raros para a realidade das famílias populares, se enquadram na estratégia de casos excepcionais (POTTER, 1998). As entrevistadas atribuem a fatores individuais (inteligência, sonhos, planejamento, esforço, vontade, interesse, objetivos, atenção) o êxito escolar, que dependerá da capacidade, responsabilidade, motivação e proatividade dos filhos, ou seja, de uma escolha individual.

M2: Melhorou bastante, mudou muito, não é? Hoje, já vê hoje, *quem não estuda é porque não se interessa mesmo*, há escola grátis, que nem outros cursos que estão fazendo grátis, *eu acho que é o interesse deles*, não é? É, interesse, *a pessoa tem que se esforçar para ter alguma coisa na vida, tem que se esforçar, a gente sem esforço não tem nada*, e fica por isso mesmo.

M1: Que *meu irmão* foi criado assim, ele *hoje ele é eletricitista* (...) Aí ele sempre diz a ele, “*aí olha, estuda para tu ser alguma coisa*”, sempre estou no pé, porque ele diz “*mamai eu quero ser veterinário*” e eu fico pensando *se meu irmão conseguiu, porque meu filho não consegue?*

As mulheres consideram a educação como caminho à mobilidade social. Os estudos seriam a via para acessar a um emprego “digno”, ter um futuro auspicioso em uma profissão escolhida de acordo com o projeto de vida pessoal. Obter uma profissão constitui um sonho almejado, mas distante para os jovens pobres da Mata Sul, que devem enfrentar-se a uma série

de obstáculos familiares e financeiros. Com o sonho da educação superior distante, o desencanto dos jovens com a área rural é uma realidade, local que simboliza a falta de oportunidades. Isto se traduz na permanente migração em direção a áreas rurais mais prósperas ou a áreas urbanas. Os jovens, em um contexto de desemprego crônico, migram a outros lugares na procura do ansiado emprego “digno”. As mulheres destacam que as novas gerações têm perdido o interesse de cuidar do sítio familiar. Por este motivo, muitos agricultores terminam vendendo sua propriedade e repartindo a herança para os filhos.

M4: Hoje em dia mesmo, antigamente plantava muita roça, hoje já diminuiu bastante, de roça de plantação. Pessoal não quer saber conta dos matos, direto. *Não quer mais estar plantando, plantar, quer coisa melhor, não é? Quer ter um salário fixo.*

8.1.2 Esposa

O posicionamento “esposa” se mostrou estável entre 2015 e 2018. Ele se vincula diretamente com o posicionamento “mãe”, já que ambos têm como origem a família e são posicionamentos de tipo moral (HARRÉ; VAN LANGENHOVE, 1999a). As mulheres se posicionam como esposas, colocando-se como as responsáveis pelas funções domésticas, tanto das tarefas cotidianas como da administração dos recursos (dinheiro, alimentos, etc.), gestão que deve realizar-se em favor do bem-estar da família, especialmente dos filhos.

No discurso, as mulheres ativam a dicotomia (HARRÉ, 1991) esposa/esposo a partir das diferenças nas responsabilidades domésticas. A esposa é definida como preocupada, caprichosa, ligada, prestativa, resolutiva, prática, trabalhadora, criativa e proativa. O esposo é definido como descuidado, despreocupado, desligado, indiferente, ineficiente, preguiçoso, pouco resolutivo e não participativo. Mesmo que a estrutura patriarcal seja predominante na família rural, as mulheres se mostram críticas sobre o papel doméstico do homem. Ele é definido, principalmente, como o provedor material, responsável pela manutenção da família. Este papel é difícil de cumprir na Zona da Mata Sul, devido á precariedade do trabalho, razão pela qual o status do homem pode ser alvo de desqualificação moral e social.

M6: A palavra de pai, porque é bom, não é? Tendo um pai, *pai toma conta, trabalha para dar de comer, para dar aos filhos*, porque as mães, tem mães que nem de casa sai para fazer um gancho, para dar de comer aos filhos, *se não for o pai que estiver ali, para trabalhar para dar o pão aos filhos.*

E: Ele é um bom pai, um bom marido?

M4: Bom, bom, não, mais o menos (risos). Mais o menos, porque é assim, *bom é aquele que tem as coisas e que dá de tudo a mulher*, não é? Não tem para me dar, não é? A gente vive como a gente pode, não é?

Para construir uma identidade positiva, as mulheres usam a estratégia de reversão hierárquica (HARRÉ, 1991). Apesar de que na cultura patriarcal se coloque o masculino em um lugar hierarquicamente superior ao feminino, as entrevistadas, posicionadas como esposas, revertem estes valores, destacando suas qualidades positivas como responsáveis do âmbito doméstico. Mesmo que esta reversão não rompa com a lógica patriarcal que organiza a família rural, permite relevar a função da mulher e construir uma identidade valorizada.

Em relação às tarefas domésticas, a mulher deve preocupar-se por todos os aspectos da vida familiar. As entrevistadas recorrem à expressão “tomar conta da casa” para retratar esta função, definida como uma obrigação. Da mesma forma que a função materna, as responsabilidades domésticas são traspassadas às filhas, reproduzindo a distribuição de tarefas por gênero. Uma crítica levantada pelas entrevistadas é o fato de terem que cumprir uma dupla jornada de trabalho, responsabilizando-se pelas tarefas domésticas além das lavouras do campo. Esta função é definida como “cansativa” e “difícil”, devido às inúmeras responsabilidades diárias, sem horários nem dias para descansar destes deveres.

Dentro de seu âmbito de competência, as entrevistadas destacam a capacidade de administrar o orçamento familiar. Neste quesito, se percebem superiores aos homens, já que elas se preocupam e conhecem a necessidades familiares melhor que eles. O papel da boa administradora que destina a renda em benefício da família contribui também para construir uma identidade moral positiva. Como estratégias concretas de administração se mencionam ter um orçamento mensal, estocar alimentos e comprar à vista para não ter dívidas. O bom planejamento da economia familiar se vincula diretamente com o bem-estar dos filhos e com ser uma consumidora racional que não desaproveita os recursos em vão.

A partir desta visão de uma esposa virtuosa, se aciona a dicotomia moral (HARRÉ, 1991) boa/má esposa, que permite realizar distinções entre as mulheres. Quando as entrevistadas se posicionam como “boas esposas”, utilizam a estratégia de diferenciação moral (PAUGAM, 2003) para julgar às “tolas”, que não lutam pela união e felicidade familiar. A partir da mesma estratégia, as mulheres se colocam no lugar moral para julgar às “estragadas”, que não cumprem o papel de boas administradoras do lar.

M1: *A tola é aquela, a mulher que casa, que não sabe edificar sua casa, que não sabe ter respeito com o esposo, não sabe obter a convivência, não sabe chegar e conversar, e isso, sempre, não edifica a casa.*

M1: Muitos pais, todo o dinheiro botam nas mãos das *estragadas*, as *estragadas* vão e *não sabem o que faz, aí no inverno ficam de migalhas*. Eu acho horrível isso, *você não tem que pensar no ontem nem no hoje não, tem que pensar no amanhã também*.

8.1.3 Crente

Nas entrevistas as mulheres se posicionam de forma consistente como “crentes”. Este posicionamento mantém coerência com os posicionamentos “mãe” e “esposa”, sendo também um posicionamento moral (HARRÉ; VAN LANGENHOVE, 1999a). O posicionamento “crente” provê recursos simbólicos para interpretar a maternidade desde um ponto de vista sagrado, definir os deveres da mulher na família e julgar moralmente aos outros.

Para as mulheres, Deus é um agente ativo, que “faz coisas” no mundo e na vida das pessoas. Elas afirmam que Deus faz muito por elas e que lhe pedem ajuda quando têm problemas, já que as coisas acontecem “sempre que Deus quiser”. Esta agentividade de Deus se manifesta em frases como “estar nas mãos de Deus”, “Deus dá um jeito”, “Deus resolve”, “graças a Deus”, etc. Deus se manifesta de forma personificada, como um agente externo que determina o rumo da própria vida, que permite que as coisas aconteçam como a pessoa deseja.

M6: É meu filho, e aí eu não, eu não posso estar recebendo, digo, “oh meu filho, não fique devendo na sua casinha para estar mandando para mim não, *Deus está vendo, Deus da um jeito*, ele, ele da um jeito para a gente viver assim, e assim nos termina”, eu digo a ele.

A ingerência de Deus nas coisas do “mundo” implica que as mulheres tenham grande fé Nele. Para elas Deus representa todo, já que Ele dá vida, saúde e força para enfrentar as adversidades e trabalhar. A grandeza de Deus se retrata em frases como “primeiro Deus ante tudo”, “só tem Deus no mundo” ou “Deus é maior que os problemas”.

M1: *Deus na minha vida significa tudo, em primeiro lugar, significa a vida, a saúde, saudação a Ele, tudo a Ele, não é?* Porque assim, eu no período de jovem, às vezes, Deus pregava para mim e eu nunca di ouvidos, mas na última vez que Deus pregou e falou, eu sofri muito.

O discurso religioso disponibiliza alívio ante um dia a dia carregado de dificuldades e certa conformidade ante este “destino”, aceitação retratada a partir do axioma “Deus assim o quer”. Já que todas as coisas do mundo acontecem porque “Deus quer”, a pobreza também adquire uma interpretação religiosa que permite dar um significado a situação. Em um contexto de carência material crônica, as mulheres agradecem a Deus por ter o “pão de cada

dia” para alimentar a seus filhos³². As protagonistas atribuem a Deus as melhoras no âmbito material quando comparam a situação atual com o passado, em que graves situações de miséria e fome foram enfrentadas pelas protagonistas. As mulheres que afirmam não terem passado “necessidades”, agradecem a Deus e pedem para nunca padecer esta situação.

M6: Pode não, pode deixar não, pode de jeito nenhum, o que eu estava dizendo, *a gente não só ganha do Bolsa Família não, Deus ajuda a gente, abençoa o pão da gente casa dia, não é?*

M3: No início foi um pouco difícil viu? Um pouco difícil, não é? Pouca coisa, não é? Muita gente. Tinha que alimentar, todos viviam dentro de casa ainda, *mais aos poucos, com a graça de Deus, fomos superando, superando, não é? E hoje, com a graça de Deus, estamos, não estamos totalmente erguidos, mas, graças a Deus, estamos muito melhor do que a gente vivia antes.*

Outro elemento material que as mulheres valorizam a partir da religião é a natureza. Esta, criação divina, provê os alimentos e sustento para a manutenção da família rural. A “terra”, de forma natural, disponibiliza água para o roçado, rios para pescar, animais para caçar e árvores frutais para se alimentar. Por outra parte, as mulheres agradecem a Deus por ter um “sítio”, terra intencionalmente trabalhada onde realizam as atividades agrícolas que permitem a alimentação familiar. A partir da mediação do discurso religioso na vida tradicional, se produz uma conexão entre mundo material e mundo espiritual. Habitualmente, se pede a Deus para que ajude a família a melhorar as condições materiais de vida (alimentação, sítio, emprego, manter o benefício do Bolsa Família, entre outras).

M2: Porque, às vezes, assim, *a gente mora numa terra assim e dizer que chegou o dia mesmo de passar fome, graças a Deus nunca passei não, porque nem que seja uma banana você tem para comer, uma macaxeira, uma batata, você tem para comer, você não fica passando fome, não é? Vai lá pega um pinto mata e está comendo, que nesses ribeirinhos, vou lá pega um peixe e já come, está alimentando, não está com fome.*

A visão patriarcal da família é reforçada pelo discurso religioso, visão que inclui a maternidade, o casamento e a criação dos filhos. A maternidade se representa como um presente de Deus. A possibilidade de dar a vida é interpretada como uma experiência religiosa e mística. Os filhos são um fruto, uma bênção, um presente de Deus. As entrevistadas dão graças a Deus por ter podido criar a todos seus filhos e pedem pelo bem-estar e futuro deles.

³² O pão é um símbolo importante na religião, representa o corpo de Cristo. Utilizado na missa católica como hóstia, ele foi multiplicado na santa ceia por Jesus. A metáfora simboliza a simplicidade e humildade do crente.

M1: *Para mim foi um presente que Deus deu, todos os dias eu agradeço, quando vou orar eu apresento, não é? Agradeço Deus por ter sido mãe, não é? A oportunidade que Deus me deu.*

Observa-se também uma visão religiosa do casamento, com uma divisão clara entre os papéis de esposa e esposo, a partir de um discurso conservador sobre a família. A mulher se visualiza como a responsável por “edificar” o lar em termos afetivos, manter a união e velar pelos hábitos familiares. O matrimônio é visto como um compromisso de união e fidelidade entre um homem e uma mulher. No casamento, a mulher deve cuidar do marido e dos filhos. Esta visão conservadora pode influir na manutenção de casamentos problemáticos.

E: *E teu esposo como pai.* Teu esposo, como pai, ele.

M3: É do jeito dele.

E: Do jeito dele?

M3: *Aí, fazer o que, Deus me deu ele, bora botar a Deus no meio, Deus me deu ele (risos). Deus me deu ele, tem que ter paciência. Com ele já é pior, e sem ele ficaria pior ainda, não é?*

E: E quando eu te falo homem, o quê tu pensa?

M5: *Homem (risos), é assim, faço como diz a história, o que Deus fez foi o homem e a mulher, não é? Para seguir os dois juntos, não é?*

Por outra parte, o discurso religioso sugere um conjunto de normas morais que regem o comportamento. Receber ajuda de Deus depende da boa conduta do crente, de que este assuma para si um “dever ser” definido basicamente por uma “norma da humildade” (BARADIT, 2016). A humildade é uma característica valorizada pela religião, considerada virtude moral a partir de uma visão romântica da pobreza (PAUGAM, 2003). A categoria “pobre-humilde” prescreve que o crente deve viver com aquilo que Deus dá e agradecer o pouco que tem, implica “ter pouco, mas viver feliz”, não invejar a quem tem mais e se compadecer com quem têm menos. O “pobre-humilde” deve ter um bom coração e virtudes morais como bondade, orgulho, honestidade, trabalho, disciplina e solidariedade. As entrevistadas afirmam que quem é humilde e tem fé em Deus “vence”, pode chegar onde quiser, pode “conseguir as coisas”, já que o bom comportamento será recompensado com a ajuda divina. A doutrina da humildade também é um chamado religioso para que o pobre abandone hábitos imorais e se transforme em uma pessoa ponderada e trabalhadora, condição que fará que Deus o “abençoe” com bens materiais, mas sempre dentro das margens de uma vida austera. Também, o discurso religioso ajuda ao “pobre-humilde” a conformar-se com as situações difíceis do dia a dia, aceitando-as como uma prova divina a ser superada.

M1: *A gente que é humilde tem que levar o custo de vida do jeito que está, agradecer a Deus, fazer o que dá para ir levando, que senão a gente sofre.*

Eu penso mais assim, não é? Que tem muita gente que diz, “não vai pegando isso, não dá para isso”, eu digo “*o pouco, com Deus é muito*”, sabe? *Que a gente passa bem, graças a Deus, para mim não falta nada, eu não reclamo não do pouco que tem não.*

M2: *Graças a Deus não é? Graças a Deus a gente tem e come de manhã, de tarde, de noite.*

A visão religiosa entrega lineamentos para a moralização da família, que deve buscar ao Senhor e “caminhar para a igreja”. Na igreja se ensina a obediência e se insta a mãe a aconselhar aos filhos para se manterem distantes dos pecados do mundo. Levar os filhos à igreja é importante na medida em que os aproxima do “caminho certo”. O papel de moralização dos costumes familiares da mulher crente se intensifica quando o esposo está “longe da igreja”. Ele corre risco de estar “no mundo”, exposto a vícios e tentações. A família crente deve estar regida por uma mesma moralidade, código que dá honorabilidade a seus membros. O “homem de bem” é o homem de família, que vai para a igreja, trabalha, não tem vícios, posição que lhe outorga um status moral. A mulher é o vínculo entre família e igreja. A igreja ajuda a distanciar-se do pecado do mundo e ir pelo caminho certo.

E: Que coisa se fala da família?

M2: *Para a família ser mais obediente, dentro de casa, filho, vai para igreja, para ouvir a palavra de Deus, ser mais educado, que tem que é mais rebelde. Aí quando eu vou, a menina vai, outros não vão, gosta de farra, aí é aquela coisa (...) Fala das mães, para levar seus filhos, para os filhos não estar muito na rua, porque o mundo lá fora está do jeito que está, não é mundo. Aí só isso, que o destino é ir para a igreja, estar longe das drogas, livre das bebidas, aí está livre de muitas coisas, porque na igreja não tem essas coisas, só falar a palavra de Deus.*

M5: Do meu futuro, daqui para frente, o que eu peço a Deus? *Que um dia meu esposo seja crente, não é? Caminhar para igreja, quando digo a eles, “não tem coisa melhor que ser crente, levar uma vida bebendo cachaça, que futuro tem?”, aí ele vem e diz, “você nunca bebeu?”, digo, “já bebi muito, mas vantagem tirei nenhuma”. Eu peço a Deus, que um dia ele venha a aceitar a Jesus, não é? Caminhar mais a esposa e os filhos para igreja.*

O “crente”, que rege sua vida a partir da doutrina religiosa da humildade, ganha um status distinto, a partir da construção de diferenças morais (PAUGAM, 2003). Este status permite estabelecer distinções com aqueles que, sendo da mesma classe social, estão fora deste padrão moral. O discurso religioso atua como um mecanismo para posicionar a outros em um lugar moral negativo, construindo para si uma superioridade moral e identidade positiva. Os “não crentes”, vizinhos ou familiares, são associados ao mundo dos pecados (drogas, farra, promiscuidade sexual, violência e atividades ilegais). Eles são parte do mundo

externo, um mundo que “não é de Deus”. Este mundo externo pode ser considerado como oposto à família, o lugar da proteção, onde se cultivava a moral, os bons hábitos e costumes.

M1: *Antes de ser evangélica, de eu casar, eu farrava muito, não é? Só vivia no mundo, mas depois que eu fui pegando entendimento, que eu fui mãe, ando com meu filho para igreja, para ele não ver aqui, porque durante o fim de semana é muita farra, jovens, não é? Que gostam de farrar, farram muito, às vezes, incomoda, mas não muito, que tem que se acostumar, não é? Cada um tem seu jeito de convivência.*

M5: *Eu acho importante, para, para a comunidade, a igreja, assim, para o povo, não é? Que evangélico não anda no meio do mundo não, eu dispenso a quem está pelo mundo agora, que está nessas vidas, da bagaceira, está procurando o que? A igreja.*

Uma última distinção moral é acionada pelas mulheres “crentes”. Esta distinção é diferente da anterior, que estabelecia diferenças morais entre pessoas da mesma classe. O status moral do “pobre-humilde” permite também acionar distinções com outros que estariam por cima na hierarquia social. Nesta operação o conceito “pobre” é substituído pela categoria “humilde”, resignificando o primeiro a partir da virtude religiosa da humildade, substituindo um conceito associado ao material (pobreza) por um que remete à dimensão moral e espiritual. As mulheres, autopoicionadas como “pobres-humildes”, enfatizam que o valor das pessoas não está em suas condições materiais, senão que em suas qualidades espirituais.

Este manejo do significado permite acionar uma reversão hierárquica (HARRÉ, 1991) da dicotomia rico/pobre, colocando ao “pobre-humilde” em um lugar de superioridade moral em relação ao rico. O rico é definido como quem “tem muito” no material, mas é vazio espiritualmente (não é feliz, não tem saúde, não é solidário, não tem fé). Os ricos são definidos como pessoas que possuem riqueza sem ter mediado esforço pessoal, não cumprindo com o imperativo da ética do trabalho. A partir desta reversão hierárquica, os ricos são posicionados no lugar da “pobreza espiritual”, maldade, cobiça, egoísmo, falta de empatia, como quem menospreza ao pobre. Basicamente, o rico é um “pobre de espírito”.

M1: *Se muitos entendessem a vida de uma pessoa humilde, que é o pobre, que mais pobre é o diabo, que não existe ninguém pobre, existe gente humilde, se muitos olhassem que é uma pessoa humilde, ajudaria aquele e não olhava para cima, que muitos só olha para cima e só cuspe para cima, mas não se lembram que vai cair para baixo. É melhor ser humilde, confiar em Deus e ter fé, do que ter o dinheiro e não ter felicidade, porque você foi humilde, você pediu ao Senhor, você vence, você chega onde você quer chegar, agora você ter dinheiro, ter tudo e não ter fé em Deus, você não tem nada, é pior do que um zumbi, é pior.*

M2: Eu, o negocio, que sei lá, *não tenho inveja, não*, tenho não, que *a pessoa tem aquilo que Deus quer, nem mais nem menos*, eu não sei invejar de quem tem muito dinheiro não, eu *prefiro ter saúde e força para trabalhar, prefiro ter as coisas com esforço*, não é? Ter com esforço, qualquer dia que a pessoa *tem muito dinheiro e cai encima de uma cama, serve para que? Para nada*, não é? Não serve para nada.

8.1.4 Agricultora

O posicionamento “agricultora” é o último do eixo tradicional e se apresentou de forma estável no período 2015-2018. Já que o trabalho do campo está organizado em torno da família patriarcal, este posicionamento moral (HARRÉ; VAN LANGENHOVE, 1999a) mantém estreitas relações com os anteriormente descritos (mãe e esposa, especialmente).

O trabalho agrícola é aprendido na família rural em um traspasso de saberes que é parte importante da formação dos filhos. Este é um conhecimento prático traspassado na rotina do dia a dia, em que as crianças são incluídas em tarefas que podem efetuar de acordo com suas possibilidades. O papel das crianças e da esposa é “ajudar” ao pai, já que ele é o responsável pela organização do trabalho (WOORTMANN, 1990). As mulheres narram que em suas infâncias este trabalho era mais “pesado” e as crianças deviam trabalhar em serviços como a colheita de cana, roçado, pesca ou feiras, atividades das que hoje elas tendem a ser poupadas. As entrevistadas mais velhas abandonaram a escola para “ajudar” a suas famílias nas lavouras rurais, enquanto as mais novas conseguiram chegar até o ensino médio. Para as mulheres que precocemente se inseriram nos trabalhos pesados e deixaram os estudos, a infância é representada como um período difícil, de sofrimento.

M6: Eu fui *criada pela minha mãe*, de moça, não é? *Ai estudar não estudei, meu estudo foi paijão de cana, na corta mais minha mãe, até quando eu me casei, sai de casa*, vim para aqui para Bom Jesus.

M3: Rapaz, a minha infância foi uma história muito longa viu? Minha mãe separasse de meu pai, *ai a gente foi por muitos engenhos, em cima de caminhão, para cortar cana, limpar cana, andou muito mesmo*.

O trabalho agrícola na Zona da Mata Sul inclui atividades como o roçado, a horta, criar animais, pescar no mangue e caçar animais silvestres. As famílias que dispõem de uma parcela própria destinam os produtos do roçado ao consumo familiar e à comercialização nas feiras ou na comunidade, atividade que permite a geração de uma renda autônoma de caráter instável, devido a fatores como oscilação das vendas, falta de transporte ou mudanças climáticas. As outras atividades (criação de animais, pesca, caça) são complementares quando se conta com um sítio produtivo. Quando não se dispõe de um sítio, a pesca é a segunda

atividade mais importante. A pesca no mangue permite obter produtos para consumo e venda. Algumas mulheres consideram a pesca sua profissão mais do que a agricultura.

M1: *Eu pesco durante a noite, pesco durante o dia, de dia eu pesco mais, quando o sol está quente, aí é bom de pegar peixe quando o sol está quente. Mas assim à noite, aí pega mais assim, traira, essas coisas, peixinho maior. Já é uma ajuda, não é?*

M6: *É que a mata, de primeira, a gente ia assim, eu cansei de ir para a mata, tanto para aqui como para o engenho de Bom Jesus, *este aqui, cedo está com 2 ou 3 bichos, desses 2 ou 3 bichos de tatu, cutia, cuati, de dia, de noite, hoje a gente vai não, é um sacrifício.**

O produto do trabalho do sítio é para a família e não tem, originalmente, motivações de lucro. Ele visa à sobrevivência familiar e utiliza o trabalho de todos seus membros para cumprir seu propósito, dinâmica marcada pelos valores da relacionalidade e colaboração. Na maioria dos casos, o trabalho familiar sobrepassa os limites da família nuclear, incluindo membros da família extensa que moram dentro do mesmo sítio ou vivem na comunidade. A “família”, na tradição rural, é uma família extensa que além de estar vinculada por laços sanguíneos e afetivos, participa ativa e organizadamente dos processos produtivos e se beneficia deles de forma coletiva. Esta forma de trabalho constitui uma estratégia efetiva para enfrentar a pobreza, as situações de crise econômica e o desemprego crônico.

M3: *A gente vive de aqui da agricultura mesmo, minha mãe sempre que me ajuda, não é? Porque se não fosse minha mãe, meu pai também, já vivia naqueles tempos para aqui, porque minha mãe é aposentada, tem a família dela, mas sempre quando ela faz, *ela nunca esquece dos netinhos dela, não é? Que nunca se esqueceu,* ela sempre me ajuda, e assim quando recebo, assim, às vezes, quando recebo, quando digo a ela que, *quando dá para dar, eu dou, quando não dou.**

M2: *Porque uma família, *família é uma coisa boa, não é? Que uma, que é uma parte da pessoa, não é? Eu mesma, meus filhos, são parte minha, meus netos, mesma coisa,* minha família, não é? A gente tem que educar, tem que conversar, tem que dar atenção também, não é? Acho que a família, *família é uma coisa entre irmãos, irmãs, sobrinho, eu acho que tudo faz uma coisa só.**

A posse da terra marca uma diferença fundamental na qualidade de vida das famílias. Ter um sítio simboliza a possibilidade de trabalhar para si mesmo, de obter os lucros materiais e financeiros do próprio trabalho, sem intermediários. Trabalhar para si mesmo implica não ter um “dono” (WOORTMANN, 1990). As famílias que dispõem de uma parcela não precisam plantar “no sítio dos outros” ou pedir “para os outros”, situações consideradas incômodas e indignas. A adjudicação de uma parcela através da Reforma Agrária é mencionada como grande marco de mudança na vida familiar, melhorando a satisfação das

necessidades alimentares e aumentando a renda. Para as mulheres, a posseção da terra marcou o “fim da miséria” ou dos “tempos da fome”. A terra é um símbolo material de status e bem-estar. As entrevistadas destacam, com orgulho, serem “posseiras” ou “assentadas”.

M3: Depois tive o tempo que começaram fazer *essa Reforma Agrária, não é?* Ali foi que ele *ganhou o sítiosinho dele, e ali só ficou com o sítiosinho dele*, ele ficou só aqui, no sítio dele. Ficou só aqui, até hoje, no sítio dele.

E: Aí ele ficou trabalhando no sítio dele mesmo.

M3: No sítio dele. *Aí ele trabalha, o que tira do sítio dele mesmo, ele vende, ele mesmo coisa, aí ele, todo dele e de aqui mesmo agora, graças a Deus.*

M2: *Aqui eu vivo bem viu, aqui acho bom, trabalhar, fazer as coisas de casa, aqui eu moro num lugar meu, um lugar do INCRA, o INCRA não vai tirar de aqui mesmo, trabalhando. Eu sou agricultora, graças a Deus, gosto do que eu faço, porque a gente só tem as coisas com luta, trabalhar, não é? Só tem com luta mesmo, eu dou graças a Deus, vivo sossegada aqui.*

O valor da terra é destacado por uma das entrevistadas através do conceito de riqueza. A terra seria a “riqueza” do habitante do campo, junto com seu trabalho e os recursos que a natureza lhe entrega. A estratégia de reversão hierárquica da dicotomia riqueza/pobreza (HARRÉ, 19991) lhe permite afirmar que, apesar de não contar com um salário que a distanciaria da pobreza, possuindo a terra pode ser considerada “rica”. A terra é considerada uma “mãe” que dá tudo o necessário, acionando-se esta metáfora para retratar que “mãe” é quem cuida da família, especialmente de sua alimentação e saúde. Também, reaparece a ideia da natureza como algo divino (de Deus) que dá a vida. A terra cumpriria a “função materna” de alimentação e cuidado. Já que a terra é definida através da metáfora materna, podemos entender melhor que o posicionamento “mãe”, na família rural, tenha um valor importante e seja uma fonte de status, apesar da mulher ter um papel secundário dentro da lógica patriarcal.

E: Assim já que o, como o Bolsa Família fala, que ajuda as famílias que são pobres, em situação de pobreza, tu sentes que tua família é uma família que vive uma situação de pobreza? Tu poderias dizer isso ou tu não achas?

M2: Não sei viu, nem sei explicar isso aí. *Acho que é a mesma coisa, não é? Não tem salário, mas tem a terra, não é? A riqueza é a terra, a terra é uma mãe, não é? Porque ela dá tudo, não é? A terra é uma mãe.*

A mulher do campo é definida como alguém que trabalha muito duro, dentro e fora de casa, trabalho que conecta os posicionamentos “mãe”, “esposa” e “agricultora”, como componentes da família rural. Neste marco, a “agricultora” é um exemplo moral, alguém que se preocupa com amor, carinho e paciência do marido e dos filhos dentro de casa, mas que, ao mesmo tempo, se dedica fora de casa aos trabalhos agrícolas pesados como uma guerreira. Na “luta da maré”, por exemplo, atividade que, às vezes, se realiza de noite, as entrevistadas

destacam que “de dia” são mães e esposas que cuidam da família, enquanto “de noite” se transformam em pescadoras que vão ao mangue para trazer o sustento familiar.

E: As mulheres são esforçadas? São trabalhadoras?

M2: *São, trabalhadoras*, vão bastante no mangue, uma coisa que elas não deixam de ir é no mangue (...) Algumas trabalham fora durante o dia, são mãe cuidando da casa, cuida das crianças e ainda vai para o mangue. E cuida de algum animal que tiver. *São bem batalhadoras*.

Pelas características dos trabalhos realizados (“pesados”), a mulher agricultora é “mais sofrida” que a mulher da cidade, está última associada com empregos domésticos ou profissões específicas. Quando a mulher da cidade é associada a empregos domésticos, as entrevistadas, através da estratégia de diferenciação moral (PAUGAM, 2003), tentam construir uma imagem positiva de si mesmas através do valor da autonomia, posicionando às trabalhadoras domésticas como quem se desempenha “na casa dos outros”. Quando a mulher da cidade é vinculada com uma profissão com um status superior, o “sofrimento” da mulher do campo e sua qualidade moral de “lutadora” permitem, através da mesma estratégia, compensar a balança moral e construir uma identidade positiva para a mulher rural.

M2: Tem diferença um pouco. *Porque a mulher da cidade, uma é doméstica, outra é professora, outra tem os estudos, a profissão dela que se interessou, admiro muito, o esforço, porque se ela tivesse se esforçado, para chegar ao que ela é, para ter esse serviço dela. Uma que não estudou, não teve futuro, é no campo mesmo. Aí foi o tempo passando, passando, e agora é na roça mesmo. E é esforço também, não é? Porque se não se esforçar não ganha.*

M1: *Tem uma grande diferença, a mulher da cidade não sofre tanto igual à mulher do campo. Sofre mais.*

E: É pelo trabalho, pelo trabalho ou por outra coisa?

M1: *Pelo trabalho, pelas características da convivência, de tudo, de tudo, a mulher do campo sempre arruma uma maneira de sobrevivência, não é?*

Apesar do orgulho de realizar com esforço os trabalhos “pesados” do mundo rural, em termos de hierarquia, o emprego assalariado é considerado superior ao trabalho do campo. Na Zona da Mata Sul, o emprego na indústria canavieira é fundamental para o funcionamento da economia local e para o sustento das famílias. Este, considerado um trabalho rural, se encontra a meio caminho entre o tradicional e o moderno, já que remete a uma prática secular na região que foi se modernizando e adquirindo dimensões industriais. Transformou-se em um emprego assalariado em que as relações contratuais primam sobre as de parentesco. Na atualidade, continua a notável dependência econômica das famílias da indústria da cana de açúcar, seja por ser quase a única área empregatícia ou por formarem parte da cadeia produtiva, através das plantações de cana do próprio sítio que são vendidas a baixo custo às

usinas. As constantes crises na indústria canavieira, com usinas desativadas ou produzindo a baixa capacidade, afetam a vida das famílias da Mata Sul. Os empregos na indústria canavieira são de caráter sazonal, permanecem durante o período da safra (6 meses), para logo dar passo a um período de entressafra marcado pelo desemprego quase total. No verão há uma atividade frenética nas usinas, enquanto que a época do inverno se caracteriza pelas dificuldades familiares. A dependência laboral das usinas e a falta de emprego em outras áreas afetam especialmente as gerações jovens que, apesar de estarem atingindo níveis educacionais mais altos, dificilmente acessam oportunidades de emprego.

M6: Que o marido dela trabalha de 6 em 6 meses, está parado, pronto, está parado, mas ele tem a parcela, ele tem uma parcelinha (...) Ele trabalha na parcela, mas a parcela não deixa nada não, ele planta uma rocinha lá, *planta uma caninha, aí já sabe que a cana sempre funciona, não é? A cana sai final de ano, ele planta pouca cana, não é muita não, vende a cana em mão, vende a cana em mão, e o dinheiro dele.*

M1: Nos *tempos que a usina faliu*, ainda me lembro, ainda me lembro, nos tempos que a usina faliu *todo mundo aqui nesta região passou necessidade, todo mundo passou e ninguém tinha terra*. Aí foi no tempo que investiu no governo com projetos e *dividiu em parcelas*, saiu dividindo em parcelas, e ter projetos. Aí são as casas onde os parceiros moram, *aí foi que a vida melhorou* e as usinas voltaram a funcionar. Porque *a fome nestas regiões, regiões, só vem quando as usinas não moem, a gente é assim, que ali não tem como sair dinheiro.*

A maioria das entrevistadas já se empregou no corte da cana, seja na juventude ou atualmente. Senão, alguém da família (marido, filhos) se emprega regularmente nas usinas. Este trabalho pode ser considerado o paradigma do “trabalho pesado” dentro das atividades agrícolas da Mata Sul, além de ser um trabalho feito para “outro” (o patrão) em troca de um salário e não para a própria família, como as lavouras realizadas na própria parcela.

As mulheres são críticas em relação às condições laborais da indústria canavieira, em termos dos baixos salários, instabilidade do emprego e condições de trabalho. Apesar do orgulho de exercer este “trabalho no sol”, não é algo que se deseja para os filhos, para eles se quer algo melhor. O emprego na cana de açúcar se faz somente por dinheiro, por falta de escolha. Isto o coloca, apesar de ser um emprego assalariado, próximo da valorização dos trabalhos do campo. O “serviço pesado” é o destino das pessoas que não estudaram, que não tiveram alternativa. A educação permite ter acesso as oportunidades e a mobilidade social. Apesar de que este seja um sonho almejado, os jovens dificilmente podem atingir este objetivo, ficando a mercê do desemprego crônico da região. O contexto familiar de poucos

recursos e falta de oportunidades para continuar estudos superiores condenam à frustração a uma geração criada a partir do discurso hegemônico do esforço pessoal.

Apesar das mulheres desejarem que seus filhos acessem trabalhos melhores e estudos superiores, os incentivam também a “não desistir” do sítio, a manter produtiva a parcela que com tanto esforço conseguiram, a não vender a propriedade. Esta recomendação é importante, já que a maioria dos jovens olha a cidade como seu objetivo principal. Já que a oportunidade de migrar não se concretiza para todos, se mencionam exemplos de pessoas que venderam suas parcelas e ficaram sem uma de suas principais fontes de renda e alimentação. Estes exemplos servem para que os filhos não desistam da vida rural e do patrimônio familiar.

M6: *Eu já caindo a idade, que todo mundo está indo para lá, aqui tudo novo, tudo homem e nenhum queria trabalhar, nenhum filho quis, nenhum quer, ninguém quer parcela, só quer trabalhar em emprego, só quer emprego, não quer a parcela. Aí a parcela eu passei, aí eu passei a parcela para outros.*

M3: *É o mesmo caso dessa parcela. O homem tem 2 casais de filhos, mas é porque, às vezes, não tem acordo com os filhos e vendem, aí vivem arrependidos porque mora em uma casinha, não tem nada, vive arrependido porque vendeu a parcela deu de graça, aí hoje em dia vive chorando.*

8.2 Posicionamentos do polo moderno

8.2.1 Comerciante

O posicionamento “comerciante” se manteve estável no período de tempo analisado. As agricultoras que possuem uma parcela planejam racionalmente a produção para obter um excedente comercializável que lhes permita gerar uma renda que provém do “suor do próprio rosto”, símbolo de orgulho do trabalhador rural. As agricultoras desenvolvem estratégias comerciais para transformar o produzido em renda que lhes permita adquirir produtos industrializados e acessar serviços que não podem ser produzidos pelo próprio trabalho.

M1: *A gente planta para o consumo de casa e para venda, não é? A gente vende, ali tira um saco ou dois, do milho, da batata, macaxeira, aí vende, aí já é o dinheiro para comprar os alimentos, remédios, para tudo, não é?*

M6: *Ele trabalha na parcela, mas a parcela não deixa nada não, ele planta uma rocinha lá, planta uma caninha, aí já sabe que a cana sempre funciona, não é? A cana sai final de ano, e ele planta pouca cana, não é muita não, e vende a cana em mão, vende a cana em mão, e o dinheiro dele.*

As estratégias de comércio se baseiam na propriedade da terra. Ter uma parcela familiar implica não “depende dos outros”, ter a autonomia de comercializar o produto do

próprio trabalho, de lucrar para o benefício próprio. As entrevistadas afirmam que trabalhar no que “é seu” tem mais futuro e contribui para o bem-estar da família.

M1: Eu mesma planto milho, planto feijão, eu e meu marido, planto batata, planta macaxeira, a gente planta banana, tem coco também plantado, a gente planta, mas a gente sabe que é uma coisa que vai servir, às vezes, eu tiro o que, milho, *ai vou para a rua, vendo, ai eu estou lucrando para mim. Estou vendendo, estou lucrando e já estou tirando meus impostos que eu pago. Agora você viver de só trabalhar para os outros não tem futuro não, melhor você trabalhar no que é seu.*

As entrevistadas que não possuem um sítio se dedicam permanentemente a pesca, atividade que se organiza da mesma forma que a agricultura. No mangue as pescadoras da Mata Sul extraem produtos para o consumo familiar e também um excedente comercializável que se traduz em uma renda autônoma. Agricultura e pesca se realizam como atividades permanentes, assim como também são sistemáticas suas formas de comercialização.

M5: *Aqui também quando, quando pego aratu, a gente tira o filé dele, não é? A gente vende, não é? Que a gente ganha um trocadinho bom, mas agora não estou pegando, que a gente pega só no mês de verão.*

A procura por lugares de venda com grande afluência de clientes, como as feiras do pequeno município, são a principal estratégia de comercialização das agricultoras e pescadoras. A feira é um espaço de reconhecimento à lavoura do agricultor. A feira também é um lugar onde se constroem laços com os fregueses, que tornam a comercialização mais fluida. As vendas também se realizam na própria comunidade, nas parcelas, onde chegam os clientes habituais. Como produto se obtém uma renda variável, que torna a vida familiar um pouco instável. Algumas agricultoras se referem a esta renda como “meu trocadinho”, conseguido com esforço, apesar de não ter o status de um salário fixo.

M3: Quando bater o verão eu quero, quero ter meu fogão, *quando começar ir para a feira, começar a levar minhas coisinhas para a feira.*

E: *Mas, assim, não é uma renda que, que, segura.*

M2: *Não, não é uma renda assim, efetivo, porque faltou, faltou chuva, de março, quando a gente plantou, ai atrasou todo o milho, ai se houvesse dado bom, ai a gente tinha uma rendazinha para ir comendo.*

Algumas mulheres levam sua produção a outro nível, através dos “produtos beneficiados” (beiju, farinha de tapioca, farinha de mandioca, cocada, nego bom, bolo, doce, óleo de coco, polpa de fruta, pão), aqueles que utilizam como insumo algum produto extraído do sítio que é transformado para dar-lhe maior valor comercializável.

M3: Eu recebi uma entrega, uma entrega de esse negócio de óleo, do *óleo do coco*, aí Ana ali me deu um pedido para mim, para eu fazer, 5 litros eu fiz.

As entrevistadas mencionam algumas limitações para a comercialização. Uma das mais claras é o custo do transporte desde suas moradias aos centros urbanos, fator que implica uma relação custo/benefício pouco conveniente. O pago do transporte não é o único custo das feirantes, que usualmente arcam com outras despesas, como ajudantes e o fundo de feira. Outras limitações são a estrutura física das moradias, especialmente das cozinhas, mencionando-se que não ter fogão, geladeira ou freezer adequados reduz as possibilidades de trabalhar com produtos beneficiados. Também, o alto custo do gás limita a produção, especialmente a partir dos incrementos reportados nas entrevistadas de 2018.

M3: Nem todos que, às vezes, é 20, que é 20 para ir e 20 para voltar, é 40, a gente leva pouquinho coisa, aí leva e paga 40, 30 de ida e 40 de volta, 20 de volta, da 40, aí a gente paga o cara que arma, tem o fundo de feira, *aí a gente fica com que? Fica com muito pouco, muito pouco.*

A realidade das mulheres que não contam com uma parcela é diferente. Junto com dedicar-se á pesca, a maioria comercializa produtos através de uma densa rede de comércio informal comunitária, onde circulam produtos extraídos da terra ou do mangue, como também produtos elaborados em casa. Esta rede permite a troca entre vizinhos e a geração de uma pequena renda. Alguns destes produtos se vendem na “rua”, quando ultrapassam a quantidade para ser vendidos na comunidade. Isto acontece, por exemplo, com as frutas silvestres da região da Mata Sul, que em seu auge produtivo são vendidas na cidade ou na beira da estrada. Este tipo de comércio, menos planejado que a produção agrícola formal, obedece a lógica das mulheres lutadoras, que devem procurar alternativas para alimentar a suas famílias.

M1: E também, assim, a gente se vira aqui, *no verão a gente sempre lucra, assim vende um, vende um pastel, vende um cachorro quente, vende uma coisa aqui, no verão tem muita saída, não é?*

M4: Tem tempo que aqui a gente está passando a mesma dificuldade, praticamente, porque tem que ir para o mangue, tem que ir para o mangue, tem que arranjar coco por aí, *cai coco, aí junta e vai vender, para comprar o café e o açúcar*, ela fica preocupada. *Quando tem muita acerola, que é o tempo, aí a gente vai vender na rua.*

Dentro das exceções nas entrevistadas de 2018, uma das mulheres, que possui uma parcela, era parte da rede de fornecedores do PAA (Programa de Aquisição de Alimentos)³³. A mulher mantinha contrato com a prefeitura de Tamandaré para fornecer produtos a uma

³³ Programa governamental que realiza compras aos agricultores familiares para subministrar insumos alimentícios para instituições públicas.

escola pública do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar)³⁴. Ela relata que as vendas não são permanentes, mas que uma vez no mês recebia um pedido de fornecimento.

M3: Eu estava participando do, de Tamandaré e daqui, daqui, cancelou, por causa da mudança de prefeito, discussão para lá, aí cancelou o meu de Tamandaré, de Tamandaré cancelou, passou um bocado de tempo sem pedir, aí eu ouvi a conversa de que, que estes meses para aqui que vem parece que vai refazer o coisa de novo.

E: *E isso é o programa de alimentação do, das escolas é?*

M3: *Das escolas, da escola.*

8.2.2 Trabalhadora

O posicionamento “trabalhadora” foi um dos que manifestou variações importantes entre os anos 2015 e 2018, devido à crise econômica, que teve como consequência que os indicadores de desemprego aumentaram³⁵. Temos denominado este posicionamento “trabalhadora” no sentido do emprego assalariado, para distingui-lo do labor das “agricultoras”, que mesmo sendo um trabalho, não se enquadra na lógica moderna, senão que na tradicional. O emprego é um dos mais importantes valores sociais e permite estabelecer diferenças entre as famílias. Possuir um emprego implica, simbolicamente, acessar aos direitos e bens de consumo que a sociedade coloca a disposição. Este status não somente identifica ao sujeito como trabalhador, senão também como cidadão pleno e consumidor.

Observamos, nos relatos, uma notória valorização do emprego assalariado, posicionamento que brinda ao sujeito prestígio e honra. O posicionamento “trabalhadora” é uma posição almejada, mas distante, dificilmente conseguida pelas entrevistadas ou por pessoas de suas famílias. O trabalho “fichado” pode ser considerado um privilégio na Zona da Mata Sul. Acessar a um salário representa para as famílias a estabilidade financeira e o fim da insegurança que implica viver no “dia a dia”. Neste contexto, as mulheres destacam com orgulho quando esposos, irmãos ou filhos trabalham de “carteira assinada”. Esta situação representa uma distinção moral relevante (PAUGAM, 2003) em relação às famílias que dependem somente da produção do sítio ou de aqueles que, em pior situação, não têm uma parcela, dependendo de serviços ocasionais (“bicos”) ou do que podem colher das árvores ou pescar no mangue. O salário representa o dinheiro seguro que permite a família se planejar e

³⁴ Tanto o PAA como o PNAE formam parte da rede de programas do Plano Brasil sem Miséria (BSM), criado no governo de Dilma Rousseff. Eles se enquadram no eixo de fomento produtivo rural.

³⁵ Segundo o IBGE, em medições correspondentes ao último trimestre de cada ano, o desemprego foi em aumento nos anos 2014 (6,5%), 2015 (8,9%) e 2016 (12%), estabilizando-se nos anos 2017 (11,8%), 2018 (11,6%) e 2019 (11,8%) (fonte: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas>).

satisfazer de forma segura, ao menos, as necessidades básicas. Quando se acessa a algum emprego na indústria canavieira, mesmo sendo temporal, representa tempos de bonança e fartura para a família, de maior tranquilidade, segurança e estabilidade.

M3: Que a pessoa pega uma coisinha aqui, vende e tem um trocado, acho que *tem muita diferença para um fichado (...)* Para um fichado, sentado ali, fichado, se você mora com um que tem um salário dentro de casa.

M6: E agora, meu filho, que nem eu estava conversando mais você, eu só assim, *quando eu trabalho no verão, aí eu faço minha compra, compra coisas para eles, para meu esposo, mas quando é inverno meu filho, tem que viver com a misericórdia de Deus.*

A diferenciação entre os trabalhos do campo e os empregos formais obedece a uma lógica de dicotomização (HARRÉ, 1991) do mundo laboral, vinculada com as diferenças entre tradicional e moderno. O “trabalho pesado” do campo, menos valorizado socialmente, que utiliza as capacidades corporais, com precárias condições salariais, contratuais e de segurança, é um “subemprego”. O emprego formal, fonte de reconhecimento social, realizado principalmente a partir das capacidades intelectuais e em condições laborais dignas, é o “verdadeiro emprego”. O emprego “fichado” se torna uma fonte de diferenciação moral (PAUGAM, 2003) ao interior da classe popular, já que implica, simbolicamente, o reconhecimento social do trabalhador e a capacidade de sustentar à família. Esta lógica fraciona o mundo do trabalho em dois grupos de trabalhadores: aqueles que são reconhecidos e podem construir uma identidade positiva em torno de seu trabalho e aqueles considerados desqualificados sociais, que não conseguem ser “alguém” respeitável no mundo laboral.

Sendo que o posicionamento “trabalhadora” é privilegio de poucos e uma realidade distante, as mulheres narram que os únicos trabalhos aos que acessam são de caráter informal, definidos como “bicos”. Elas se desempenham em serviços “tipicamente” femininos, como babá, faxineira ou lavando de roupa. Na voz das entrevistadas, nestes serviços “se paga pouco e se trabalha muito”, com salários que não alcançam o mínimo, devido à grande demanda por trabalho existente na região. Neste contexto, a vaga é de quem esteja disposto a fazer trabalho pelo menor salário. Algumas mulheres relatam que não recompensa se distanciar do sítio e de seus filhos em troca de salários insuficientes em relação às exigências do trabalho. Neste contexto, as mulheres podem ser consideradas, basicamente, trabalhadoras precarizadas.

M3: *Pessoa arruma, agora o dinheirinho que, que aqui querem que a gente trabalhe muito, mas não pagam um salário, não pagam um salário, não é? Nem um mês, pelo menos um mês querem pagar, um salário de 200, ou de 300, muito quer pagar, coisa pouca.*

O posicionamento “trabalhadora” é distante para as entrevistadas devido ao desemprego crônico na Mata Sul, problema que se arrasta há décadas. A indústria canavieira é afetada cada certo tempo por crises com efeitos negativos na empregabilidade da população da região, que depende desta área produtiva. Nas entrevistas de 2018, ao serem consultadas pelo contexto de crise econômica, as mulheres não duvidam em responder que o desemprego é o fator que mais tem afetado a vida familiar. Os períodos de desemprego são associados a tempos “difíceis”, de “necessidade”, “fome”, “pobreza”, “miséria” e “endividamento”, problemas que se acrescentam no inverno em que as usinas param de produzir.

E: Tinha um momento em que *passou muita necessidade?*

M6: Tem meu filho, no inverno, nesse inverno agora, *oxê, o engenho parado, parado, com 6 filhos*, todos deste tamanho, que nem escadinha, esse pobrezinho ai também parado com 3 filhos, *vai ter que sustentar, e a gente coça a cabeça pensando o que vai fazer.*

M4: *Os jovens aqui está tudo perdido, que não tem emprego, está tudo parado, que não tem emprego, e muitos aqui, no caso é jovem, aí vive do mangue, vive de algum bico que faz, os pais sustentam, têm salário, é mais os pais que têm salário.*

Em 2018, as entrevistadas afirmam que o problema do desemprego se acentuou. As dificuldades para conseguir trabalho aumentaram, já que ante a grande demanda por vagas de emprego as empresas utilizam critérios de seleção cada vez mais exigentes. Pessoas com menor qualificação laboral e menos experiência são rejeitadas pelas empresas, inclusive pelas usinas canavieiras, que também modificaram seus filtros de seleção. Ante este cenário, todas as entrevistadas têm algum desempregado na família, alguns deles provedores, o que complica mais a situação familiar. Também, as entrevistadas descrevem que a crise se manifesta na falência de várias fábricas na região. Elas observam desesperança nas pessoas que procuram emprego. Alguns deles já têm desistido, em vista dos nulos resultados.

E: *Esse tema de emprego, tu acha que está do mesmo jeito ou piorou?*

M4: *Piorou.* Porque os meninos ainda arrumavam alguma coisa para fazer, mas hoje em dia não está arrumando nada.

M1: *O desemprego está total, está muito pior, está total, é empresa fechando as portas*, hoje em dia dizem que só pode trabalhar, que só *dá um emprego bom se estuda*, se tiver não sei o que, não todo mundo nasceu para estudar e ter cabeça para aquilo, nem todo mundo.

Com relação especificamente ao trabalho na indústria canavieira, as mulheres descrevem que o setor mantém uma tendência de queda, com usinas sendo desativadas e outras com baixa produção, oferecendo cada vez menos vagas. Quando se consegue algum

trabalho nelas, existe atraso nos pagamentos. Também, a mecanização tem trazido a substituição dos trabalhadores. Apesar disto, há ainda dependência laboral das usinas, as que “sustentam muita gente”, mesmo se os trabalhos oferecidos não sejam considerados bons empregos. Em relação o trabalho das mulheres nas usinas, a quantidade de vagas é cada vez menor para elas na crise, dando-se preferência aos homens, pela natureza física do trabalho. Uma entrevistada ressalta que para conseguir emprego nas usinas, as mulheres devem estar dispostas a “fazer tudo”, o que fala das más condições laborais e árduos trabalhos a realizar.

M3: Pelo que eu vejo dizer por aqui é que *o trabalho na usina cada vez mais está diminuindo, diminuindo, não é? Está sem receber*

E: Mmm, não está recebendo é? Está demorando?

M3: Muitos, muitos tem dificuldade para receber assim quando chega o dia de receber, quando a gente vai para a lotérica vê sempre as pessoas reclamando, às vezes passa o cartão não tem nada, sai reclamando, eu vejo muito dor de cabeça por causa disso também, *eu digo a eles que para ir para a usina, está pensando que a usina está melhor que o sítio, não está não.*

M1: *Mulher para trabalhar nas usinas, só se ela for disposta a tudo, a cortar cana, a adubar, que nem minha mãe, minha mãe faz tudo, o que botar para fazer ela faz.*

As entrevistadas afirmam que a crise afetou não somente aos empregos de “carteira assinada”, senão que também aos da própria agricultura. Alguns parceiros, que em outros tempos ofereciam “bicos” pagados em diárias aos vizinhos para aumentar a produtividade do sítio, hoje não podem pagar por estes serviços. Isto traz efeitos para as famílias que geravam alguma renda complementar a partir destes trabalhos ocasionais. Neste cenário as parcelas têm uma queda na produtividade, somente conseguindo produzir para a subsistência familiar.

M2: *Menos oportunidades mesmo, cada vez mais difícil para gente conseguir alguma coisa, até, eu não tenho nem como explicar. A gente tenta, não é? Tenta conseguir emprego com carteira assinada e não consegue, até nas plantações por aí que geralmente o pessoal às vezes coloca, chamavam 1 pessoa ou 2 para ajudar a fazer mais para aumentar a produção.*

Em 2018, os jovens continuam sendo os mais afetados pelo desemprego. As dificuldades que enfrentam se devem a falta de experiência e baixa escolaridade, que os colocam em desvantagem no mercado laboral. A maioria dos filhos das entrevistadas, entre 20 e 30 anos, permanece desempregado, esperando alguma oportunidade e buscando permanentemente emprego. Assim, para os jovens, as únicas alternativas são trabalhar no mangue, fazer alguns bicos ou trabalhar informalmente nas praias turísticas da zona.

E: *Seu filho, seus filhos nenhum está trabalhando não é, seus filhos?*

M6: *Nenhum, nenhum, nenhum*, tudo parado, tudo desempregado, 5 homens, 4 homens, *tudo parado*, tudo dentro de casa, parado, tem parcela, serviço para trabalhar, mas dinheiro não tem, vai trabalhar sem ganhar?

E: Qual é o problema que tu vê, desemprego ou?

M5: *Assim emprego não tem, não é? Está difícil não é? Os pessoal vive da maré, porque não tem, está tudo desempregado*. Por aqui mesmo é tudo desempregado, se tiver empregado mesmo é 1 ou 2 pessoas por aqui não é? 4 ou 5 somente. Tudo desempregado só vive na maré. Está difícil mesmo.

8.2.3 Pobre

O posicionamento “pobre” refere às experiências de pobreza vivenciadas pelas entrevistadas e a construção de um conceito de pobreza. Esta posição é, em parte, um autoposicionamento, já que provém da própria experiência, mas também um posicionamento forçado (HARRÉ; VAN LANGENHOVE, 1999a), já que emerge de processos de categorização social acionados por entes externos (Estado, mídias) que classificam e descrevem a vida das mulheres. Observamos mudanças importantes neste posicionamento em 2018, devido ao contexto de crise econômica, que trouxe distintos obstáculos na vida das famílias. Por motivos ilustrativos, temos dividido este posicionamento em três elementos: experiências de pobreza, conceito de pobreza e “pobre-lutador”, posicionamento assumido pelas mulheres que ressalta as qualidades morais positivas do “pobre” (PAUGAM, 2003).

Sobre as experiências de pobreza, estas se apresentam em um formato narrativo (POTTER, 1998). O relato organiza em uma sequência temporal a história de vida das protagonistas, selecionando eventos do passado (infância) e do presente para comparar as situações de pobreza vivenciadas, relatos com forte carga emocional e posicionamento implicado (POTTER, 1998). Recorre-se habitualmente à estratégia da comparação (POTTER, 1998), que permite distinguir entre cenários melhores ou piores, comparando passado e presente. Em geral, as entrevistadas concordam em que o tempo passado foi muito mais difícil, período em que várias vivenciaram situações definidas por elas como “miséria”.

A miséria, segundo as mulheres, se caracteriza por situações extremas, dramáticas e indignas para o ser humano. O tempo passado, caracterizado através do conceito “miséria”, significou, para algumas entrevistadas, vivenciar a fome. Os “tempos da fome” trasladam as entrevistadas a infância, quando vivenciaram esta situação dramática. A fome ainda era um problema familiar quando elas se tornaram mães e o maior sofrimento era não ter uma alimentação adequada para os filhos. Isto acontecia, geralmente, em famílias numerosas em que a exígua renda não permitia satisfazer as necessidades. Nestes tempos, deviam recorrer à

ajuda da família para satisfazer as necessidades básicas. As entrevistadas acessavam a uma alimentação limitada, aos alimentos mais baratos ou que estavam disponíveis no campo.

M6: Mmm, crise viu? (...) ele mesmo ia vigiar uma casa grande que tem, *ia com fome e chegava com fome*, que ele, *não tinha para ninguém, que nem fogo fazia aqui dentro de casa, não tinha como cozinhar nada*, era, e ainda estamos aqui não é? Contando a vitória.

M5: *Foi naqueles tempos, não tinha farinha, não tinha fubá, não tinha nada, foi um tempo muito ruim, foi na fome de 69 para 70, foi a crise no 69, e a fome foi no 70, eu estava com um ano de nascida, que minha mãe falou, foi no tempo, tive família minha, prima, comeu terra mais que batata, foi, naqueles tempos era uma vida ruim.*

Este período é lembrado como um tempo difícil, de crise, necessidade, sacrifício, sofrimento, os tempos da vida “dura” e “ruim”. As carências alimentares se somavam todo tipo de carências materiais. Muitas famílias não tinham uma moradia própria, vivendo na casa dos pais. As que tinham moradia, contavam com um espaço precário. Retratam-se estes tempos com frases como “não tinha nada” ou “começamos de zero”. A carência de renda implicava, além de uma alimentação restringida, não poder comprar bens básicos. Dentro das carências materiais estava não possuir uma parcela para as atividades rurais. Uma situação “indigna” mencionada pelas mulheres era “pedir aos outros” quando faltava alimentação no lar. Apesar de que representava uma humilhação, as necessidades familiares eram maiores.

M3: Quando a gente veio para aqui foi um sofrimento muito grande, *não tinha nada*, não tinha um fogão, a gente não tinha uma cadeira, a gente não tinha uma cama, minha mãe me deu, não tinha nada, só o que tinha só era o *baozinho*, para a gente sentar, não tinha casa encimentada, não tinha banheiro, não tinha nada. *Nos viemos para aqui com a cara e a coragem.*

M6: *Nos ia pescar, pegava um, dava uma fubá, outro dava uma macaxeira, e assim nos fomos atravessando, outro ia para um sítio e pegava banana prata, cozinava, para comer. Passou crise viu? Não dou para ninguém.*

Nos “tempos da fome”, ante a necessidade de alimentar aos filhos, o meio rural ajudava a enfrentar os problemas. Desta forma, a pesca e a caça, no passado, eram importantes fontes de alimento. Não possuir um sítio nem contar com renda para comprar alimentos de origem animal, obrigava as mulheres a recorrer ao mangue e a caça de animais para compensar as restrições alimentares. As entrevistadas afirmam que antigamente “se vivia” do mangue e da caça, mas que agora não dependem destas fontes de alimentos.

M3: *Meu pai vivia da caça, muito da caça para a gente, caçava muito, trazia, trazia tatu, para a gente comer com macaxeira, tatu, que existia na mata também, a gente comia muito também, que ele caçava para a gente comer, alimentar, a vida da gente era essa.*

M5: *A gente não tinha nada para comer não, e assim, a gente ia para o mangue, mas não tinha farinha nem fubá para a gente comer, os peixes que a gente trazia da maré, não é? Ainda tinha umas bananas verdes, que era, a gente comia banana verde, naqueles tempos a vida foi ruim.*

Através da estratégia da comparação (POTTER, 1998), se estabelecem distinções entre o passado e o presente. Devido às dramáticas e indignas situações narradas, as mulheres avaliam o presente de forma positiva, estabelecendo um contraste radical entre ambos os tempos. Elas recorrem ao manejo do significado dos termos riqueza/pobreza e à estratégia da maximização (POTTER, 1998) para expressar que hoje, em comparação ao passado, são “ricas”. Esta riqueza provém, em primeiro lugar, de dispor de uma parcela que satisfaz boa parte das necessidades familiares e que gera um excedente que é comercializado. Por outra parte, a maior disponibilidade de renda, oriunda do trabalho ou de benefícios sociais como o Bolsa Família, tende a elevar o padrão de vida das famílias, as que têm maior poder de consumo e acessam mais facilmente a bens duráveis e de primeira necessidade. As mudanças significativas na satisfação das necessidades familiares em relação ao passado, conferem à expressão “hoje somos ricas” o significado implícito de “hoje não passamos fome”.

M3: *A gente, hoje em dia, de como a gente chegou aqui, hoje nos somos que, ricas, hoje nos somos ricas, e quer Deus melhorar mais um pouquinho, não é? Melhorar mais, tem que batalhar para superar mais.*

M5: *Melhorou bastante, não é? Eu acho que melhorou bastante, pela vida de atrás para agora, graças a Deus, hoje somos ricos, em nome de Jesus, todos de barriga cheia, graças a Deus.*

O olhar para o tempo presente é otimista. Segundo as protagonistas muitas coisas têm melhorado. Apesar de que ainda existem carências materiais e alimentares, estas são menores em comparação ao passado. A alimentação, prioridade fundamental e primeira preocupação das mulheres, é uma necessidade praticamente coberta, com deficiências mínimas. Mas, o “fantasma da fome” ainda assombra as famílias, já que há carências na quantidade, qualidade e variedade dos alimentos consumidos. Algumas entrevistadas relatam dificuldades para satisfazer as necessidades alimentares em famílias muito numerosas.

Também, a carência de uma renda estável não possibilita as famílias acessar outros bens de consumo (roupas, brinquedos, bens duráveis) ou oportunidades (de lazer, de estudos, etc.), sobrevivendo com um orçamento que somente permite o básico. Os problemas de viver com uma renda limitada se acentuam nas famílias que não possuem um sítio e dependem

exclusivamente de serviços ocasionais ou empregos escassos. As famílias se mantêm em um equilíbrio frágil e qualquer crise familiar ou econômica as pode fazer voltar à miséria.

As famílias vivem em um estado que poderíamos catalogar de “inclusão social precária” (BARADIT, 2016). Este estado se caracteriza por uma vida *presentista* focada no dia a dia, em uma luta contínua para chegar a fim de mês, em que as mulheres não conseguem planejar os gastos domésticos a longo prazo. A alimentação se compra de a pouco, na medida em que se dispõe de renda. É uma vida em que planejar é difícil, mas não há falta total de planejamento. Ao contrário, as “esposas” devem ter um planejamento racional dos exíguos recursos financeiros. Esta vida *presentista* obriga as mulheres a estar sempre “correndo atrás” de oportunidades, a serem proativas para não deixar faltar a alimentação em casa.

E: Assim, eu tenho observado em tuas falas que, *que tu falas bastante isso do “dia a dia” assim, não é? De que tu tem que, isso mesmo, não é? Dia a dia ir vendo.*

M3: *Dia a dia que eu vivo.*

E: Aha, às vezes assim, *tu não podes assim te planejar muito, não é? Assim, no futuro digamos assim.*

M3: Não, não.

E: Tu tem que estar preocupada mais do dia a dia mesmo?

M3: *Dia a dia*, eu digo assim, às vezes, o homem diz assim, “vamos pensar em fazer isso”, aí eu digo, “eu não tenho coisa de pensar não”, porque o que a gente falta, *a gente faz hoje, amanhã não sei não, não é? Aí eu tenho que fazer tudo o que se dá dia a dia.*

Esta fragilidade está condicionada por uma série de fatores externos que ameaçam o equilíbrio familiar, como perda do emprego, cortes no Bolsa Família, fatores climáticos que afetam a colheita ou intermitência nas vendas dos produtos agrícolas. Nas famílias com rendas instáveis ou que tem o PBF como única renda fixa, a linha entre viver bem e voltar aos “tempos da fome” é tênue, estão sempre ameaçadas de voltar a situações de precariedade graves. Algumas famílias que recebem um salário fixo devem dividir esta renda para ajudar a outros familiares afetados pelo desemprego, o que reduz a própria renda. Neste contexto, algumas “mães” sofrem por ver que filhos ou netos não têm uma alimentação adequada. Às vezes, o “fantasma da fome” não está no próprio lar, mas sim na casa de pessoas próximas.

M6: *Minha filha, essa de aí, tem 7 filhos*, ela chora dentro de casa, rebocada, ao amanhecer o dia, o filho chega e diz, “mamai eu quero leite”, a mãe dizer que não tem, ela chora que so, essa filha minha que mora ali embaixo, por Jesus, um mês, esta semana retrasada, ela deu o que? Pediu duas colher de açúcar ao vizinho para dar cara aos filhos que não tinha leite, por Jesus.

Em famílias onde a situação econômica é um pouco melhor, as mulheres asseguram não ter problemas de carência alimentar, mas elas vêm de perto a fome em lares de famílias

da própria comunidade. Neste caso, a pobreza se localiza “nos outros” e se vê desde um posicionamento distanciado (POTTER, 1998). Algumas delas, com orgulho, destacam que sua melhor situação lhes permite ajudar outras pessoas que estão em piores condições.

M1: *Aqui tem família que depende só do Bolsa Família mesmo, no inverno passa necessidade assim, porque a gente ajuda, precisa de alguma coisa a gente serve, e também tem o Bolsa Família, mas, às vezes, passa necessidade.*

As experiências de miséria do passado e de pobreza do presente fornecem as mulheres um repertório de termos que lhes permite definir a miséria e a pobreza como conceitos. A miséria vai ser definida a partir da experiência da fome e das situações dramáticas e inumanas vivenciadas no passado. Algumas metáforas como “botar o pão na mesa”, “não deixar faltar o pão em casa”, “barriga vazia”, “barriga cheia”, “criar barriga”, são expressões que constituem este repertório que constrói o conceito “miséria” a partir da experiência da fome.

Esta definição da miséria permite às mulheres, a partir da estratégia da comparação (POTTER, 1998), estabelecer contrastes entre as realidades de diversas pessoas, famílias e contextos, distinguindo as situações de pobreza e de miséria. No nível discursivo, as entrevistadas tendem a usar a linguagem de modo que as “situações” de pobreza e miséria são transformadas em características dos sujeitos, etiquetados como “pobres” ou “miseráveis”. A categoria “miserável”, com forte carga moral negativa, se reserva para aquelas pessoas que não dispõem do básico para sobreviver dignamente (alimentação, vestuário, moradia, etc.). Esta categoria se aciona para caracterizar o passado das entrevistadas, mas não o presente, em que elas se posicionam como “pobres, mas não miseráveis”, ou seja, como pessoas que conseguem, ao menos, satisfazer suas necessidades básicas.

M1: *Tem, eu vejo uma diferença, que a pobreza no chega nem longe da miséria, não é? É, porque a miséria é mais forte, é aquele pobrezinho que não tem nada, que não tem onde dormir, não tem onde cair morto, não é?*

A miséria se considera uma situação mais “forte” ou “grave”, são as pessoas que “não têm nada”, ou seja, além de não conseguir satisfazer necessidades básicas, não possuem nada em termos materiais. Segundo as entrevistadas, as pessoas “pobres”, além de contar com o básico, tem acesso a bens materiais (sítio, casa, carro, etc.) e tem capacidade de pagar por alguns serviços no mercado. A pobreza se considera uma situação um “pouco” melhor e se associa à carência de renda para satisfazer necessidades de nível superior, como lazer, consumo ou estudos. Expressões como “poucos recursos” ou “pouca renda” caracterizam termos que definem a pobreza. Neste contexto, a pobreza é uma categoria definida desde uma

dimensão material, enquanto a miséria é associada à desqualificação social e moral da pessoa. A partir da estratégia de distanciamento (PAUGAM, 2003), as entrevistadas se distinguem dos definidos como “miseráveis”, aqueles que passam fome, não tem moradia ou não possuem uma terra. A posse da terra distancia as famílias do campo da imagem do “miserável”, que não tem emprego nem lugar onde viver. As entrevistadas se autoposicionam como “pobres” ou “pessoas de baixa renda”, categorias que remetem à carência de recursos materiais e financeiros, mas não a uma situação de desqualificação moral ou social.

M2: *Eu sei que eu sou pobre, não é? Baixa renda, mas a ponto de ser de miserável não, porque antes da gente receber esses dinheiros assim, tipo, Mão Amiga, PEC, que foram programas pra erradicar a fome. A gente vivia, não é? Comia, não é? Tem onde morar. Tem terra, não é? Então a gente não é exatamente miseráveis, não é?*

A partir de um posicionamento distanciado (POTTER, 1998) se estabelecem distinções entre miséria e pobreza. A estratégia da comparação (POTTER, 1998) é acionada para estabelecer diferenças entre a própria realidade e a situação de outros, estratégia que permite distanciar o mundo dos “pobres”, a que as mulheres pertencem, do mundo dos “miseráveis”. Os mecanismos de contraste comparam o próprio local com outros lugares (Sertão, África, Ásia, Índia), a situação própria com a de outras famílias (parentes, vizinhos) e o tempo passado com o presente (a “miséria” de ontem com a “pobreza” de hoje). A estratégia de distanciamento (PAUGAM, 2003) permite colocar a miséria longe da própria realidade, em outros lugares, famílias ou no passado. A estratégia de minimização (POTTER, 1998) permite relativizar as próprias dificuldades e a aceitar a própria realidade. A utilização de casos extremos (POTTER, 1998) se usa para acentuar as diferenças sociais e morais entre pobres e miseráveis. Posicionando-se como pobres, as mulheres se distanciam da carga negativa associada à categoria “miserável”. A expressão “sempre tem alguém pior que a gente” exemplifica como estes mecanismos de distinção funcionam na linguagem.

M1: *Às vezes, eu fico observando, que nem na África, ou na Ásia parece, os povos passam fome, que eles pegam lama, do que, do esgoto, para fazer um biscoito para comer, eu digo assim, não é? Porque não muda de governo? O governo também não olha? Que, às vezes, o povo diz, “o Brasil tem muita miséria”, eu não acho o que o povo não, não tem, mais miséria tem lá.*

M3: *Quando é assim um inhame, ou uma macaxeira, se eu fizer dois dias, “de novo, de novo”, fica reclamando, “meu filho, a gente tem que dar graças a Deus que a gente tem”, aí quando aparece um menininho aí da Índia, aí esses meninos moreninhos que, está sem água, eu digo “olha aí, está vendo, muitos estão sonhando com um pedaço de macaxeira, batata, não têm”.*

As mulheres vivenciam a pobreza em um contexto particular. Na ética da classe popular rural o espírito do trabalho é altamente valorizado. Por exemplo, segundo o discurso religioso, para ser ajudado por Deus, o crente deve trabalhar. Como dizem as entrevistadas, Deus da saúde, força, oportunidades e coragem para trabalhar, mas de aí em diante, somente o esforço pessoal permite “vencer na vida”. Neste contexto, a partir da estratégia de distinção moral (PAUGAM, 2003), a “preguiça” é condenada como um hábito negativo.

M1: Eu estou sempre agradando a Deus, agradecendo a Deus, porque Deus da saúde a gente, da força mesmo para trabalhar, procurar o pão, como diz a história, a oportunidade é a mesma. *Deus não aceita aquele que morre de fome não, porque a gente morre de fome porque quer.*

M2: Pedir a Deus, que Deus dá fartura, Deus da saúde, Deus deu a terra para a gente trabalhar, *se a pessoa trabalha tem as coisas, só tem que trabalhar, se a gente não trabalhar não tem nada*, tudo é a inteligência, tudo é a inteligência que a gente põe, *se a gente fazer aquele esforço, a gente chega, se a gente pedir a Deus a gente chega. Tudo é esforço.*

Para os “pobres do campo” não somente basta ter uma terra, também tem que ter a “coragem” para trabalhá-la. A “falta de coragem” é acionada como crítica aos agricultores que possuem uma terra e não a aproveitam. A terra, valor precioso e privilégio somente de alguns, deve ser trabalhada. Através da estratégia de distinção moral (PAUGAM, 2003), as mulheres posicionam a quem não tem coragem para trabalhar como “preguiçoso”. A falta de coragem constitui uma violação ao código moral do mundo rural. Inclusive, os sindicatos como “preguiçosos” são, às vezes, vinculados com mundo negativo e imoral dos vícios.

M1: Que muitos têm a terra, porque aqui mesmo, aqui tem parceleiro que no inverno passa os 6 meses comendo de migalhas, *porque não tem coragem de trabalhar, tem a parcela, tem a terra, mas não tem coragem de trabalhar.*

M5: Olha por hora vou dizer a você, é assim, esse menino, *quem tem terra não quer plantar, não é?* Agora quem não tem terra quer plantar e cadê? É verdade. *Tem gente da minha família, tem parcela, tem tudo, tanta terra, mas não liga não, os meninos novos agora não se interessa mais para trabalhar não, é só cachaça, sabe disso, só bebedeira agora.*

Na lógica dos valores do mundo rural, as mulheres se autoposicionam do lado dos que possuem a coragem para trabalhar e estão dispostos ao trabalho “pesado”. Estes valores são considerados virtudes morais e são simbolizados através da ideia que o trabalho é uma “luta”. A mulher do campo é definida, com orgulho, como lutadora, batalhadora e guerreira. A vida do pobre rural é uma luta para sobreviver através dos trabalhos “duros”, “puxados”, “cansativos” “no sol”, ou seja, que demandam grande esforço físico. Por isto, metáforas corporais são constantemente acionadas para retratar este esforço, como “não se pode ficar de

braços cruzados”, “com o suor de meu rosto”, “pegar na enxada”, “pegar no pesado”. Estas, através da estratégia de maximização (POTTER, 1998), retratam o esforço realizado nos trabalhos do campo. A figura metafórica da “enxada” é continuamente acionada para retratar o trabalho pesado do agricultor. No caso da mulher pescadora, ela trabalha na “luta da maré”.

M3: A vida aqui é plantar, macaxeira, mandioca, no começo, comecei cortar cana, *cortei um monte de cana*, aí ia para a maré de aqui, tirar marisco. *Mas depois quando enraizou aí parei, não é? Essa luta da maré, que é uma luta muito pesada, muito puxada, quem trabalha no mangue, na lama, não é?*

M6: *Porque a gente trabalha, chega em casa enfadado, ohj meu filho, no serviço da moagem*, para embolar cana, quando o desembolador não está, faz um bolo de cana, meu filho, e a ladeira é assim para subir com fecho nas costas, ali encima na estrada. Rebocado meu filho, ou ganha ou perde, não é?

Como descrito em anterior investigação (BARADIT, 2016), a metáfora da luta compõe o posicionamento moral “pobre-lutador” (HARRÉ, VAN LANGENHOVE, 1999a), que permite distinguir, ao interior da classe popular, aos pobres “batalhadores” dos que não tem coragem para trabalhar, os quais são etiquetados, explicita ou implicitamente, como “preguiçosos”. Ser lutador implica não ser preguiçoso, gostar de trabalhar, ser uma pessoa trabalhadora, imagem que combate o estigma social do “pobre-preguiçoso”. As pessoas em situação de pobreza constroem ativamente uma identidade positiva que os distancie dos estigmas sociais associados à classe popular. Neste sentido, o a categoria “pobre-lutador” se pode considerar como uma contraposição da posição estigmatizante “pobre-preguiçoso”. Ao mesmo tempo em que os pobres não querem ser catalogados como preguiçosos, eles utilizam esta categoria para julgar a outros de sua mesma classe social, nos quais se “desloca” esta etiqueta, para “distanciá-la” da própria identidade. Este fenômeno se assemelha ao que Paugam (2003) chamou derivação do descrédito, estratégia que desloca o peso do estigma sobre outros considerados com um status similar, em um contexto em que procurar marcas de prestígio permite diferenciar-se do que se considera indesejável ou imoral. Este tipo de mecanismos seriam mais frequentes em grupos socialmente desqualificados que sofrem uma forte estigmatização, carga moral que precisa ser “tirada de si” e colocada em outros.

M6: A gente faz uma farinhazinha se tiver uma mandioquinha para arrancar do meu genro, a gente faz, quem faz farinha de, peneira, meche, tira goma, e as vezes, mas nunca mais apareceu, *eu meu filho não sou preguiçosa para o trabalho não, você vê aí, por Jesus.*

Anteriormente argumentamos (BARADIT, 2016) que a metáfora da luta se organiza como uma narração épica (GERGEN, 1996), em que as mulheres se posicionam como heroínas que batalham contra as adversidades. Esta narrativa alimenta a identidade pessoal

com orgulho e dignidade. A metáfora da luta tem os seguintes componentes: pluriatividade na geração de renda; proatividade para encontrar diversos modos de sobrevivência; instabilidade e incerteza familiar; pouco poder de planejamento; “correr atrás” das oportunidades; viver em uma situação de “*presentismo*”; ética do esforço pessoal e da responsabilidade individual.

M2: Eu como recebo o Bolsa Família, mainha paga com dela e com o meu a gente come, faz a feira com dela, mas o do menino também aí já compra para o mês o que está faltando, *e assim a gente vai se virando*, e fora de outras coisas, que a gente pega para comer, e quando vem gente para comprar a gente vende, as coisas. Tem galinha no terreiro, se tiver boa mata, faz cabidela, vende. A gente aqui vai no mangue, vende alguma coisa, de alguma fruta, se tiver um servizinho a gente vai lá e faz. Manuel vende aqui e ganha um trocado, compra bebida e o que é lucro no caso, compra algo para dentro de casa que estiver faltando mais urgente, *aí se vira assim*.

M3: Não vou não, sentiria muito, chorava, fazia alguma coisa, mas, e mesmo que dizerem “olhe, hoje está cortado”, *pronto, já batalho, já batalho para arrumar meu trocado de um jeito, começar a batalhar mais ainda*.

A metáfora da luta tem duas acepções. A luta se refere à vida, a vida do pobre é uma luta, se deve lutar diariamente para sobreviver. A luta também se refere ao trabalho, o trabalho é a luta do dia a dia que permite sobreviver. A luta é a metáfora que permite representar, com força retórica, ao pobre como um “trabalhador”.

M2: Porque eu morava na rua, mas sempre, *eu saía para lutar, eu voltava em casa só de noite*, chegava de 4 horas, 5 horas.

M6: Oh, meu filho, eu mesma graças a Deus, *desde menina que sou batalhadeira, pode perguntar a esse velhinho, nunca tive preguiça de fazer nada, nunca, nunca, nunca*.

Mesmo se posicionado como “pobres-lutadores”, as pessoas que vivenciam a pobreza e ainda mais as beneficiárias da assistência social, devem lidar diariamente com o mito da preguiça (CAMPELLO, 2013). Por exemplo, uma entrevistada afirma que os pobres, mesmo sendo “lutadores”, são alvo contínuo de preconceito quando estão “desocupados”, sendo, explícita ou implicitamente, responsabilizados por esta situação.

E: Esse é um tipo de preconceito, contra a pessoa que não trabalha?
M2: *Eu acho que sim, tipo os desocupados, não é? Que não tem o que fazer, eles acham “que não estudaram” ou, muitos até estudam, não é? Tipo eu mesmo, eu estudei, mas nunca tive condições de fazer uma faculdade. Vontade nunca deixei de ter, mas até agora condições eu nunca tive, mas isso eles chamam de quê, de “desocupado” mesmo. Pra eles a gente é “desocupado”, não temos emprego, sei lá.*

No nível das diferenças morais (PAUGAM, 2003), algumas mulheres relatam que se produz um processo de distinção social entre os pobres segundo seu nível de vida. Os que

acessam ao salário, tendo maior poder de consumo, terminam se distinguindo, o que gera desconforto entre pessoas da mesma classe. As pessoas que tem uma renda fixa podem acessar melhores moradias e bens de consumo de alto custo (carro, moto). Neste contexto, as entrevistadas afirmam que alguns deles “vivem da aparência”, “se acham melhor do que os outros” ou “querem ser mais do que realmente são”. Para elas, uma qualidade de vida ligeiramente melhor não justifica uma mudança de atitude. Através destes julgamentos as mulheres ativam o reposicionamento, exigindo que aqueles que têm uma vida melhor sejam conscientes de suas origens de classe e não pretendam “ser o que não são”. No discurso, através da estratégia da minimização (POTTER, 1998), se usam diminutivos (empreguinho, melhorzinho, casinhas) que buscam retratar que a suposta diferença social não é tão grande, não constitui uma “real” diferença de classe, devido a que essas pessoas também pertencem à classe popular. Este mecanismo permite afirmar implicitamente: “somos a mesma coisa”³⁶.

E: Mas assim *peessoas que querem viver das aparências, não é? Que quer aparentar uma coisa.*

M4: *Que não é, que não é, alguns até vivem melhor que nos, porque está lá, tem emprego, não é? É, tem emprego certinho, aí vive melhor, não é? Que é caseiro. Alguns que ganharam seus terrenos lá fizeram suas casinhas melhozinhas, aí estão melhorzinho, um pouquinho, estão empregados, mas, além disso, nada além disso.*

M2: Quer ser mais do que a gente que é aqui, não é mainha? Tem uma mesmo, que quando vem, vem de salto, com roupa todo estranha, *parece que quer ser madame, mas não é, fica ridícula, todo mundo fica mangando pelas costas, ninguém quer dizer a ela, mas também porque ela quer ser uma coisa, aí deixa passar vergonha.*

8.2.4 Beneficiária

O posicionamento “beneficiária” se refere à visão que as entrevistadas têm do Bolsa Família, na qual destacam distintos aspectos importantes. Este posicionamento se manteve relativamente estável, mas teve algumas mudanças entre 2015 e 2018, devido a que algumas entrevistadas perderam o benefício. Por motivos ilustrativos, temos dividido este posicionamento em cinco elementos: importância da renda recebida, uso do benefício, medo a possíveis cortes, dependência do Programa e possibilidades de autonomização.

A carência de renda que define a pobreza é uma condição que deve ser acreditada oficialmente ante os órgãos da assistência social para alcançar o status de beneficiária (PAUGAM, 2003, 2007; RAMOS, 2016). Neste sentido, este pode ser considerado um

³⁶ Paugam (2003) expõe que a utilização do sarcasmo permite “nivelar” aos que querem distinguir-se, lembrado sua posição social objetiva (pobreza) ou sua origem social (classe popular).

posicionamento forçado (HARRÉ; VAN LANGENHOVE, 1999a), que depende de processos de categorização acionados por um ente externo, o Estado, que tem o poder de outorgar este status e, também, de negá-lo em qualquer momento. As mulheres necessitam demonstrar “objetivamente” que são “pobres”, através de uma declaração de renda conferida a partir de bases de dados e visitas domiciliares. Neste processo, a vida privada deve ser exposta ao escrutínio do Estado que define se as pessoas são merecedoras do benefício. Neste contexto, as figuras do “verdadeiro” e “falso” pobre são acionadas pelas entrevistadas. O “pobre digno” é aquele que, vítima de fatores externos que escapam a seu controle, como desemprego ou crise econômica, se aferra a valores morais compensadores que o posicionam em um status superior, como a honestidade, sinceridade, esforço e coragem. Nesta categoria, o “beneficiário honesto” é aquele que não troca sua integridade moral para receber um benefício econômico.

M3: Aí teve o segundo cadastramento, foi uma semana difícil mesmo, estavam fazendo lá no colégio, aí elas, só aumenta, o trabalho diminui, e aí eu diz a ela, *“quer ir a minha casa? Bora lá na minha casa, vamos lá para minha casa, que eu chego lá na minha casa e abro o armário para a senhora ver”* (...) “Eu abro meu armário para a senhora ver o que tem dentro do meu armário, *aí a senhora vê se eu mereço mais, mais coisa no cadastro ou não*” não é? Aí ela pensou que eu não ia fazer, não é? “Vamos lá”.

M4: *É uma ajuda que a gente tem do governo, não é? Porque eu mesma se tivesse condições eu não faria questão por esse dinheiro, porque é um dinheiro que a gente vê que ele muito, como é que se diz? Muito, visto, olhado, muito olhado, como o povo diz, bota o olho, muito. É dificultoso só o fato de a gente estar lá, passando, ficando numa fila imensa para pegar esse dinheiro, não é? Muito, é pouco, mas ajuda, e a gente vai porque precisa, não é? Senão precisasse não ia, faria não, se tivesse um bom emprego mesmo, se tivesse 1 ou 2 pessoas trabalhando, eu mandaria a bloquear.*

Através da estratégia de derivação do descrédito (PAUGAM, 2003), as mulheres definem ao “falso pobre” como quem distorce informações sobre sua renda para conseguir benefícios da assistência social. Ele é associado a qualidades morais negativas, como oportunista, desonesto, abusador ou preguiçoso. Ele é o “pobre-aproveitador” que engana ao Estado para obter benefícios sociais que não merece. As entrevistadas expõem que muitas pessoas que não precisam do PBF recebem sem merecer, aludindo a irregularidades nos cadastros do Programa e a existência de beneficiários que entregam informações falsas para obter vantagens, deixando sem oportunidades de receber a quem realmente merece³⁷.

M1: *Que muitas mães, às vezes, muitas não precisam e tem aquela verba, e outros que precisam não tem, aí a gente assim tem que estar sempre ali na*

³⁷ A figura do “falso pobre” se vincula a do “beneficiário irregular”, promovida pelo MDS, no governo Temer.

palestra que, se uma criança ali não está estudando devido à falta de mãe, corta, não pode.

M3: Eu acho que na única coisa que não mexeu, mexer, mexe, *porque tem muita gente irregular nesse cadastro, não é? Que tem muita gente irregular*, e diz assim “cortou, foi por causa de Temer”, mas não é, porque se for olhar direitinho, *as pessoas que precisam estar nesse cadastro e as pessoas que não precisam*, seria cortado muito, seriam cortado muitos, não é?

As mulheres consideram que a renda do Bolsa Família é uma “ajuda” muito grande para a família. O benefício se define como uma ajuda, já que a quantidade recebida é considerada insuficiente para satisfazer às necessidades familiares. Para a maioria, o benefício é um complemento à renda principal, que provém do emprego formal, aposentadorias, trabalho informal, comercialização de produtos ou, da combinação destas. A pouca quantia recebida somente pode ser um complemento na medida em que todas as famílias precisam de outras rendas para sobreviver (CAMPELLO, 2013). Nos relatos, em referência ao benefício do Bolsa Família, é comum a expressão “o dinheiro é pouco, mas é uma grande ajuda”.

M1: *O Bolsa Família por aqui é muito pouco*, muitas recebem 70, outras 100, eu recebi 102, aí depois tive o aumento, aumentou 10 reais. *É uma renda que é pouco, mas serve muito, porque todo mês a gente sabe que chega lá e tem*. Mas a gente assim se vira aqui, uma lavoura, uma coisa, para sempre não faltar o pão e o sustento dele.

M3: Já que botou, *é uma grande ajuda, é uma grande ajuda, é uma grande ajuda, não vou dizer que não é ajuda, é uma ajuda e grande, é muita, minha mãe diz direto, “hoje em dia vocês são ricas, que eu não tive o privilegio quando vocês eram novinhos não”, “para comprar uma roupa, para comprar um calçado, não”, “vocês hoje podem bater no pé que são ricas, que tem esse dinheirinho”, não é?*

Desta renda se deve tirar o máximo rendimento possível, ou seja, se deve saber administrar e destinar para o prioritário, especialmente a alimentação. O Bolsa Família contribui com a segurança alimentar familiar, já que permite melhorar a quantidade e qualidade da alimentação. Neste sentido, sua contribuição à satisfação das necessidades básicas é inegável, permitindo as famílias se distanciar dos “tempos da fome”. Também, a renda do Programa permite a ampliação das possibilidades de consumo. As mulheres afirmam que, graças a este dinheiro, podem dar aos filhos coisas que antes não podiam.

E: E o *Bolsa Família* ajuda muito você?

M6: *Ajuda, não é? Graças a Deus, o pouco que nos recebe, faz muito, não é? Faz muito, às vezes compra uma galinha, se o dinheiro dá eu compro 3 galinhas, dou 1 a um, 1 a o outro, fico com 1, assim.*

Outra característica relevante da renda do Bolsa Família é ser estável e segura. Esta qualidade a torna importante para as famílias que não possuem rendas fixas, como as que estão em situação de desemprego, vivem de trabalhos intermitentes ou obtêm sua renda da comercialização dos produtos agrícolas. O benefício é um “dinheirinho ou trocadinho certo” que dá algum grau de previsibilidade à vida familiar, renda destinada, além da alimentação, a alguns gastos fixos, como pagamento de serviços básicos (água, energia, gás).

M3: Eu digo “*está bom, o pouco que eu ganho já serve*” não é? Já serve que já é uma *garantia que eu tenho*, que se eu não tiver daqui, pelo menos já tenho uma garantia de lá, não é?

M4: *Bolsa Família ajuda muito, para quem não tem uma renda fixa, ela é a única, no caso da gente, a gente se vira com isso no dia a dia, para adquirir algum dinheiro, fora mais, não é? Mas no momento ela está sendo a única. Para a gente está sendo fundamental ter esse dinheiro.*

Em um contexto de dificuldades para acessar ao emprego e de uma atividade agrícola que gera rendas variáveis, o benefício do Bolsa Família adquire outro significado. Muitas mulheres o definem como um “salário”, devido a que é uma renda fixa e segura. Apesar de o benefício ser definido como um salário, este não cumpre com os requisitos morais da ética do trabalho, que prescreve que o salário é recebido em base ao esforço realizado pelo trabalhador. Por isto, as mulheres, conscientes deste fato, também definem o benefício como uma “ajuda” do Estado, dirigida às famílias que não possuem um salário.

M3: *Aqui ninguém tem salário, aqui ninguém tem salário.*

E: Salário, não é?

M3: *Aqui ninguém tem salário, o meu único salário aqui é a Bolsa Família mesmo. Aqui ninguém tem salário, vive assim, uma ferinha aqui, uma ferinha ali, do que se tem aqui, que ele pega lá umas farinhas vender, pronto, a gente vive assim. Meu salário mesmo é o meu Bolsa Família.*

M6: Eu acho bom meu filho se fizer isso, não é? Eu acho bom, não é? É certo que meu filho todo grande, mas tudo precisa, *porque eu mesma, o salário que Deus me deu foi esse, que é essa rendinha.*

Outro sentido dado ao benefício do Programa é ser um “direito”. Esta interpretação é marginal, poucas mulheres o consideram como tal, predominando a formulação de que é uma “ajuda”. Elas consideram que o Estado tem o dever de entregar este benefício às famílias de baixa renda, as quais “merecem” este dinheiro. Outras mencionam o fato do PBF ser uma lei e, portanto, um direito. As entrevistadas que consideram o benefício um direito também o definem, ao mesmo tempo, como uma ajuda. A renda do Bolsa Família adquire diversos sentidos, inclusive ambivalentes ou contraditórios entre si. Seja como complemento, salário, ajuda ou direito, a importância do benefício social é unanimemente destacada pelas mulheres.

M3: Eu sei lá, uns dizem que é por causa das pessoas que, *diz que é direito do governo dar*, eu não entendo, não entendo isso aí, não sei, sei lá, *acho que é um direito, que pelo menos era um direito que a família tem que ter*, mas não sei não (...). Já que veio esse negocio do Bolsa Família acho que, *acho que as famílias de baixa renda tinha esse, merece ter esse dinheirinho, então sei não, eu não sei se é direito que a gente tem ou se é direito dele mandar*.

M2: Eles dizem que é lei, “o Bolsa Família para erradicação da fome”. Não sei, para ajudar às pessoas mais pobres, mais carentes. *Então é mais um direito, já que a gente se encaixa nesse padrão que eles colocaram não é? Mas, é um direito e uma ajuda pequena*.

Receber a renda do Bolsa Família marca um antes e um depois na vida. Todas as mulheres opinam que o Programa melhorou a qualidade de vida familiar, já que mesmo sendo uma quantia baixa, faz uma grande diferença. As mudanças não somente obedecem ao âmbito familiar, também alcançam à dimensão pessoal, especificamente a partir de efeitos na identidade das mulheres. Elas destacam algumas mudanças nas relações de gênero na família, especificamente um maior grau de autonomia financeira em relação aos esposos³⁸. As mulheres definem o benefício do Programa como “minha renda”, uma renda da mulher, de sua propriedade e administrada por ela. Esta definição alterna com a ideia de que o benefício é uma renda “dos filhos”, mas administrada por elas como “mães”. Em termos gerais, a mulher destina o dinheiro para o benefício da família, mas também para a compra de itens pessoais que antes deviam pedir aos esposos. Gerenciar esta renda implica deixar de ser totalmente dependente do marido, ou, como algumas falam, deixar de “pedir” ou “se humilhar”. A administração deste dinheiro parece dar “mais voz” às mulheres sobre as decisões domésticas. O ganho de um maior grau de independência não está isento de disputas ao interior da família, já que, de alguma forma, questiona estruturas patriarcais, como o papel de provedor.

M3: Mudou nessa parte porque a gente, pelo menos com esse dinheirinho que a gente tem, *deixa de ser dependente, não é? De estar pedindo, de estar pedindo*, uma coisa é a pessoa estar pedindo, “me dá um dinheiro para isso”, “me dá para comprar uma calzinha”, “me dá dinheiro para comprar um sutiã”, “me dá dinheiro para comprar um negocio de cabelo”, não é? Aí não fica, não fica mais essa chatice, sempre recebendo que, “não tenho”, “não, é meu”, não é? Aí a gente mudou muito.

E: Assim tu ganhou mais independência.

M3: *Mais independência e a gente deixa de se humilhar*, não é? Assim, muitas deixam de se humilhar.

E: Tu observou alguma mudança em ti, como pessoa, como mulher?

M5: Mudou, não é? Como diz a história, *receber esse dinheirinho é muito bom, não é? Que a gente, assim, sem precisar do marido, não é?*

³⁸ A contribuição do benefício do Bolsa Família à autonomia financeira das mulheres beneficiárias é um de seus logros mais destacados no quesito de mudanças nas relações de gênero. Este aspecto já foi relevado em estudos estatísticos e pesquisas acadêmicas (CAMPELLO, 2013; REGO, PINZANI, 2014).

Apesar de que o benefício do PBF se utiliza para distintos fins, como o melhoramento da moradia, compra de equipamentos básicos, pagamento de contas, alimentação e compra de itens pessoais, as mulheres relatam que todos estes gastos são pensados na melhora da qualidade de vida dos filhos. Elas esclarecem que o dinheiro recebido é “para os filhos” ou um “direito dos filhos”, ou seja, deve ser utilizado no benefício deles, principalmente em termos de alimentação, higiene, vestimenta e material escolar. De alguma forma, o mito do mau uso do benefício é “contrarrestado” pelas entrevistadas, deixando claro que a renda é destinada aos filhos e não a fins que possam ser catalogados como inadequados ou imorais. Neste contexto, as entrevistadas relatam situações de famílias que dão um mau uso ao dinheiro do Bolsa Família, fato que permite estabelecer diferenças morais (PAUGAM, 2003).

E: Esse dinheirinho do Bolsa Família você destina mais nas crianças, não é?

M5: *É, mais nas crianças, nas crianças, comprar roupa a eles, comprar caderno, dar um trocado para fazer um lanche também, que não é o dinheiro deles? Eu gasto com eles mesmos.*

M3: Eu nunca deixo estar faltando, sempre eu compro para eles, mas para muitos que não, que não se interessam, não é? *Tem muitos também que recebe esse benefício e não é a favor dentro de casa, recebe, tem marido que já fica esperando para sair para pegar, já fica esperando para sair para beber, não é? Muitos faz isso, muitos filhos também dizem, “esse dinheiro é meu, eu quero”, não é? Pega metade e sai para comprar o que não deve, não é?*

Que esta renda tenha que ser destinada ao bem-estar dos filhos e que esta seja uma responsabilidade da “mãe” é algo que o próprio Programa reforça nas palestras que as mulheres assistem no posto de saúde e na escola. Estas, catalogadas como “palestras para mães”, são reuniões nas quais se fala sobre a responsabilidade da mulher no cumprimento das condicionalidades³⁹. Nas palestras se indica as “mães” que devem gastar o dinheiro recebido em favor das crianças. Estas palestras promovem a disciplina e controle financeiro da família, sugerem a existência de “boas” formas de administração dos recursos familiares.

M1: Eles fazem várias palestras. Sempre no começo do ano, no meio do ano, final do ano, eles sempre fazem as *palestras com as mães*. Que muitas mães, às vezes, muitas não precisam e tem aquela verba, e outros que precisam não tem, aí a gente assim tem que estar sempre ali na palestra que, *se uma criança ali não está estudando devido à falta de mãe, corta, não pode.*

M3: Eu já recebi, ao chegar lá no colégio, elas falaram, não é? *Que o Bolsa é para as crianças, é uma palavrinha que tem que é difícil, os necessários das crianças, comprar uma sandália, comprar uma roupa. Comprar um material de escola quando falta, não é? Assim, porque as palestras que eu estava*

³⁹ O discurso do MDS posiciona sistematicamente as beneficiárias como “mães” e “parceiras” do Bolsa Família.

dizendo foi assim, assim que o Bolsa Família era para isso, comprar comida, não é? Comprar comida, assim essa palestra disseram assim.

Que a titularidade do benefício recaia sobre a mulher se deve a que o Bolsa Família utiliza instrumentalmente os regimes morais associados aos posicionamentos “mãe” e “esposa” para se assegurar que o dinheiro seja “bem gasto”⁴⁰. A mulher sabe gastar o dinheiro “no que se deve”, deve responsabilizar-se porque esta renda não se “gaste em vão” e deve colocar as necessidades familiares por sobre as suas. A gestão do recurso recebido é alvo de uma contínua moralização em termos de seus fins. Neste contexto, as mulheres devem saber destinar o dinheiro e não usá-lo para finalidades egoístas. Por isto, as entrevistadas, repetitivamente, destacam que raramente usam o dinheiro para comprar itens pessoais⁴¹.

M4: *Nunca peguei o dinheiro do Bolsa Família para gastar à toa, com roupa, sapato. E comprei roupa, sapato, para os meninos.*

E: Tu comprava algumas coisas pra ti, por exemplo, com esse dinheiro, que não fosse para teu filho, que fosse para ti assim? Coisa que tu precisava?

M5: *Nunca comprei. A gente comprava assim comer, não é? Assim alguma coisa, assim quando tinha algum dinheirinho assim, não é? Comprava uma roupinha para os meninos, não é? Pronto, para mim nunca comprei não.*

Para as famílias que não têm renda estável, o benefício se torna a renda principal, não tanto pela quantidade, senão que por ser a única fixa. Nestas famílias, particularmente, se observa um maior grau de dependência em relação ao Programa. Mesmo se percebendo como famílias com certo grau de dependência, as mulheres concordam em que a “dependência total” do Bolsa Família é impossível, já que o baixo montante do benefício obriga a ter outras fontes de renda (CAMPELLO, 2013). Apesar do contexto de desemprego crônico, a mulher “pobre-lutadora” está obrigada a procurar diversas formas de geração de renda.

E: Que se fala muito assim que, se fala assim que, por exemplo, que tem família que só depende do Bolsa Família.

M1: *É, muitas famílias só dependem disso.*

E: *Que acho que não é o caso de tua família, não é?*

M1: *É, que a gente não, que a gente tem parcela, sempre tem alguma coisa. Mas, assim, muitas famílias, às vezes, muitas mulheres são separadas, tem 1 filho, mas os pais não o sustentam, aí sabe que tem esse dinheirinho aí para botar o alimento dentro de casa, não é?*

⁴⁰ A titularidade da mulher e o uso instrumental de sua função na família é parte estrutural de todos os Programas de Transferência de Renda Condicionada (PTCR) ao redor do mundo e não exclusividade do PBF. Este fenômeno tem sido denominado por algumas feministas como “politização da maternidade” (KLEIN, MEYER, BORGUES, 2013; MEYER, 2005), noção que propõe que nas políticas sociais do novo liberalismo, marcadas por uma visão individualista dos problemas sociais e pelo incentivo da participação ativa dos sujeitos, os termos “família” (como no PBF) ou “criança” (como no PCF) são utilizados estrategicamente para invisibilizar o termo “mãe”, já que estas políticas, fundamentalmente, interpelam as mulheres a exercer suas funções maternas.

⁴¹ As beneficiárias devem lutar constantemente contra o mito do mau uso de benefício (CAMPELLO, 2013).

E: Como está agora? A situação mudou ou não mudou?

M4: Mudou, acho que não mudou nada não. Não tem como mudar não, por que, assim, *a gente depende também do Bolsa Família*. Aí o dinheiro nem sobe nem baixa, abaixar não, não é? Graças a Deus.

No caso particular da Zona Mata Sul, a dependência se acentua em períodos de desemprego. As mulheres que possuem um sítio produtivo, mas não uma renda fixa, também percebem certo grau de dependência do PBF. Mesmo tendo uma parcela, os agricultores dificilmente conseguem atingir um nível de produtividade e comercialização que os torne totalmente independentes da assistência social, situação explicada por fatores estruturais que fazem da região um contexto pouco dinâmico em termos econômicos. A pobreza rural obedece a fatores estruturais históricos e é uma das mais difíceis de ser erradicadas.

M2: Aí tem essa bolsa, que chamam, Bolsa Família, que os meninos que estudam, é uma ajuda muito grande, porque tem gente que só depende dela mesmo, só dependem dela (...) *Só depende dela, porque não somos assalariados, agricultor não tem nenhum assalariado, depende mais da Bolsa Família*, o que paga para vestir os filhos, na alimentação também, é a Bolsa Família, a Bolsa Família é um negocio muito bom sabe?

M3: *É uma ajuda, é muito, muito importante mesmo, porque eu não tenho trabalho, o que a gente tem é daqui de cima mesmo, de aqui de cima mesmo, e se um dia tirar, é uma coisa muito grande, é uma falta muito grande.*

As entrevistadas que não se consideram dependentes do Bolsa Família observam esta dependência em outras famílias da comunidade. Estas famílias são consideradas como estando em uma situação “pior”, especialmente quando são muito numerosas, não contam com nenhuma renda fixa, estão cronicamente afetadas pelo desemprego, não dispõem de uma parcela ou têm afrontado graves crises familiares (divórcios, doenças, etc.).

M3: *É como minha mãe diz, se cortar esse Bolsa Família vai sofrer muita gente, que não vou ser eu quem vou sofrer, não é? Vai sofrer muita gente no meio do mundo sem esse dinheirinho porque eu sei que tem muita gente pior do que eu, tem mais gente por aí pior.*

Mesmo com graus de dependência variáveis, para todas as mulheres a renda do PBF é fundamental para o orçamento familiar, razão pela qual o medo a perder o benefício é continuamente mencionado. Neste sentido, uma maior dependência se vincula com maior insegurança ante um cenário incerto por possíveis cortes no Programa. A subjetivação deste clima de incerteza se traduz nos sentimentos de medo, pavor, angústia, ansiedade, falta de controle e imprevisibilidade do futuro⁴². O medo de perder o benefício foi observado

⁴² No Estudo de Mídias mostramos como a grande imprensa contribui com a geração e reforço deste clima de incerteza, através da estratégia de “terrorismo social”.

claramente nas entrevistas de 2015. As mulheres sentiam uma ameaça constante em relação a isto, afirmando que perder esta renda afetaria muito a qualidade de vida de suas famílias.

M3: Sempre no dia 24 estou indo lá, não é? A buscar, a arriscar, não é? Se está lá ou não, não é?

E: Rezar que esteja, não é?

M3: É, graças a Deus quando chega lá.

E: Tu estás com muito medo de perder?

M3: *Eu sinto, sinto medo de perder*, sinto, porque eu tenho muito filho, porque cada coisa que eu compro é com o dinheirinho deles, não é?

M2: É difícil, às vezes, eu chego na rua mesmo, aí vejo as mulher conversando, “não tenho nada”, *pedindo a Deus o dia chegar para receber a Bolsa Família, é todo isso, se cortar não é uma tristeza? Vai fazer o que? Vai ter as crianças morrendo de fome? Ou chegar o dia que não vai para o colégio, porque não tem?*

Uma primeira fonte de ameaça de perda do benefício são as atualizações cadastrais. Em 2015, último ano do governo Rousseff, segundo as entrevistadas, os recadastramentos aumentaram em frequência, algo visto como anômalo em relação a anos anteriores. Elas argumentam que este fato trouxe cancelamentos e diminuição dos benefícios. As mulheres expressavam: “tem gente que perdeu tudo” e “muitas mães deixaram de receber”.

M6: Aqui, que é aposentado, *a Dilma está passando o rodo*, eu digo “será o que Deus quiser”, se for meu, bem, se não for, também não posso fazer nada.

Esta tendência se manteve nas entrevistas de 2018, em que as mulheres voltam a destacar a alta frequência dos recadastramentos com a chegada do governo Temer ao poder. Neste ano, igual que em 2015, se menciona a frequência de dois recadastramentos anuais, associando-se a possibilidade de corte com os processos de atualização cadastral.

M3: *No início quando recebia não fui fazer esse recadastramento assim todo, assim direto não, no ano todo não. Aí depois foi que começou, acho que essas mudanças de governo, não é? Essas mudanças, essas mudanças de presidente ficou essa bagunça, não estava assim.*

Quando o possível cancelamento do benefício se vincula a decisões do governo federal, as mulheres se sentem incapazes de reverter a situação, afirmando que “nada podem fazer” se o governo decidir cortar o Programa. Este sentimento de incontabilidade está provavelmente aparelhado à ideia que o benefício é uma “ajuda” e não um “direito”. Algumas entrevistadas agradecem frequentemente a Deus por ainda não terem sido vítimas dos cortes. Uma entrevistada, por exemplo, paga o dízimo todos os meses com o dinheiro do Bolsa Família (“pago na mão Dele”) como agradecimento por continuar recebendo o benefício.

M3: Se lá o governo anunciar “cortei o Bolsa Família”, aí sim, não é? *Eu posso dizer o que? Eu não posso fazer nada, fazer o que, não é? Eu posso sair pelo meio do mundo fazendo guerra porque vai cortar o Bolsa Família?*

M6: Tem gente que foi receber e não recebeu 1 centavo, aí as vizinhas perguntou, “tu está recebendo?”, “sim, minha filha, graças a Deus, graças a Jesus”, eu me ajoelhei, pedi a ele, diz, “*oh Deus, se tu ver que esse dinheiro vai ser meu, tu deixa para mim que eu pago o que estou te pedindo*”, “*Todo mês eu te pago*”. Eu recebi, em nome de Jesus eu orei tanto, meu Bolsa Família que eu preciso, não é? *Eu pago na mão Dele todo o mês, com o Bolsa Família eu pago, eu pago, eu recebo 147, eu pago 22 reais.*

O sentimento de incerteza é alimentado pelo conhecimento da situação de outras famílias que tem visto seu benefício cancelado ou diminuído, como também de informações recebidas através boatos e notícias da grande mídia. Estas fontes tendem a proporcionar informações distorcidas em relação a possíveis cortes na quantia do benefício ou sobre o fim do PBF⁴³. A percepção da existência de um clima geral de insegurança se fundamenta na situação da própria família, pessoas da comunidade, boatos ou notícias que chegam aos ouvidos das mulheres, informações a partir das quais elas percebem um estado de ameaça generalizado e imprevisível, que pode atingir a qualquer um, em qualquer momento.

M3. Aí teve uma notícia que cortaram, e eu vou fazer o que se cortaram? Ah? Eu não posso fazer nada, *a gente viu pela televisão aquele desespero, mas não adianta a pessoa se desesperar (...)* O dia que chegar o tempo de cortar a gente vai fazer o que? Nada, não é?

M3: Teve um dia, a gente estava sossegada, aí passou as meninas informando *que não sei o quem disse na internet ou na televisão que o Bolsa Família ia cortar*, e só tinha aquele dia para receber, quem, quem recebia só tinha aquele dia para receber, só vi que foi um tumulto tão grande.

Quando voltamos em 2018 para fazer as entrevistas com as beneficiárias, das seis participantes de 2015, duas tinham o benefício cancelado e uma tinha sofrido uma diminuição de 70 reais. Isto afetou negativamente a vida das três famílias, que viram sua capacidade de consumo e satisfação de necessidades básicas prejudicada. Estes efeitos negativos se apresentam de forma diferente segundo a realidade de cada família, principalmente devido a dois fatores fundamentais: receber outra renda fixa e ter um sítio produtivo.

A primeira entrevistada (M6), que teve o benefício cancelado em 2015, relata que perder esta renda gerou grandes dificuldades para sua família. Apesar de a família possuir um salário da aposentadoria do marido, este é destinado para ajudar a outros familiares. A entrevistada relata dificuldades para satisfazer necessidades como compra de alimentos,

⁴³ O uso dos “boatos” na grande imprensa e a recriação constante de um clima de incerteza a partir de uma “retórica dos cortes” relacionada ao Bolsa Família já foi analisada no Estudo de Mídias.

remédios e pagamento de serviços. Este contexto implicou ter que voltar a pedir ajuda aos vizinhos, algo percebido como indigno e vergonhoso. A situação se viu agravada pela venda do sítio familiar, motivo pelo qual já não produzem alimentos nem podem gerar outras rendas.

M6: Final do mês é assim, *tenho um vizinho aí que é compadecido, outro aí que se compadece também, da qualquer coisa que é capaz também, aí essas coisas, e assim a gente chega ao final do mês.*

A segunda beneficiária (M5), com benefício cancelado em 2018, recebe um salário pelo trabalho do esposo e complementa esta renda com a pesca e uma plantação que destina ao consumo familiar. O efeito da perda do benefício parece ter sido menor, segundo o relatado pela entrevistada, que não descreve grandes mudanças na sua qualidade de vida. Ela define o dinheiro que era recebido do Bolsa Família como um “complemento” a sua renda principal.

E: E quando deixou de receber como foi? Foi difícil, foi complicado?

M5: Assim por uma parte, é pouco, não é? Mas é bom, porque tem ajuda, não é? Para quando o menino precisar de alguma coisa um caderno, a gente poder comprar, não é?

E: Uhum uhum. Aí faz falta, não é?

M5: *Faz falta. É, pouquinho ou muito, mas faz falta, não é?*

A terceira entrevistada (M2), que teve o benefício diminuído em 70 reais em 2017, destinava este dinheiro à alimentação e pagamento de serviços. A situação teve efeitos importantes para a família, já que o grupo não recebe nenhuma renda fixa, se mantém graças a trabalhos ocasionais e não conta com uma parcela para produzir alimentos. A diminuição do benefício foi atenuada devido que a mãe da entrevistada ainda recebe o Bolsa Família.

E: Tu sentiu falta então, quando tu deixou de receber essa diferença?

M2: *É, porque já ajudava, não é? Mesmo sendo pouco, ajudava, não é?*

As entrevistadas que não se viram afetadas por cancelamentos ou diminuição do benefício afirmam que, com a chegada do governo Temer, se incrementou a incerteza sobre a permanência do Bolsa Família. Em relação a isto, uma das mulheres menciona que se já não tinha segurança antes da chegada de Temer, menos pode ter agora.

M3: A insegurança sempre tem, não é? *Que com essa mudança de governo, a gente sempre tem uma insegurança, não tem segurança, eu já não tinha segurança direito, que eu diz assim, vou no mesmo assunto, eu não vou comprar isso de uma vez, pronto, por exemplo, para comprar a minha madeira, tenho medo de comprar e faltar.*

M6: Aí diz que esse Michel, ele estava a *fim de cortar, só falava em cortar, essa, essa Bolsa Família, cortar o Bolsa Família, meu filho, está no projeto aí, o Bolsa Família está num pé duro, num pé duro, esse tal de Michel Temer, esse ladrão, só fala com dente trancado que nem cachorro ruim.*

Sobre possibilidades de autonomização das famílias promovidas a partir do Bolsa Família, nas entrevistas realizadas em 2015, as mulheres manifestavam que ações nesta linha eram escassas e quase inexistentes em seus municípios. As entrevistadas afirmavam que nunca foram convidadas a participar de cursos ou capacitações que visassem gerar novas opções de renda, ante um contexto de alto desemprego e falta de oportunidades.

E: *E lá do Bolsa Família nunca chamaram você para participar de alguma atividade assim, de alguma oficina?*

M3: *Não, nunca, nunca, nunca, não.* Nunca chamou não, para participar de nada. Eu ouvi dizendo que sempre tem, tem cursos de costura, tem cursos de culinária, mas nunca chegou aos meus ouvidos aqui não, convite para vir me chamar não.

E: Não. E de suas pessoas conhecidas também não?

M3: *Não. Também não.*

E: Ninguém foi convidado assim, chamado assim?

M3: *Não, não, as que eu conheço não, ninguém.*

Apesar de que em 2015 alternativas de formação não eram oferecidas diretamente a partir do Bolsa Família, as entrevistadas participavam do ATER⁴⁴, do Plano Brasil sem Miséria, que entregava assistência técnica para que as agricultoras melhorassem a produção agrícola. Devemos esclarecer que o ATER é implementado em comunidades específicas de cada município e beneficia a um número limitado de agricultores. Contar com o apoio técnico do ATER não é uma realidade generalizável a todas as beneficiárias rurais do PBF. Também, o Programa Chapéu de Palha⁴⁵ era citado como outra política pública que realiza capacitações para que as mulheres criem empreendimentos que gerem renda extra para as famílias.

E: Ah legal, legal, tu estas, estas gostando assim?

M5: Estou gostando, já faz 3 anos que estou nesse *curso sobre Chapéu de Palha*, não é? Pela colônia, é pela colônia, aí a gente faz artesanato, é assim, faz artesanato, faz com couro de boi, de cabra, que eu digo, faz artesanato com couro de cabra, faz carteira, depende do artesanato, não é?

E: Porque o Sabia trazia outros, eram programas do governo, que era o *Sabia* quem trazia, mas era do governo.

M3: É diferente, mas também é um negocio muito bom. *Saber participar, capacitar os agricultores a plantar*, ter sua própria, própria comida, não é? Plantar, comer, criar, *saber manejar suas coisas, para você ter o que comer, ter o que vender, não é? Não depender tanto do, de comida de fora.*

⁴⁴ O Programa ATER oferece apoio técnico para o manejo dos cultivos, beneficiamento e comercialização da produção, com o objetivo de aumentar a produtividade e renda familiar dos produtores rurais.

⁴⁵ O Programa atua em Pernambuco combatendo os efeitos negativos decorrentes do desemprego na entressafra da cana de açúcar. O Programa transfere um benefício econômico de até 246 reais as famílias trabalhadoras da indústria canavieira, junto com outras ações, entre elas a capacitação para o mundo do trabalho (fonte: <http://www.caixa.gov.br/programas-sociais/chapeu-de-palha/Paginas/default.aspx>).

Mesmo as mulheres reconhecendo a relevância das capacitações do ATER e Chapéu de Palha, eram críticas em relação à sustentabilidade destas ações, especialmente sobre as possibilidades de que os conhecimentos se transformaram em formas permanentes de geração de renda, capacitações que não eram encadeadas a investimentos em projetos produtivos. As mulheres afirmavam que estas ações não tinham um impacto real na renda familiar. Neste contexto, a autonomia com respeito à renda do Bolsa Família é dificilmente atingida.

A falta de oportunidades de capacitação e geração de renda se mantêm nas entrevistas de 2018. Devemos lembrar que o argumento da dependência, que posiciona aos beneficiários do PBF como altamente dependentes deste benefício, foi continuamente acionado por mídias como a Folha e pelo governo Temer, através do Plano Progridir. A ideia de que aos beneficiários se lhes deve “ensinar a pescar” e não “dar o peixe” é vendida como a fórmula mágica que tirará as pessoas da pobreza, solução que se encontra com distintos obstáculos na região da Mata Sul, onde fatores estruturais limitam os efeitos das políticas públicas e as opções no mercado de trabalho. Cabe destacar que a implementação de programas de capacitação e geração de renda tem uma grande variabilidade, depende da capacidade técnica e financeira de cada município. As prefeituras com menos recursos têm mais dificuldades para disponibilizar este tipo de ações para os beneficiários.

8.2.5 Consumidora

O posicionamento “consumidora” se manteve relativamente estável entre 2015 e 2018, mas se viu ligeiramente alterado ante a crise econômica, que trouxe desvalorização dos salários e do benefício do Bolsa Família, com perda do poder de consumo. Na sociedade de consumo acessar aos bens que oferece o mercado outorga status social. Neste contexto, quem não pode atingir o status de “consumidor” não pode ser considerado totalmente incluído na sociedade. A ampliação da possibilidade de consumo com a chegada do PBF inclui as famílias na sociedade de consumo, da qual estavam, em grande medida, excluídas.

O consumo das famílias em situação de pobreza se dirige a satisfação das necessidades básicas. O consumo é em função da família, o consumo é para “comprar as coisas de casa” ou para “botar o pão dentro de casa”. Um primeiro tipo de consumo se baseia na renda originada no trabalho, renda autônoma ganhada pelo próprio esforço, o que distingue, no nível moral, este tipo de consumo. Outro tipo de consumo é aquele que se origina a partir da renda do Bolsa Família, que não provém do esforço pessoal. O benefício do Programa vem para suprir

as carências alimentares da família, mas também é utilizado para aquisição de outros bens, principalmente os que vão em função do bem-estar das crianças.

E: Aí quando eu te falo a *palavra trabalho*, tu que pensa?

M6: Quando fala trabalho? Trabalho, porque o bom é trabalhar, a gente trabalhar acha bom, *manter a família, comprar as coisas para os filhos*, eu gosto de trabalhar. Esses de aí, “tu não vai trabalhar mais”, “eu vou”.

M2: Assim, antes de entrar no Bolsa Família, era mais difícil, não era? *Porque do que eu ganhava tinha que comprar, fazer, alimentação, que era o necessário, roupa, cadernos, não é?* E depois do Bolsa Família foi melhor, não é? Que já tenho o dinheiro do Bolsa Família para *comprar cadernos, roupa para eles mesmos. O que sobra compro alimentos também, não é?*

As entrevistadas relatam que antes de ter o benefício do PBF todo era mais “difícil” e “apertado”, mas com a chegada desta renda adquirir os itens básicos se tornou mais fácil. A chegada do Programa implica a ampliação das restritas possibilidades de consumo, o que significa para as famílias uma mudança relevante na qualidade de vida.

M3: *Qualquer coisa que precisa vai e traz, vai no supermercado, traz uma coisinha para casa, mudou tudo, a gente pode dar o que antes não podia, a gente pode dar agora. uma comidinha mais diferente, não é?* Todo isso a gente pensa quando recebe, trazer um negozinho diferente para lanchar.

As novas possibilidades de consumo se manifestam no acesso ao crédito, possibilidade que antes do Bolsa Família era vedada para as mulheres, que não tinham uma renda fixa demonstrável. As entrevistadas destacam que antes não podiam acessar ao “crediário” para realizar compras que lhes permitissem adquirir bens de consumo duráveis. O PBF ajuda a melhorar as condições de vida gerais da família, principalmente, de uma moradia mais digna em termos estruturais e de equipamento básico. O acesso ao crédito permite também maior planejamento familiar e traçar alguns objetivos de médio e longo prazo. Neste sentido, o Bolsa Família permite as famílias beneficiárias acessar possibilidades de consumo antes vedadas que melhoram sua qualidade de vida, consumo que também estimula o comércio nas deterioradas economias locais dos pequenos municípios (CAMPELLO, 2013).

E: Me conta um pouquinho como era tua vida antes do Bolsa Família.

M1: Assim, não é? Que é assim, a gente, *quem não tem renda não pode abrir tipo assim um crediário*. Não pode, “a vamos fazer um cartão”, aí não pode, e devido a essa renda aí *você pode abrir um crediário*, você tem um objetivo para tudo, sem ter a renda não tem objetivo nenhum.

M3: *Antes eu não podia comprar nada, tinha crediário em canto nenhum, não tinha crediário em loja*, para comprar, não é? O dinheiro que aparecia já era para comer, como diz a história, comer, aí já com esse dinheirinho a gente já compra uma roupinha para se usar, não é?

Apesar de que a possibilidade de endividamento aumentou as alternativas de consumo das famílias mais pobres, as entrevistadas, continuamente, destacam o fato de serem consumidoras racionais e controladas. Elas não contraem dívidas que não possam pagar ou esperam finalizar de pagar uma dívida para começar outra, sem descuidar suas prioridades. Uma entrevistada destaca ser uma “boa *pagadeira*”, que se endivida de forma responsável.

M3: É que nem eu digo as meninas, que eu chego lá para pagar um negozinho, aí digo, as meninas dizem, “vamos fazer as compras hoje, vamos fazer as compras hoje, a comprar mais”, eu digo “meninas, nem terminei de pagar o que eu estou devendo e vocês querem que eu faça outra compra?”, “não, mais você é *boa pagadeira*, bora fazer outras compras”, eu digo “não, eu compro de mais eu fico sem dinheiro para pagar e depois?”

As famílias em situação de pobreza necessariamente devem desenvolver estratégias de consumo racional, devido à limitada renda de que dispõem. Além da mencionada estratégia de estocar alimentos, as entrevistadas mencionam que no início de cada mês, quando recebem sua renda principal, realizam uma compra de alimentos básicos. Outros alimentos vão sendo comprados na medida do orçamento disponível. A compra da alimentação geralmente se realiza nos “atacados” para economizar. Uma mulher afirma que, quando que pode, tenta poupar dinheiro, mas esta é uma prática excepcional entre as entrevistadas.

M1: Sempre faço feira em grosso, não é? Eu compro de 10 no *atacado*, aí tipo assim, eu mexi no arroz, já que eu mexi no arroz trago 10 de aquilo, boto lá, porque a gente comprando em grosso gasta menos.

M3: Aí a gente já tem, aí já vem, quando dá eu deixo, *quando não dá, que eu tenho uma contazinha, aí quando dá eu deixo 100, de 50, não é? De 50, que também eu pago plano, também, que eu peguei o plano do, da família toda.*

O cenário de crise econômica e de possíveis cortes no PBF acentuado a partir de 2015, leva as mulheres a mudar seu comportamento de consumo em relação à aquisição de dívidas. Paradoxalmente, se bem que possuir o cartão do Bolsa Família dá acesso ao crédito, sua constante instrumentalização política e mediática faz dele um Programa sempre ameaçado pelos “cortes”, o que não permite a seus beneficiários ter certeza de contar com esta renda no futuro. As entrevistadas afirmam que neste benefício “não se pode confiar”. Ante este cenário, elas optam por fazer pequenas dívidas ou, simplesmente, não fazer mais compras a crédito.

M4: Aí este mês ela ficou com medo, “M4, não cortou o teu não?”, “Não, veio do mesmo jeito”, “Graças a Deus”, porque o de muita gente aqui cortou viu? *Estava com medo ela, que quando eu recebo, aí eu vou e dou a ela, não é? Para terminar de pagar, não é?*

M6: Nunca fiz não, porque muita gente ainda hoje ainda faz, “eu pago o meu quando receber”, eu digo “*não vou comprar negocio a prestação de contas não, porque não da para confiar nesse dinheiro dessa Bolsa Família*”, porque eu não sei se a gente recebe, vai receber, chega lá e diz, “está bloqueado”, aí fica pelos cantos, para pagar.

Em 2018, as mulheres destacam que a crise econômica trouxe uma desvalorização dos salários, diminuindo o poder de consumo devido à alta inflação, com aumento dos preços dos produtos e serviços (alimentos, gás, energia). O gás foi um item de primeira necessidade que aumentou muito seu valor, o que tem implicado que algumas famílias deixem de comprar, voltando a recorrer à lenha para cozinhar. As mulheres mencionam também o baixo crescimento dos salários, com aumentos insuficientes em relação à inflação. O benefício do Bolsa Família teve uma desvalorização, devido ao congelamento dos reajustes em 2015 e 2017. Se para as famílias que recebem um salário a crise dificultou a vida, para aqueles que não contam com uma renda fixa este contexto os colocou em situação de vulnerabilidade.

M6: *Isso aumentou, está certo, aumentou, mas é o momento, até o momento comum, não é? A dificuldade é essa porque a gente fica no salário só, para manter aquelas coisas que estão aumentando que de vez em quando tem aqueles aumentos. Salário é um só e não dá. Salário é um só, não tem, não cresce, não tem aumento. O salário, que o aumento que tem, 6 reais por ano, 6 reais, o aumento do salário por ano, não é? Isso não é aumento, não pode nem dizer que foi aumento.*

M6: Mas é 65, mas, vai a aumentar agora, comprou ontem, mas sempre é assim, o aumento de gás sempre era de 2 em 2 mês, chegava a 3 meses, não é? Já estava se falando em aumento. *É 65 o gás e tem por ai que parece que o gás já, disse que está indo para 80 contos, um bujão de gás, então é o que mais bota a gente para atrás hoje é o gás.*

Em 2018, o contexto de crise afetou de forma clara às famílias. Comparando com 2015, as entrevistadas consideram que a situação “piorou”, pelo aumento do custo de vida. A desvalorização do dinheiro implica que as “esposas” devam organizar melhor os exíguos recursos com os que contam. O planejamento do orçamento mensal é fundamental para que o dinheiro alcance até final de mês. Neste contexto, as protagonistas afirmam que suas famílias “vivem com o justo”. Algumas destacam maior endividamento do que tinham em 2015.

M6: *Piorou, eu acho que para mim piorou mais, porque já basta dizer isso, dizer isso que você sabe que todo ano, já vê este ano, todo ano a mercadoria vai lá para cima, não é? E a gente, uma mercadoria só come um salário, come o aumento do salário que o governo da, uma mercadoria só come, se vai comprar, e aí as outras mercadorias? O gás de bujão, de fogão, quando aumenta é logo 15, 10 ou 15 contos.*

M1: *Tudo muito caro, um gás aqui a gente compra para pagar na hora, foram 65, se a gente comprar para pagar aqui, com 1 semana, 2 semanas, compra a*

75, aumenta 10 reais, é muita coisa, é um aumento muito caro, muito alto, o custo de vida hoje em dia está, só sobrevive quem tem a consciência e saber viver, que quem não sabe.

Claramente onde a percepção da crise se faz evidente é na alimentação familiar. De alguma forma a crise as coloca no angustiante cenário de voltar aos “tempos da fome”. Em geral, a maioria das famílias consegue satisfazer esta necessidade, mas com maiores dificuldades que em 2015. O aumento do valor de itens básicos da alimentação tem afetado às famílias. O alto preço de alguns alimentos implica que as famílias devam recorrer aos produtos mais econômicos, restringindo sua alimentação. A produção do sítio, criação de animais e produtos do manguê ajudam a complementar a alimentação familiar.

M1: A gente fazia mais coisas, realmente, porque aqui, tipo, no ano passado mesmo, *antes dos aumentos, aqui 200 reais para 300, fazia uma compra de passar o mês todo*, com limpeza, com tudo, até meu esposo se admirava, “mas rapaz dá para comprar tudo”, eu digo “dá”, mas *hoje em dia não dá mais, dá mais não*.

As famílias que possuem um sítio produtivo têm enfrentando melhor, no período de 2015 a 2018, a crise econômica. Quando não estão trabalhando nas usinas, podem “passar” o inverno com o que produzem no sítio. Há casos excepcionais de famílias que não precisam se empregar nas usinas, porque possuem alguma outra renda, como aposentadorias ou salários que complementam a produção agrícola. As famílias que recebem algum salário fixo também enfrentaram melhor a crise, podendo satisfazer suas necessidades de forma mais segura.

8.2.6 Cidadã

O posicionamento “cidadã” destaca as mulheres beneficiárias como sujeitas com direitos sociais, econômicos e políticos garantidos pelo Estado. Este posicionamento se apresentou de forma estável, mas teve maior destaque em 2018, já que as mudanças políticas tiveram efeitos importantes na visão que as beneficiárias têm do Bolsa Família, das políticas públicas em geral e da atuação da classe política. Também, elas manifestam uma particular visão do impeachment da ex-presidenta Rousseff e do governo de Michel Temer.

Primeiramente, as entrevistadas têm uma visão reflexiva sobre sua realidade política cotidiana (serviços públicos municipais e atuação política da prefeitura). As opiniões sobre a gestão do município não tiveram maiores variações entre 2015 e 2018. Estas percepções variam entre avaliações positivas e negativas. Dentre as primeiras, uma entrevistada elogia a gestão do município, personalizando esta avaliação na figura do prefeito. Outra menciona o posto de saúde de sua comunidade, elogiando os recursos humanos e serviços.

M3: Aí no *postinho*, quanto a gente, lá tem um remédio (...) Graças a Deus esta coisa de saúde é ótimo, não tenho nada que reclamar até agora. Tem dentista, tem médico, tem médico para gestante, tem tudo, tem para fazer curativo, tem as vacinas para as crianças.

M1: *Eu agradeço a Deus todo o dia por ter botado um prefeito desse*, que a gente pode dizer que tem um prefeito, que nenhuma cidade aí tem um hospital que nem o de Tamandaré, tem um trabalho bem feito que a prefeitura de aí faz, *a prefeitura da família Hacker*.

Nas avaliações predominam as percepções negativas sobre o trabalho da prefeitura. Devemos lembrar que os serviços públicos nas comunidades rurais distantes do centro urbano muitas vezes são deficitários. Além de algumas avaliações negativas dos serviços públicos de educação e saúde, uma das principais reclamações é a falta de apoio por parte das prefeituras diante das dificuldades. Habitualmente as mulheres manifestam que nunca foram visitadas por agentes da prefeitura. Basicamente, a única “ajuda” que se atribui diretamente à prefeitura é o Bolsa Família. As mulheres com filhos adultos criticam a prefeitura pela ausência de programas que os apoiem para conseguir emprego. Os políticos são percebidos como atores oportunistas que em tempos de campanha eleitoral realizam promessas que não são cumpridas. Criticam-se nos políticos do município atitudes de corrupção e nepotismo.

M3: *Nunca chegaram aqui, nunca chegaram aqui, para dizer nada*, para dizer “eu vim visitar você, para ver como é seu dia a dia, como é sua casa” ninguém veio, porque sempre é necessário sempre ter uma *fiscalização*, não é? Mas nunca, nunca tem, nunca veio para nada, para nada, nada, nada.

M2: *Tem o pai que trabalha na prefeitura é o grandão da prefeitura aí vai encaixando todo mundo da família, e os outros*, não tem vaga para os outros, porque sai encaixando só os deles. Eu acho que agora o pessoal está trabalhando para se favorecer, favorecer só os seus.

No ano 2018, as mulheres novamente criticam que o Bolsa Família não promove alternativas de capacitação ou oportunidades de concretizar empreendimentos. A isto se acrescenta que o apoio técnico que recebiam do Programa ATER foi gradualmente enfraquecido devido a diminuição do orçamento destinado as ações de fomento rural com a chegada do governo Temer (MATTEI, 2018). Estas ações eram as únicas que apoiavam as mulheres para melhorar a produtividade agrícola e gerar renda a partir da comercialização.

E: *Tu já não estás recebendo assessoria do Sabia mais não, não é?*

M3: *Não, não. Está fazendo uma falta muito grande*, você sempre tinha aquela rendazinha, aquela rendazinha que já servia para alguma coisa.

E: Por que eles ajudavam vocês também a se organizar.

M3: Então, vinha todo mundo para aqui, tinha assistência. Faz falta.

As entrevistadas têm uma visão crítica sobre a atuação da classe política. A partir do argumento da corrupção⁴⁶, tanto nos relatos de 2015 como de 2018, observa-se uma desacreditação geral da classe política em base a escândalos que tem vinculado a personagens de todo o espectro partidário. Os políticos são habitualmente caracterizados como “ladrões” que roubam sem ter necessidade, conduta imperdoável por sua motivação meramente egoísta.

M4: Tantos *políticos que são ladrões*. É, ladrões hoje todos de paletó, não é? *Que rouba sem ter necessidade*.

M2: Mas também se não viesse pra mão da gente, ia pra mão deles lá, dos *ladrões que estão no governo*, que estão governando, porque eu acho assim, se tiver deles todinho que tiver lá no poder, tiver 10% honesto é muito, eu acho que nem tem *10% de político honesto*. *Não tem, só fazem roubar, roubar, roubar, roubar*.

Em 2018, a mudança no cenário político, marcada pelo impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, implicou que as perguntas das entrevistas se direcionassem a alguns destes fatos. As mulheres têm uma visão crítica sobre alguns protagonistas da política brasileira dos últimos anos. A crítica tende a utilizar a estratégia da personalização, que situa nas capacidades ou ações de uma personagem política a causas do rumo da gestão do país. Esta estratégia posiciona em termos morais (HARRÉ; VAN LANGENHOVE, 1999a) aos personagens políticos, avaliando suas qualidades éticas e características pessoais.

O político melhor avaliado é Lula, que quase unanimemente é considerado o melhor presidente do último tempo. O que distingue a Lula é sua origem humilde, uma origem de classe comum com as entrevistadas. Lula, nordestino, de origem popular e trabalhador, representa perfeitamente aos “pobres”, é “um de nós”, nas palavras das entrevistadas. Elas mencionam que Lula trabalhou para os “pobres”, por este motivo todo o “povo humilde” seria a favor dele. Uma das entrevistadas menciona que os que chegaram ao poder depois de Dilma “não olham para os pobres” e expressa que se Lula se candidatasse a eleição venceria, já que “o povo não é tonto”. Podemos observar que a categoria “humildade” novamente é acionada para construir uma identidade moral positiva (PAUGAM, 2003) para a classe popular, para mostrar uma consciência de classe que seria compartilhada com Lula.

Quando se menciona que “o povo não é tonto”, tenta-se desmitificar a ideia de que os pobres são alienados políticos, para ressaltar que eles são cidadãos com uma opinião própria e crítica sobre os fatos. Algumas entrevistadas se referem a Lula ter sido acusado na Operação

⁴⁶ O argumento da corrupção foi identificando como uma constante no Estudo de Mídias, utilizado para caracterizar principalmente aos PT e as gestões de Lula e Dilma, principalmente na produção da Folha.

Lavajato mas, através da estratégia da minimização (POTTER, 1998), relativizam o fato com frases como “botaram o coitado na cadeia”, “Lula é um cara bom”, “mesmo se roubou, fez muito pelo povo” ou “apesar disso, está lá encima na pesquisa eleitoral”. Outro fato que destacam é Lula ter criado o Bolsa Família para beneficiar ao “povo”. A vinculação constante de Lula ao “povo” mostra um sentimento de classe nas entrevistadas. A diferença do que vimos anteriormente, quando se elas posicionavam como “pobres”, quando colocadas no lugar de “cidadãs”, se identificam a si mesmas como parte do “povo”, categoria que tende a definir a classe popular como um ator político com problemas e metas comuns. Esta categoria é acionada para construir uma identidade moral positiva (PAUGAM, 2003) para os “pobres”.

M1: Eu digo “Lula ser preso, vai ser o pior para os pobres”, porque quando Lula estava não era assim, *quando Lula entrou apareceu o Bolsa Família, aí tudo foi se abrindo, mas hoje em dia tudo é diferente, quem está entrando não está olhando para os pobres, para a “humildeza” não, só olha para eles que tem, quanto mais eles ganham mais eles roubam, eles não olham para quem não tem, eles estão fazendo de tudo, mas eles tem que entender que na hora que ele se depor ao poder, ele vai ganhar, porque o povo humilde é todinho a favor dele, ninguém é tonto.*

M5: *Assim achei um cara bom. Foi quem? Foi Lula, está envolvido assim nesse negócio de roubo num foi, mas pense num homem que foi bom. Foi quem botou o Bolsa Família, foi Lula.*

Quando é hora de avaliar a Dilma Rousseff, as opiniões são diversas. As entrevistadas tendem a associar a figura da ex-mandatária com de Lula, em termos de continuidade de um projeto político, mas também estando um pouco “à sombra” do ex-presidente⁴⁷. Uma entrevistada, ao ser consultada por Dilma, afirma que ela ajudou aos pobres, igual que Lula, e que fazia, praticamente, o mesmo que Lula. Também se lhes adjudica a Dilma e Lula a criação e fortalecimento do PBF. Outras entrevistadas avaliam de forma negativa a gestão Rousseff, argumentando que o impeachment foi devido a que ela “dirigiu mal”, que o erro de Lula foi ter “colocado” ela no poder ou afirmando que Dilma não atuou como “boa pessoa”.

M6: Eu achei ruim, olha eu de Dilma não sei falar nada não, porque eu, eu assisti um repórter aí dela, mas esse repórter que eu assisti foi somente mostrando o que ela fazia, o que ela ajudava, *eu não sei dizer que ela foi uma má pessoa, nem ela nem Lula, que ela foi apresentada por Lula, não é? Aí eu acho que ela fazia o que Lula fazia.*

M3: Dilma, também nem sei o que dizer dela, também não sei se ela fez, mandou, *eu acho que ela dirigiu mal, não é? Dirigiu mal, não é? Que saiu, não é? Se ela tivesse feito certo ela não teria saído, não é?* Teria continuado, mas eu não entendo muito de política não.

⁴⁷ Mesmo fenômeno observado na produção da Folha de São Paulo.

A última figura política avaliada é o ex-presidente Temer. As entrevistadas compartilham uma opinião negativa sobre sua figura. Para analisar as ações de Temer as entrevistadas acionam a estratégia da comparação (POTTER, 1998), estabelecendo contrastes entre sua figura e a de Lula. A chegada de Temer significa para as mulheres a volta da elite ao poder, contrastando fortemente com a figura de Lula, que representa ao “povo”. Neste contexto, com Temer na presidência, “para o povo humilde ficou pior”, já que a elite não teria consideração pelas pessoas pobres. Uma das entrevistadas define a Temer como alguém “ruim e miserável”⁴⁸, que não é capaz de valorizar a “humildade do povo”. Utilizando uma metáfora religiosa, outra entrevistada cataloga a Temer como um “anticristo”, que nunca deveria ter chegado ao poder. Outro elemento ressaltado é a impopularidade de Temer entre a classe popular, associando sua figura a corrupção, nepotismo e privilégio das elites.

E: Em esse tempo, porque teve, teve a mudança de governo, não é?

M1: Teve muita mudança, não é? *A estratégia assim de mudança para o povo humilde ficou mais pior, assim porque até aqui a gente conheceu um governo que trabalhou bem, como presidente só foi Lula.*

E: E que tu pensa sobre *Temer*? Sobre o governo atual?

M2: *Eu não gosto daquele homem, sei lá pra mim ele é um anticristo mesmo, uma pessoa que nem acredita em Deus, ele acredita nele, mas sei lá. É uma pessoa que nunca deveria ter chegado onde chegou.*

Sobre a política de austeridade fiscal implantada pelo novo governo, as entrevistadas concordam que desde a chegada de Temer a situação do país e das famílias populares piorou. Critica-se a ausência de novas políticas públicas que beneficiem a população de baixa renda. Uma das entrevistadas expressa que a crise afeta somente aos “pobres”, que sofrem pela falta de emprego e desvalorização da renda, enquanto aos “ricos” a crise não os afeta. Uma entrevistada afirma que com Dilma a situação para os trabalhadores era melhor e que haviam programas direcionados aos “pobres”, mas que agora “apertou demais” com Temer, que teria a intenção de “acabar com tudo”. Outras críticas vinculadas à Temer se dirigem à proposta de reforma da previdência e aos reajustes das aposentadorias. Em relação ao primeiro, uma entrevistada critica a intenção de aumentar a idade de aposentadoria. Em relação ao segundo, a entrevistada critica o reajuste às aposentadorias, afirmando que no governo Temer foi somente de “6 reais”, menor aos “40 reais” que teria dado Dilma em sua última gestão.

E: No contexto da situação atual do país, acha que o país está passando por crise econômica? Que vivemos a crise econômica aqui?

⁴⁸ Note-se que o termo “miserável” se utiliza aqui para definir uma falha de caráter e não a situação de viver na miséria. Este duplo e ambíguo significado do termo implica que a classificação dos beneficiários do Bolsa Família como “miseráveis” os associe à qualidades pessoais e morais negativas.

M2: *Porque crise econômica no Brasil geralmente é para baixa renda, para os pobres, porque os ricos, eu não vejo eles sofrerem não. Eles nem reclamam tanto. Pode fazer pesquisa por aí, que eles dizem, “que está em crise”, não é? Mas só para os pobres, que não tem emprego.*

M6: *É muito pouco, que é muito pouco 6 reais, esse atrasado, aquela Dilma, o ano atrasado, Dilma foi, o ano atrasado, o ano passado já foi esse cara, esse tal de Michel, o ano atrasado ela deu 40 e poucos reais. Não é dinheiro, mas mesmo assim para 6 reais tem muita diferença, que ele botou.*

Em 2018, a figura de Temer é associada a cortes efetivos em políticas sociais, como na ATER, e a cortes “supostos” em outras políticas, como o Bolsa Família ou o Programa Chapéu de Palha. Vemos que o clima de ameaça da “retórica dos cortes”, promovido antes da chegada de Temer ao poder, se reforça por cortes reais iniciados a partir de 2016 em base ao argumento da austeridade fiscal. Contingenciamentos nos orçamentos de políticas sociais dirigidas ao melhoramento da qualidade de vida dos habitantes do meio rural foram efetivados com a chegada de Temer ao poder (MATTEI, 2018), situação que prejudicou políticas como a ATER. Já em relação ao PBF e ao Chapéu de Palha, os supostos cortes se vinculam mais a “boatos” veiculados nas comunidades e pelas mídias. De todos os modos, em relação ao Bolsa Família, a operação “pente fino” cancelou grande quantidade de benefícios desde o começo do governo Temer⁴⁹, benefícios que foram, paulatinamente, sendo atribuídos a novas famílias, em uma retomada parcial do número de beneficiários do Programa⁵⁰. Apesar disto, a ideia de que Temer “cortou muita coisa”, como expressam as entrevistadas, reforça os boatos, que aumentam a incerteza na população beneficiária da assistência social.

M1: *Eu acho assim, que Temer entrou muitas coisas foi cortada, que saiu aqui nas rádios, aqui, Bolsa Família, não, Chapéu de Palha era renda de preguiçoso, que iam ser cortados.*

M6: *Que esse Michel, ele estava a fim de cortar, falava em cortar, essa Bolsa Família, cortar Bolsa Família, meu filho, está no projeto, o Bolsa Família, está num pé duro, pé duro, esse tal de Michel Temer, esse ladrão.*

Em 2018, consultamos as entrevistadas sobre os novos programas implementados no governo Temer, especialmente aqueles com mais destaque mediático: o Programa Criança Feliz (PCF) e o Plano Progridir (PP). A maioria das entrevistadas afirmou nunca ter escutado acerca deles, principalmente do PP, criado em 2017. Sobre o PCF, criado em 2016, algumas

⁴⁹ Segundo o MDS, de aproximadamente 14 milhões de beneficiários em começo de 2015 se passou a 12.740.000 em julho de 2017, mês que teve recorde dos últimos anos de benefícios cancelados, com um total de 715.822 (fonte: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmmps/bolsafamilia/painel.html>).

⁵⁰ Segundo o MDS, em junho de 2018 o número de beneficiários tinha subido a 13.736.000 e em dezembro já eram 14.227.000, possivelmente devido ao aumento dos indicadores de pobreza no período (fonte: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmmps/bolsafamilia/painel.html>).

mulheres já possuíam informações⁵¹. Uma entrevistada disse que conheceu o Programa através da televisão, mas esclarece que não tem chegado a sua comunidade. Outra entrevistada afirma ter ingressado em 2018 a um projeto do qual não sabe o nome. Pelas características mencionadas (priorização das crianças até 3 anos, visitas domiciliares, foco na saúde) poderia ser o PCF, mas isto não foi confirmado. O Programa é criticado pela entrevistada, em termos de que as visitas domiciliares seriam rápidas e sem objetivo.

E: *Com esse novo governo não chegou nenhuma coisa aqui?*

M1: *Nada*

E: *Alguma coisa, porque dizem que tem alguns programas que, alguns programas novos, ainda não chegou nenhuma coisa, não é?*

M1: *Não, até aqui não.*

E: *Tu não ficou sabendo de nenhuma coisa nova, programas, benefícios, para as crianças?*

M1: *Não, não, não, nada.*

M2: *Eu não sei o nome daquele projeto, eu só sei que vieram umas mulheres aqui e me colocaram num projeto, a menos de 3 anos, não é? Eu não sei se é esse projeto ou não, mesmo assim elas não fazem nada. Isso foi esse ano. É só que ela vem aqui e pergunta, “está bem?” eu digo “está”, pronto dá meia volta e vai embora. Só sei que dizem que dá assistência, só que quando elas chegam aqui, “cadê ela, ela está bem?”, Eu digo, “está bem”, “ah, ela está bem” e vão embora.*

Finalmente, destacamos a reflexão de uma protagonista, que representa em boa medida o posicionamento “cidadã”. Ela, sendo consultada pelas causas da pobreza, menciona a “desigualdade” como fator central. Apesar que este termo não é comumente acionado pelas mulheres, representa algumas ideias expostas anteriormente, como as diferenças entre ricos e pobres e a divisão entre quem representa as elites e quem trabalha pelo “povo”. A entrevistada afirma que os governantes têm a missão de “igualar as coisas”, criticando a existência de uma educação “para ricos” e outra “para pobres”, argumentando que a desigualdade “parte da escola”. Para ela ricos e pobres deveriam estudar na mesma escola, já que a segregação escolar seria uma das origens do “preconceito” dos ricos contra os pobres. O rico discrimina ao pobre porque não conhece sua realidade, situação que alimenta a estigmatização da classe popular, que é vista como “perigosa”. A entrevistada alude, sem mencioná-lo explicitamente, ao preconceito de classe na sociedade brasileira, causado pela segregação espacial e social.

M2: *Eu acredito que para mim, assim, de meu ponto de vista, o pobre era para estudar onde o filho de rico estuda, estudar na mesma escola, para os direito ser igual, o ensinamento ser os mesmo, não é? E para não ter*

⁵¹ O PCF e PP se encontram operativos nos municípios de Rio Formoso e Tamandaré, locais onde foram realizadas as entrevistas, desde o ano 2017 (fonte: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/>). Em abril de 2018 se reporta que cada município dispõe de vagas para 150 beneficiários (fonte: <https://www.sigas.pe.gov.br/>).

preconceito de, tanto preconceito. É, não, no ensinamento da pobreza mesmo, não é? Entre a pobreza e a riqueza, para não ser preconceituoso, a criança rica e a criança pobre, para ser mais igual e mais unido.

8.3 Análise dos Posicionamentos

8.3.1 Posicionamentos tradicionais

As formas de relação que se observam nas comunidades rurais de tipo tradicional foram descritas por diversos autores (BRANDÃO, 2007; BRANDEMBURG, 2010; WANDERLEY, 2000, 2004; WOORTMANN, 1990). Para Brandenburg (2010) a sociabilidade tradicional se caracteriza pela valorização do familiar e do coletivo, dos laços de proximidade e pertencimento comunitário. Brandão (2007) destaca que na ruralidade a forma de vida é definida pelo ritmo da natureza e dos ciclos de produção que se desenvolvem na propriedade familiar. Nas comunidades rurais as atividades da vida e do trabalho se misturam com os espaços da natureza. Este contexto de vida tradicional está pautado por uma estrutura moral definida pelo pertencimento a grupos sociais como a família, redes sociais primárias e comunitárias. Estes laços sanguíneos, afetivos e de trabalho definem qualidades morais que os sujeitos devem ter para construir uma identidade positiva portadora de valor e status social.

Os **posicionamentos “mãe” e “esposa”** estão determinados pelo RE da Família Patriarcal (WOORTMANN, 1990), que determina posições fixas para homens e mulheres na família a partir de dicotomias que naturalizam características femininas e masculinas. Estes posicionamentos são de tipo moral (HARRÉ; VAN LANGENHOVE, 1999a), posições de sujeito que prescrevem comportamentos, regras e valores a seguir. Os posicionamentos “mãe” e “esposa” se mostraram altamente relevantes na constituição da identidade das entrevistadas. A maternidade é fonte de felicidade, realização, sentido e orgulho para as mulheres. O posicionamento “esposa” permite a mulher posicionar-se em um lugar importante dentro da família rural tradicional. Estes posicionamentos são egossintônicos apesar de terem suas origens em um discurso patriarcal que coloca a mulher em um lugar secundário na sociedade.

Para que estes posicionamentos sejam egossintônicos e se transformem em fontes de orgulho e status para a mulher, eles são gerenciados ativamente pelas entrevistadas, através das estratégias de diferenciação moral, derivação do descrédito e reversão hierárquica (HARRÉ, 1991; PAUGAM, 2003). A ativação das dicotomias boa/má mãe, boa/má esposa, mãe/pai e esposa/esposo permitem a mulher colocar-se a si mesma em um lugar de prestígio e honra ao interior da família patriarcal, em uma tentativa constante de reverter

hierarquicamente os valores hegemônicos que constituem este sistema social. A estratégia de reversão hierárquica, que utiliza resignificação dos valores, permite a mulher situar-se em uma posição superior ao homem, quando esta se posiciona como “mãe” e “esposa”, em contraposição aos papéis de “pai” e “esposo”, definidos a partir de imagens negativas.

O status valorizado da “mãe” e da “esposa” pode ser entendido a partir das considerações de Woortmann (1990), que afirma que dentro da organização patriarcal da família rural o lugar da casa é dominado e controlado pela mulher, espaço onde ela tem certo grau de autoridade, principalmente em relação às decisões sobre os filhos. Isto acontece apesar de que a posição “mãe” implique uma posição secundária ou complementar na organização familiar, encabeçada pelo pai. Segundo Parry Scott (2011), apesar de que na Zona da Mata de Pernambuco predominem famílias com uma forte subordinação feminina, o status de “mulher casada” implica moralmente uma posição social de respeito, devido à visão tradicional e conservadora da família reforçada pelo discurso religioso. O casamento é uma instituição fundamental para as famílias da Zona da Mata pernambucana, que determina, ao mesmo tempo, a respeitabilidade e subordinação da mulher.

Mesmo que nas entrevistas as participantes não tenham relatado concretamente situações de violência doméstica, sabe-se que a naturalização das desigualdades de gênero promovida por esta visão conservadora da família e do papel da mulher constitui um cenário que aumenta o risco que as mulheres sofram situações de violência e permaneçam em relacionamentos problemáticos ou abusivos, que podem chegar a ser violentos eventualmente.

A narrativa das entrevistadas sobre a criação dos filhos está fortemente influenciada pelo argumento do perigo externo. Neste contexto, os filhos devem ser protegidos e a mãe deve resguardar que estes não se desviem do caminho certo. A definição da educação está dominada pelo argumento do esforço pessoal. A visão da educação como fator de mobilidade social que depende do esforço individual está influenciada pelo RE do Capital Humano (GADELHA, 2009), que leva a pensar que os filhos devem ser indivíduos autônomos, responsáveis e fazer investimentos para seu futuro. A incorporação destes valores implica a individualização do fracasso ou êxito escolar, atribuído a fatores individuais como interesse, esforço, sonho, planejamento, dedicação, etc. A educação superior representa o sonho que os filhos possam acessar não somente uma melhor qualidade de vida, senão também um status social valorizado que os livre dos estigmas associados à pobreza. Este desejo se retrata simbólica e radicalmente na afirmação: “para ser alguém na vida, tem que estudar”.

A partir da estratégia de derivação do descrédito (PAUGAM, 2003), o posicionamento “boa mãe” permite estabelecer distinções entre as famílias que alcançam sucesso na criação dos filhos e as famílias “desestruturadas”, com filhos problemáticos. Neste caso, ser uma “boa mãe” outorga uma posição de respeito, associada ao cumprimento das responsabilidades, com reflexo no bom comportamento dos filhos e em seu sucesso educacional/laboral, sinais do êxito parental. Por outra parte, os pais “irresponsáveis” (sobretudo as mães) se enfrentam ao julgamento moral e a possibilidade de um futuro pouco auspicioso para seus filhos.

Observamos que o RE do Capital Humano é uma forma hegemônica de entender a realidade que invisibiliza fatores sociais que obstaculizam a trajetória escolar e laboral. Como vemos, a hegemonia deste repertório transcende as mídias e contamina a visão que os indivíduos têm de sua própria vida. O posicionamento tradicional “mãe” é infiltrado por este discurso da lógica moderna, que acentua a responsabilização do indivíduo, em contraposição a valores como a reciprocidade e o coletivismo, próprios do paradigma tradicional. Isto é um exemplo da fluidez dos discursos que fazem parte do eixo tradição/modernidade.

Por seu lado, o **posicionamento “crente”** está determinado pelo RE da Religião. A visão religiosa do mundo é um elemento importante na narrativa das participantes, um repertório que lhes permite definir-se a si mesmas, suas famílias, relações sociais e explicar o mundo que as rodeia. Poderíamos dizer que, desde esta ótica, a realidade se olha desde um prisma tradicional ancorado na sacralidade, na religião como marco simbólico, no divino e sagrado. O religioso se apresenta como uma construção de mundo, uma explicação para o funcionamento das coisas, um discurso que permite realizar variadas atribuições causais.

Os RE da Religião e da Família Patriarcal se retroalimentam mutuamente. A visão tradicional e conservadora da família que determina os posicionamentos “mãe” e “esposa” é reforçada pelo discurso religioso, que prescreve imagens normativas do papel da mulher na família, do casamento e códigos morais de conduta a seguir pelos “crentes”. Parry Scott (2011) afirma que na Zona da Mata de Pernambuco o status de “mulher casada” é reforçado pela religião, que serve para fundamentar discursivamente a autoridade e relevância da mulher no espaço doméstico. Ser “dona de casa” implica para a mulher o domínio de um espaço em que tem como responsabilidades as tarefas domésticas e o cuidado das crianças. Os posicionamentos “esposa” e “mãe” contribuem na construção de uma identidade positiva que valida as mulheres dentro de seu grupo social. A religião se constitui, neste contexto, com uma guia moral externa da conduta materna e do comportamento da mulher casada.

Posicionar-se como “crente” permite, através das estratégias de diferenciação moral (PAUGAM, 2003) e reversão hierárquica (HARRÉ, 1991), estabelecer distinções com os “não crentes”, associados a comportamentos imorais, como os vícios e a preguiça. Também permite, por meio da substituição do termo “pobre” por “humilde”, construir para si uma identidade positiva em relação aos que ocupam posições sociais superiores, os “ricos”, posicionados como “pobres de espírito”. Sobre o posicionamento “pobre-humilde”, Paugam (2003) menciona que, contrariamente aos valores liberais que interpretam a pobreza como um fracasso individual, a religião reconhece nos pobres as virtudes espirituais da humildade e abnegação, através de uma doutrina religiosa da pobreza. O RE da Religião entrega elementos simbólicos para a construção de uma identidade positiva em termos morais e pessoais, através de estratégias de contraste com pessoas da própria classe social e de classes mais abastadas.

Finalmente, o **posicionamento “agricultora”** se fundamenta no RE da Ética Camponesa (WOORTMANN, 1990), que define os componentes da vida tradicional do campo: terra, família e trabalho. A família é o centro da vida pessoal e laboral, organização hierárquica liderada pelo pai a partir da qual se organiza a produção agrícola. Na família rural todos os membros trabalham mancomunados em torno a objetivos coletivos. A família é uma organização social que se estrutura em torno do RE da Família Patriarcal, razão pela qual este posicionamento mantém claras relações com os anteriormente descritos (mãe e esposa).

Junto com a família, a terra é outro componente essencial da tradição camponesa. A definição desta como a “riqueza” do habitante rural releva este aspecto, riqueza que lhe permite obter um status baseado na posse material e no significado simbólico do sítio. A estratégia de manejo do significado permite reverter hierarquicamente (HARRÉ, 1991) a dicotomia riqueza/pobreza, afirmando-se que mesmo vivendo na pobreza, os agricultores são “ricos” por possuir uma terra que lhes brinda o necessário para a subsistência familiar e lhes permite o trabalho digno, baseado no esforço pessoal.

O valor da propriedade da terra tem sido destacado por vários autores como eixo fundamental da vida rural (BRANDÃO, 2007; BRANDEMBURG, 2010; WANDERLEY, 2000, 2004; WOORTMANN, 1990). Tanto a vida tradicional focada no consumo familiar, como a moderna, orientada a comercialização dos produtos agrícolas, organizam-se em torno do patrimônio familiar. A terra é uma “mãe” que dá a vida, permite a sobrevivência e fornece os alimentos à família. Graças à terra se alcança certo grau de autonomia alimentar que permite a satisfação das necessidades básicas familiares. Já que a terra metaforicamente

representa a “mãe”, o papel materno é relevado dentro do paradigma tradicional, papel que lhe outorga a mulher uma identidade positiva que é fonte de status e honra.

Finalmente, a ideia do trabalho do campo como uma “luta” permite a mulher construir para si uma identidade positiva em torno de conceitos como batalhadora, guerreira, trabalhadora, esforçada e lutadora. Os termos que retratam o “trabalho pesado” e as metáforas corporais podem ser considerados recursos que, através da estratégia de maximização (POTTER, 1998), dão ênfase a dureza do trabalho e conferem orgulho a quem realiza este labor. Estes recursos são mobilizados para tentar reverter ou equilibrar a dicotomia emprego/trabalho rural, no qual o primeiro é mais valorizado que o segundo. A definição da agricultora como uma “mulher lutadora” também permite distanciar-se moralmente (PAUGAM, 2003) de categorias com alta conotação moral negativa, como a categoria “miserável”, já que quem tem uma terra não pode ser considerado como tal. Também, esta imagem positiva permite as mulheres diferenciar-se daqueles agricultores que não tem a “coragem” para trabalhar, considerados “preguiçosos”, que cometem uma das principais violações ao código moral camponês: ter uma terra e não aproveitá-la em benefício da família.

8.3.2 Posicionamentos modernos

A penetração gradual da lógica da modernidade na ruralidade gera distintos efeitos sociais e identitários nos habitantes do campo. Para Brandenburg (2010), na ruralidade moderna rompe-se a vida econômica e social focada no comunitário e o camponês se integra ao mercado, estabelecendo relações comerciais e de consumo. Observam-se fenômenos como o trabalho assalariado e o êxodo rural em busca de oportunidades laborais. Brandão (2007) concorda com esta visão, afirmando que na ruralidade de produção de mercado a referência para o estilo de vida é a cidade-mercado. Neste marco, os posicionamentos modernos representam uma vida que vai além dos limites dos grupos primários e vincula ao habitante rural com o nível societário (Estado, mercado, etc.), no qual primam as relações contratuais, comerciais e de consumo. Esta forma de vida se torna cada vez mais hegemônica, mas ainda convive simultaneamente e não sem conflitos, com as práticas tradicionais.

O **posicionamento “pobre”** se fundamenta nos RE da Pobreza Monetária (RAMOS, 2016) e Pobreza Digna (PAUGAM, 2003). O RE da Pobreza Monetária se observa, nos relatos das mulheres, através de uma visão que tende a individualizar os problemas sociais e uma concepção da pobreza ligada à renda. Este repertório determina uma visão da educação que apaga as condicionantes sociais que determinam o êxito escolar/profissional nas classes

populares. Este repertório também aparece na metáfora da vida como uma “luta”, em que fatores individuais seriam determinantes para superar a condição de pobreza e melhorar de vida. Esta lógica da meritocracia define que o êxito nos âmbitos educacionais ou laborais está determinado pelo mérito individual (SOUZA, 2009). Neste contexto, o fracasso é interpretado como culpa, preguiça, imoralidade ou falta de competências.

O fato que as mulheres entrevistadas precisem ser classificadas como “pobres” para receber o benefício do Bolsa Família as coloca automática e inevitavelmente em um lugar social desvalorizado (PAUGAM, 2003, 2007) segundo o código moral da sociedade liberal. Ademais, como visto no Estudo de Mídias, discursos sociais veiculados por algumas mídias colocam aos beneficiários em um lugar moral negativo, descrevendo-os de forma reducionista como pobres, miseráveis, dependentes, alienados, preguiçosos, passivos, vítimas ou desonestos. O processo de desqualificação se reforça através da propagação de diversos mitos sobre o Programa. O suposto incentivo ao aumento da natalidade pode ser interpretado como irresponsabilidade no planejamento familiar e aproveitamento da assistência social. O desincentivo à procura de emprego geralmente é associado à figura do pobre “preguiçoso” e “acomodado”. Finalmente, a suspeita do mau uso do benefício do Bolsa Família tende a ser relacionada com irresponsabilidade parental e condutas imorais. As beneficiárias devem lidar com uma imagem social desqualificada pelo simples fato de serem assistidas pelo Estado e não cumprirem com o ideal de autonomia da sociedade liberal, situação amplificada pelos estigmas e mitos difundidos e reforçados pelos discursos mediáticos.

A categoria “miserável” é constantemente utilizada como etiqueta moral que estigmatiza as pessoas que vivem na pobreza. Portanto, as mulheres acionam estratégias para se distanciar desta categoria. As entrevistadas se autoposicionam como “pobres” e acionam a estratégia do distanciamento (PAUGAM, 2003) para se diferenciar daqueles que consideram “miseráveis”. Por outra parte, a figura do “pobre preguiçoso” é um lugar comum utilizado no discurso para posicionar de forma negativa aos beneficiários do Bolsa Família. As entrevistadas, acionando a estratégia de derivação do descrédito (PAUGAM, 2003), condenam aos “preguiçosos”, qualidade negativa que atenta contra a ética do trabalho.

Neste contexto de desqualificação social sistemática, o RE da Pobreza Digna (PAUGAM, 2003) é acionado pelas mulheres através do posicionamento “pobre-lutador”. Esta figura é um mecanismo identitário de resistência ao estigma social do “preguiçoso”. Ser lutador implica uma atitude ativa e combativa, exercer trabalhos pesados para sustentar aos

filhos, esforço pessoal e enfrentar condições desfavoráveis. As pessoas que não cumprem com a norma moral do “pobre-lutador” são consideradas “fora da realidade”, pessoas que devem “cair” na própria realidade e não “aparentar algo que não são”. Este modo de julgamento pode ser considerado um reposicionamento dos sujeitos que escapam às normais morais da classe popular e que pretendem se “diferenciar”, imitando comportamentos ou formas de ser de pessoas de outra classe. Ser lutador se considera algo intrínseco ao comportamento moral da classe popular, valor que deve ser compartilhado e praticado por todos que a ela pertencem.

A metáfora da luta destaca, com força retórica, que o “pobre” é principalmente um trabalhador. Neste sentido, os posicionamentos “agricultora”, “comerciante”, “trabalhadora” e “pobre-lutador” se potencializam para ressaltar o esforço das mulheres do campo que, em seu diário viver, praticam valores que as distanciam do estigma social da preguiça. O peso negativo de etiquetas como “miserável” e “preguiçoso” é contrapesado com as figuras do pobre lutador e trabalhador, posições que permitem construir uma identidade positiva.

Mas, como visto no Estudo de Mídias, a ideia do pobre como um “trabalhador” é habitualmente invisibilizada e as mídias optam por promover repetitivamente o argumento da dependência. Com a chegada de Temer ao poder, este argumento também foi amplamente acionado no discurso político para destacar que se deviam gerar “portas de saída” para os beneficiários do Bolsa Família. O contexto da Mata Sul, caracterizado pelo desemprego crônico, é um terreno fértil para que etiquetas sociais negativas sejam adjudicadas as pessoas que não tem uma ocupação. Expressões como “os que não têm nada para fazer” reforçam o estigma da preguiça, ideias que classificam as pessoas como “desocupadas” e que apelam à “imoralidade do pobre”, posicionando-o como aquele sem atividade, passivo e preguiçoso. A luta contra os estigmas é contínua para as pessoas que vivem na pobreza, luta condicionada pelo contexto onde se habita, que pode potencializar os estigmas devido à falta de oportunidades.

O **posicionamento “beneficiária”** também se vincula com o RE da Pobreza Digna, através da figura do “pobre digno”. Este é retratado como vítima de fatores sociais externos incontroláveis, como o desemprego ou a crise econômica, elementos que o exculpam no nível pessoal e moral, o distanciam de estigmas sociais negativos e lhe permitem construir uma identidade positiva a partir de valores morais compensadores (honestidade, sinceridade, esforço, coragem, etc.). As mulheres entrevistadas se identificam com a figura do “beneficiário honesto”, que se enquadra na categoria do “pobre digno”, sujeito íntegro e incorruptível, que não renuncia a seus valores morais para obter um benefício econômico.

Através da estratégia derivação do descrédito (PAUGAM, 2003), as entrevistadas tentam se diferenciar do “beneficiário desonesto”. Esta figura foi habitualmente acionada no discurso do MDS após a chegada de Temer, que a partir da operação “pente fino”, pretendia acabar com os “beneficiários irregulares” que abusavam dos benefícios sociais. Este posicionamento implica um questionamento da integridade ética dos “pobres”, que são catalogados como “proveitadores” que enganam ao Estado para obter benefícios que não merecem.

O posicionamento “beneficiária” também se vincula estreitamente ao RE do Capital Humano (GADELHA, 2009), discurso que mobiliza a ideia que os sujeitos devem realizar investimentos em suas competências individuais para se desenvolver autonomamente na sociedade. O Bolsa Família vai reforçar a ideia de que o benefício deve ser “investido” nas crianças, principalmente na alimentação, para melhorar as capacidades físicas e incrementar a saúde. As condicionalidades apontam também ao fortalecimento das capacidades físicas, intelectuais, escolares e laborais dos futuros trabalhadores. Junto com isto, as orientações entregadas às beneficiárias apontam na mesma direção, incentivando a disciplina financeira, a prática de uma “boa” administração da renda familiar. Devemos lembrar que as beneficiárias do Bolsa Família são habitualmente estigmatizadas a partir do mito que elas não administram adequadamente o benefício (CAMPELLO, 2013), destinando o dinheiro a fins egoístas, imorais ou ilegais. Na lógica do Bolsa Família, a mulher, cumprindo seu papel de “boa mãe e esposa”, deve gastar o dinheiro “no que se deve” e assegurar-se que esta renda não se “gaste em vão”. As entrevistadas, através da estratégia de diferenciação moral (PAUGAM, 2003) se posicionam com “mães” e “esposas” que gastam de forma adequada o benefício do Programa.

Ao reconhecimento no âmbito privado da função materna e doméstica cumprida pela mulher da família rural, se soma o “reconhecimento” destas funções pelo Estado. Neste contexto, a responsabilização exclusiva das mulheres pelas funções reprodutivas se disfarça por trás do argumento do reconhecimento social de seu papel dentro da família. Isto também ficou patente no Estudo de Mídias, em que observamos que as mulheres, no discurso do MDS, são constantemente interpeladas em seu papel de “mães” e “parceiras” do Estado.

Por outra parte, as mulheres no posicionamento “beneficiária” acionam o RE da Pobreza Digna (PAUGAM, 2003) quando questionam o argumento da dependência. Mesmo que as famílias participantes da pesquisa se percebam com algum grau de dependência do PBF, as mulheres afirmam que a dependência total é impossível, devido ao baixo montante do benefício. Devemos lembrar que o argumento da dependência é uma retórica continuamente

acionada por mídias hegemônicas, como a Folha de São Paulo, que se retrata aos beneficiários como “totalmente dependentes”. O problema deste reducionismo mediático é que invisibiliza totalmente o papel de “trabalhadores” dos beneficiários do Programa, não reconhecendo que eles, já que o benefício recebido é muito baixo, devem necessariamente produzir uma renda principal que é complementada pelo dinheiro do Bolsa Família (CAMPELLO, 2013).

Temos comprovado que apesar de que o contexto da Mata Sul pernambucana seja um cenário decadente em termos econômicos, todas as famílias mantêm alguma atividade produtiva, formal ou informal, contínua ou intermitente, ou bem produzem alguma renda a partir da posse de um sítio produtivo. Como demonstrado nos posicionamentos “agricultora”, “trabalhadora” e “pobre-lutador”, as mulheres da Mata Sul, mesmo em um contexto adverso são, principalmente, agentes produtivos. Apesar de serem trabalhadoras precarizadas procuram alternativas de geração de renda autônoma que as distanciem da miséria. Desta forma, elas estão longe de serem beneficiárias exclusivamente dependentes da renda do Bolsa Família. O argumento da dependência, amplamente difundido pela Folha e pelo site do MDS no governo Temer, parece falacioso quando contrastado com a realidade, que mostra que a maioria dos beneficiários tem alguma atividade produtiva. O problema é a precariedade destas atividades, das que geralmente não se obtém uma renda digna.

Para todas as famílias a renda recebida do Bolsa Família é fundamental para elevar a qualidade de vida, razão pela qual o medo de perder o benefício é contínuo. Cada recadastramento se olha com receio, boatos sobre cortes no Programa são habituais, tanto no boca a boca das comunidades como nas mídias regionais ou de grande cobertura nacional. Temos proposto, a partir do observado, que uma “retórica dos cortes”, difundida permanentemente pela grande mídia, acrescenta esta sensação de insegurança vivida pelos beneficiários, ação midiática que metaforicamente denominamos “terrorismo social”.

O ano 2015, das primeiras entrevistas, foi altamente produtivo nas mídias em relação à “retórica dos cortes”. A produção desta retórica é permanente, mas oscila segundo os acontecimentos políticos. No ano 2015 se intensificou a partir de diversos acontecimentos que envolveram a oficialismo e oposição em uma disputa política em torno do orçamento fiscal e do financiamento dos programas sociais, em um momento em que a “narrativa do impeachment” tomava força. A geração de um clima de incerteza neste ano teve impactos na opinião pública e na percepção dos beneficiários, como ficou claro nas entrevistas realizadas.

A implementação de distintas políticas de austeridade fiscal na gestão Temer acrescentou a sensação de insegurança das beneficiárias e também aumentou os boatos de que benefícios sociais poderiam ser eliminados. Este clima de incerteza se justifica também devido à operação “pente fino”, que bloqueou e cancelou benefícios do PBF em grande quantidade a partir de 2016⁵². Como visto no Estudo de Mídias, a “democracia da eficiência” chega ao poder com o discurso de que se devia realizar uma operação de “limpeza” no Programa, devido à corrupção e aos “beneficiários irregulares” que fraudavam o sistema.

Observamos que certo grau de dependência do Bolsa Família e um clima de incerteza caracteriza a inclusão social precarizada vivenciada pelas beneficiárias do contexto rural da Mata Sul de Pernambuco. Este estado é acentuado por situações de instabilidade política, como as acontecidas em 2015 prévio ao impeachment e logo depois da chegada de Michel Temer ao governo. O clima de insegurança também é reforçado por discursos midiáticos que fomentam o medo e a instabilidade, como observado na “retórica dos cortes” produzida pela Folha, desde a eleição de 2014 até a confirmação do impedimento da ex-presidenta Rousseff. No caso da região da Mata Sul, a sensação de incontrolabilidade se acentua também pela falta de oportunidades, em um contexto em que as famílias estão condenadas ao desemprego e a precariedade, cenário de desesperança que se mantém inalterado há décadas.

Por outra parte, o **posicionamento “trabalhadora”**, definido na lógica do emprego assalariado, está determinado pelo RE da Ética do Trabalho (SOUZA, 2009). Na lógica da modernidade, o “emprego digno” é aquele em que o trabalhador pode gozar de todos os benefícios e direitos adquiridos através das lutas sociais e consagrados pelas leis laborais. Ter um emprego formal estável e pertencer a uma categoria profissional são as fontes de valorização moral mais relevantes em nossa sociedade, as que permitem construir uma identidade positiva. O emprego representa a capacidade produtiva do trabalhador, status que outorga ao trabalhador autoestima, respeito e reconhecimento familiar e social.

As fontes de valor moral que se originam no trabalho também se relacionam com a possibilidade da expressão da capacidade de escolha e das qualidades pessoais (SOUZA,

⁵² O MDS indica, somente em relação a benefícios cancelados, que em fevereiro de 2016, meses antes do impeachment da ex-presidenta Rousseff, a quantidade de beneficiários do PBF ascendia a 13.966.000. Logo após o impeachment, em novembro de 2016, a quantidade de benefícios baixa a 13.550.000. O ano 2017 foi o que teve mais cancelamentos de benefícios na série histórica do Programa, com 12.740.000 beneficiários no mês de julho. Já no final de 2017 e entrando em 2018, a quantidade de beneficiários aumentou e se estabilizou perto dos 14 milhões, similar a cifra anterior ao impeachment. Provavelmente o contínuo aumento do desemprego e dos indicadores de pobreza e miséria, fizeram que este aumento fosse algo inevitável (fonte: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmps/bolsafamilia/painel.html>).

2009), quando as pessoas têm a oportunidade de eleger que profissão querem seguir e que tipo de trabalho querem fazer. A partir desta escolha livre o sujeito pode expressar sua individualidade e se envolver em um projeto de vida profissional selecionado por ele mesmo. Identificamos estas ideias quando analisamos a visão que as entrevistadas têm sobre a educação dos filhos, na que as mulheres transmitem o desejo que eles possam acessar trabalhos dignos em termos de salário e status social, através da possibilidade de escolher “o que eles querem ser na vida” em termos profissionais. Não é casual que as mulheres expressem este desejo através da sentença “para ser alguém na vida, se deve estudar”, já que o acesso a estudos universitários e a pertença a uma categoria profissional configuram as maiores fontes de prestígio social na sociedade moderna para as classes popular e média.

O acesso ao emprego nas sociedades periféricas não é privilégio de todos (PAUGAM, 2007), razão pela qual uma grande massa de trabalhadores é excluída das fontes de valorização social, sendo reduzidos a corpos que devem vender sua força de trabalho em condições que nem sequer cumprem com os mínimos de dignidade (SOUSA, 2009). Este é o caso das mulheres da Zona da Mata Sul pernambucana, que vivendo em uma região economicamente deprimida não conseguem acessar empregos estáveis. O emprego com “carteira assinada” é um sonho que dificilmente se cumpre e se transforma, por sua escassez, em uma forma de distinção social e moral (PAUGAM, 2003) ao interior da classe popular.

O **posicionamento “comerciante”** se fundamenta no RE das Relações Societárias Modernas (BRANDÃO, 2007; BRANDEMBURG, 2010). Para Brandenburg (2010) a penetração da racionalidade moderna na ruralidade traz mudanças na vida dos habitantes rurais, os que começam a manter uma vida social e econômica aberta a relações sociais que vão além de suas famílias e comunidade. Na contemporaneidade, a integração do agricultor ao mercado através de relações de consumo e comerciais é fundamental para melhoramento de sua qualidade de vida, desenvolvimento de novas fontes de renda e acesso a bens e serviços. As agricultoras que são comerciantes geram uma renda autônoma do trabalho do campo, inserindo-se no mercado, mas sem abandonar costumes e valores tradicionais.

Na interseção entre práticas tradicionais e modernas os valores do rural se modificam e também as relações entre seus atores, as quais vão se tornando cada vez mais “societárias”, ou seja, não exclusivamente vinculadas a elementos sanguíneos e afetivos ou à troca comunitária, senão que a elementos contratuais (emprego) ou de intercâmbio comercial através do dinheiro. Brandão (2007) menciona que quando o sítio alcança um nível de

produtividade que vai além da capacidade de consumo familiar, começam a surgir práticas planejadas de produção de excedentes destinadas à comercialização e geração de renda autônoma. Neste contexto, o nível de trocas com o exterior aumenta. Este fato modifica as relações e pautas culturais das famílias rurais, apesar delas manterem, em grande medida, seus traços tradicionais. O comércio aproxima às famílias da cidade, do centro urbano do pequeno município, foco de trocas comerciais dos produtos agrícolas ou da pesca artesanal. A cidade funciona segundo a lógica moderna, o mercado e o consumo primam, é um lugar que fornece as famílias acesso a outras oportunidades e serviços.

As mulheres entrevistadas são parte de uma densa rede de comercialização em que os produtos são vendidos nas comunidades rurais e feiras da cidade. Esta renda é reinvestida, tanto para manter a produção agrícola como em outras necessidades da família. Entre essas atividades encontramos a venda de produtos agrícolas e a venda de produtos secundários fabricados artesanalmente. Outras atividades de comercialização não estão relacionadas com a produção familiar, como produtos feitos em casa e “comércios de rua”. A procura por diversas fontes de renda será a característica fundamental das formas de sobrevivência das famílias rurais em situação de pobreza. Para Wanderley (2004), a comercialização é uma estratégia de “apropriação da cidade” que permite aos habitantes rurais vencer o isolamento e a precariedade. Neste contexto, a vida das mulheres rurais se desenvolve entre o sítio, lócus da vida tradicional, e a cidade, lugar regido pelo paradigma do mercado e consumo.

O **posicionamento “consumidora”** também se fundamenta no RE das Relações Societárias Modernas. Quando as mulheres se posicionam a si mesmas como consumidoras racionais, contradizem o mito de que os beneficiários do PBF não gastam o benefício adequadamente e que as famílias populares não sabem administrar o orçamento familiar. Devemos lembrar que as famílias pobres tendem a ser estigmatizadas como consumidoras irracionais que não conseguem planejar de forma racional seu orçamento familiar.

As possibilidades de consumo para as famílias populares estão sempre limitadas devido à exígua renda de que dispõem. Nos relatos das entrevistadas a priorização dos gastos está permanentemente presente, focando principalmente na alimentação e postergando o consumo de outros bens. A priorização e o consumo racional, mais que ser uma escolha livre, é praticamente um assunto de sobrevivência para as beneficiárias do Bolsa Família. Apesar de que programas de educação financeira, como “Futuro na Mão” do Plano Progridir, podem transmitir novos conhecimentos que permitam as beneficiárias melhorar a gestão do

orçamento familiar, podem promover, implicitamente, o pressuposto de que os “pobres” não sabem gerir seu dinheiro ou realizam más escolhas de consumo. Esta visão está distante da realidade das famílias que vivenciam dia a dia a pobreza, as que estão obrigadas a gerir de forma controlada seus escassos recursos senão quiserem voltar aos “tempos da fome”.

Finalmente, o **posicionamento “cidadã”** também se fundamenta no RE das Relações Societárias Modernas. Este situa as mulheres como atores políticos com deveres e direitos. Os elementos que compõem este posicionamento vêm a desmitificar a ideia de que os beneficiários do Bolsa Família são politicamente alienados, como a grande imprensa tenta retratar. As opiniões manifestadas pelas entrevistadas em relação a eventos políticos da história recente do Brasil e da situação política atual demonstram um pensamento crítico ante o cenário social e atuação da classe política. A visão das mulheres sobre a política tende a acionar a estratégia da personalização, situando nas capacidades ou ações de uma personagem política a causas de uma gestão política negativa ou positiva. Esta estratégia também foi observada no Estudo de Mídias, principalmente na produção da Folha. Em tempos eleitorais, os atores tendem a analisar de forma personalista os fatos políticos, atribuindo às competências ou características dos candidatos, situações complexas determinadas por variados fatores. Esta estratégia posiciona moralmente aos políticos para acreditá-los ou desacreditá-los frente à opinião pública, especialmente em tempos eleitorais, como em 2014, ou de crise política, como nos meses prévios ao impeachment da ex-presidenta Rousseff.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo geral analisar as continuidades e mudanças nos posicionamentos das beneficiárias do PBF da Mata Sul pernambucana no período 2015-2018. Da investigação, realizada segundo os princípios da comparação compreensiva (MALET, 2011; REGNAULT, 2017), emergem duas reflexões importantes. Primeiro, constata-se que a produção da mídia retrata claramente as radicais mudanças sociais acontecidas durante este período. A partir de seus discursos distinguem-se claras diferenças no tratamento do Bolsa Família e seus beneficiários, após o golpe de 2016. Em contrapartida, os posicionamentos das beneficiárias da Mata Sul mostram uma tendência a estabilidade, algo previsível em um estudo sobre identidade. Somente alguns posicionamentos, principalmente do polo moderno, retratam algumas das mudanças do período estudado. Observa-se que mesmo com tendência a estabilidade, a identidade é sensível ao vaivém do cenário social.

No que diz respeito ao exercício inicial de contextualização do período 2015-2018, primeiro objetivo específico da investigação, constata-se que as mídias analisadas retratam claramente as grandes mudanças no cenário político, econômico e social ocorridas no Brasil. A mídia potencializou um clima de polarização que vinha se gestando desde 2013. No ano eleitoral de 2014 observa-se uma intensificação da estigmatização contra os “pobres”, quando posicionados como “eleitores”. Neste período uma série de mitos e preconceitos, junto a uma linguagem agressiva e negativa, colocaram aos beneficiários do Bolsa Família no lugar da desqualificação social e moral (PAUGAM, 2003, 2007). Este fenômeno foi observado principalmente na produção da Folha de São Paulo.

Apesar da maior intensidade da estigmatização em 2014, a reprodução deste posicionamento moral negativo dos beneficiários do PBF é transversal ao tempo estudado. A imagem dos beneficiários acionada pela Folha representa algumas ideias sobre os pobres e mitos sobre o Bolsa Família que, apesar de terem sido derrubados pela evidência científica (CAMPELLO, 2013), continuam sendo reproduzidos no discurso social. Esta imagem negativa acionada pelo discurso da grande mídia reforça preconceitos contra os beneficiários do Programa que têm efeitos negativos em suas identidades sociais.

Sobre o posicionamento dos beneficiários do Programa no site do MDS, logo após o começo do governo Temer, identifica-se uma mudança no discurso de esta mídia. De um

posicionamento moral positivo que os colocava como pessoas autônomas, trabalhadoras e honestas, no governo Dilma, passa-se a um posicionamento moral ambíguo, após o golpe de 2016. Na administração Temer, por uma parte, os beneficiários são colocados sob a suspeita da desonestidade (“beneficiário irregular”) e sob o rótulo da dependência (“portas de saída”). Mas, por outra parte, eles são convidados, a partir de uma retórica individualista, a serem proativos para sair da pobreza e a recobrem sua “dignidade perdida”. Esta “perda da dignidade” se deveria a que os beneficiários do Bolsa Família teriam violado a norma da autonomia das sociedades liberais, não seriam pessoas “dignas” na medida em que não podem satisfazer autonomamente suas necessidades. Basicamente, esta retórica convida aos beneficiários a abandonarem a dependência estatal e se transformarem em “pobres dignos”.

Conclui-se em termos gerais que a produção da Folha e do site MDS, no governo Temer, veicula um posicionamento moral negativo dos beneficiários do Bolsa Família, reproduzindo estigmas que os situam em uma posição de desqualificação social e moral.

A “retórica dos cortes” também foi identificada como um elemento transversal na produção mediática. Inicia-se em 2014, a partir do argumento do terrorismo eleitoral, continuando em 2015 e 2016, através dos argumentos da crise e ajuste fiscal, acentuados pela gestão Temer. A partir do observado na Folha concluímos que o Bolsa Família é sistematicamente instrumentalizado através de uma estratégia de “terrorismo social” que gera um clima de incerteza sobre a continuidade do Programa, discurso que tem efeitos nos beneficiários, que mostram, a nível subjetivo, sentimentos permanentes de insegurança e medo a perder o benefício. Esta incerteza e a vulnerabilidade gerada pela vivência da pobreza constituem o que temos denominado como inclusão social precarizada (BARADIT, 2016).

Por outra parte, a análise dos posicionamentos das beneficiárias da Mata Sul de Pernambuco no período 2015-2018, correspondente ao segundo objetivo específico da investigação, mostra que as participantes acionam uma série de posicionamentos que conformam uma identidade unitária e coerente que se mantém estável ao longo do tempo. Ante um discurso mediático que estigmatiza aos beneficiários do PBF, esta identidade múltipla (DAVIES; HARRÉ, 1999, 2007) permite as mulheres construir um senso de si positivo (HOWIE, 1999) que as distancia da situação de desqualificação social (PAUGAM, 2003, 2007). Acionando dimensões da identidade parental, religiosa ou laboral as mulheres podem construir uma identidade baseada na honra e orgulho pessoal. Estas dimensões identitárias lhes permitem se contrapor a preconceitos promovidos pelos discursos mediáticos

que estigmatizam aos “pobres”. Conclui-se que, através destes mecanismos de gerenciamento ativo da identidade, as mulheres acionam formas de legitimação pessoal frente ao julgamento moral e social. Neste sentido, a noção de sujeito ativo (HARRÉ; VAN LANGENHOVE, 1999c; POTTER, 1998) foi útil na identificação das estratégias de resistência ao estigma utilizadas pelas entrevistadas, que mesmo ante um contexto que sistematicamente as coloca em posições desvalorizadas, constroem identidades que são fonte de reconhecimento social. Podemos dizer que enquanto a mídia veicula uma imagem negativa e reducionista dos “pobres”, a identidade das beneficiárias é constituída de forma múltipla e complexa, na contramão de esta imagem enviesada veiculada pela mídia.

Os posicionamentos identitários adotados pelas entrevistadas, organizados em uma ordem moral que alterna dinamicamente valores tradicionais e modernos, lhes permitem construir uma identidade dentro da complexa vida cultural camponesa. Suas identidades se constituem na interseção entre discursos macro-sociais e uma cultura local forte que define, em termos morais, que posicionamentos são relevantes para construir o senso de si.

Os posicionamentos tradicionais contribuem na construção de uma identidade positiva a partir das posições “boa mãe”, “boa esposa”, “pobre-humilde” e mulher “lutadora”, acionando os RE da familiar patriarcal, ética camponesa e religião (WOORTMANN, 1990). Estes posicionamentos permitem a mulher atingir um status de valor dentro da família rural.

Como estratégias de resistência ao estigma, os posicionamentos “mãe” e “esposa” se complementam para desmitificar o preconceito de que os pobres não sabem gerenciar sua vida ou mal gastam os benefícios da assistência social. Ao contrário, estas posições identitárias prescrevem que os filhos e a família devem ser prioridade central para mulher. O posicionamento “crente”, ressaltando a virtude moral da humildade, contrapõe-se ao mito do pobre como alguém de comportamento duvidoso e imoral, posicionamento que permite construir uma identidade positiva a partir dos valores religiosos. Finalmente, o posicionamento “agricultora” aciona elementos simbólicos que permitem as mulheres se contrapor ao estigma do “pobre preguiçoso”, através da metáfora da luta.

Os posicionamentos da lógica moderna também ajudam a construir uma identidade positiva. Estes estão baseados nas relações que os sujeitos estabelecem com o trabalho, o Estado e o mercado (BRANDÃO, 2007; BRANDEMBURG, 2010; SOUZA, 2009).

Os posicionamentos “comerciante” e “trabalhadora” permitem as mulheres se contrapor ao mito da dependência, destacando que, junto com serem “agricultoras”, se inserem no mercado para gerar uma renda autônoma. Também, relevam o desejo de atingir o status de trabalhadoras assalariadas, apesar do desemprego crônico que marca o contexto onde habitam. O posicionamento “consumidora” caracteriza as mulheres como consumidoras racionais que sabem administrar o exíguo orçamento familiar, posição que se contrapõe a ideia de que os pobres não sabem gerir sua vida econômica e mal gastam o benefício do Bolsa Família. Finalmente, o posicionamento “cidadã” se contrapõe ao estigma do pobre como um alienado político, ideia sistematicamente veiculada pela Folha de São Paulo, mostrando que as beneficiárias têm uma visão crítica sobre cenário político gestado após o golpe de 2016.

O posicionamento “pobre” também ajuda a construir uma identidade positiva, já que permite distanciar-se dos considerados “preguiçosos” a partir da figura do “pobre-lutador”, que destaca que o pobre é principalmente um trabalhador. Os posicionamentos “agricultora”, “comerciante”, “trabalhadora” e “pobre-lutador” se potencializam para anular um dos principais estigmas, o mito da preguiça, destacando a vida de luta e esforço das mulheres do campo.

Por outra parte, o posicionamento “beneficiária” permite as mulheres se definirem como pobres “dignas e honestas”, distanciando-se da imagem do “falso pobre”. Também, lhes permite destacar que o benefício do Bolsa Família é efetivamente “bem gasto”, investindo-se no bem-estar dos filhos. Neste posicionamento se observam os efeitos subjetivos da “retórica dos cortes”, com uma sensação permanente de insegurança sobre a manutenção do benefício econômico. Também, as mulheres se contrapõem ao mito da dependência do Programa, afirmando que uma dependência total é impossível devido a pouca quantidade recebida.

Considerando a papel ativo do sujeito na construção de seus posicionamentos identitários, observa-se que as entrevistadas acionam diversas estratégias para estabelecer distinções morais entre os atores sociais que lhes permitem construir uma identidade positiva. Estas distinções se organizam paradigmaticamente (HARRÉ, 1991) através de dicotomias hierarquicamente estruturadas. Neste sentido, identificamos quatro estratégias utilizadas.

Primeiramente, a estratégia de diferenciação moral (PAUGAM, 2003) foi acionada pelas mulheres para distinguir as “boas” das “más” mães, as “boas” das “más” esposas e para construir a superioridade moral dos “crentes” sobre os que estão longe da igreja. Nos posicionamentos tradicionais o julgamento moral é mais intenso, principalmente porque estes obedecem a uma estrutura relacional rígida de deveres, direitos e punições. Nos

posicionamentos modernos, a estratégia de diferenciação moral se observou na distinção realizada entre “boas” e “más” administradoras do benefício do Bolsa Família.

Em segundo lugar, a estratégia de derivação do descrédito (PAUGAM, 2003) foi acionada no posicionamento “mãe”, para julgar as “más” mães que abandonam seus filhos, e no posicionamento “agricultora”, para julgar aos que não tem a coragem para trabalhar, identificados, explícita ou implicitamente, como “preguiçosos”. Esta estratégia foi usada também no posicionamento “pobre”, para distinguir aos “lutadores” dos “preguiçosos”, e no posicionamento “beneficiária”, para julgar aos “falsos pobres”. Esta estratégia, mais intensa, foi usada em casos em que as violações ao código moral são percebidas como mais graves.

Em terceiro lugar, a estratégia do distanciamento (PAUGAM, 2003) foi utilizada para distinguir aos “pobres” dos “miseráveis”. Esta é a estratégia mais intensa em termos de diferenciação. Sua utilização busca estabelecer distâncias visíveis e claras com uma posição de sujeito que carrega fortes estigmas sociais, associada ao inumano e indigno.

Finalmente, a estratégia de reversão hierárquica (HARRÉ, 1991), a diferença das anteriores, não se apresenta em termos de gradações, na medida em que atua revertendo os valores de uma dicotomia a partir do manejo do significado. Esta estratégia foi observada na resignificação da dicotomia esposa/esposo e no posicionamento “crente”, através da resignificação da dicotomia pobre /rico, a partir da noção de humildade.

Finalmente, analisando os efeitos das mudanças econômicas, políticas e sociais acontecidas no período 2015-2018 nos posicionamentos das beneficiárias da Mata Sul de Pernambuco, correspondente ao terceiro objetivo específico da investigação, observa-se que os posicionamentos ligados à lógica moderna se mostraram mais sensíveis a estas mudanças, provavelmente porque dependem, em maior medida, de fatores externos. A lógica da modernidade vincula as mulheres com atores e circunstâncias externas que influenciam e modificam a vida privada da família. Por outro lado, os posicionamentos tradicionais, determinados pela história pessoal, relações significativas e a tradição cultural, se mostraram menos suscetíveis ao vaivém das variações contextuais. Enquanto o tradicional aparece mais sedimentado, o moderno se mostra mais fluido e sensível ao contexto. A partir a dicotomia tradição/modernidade a identidade das participantes se define em uma tensão entre uma moral coletivista, baseada na interdependência e solidariedade, e uma moral individualista, que promove a autonomia e responsabilidade pessoal do sujeito.

Os efeitos das mudanças sociais nos posicionamentos modernos se observaram principalmente na dimensão cotidiana da vida das famílias. A crise econômica e o aumento do desemprego impactaram a vida das mulheres enquanto “trabalhadoras”. A desvalorização da renda e perda do poder de consumo afetaram as entrevistadas enquanto “consumidoras” e as tornaram pessoas mais “pobres”. Finalmente, a perda do benefício do PBF impactou a vida das mulheres que perderam seu status de “beneficiárias”. Por outra parte, o componente político da crise vivenciada no Brasil, após o golpe de 2016, se manifestou na mudança do discurso das mulheres quando posicionadas como “cidadãs”. Enquanto em 2015 este discurso estava mais focado na política local, em 2018 passou a centrar-se em aspectos políticos mais amplos, como o papel de certas figuras políticas, na corrupção ou nos retrocessos sociais no governo Temer. Com base nas entrevistas de 2018, conclui-se que a crise econômica, a incerteza sobre a continuidade do Bolsa Família e o cenário de desmonte da política social, decorrentes do golpe de 2016, afetaram a qualidade de vida das beneficiárias, intensificando a situação de inclusão social precarizada (BARADIT, 2016) que enfrentam cotidianamente.

A modo de reflexão final, os enfoques da Psicologia Discursiva e da Teoria do Posicionamento foram prolíficos na análise da produção da mídia e das entrevistas. Os conceitos selecionados (argumentos, estratégias, posicionamentos, repertórios interpretativos) foram de grande utilidade para identificar os principais componentes e funções, tanto do discurso mediático como das participantes. A partir destes elementos conseguimos estabelecer algumas relações entre discursos macro-sociais (mídias) e discursos micro-sociais (posicionamentos subjetivos). Esta análise permitiu estabelecer um paralelo entre os discursos produzidos pela mídia e os discursos das beneficiárias, observando-se uma complexa relação entre as dinâmicas de assujeitamento geradas por discursos sociais que posicionam aos beneficiários de forma negativa e reducionista, e as estratégias de resistência adotadas pelas entrevistadas ao enfrentarem-se o desafio de construir uma identidade positiva ante um cenário que as coloca em posições moralmente desqualificadas. O enfoque teórico-metodológico utilizado atendeu a necessidade de considerar os vários níveis em que o fenômeno discursivo se manifesta e a complexidade da construção discursiva das identidades.

Em termos mais pragmáticos, a instrumentalização mediática do Bolsa Família e a tendência a estigmatização de seus beneficiários, junto com a chegada ao poder em 2019 do governo de extrema direita de Jair Bolsonaro, compõem um cenário prolífico para que o Programa e seus beneficiários sejam alvo de ataques morais ainda mais intensos. Este contexto impõe a necessidade de mais pesquisas que analisem o papel da grande mídia na

reprodução de mitos contra um Programa que se tem mostrado efetivo no combate à pobreza e fundamental para as famílias beneficiárias. Sugere-se a continuação desta linha de pesquisa que releve as vozes dos beneficiários, vozes que permitem derrubar mitos a partir da análise das particularidades individuais e complexidades contextuais da situação de exclusão social.

Por outra parte, o processo de desmonte do sistema de proteção social, iniciado com golpe de 2016 e continuado até os dias de hoje, aparece como o maior risco para os beneficiários do Bolsa Família, que apesar da manutenção do Programa, enfrentam um cenário ainda desfavorável de desemprego e diminuição da renda, junto a gradual extinção das políticas sociais. O desmonte deste sistema que fortalece os efeitos do Bolsa Família pode transformar o Programa em uma mera transferência monetária não articulada a políticas que permitam as famílias alcançar um nível de bem-estar digno. Por isto, é importante continuar investigando os efeitos concretos na vida dos beneficiários do desmonte das políticas sociais e do enfraquecimento de serviços públicos essenciais para a população excluída.

Como foco de futuras pesquisas, parece interessante indagar sobre a implementação dos novos programas sociais criados na administração Temer: o Criança Feliz e o Plano Progridir. Ambos continuam sendo aplicados no governo Bolsonaro e podem agora ser avaliados depois de um tempo razoável desde sua criação. Especificamente, pode ser interessante analisar o impacto destes programas na vida dos beneficiários do Bolsa Família, tanto no melhoramento da qualidade de vida, como nos efeitos subjetivantes de programas que enfatizam o controle da vida familiar e a retórica da responsabilização individual.

Esperamos que estas conclusões contribuam ao conhecimento sobre a implementação do PBF em contexto rurais. Também buscamos incentivar uma reflexão crítica sobre os discursos relacionados ao Programa Bolsa Família que reproduzem preconceitos contra as pessoas da classe popular. Tentamos assim contribuir na compreensão dos desdobramentos das mudanças sociais e políticas acontecidas após o ano 2016, ano que marca a volta da direita no governo do Brasil, que vem propiciando o desmonte dos direitos sociais e o aprofundamento do modelo econômico liberal. Esperamos também que esta pesquisa seja uma inspiração para pesquisadores que se interessem pelas problemáticas sociais relevantes que afetam, diretamente, aos eternos excluídos da sociedade brasileira.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, M. **Pluriatividade na agricultura familiar no território da Mata Sul de Pernambuco**. 2012. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2012, 99p.

ANDRADE, M. Espaço e tempo na agroindústria canavieira de Pernambuco. **Estudos Avançados**, São Paulo, 15 (43), 2001, p. 267-280. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9836/11408>. Acesso em: 10 de maio 2020.

ARAUJO, C. Concepções de pobreza – construções vivenciadas: o pensamento das “beneficiárias” do Programa Bolsa Família. *In*: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS QUESTÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO NO SÉCULO XXI, 3., 2007, Maranhão. **Anais [...]**. Maranhão: UFMA, 2007, p. 1-9. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoC/7c4e052840dd2cf441f5Cleonice%20Correia%20Ara%C3%BAjo.pdf>. Acesso em: 10 de maio 2020.

AZEVEDO, F. Diários nacionais. *In*: GONÇALVES, M. (org.). **Enciclopédia do Golpe. O papel da mídia (Vol. 2)**. São Paulo: Editorial Praxis, 2018, p. 45-53.

BARADIT, C. **Práticas discursivas e modos de subjetivação de mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) em contextos rurais. O caso da Zona da Mata Pernambucana**. 2016. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Psicologia) - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), 2016, 133p.

BARADIT, C.; COSTA FERNANDEZ, E. Programa Bolsa Família (PBF) e modos de subjetivação de mulheres beneficiárias na Zona da Mata Sul de Pernambuco. *In*: GRANDO, B.; PEREIRA, L.; CUNHA, T.; FERREIRA, W. (orgs.). **Mulheres, culturas e identidades. Série Mulheres, Territórios e Identidades (Vol. 2)**. Curitiba: Editora CRV, 2018, p. 25-38.

BARTHOLO, L.; PASSOS, L.; FONTOURA, N. **Bolsa Família, autonomia feminina e equidade de gênero: o que indicam s pesquisas nacionais?** Brasília/Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2017, 32p. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8051/1/td_2331.PDF. Acesso em: 10 de maio 2020.

BETTO, F. A fome como questão política. **Estudos Avançados**, São Paulo, 17 (48), 2003, p. 53-61. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v17n48/v17n48a05.pdf>. Acesso em: 10 de maio 2020.

BIROLI, F.; MIGUEL, L.; DUAILIBE, K. O lugar do pobre no jornalismo brasileiro. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO POLÍTICA, 5., 2013, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba: UFPR, 2013, p. 1-25.

Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2013/05/GT08-Jornalismo-politico-FlaviaBiroli.pdf>. Acesso em: 10 de maio 2020.

BRANDÃO, C. Tempos e espaços nos mundos rurais do Brasil. **Revista Ruris**, Campinas, v. 1, n. 1, 2007, p. 37-63. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ruris/article/view/643/511>. Acesso em: 10 de maio 2020.

BRANDEMBURG, A. Do rural tradicional ao rural socioambiental. **Ambiente e Sociedade**, Campinas, v. 13, 2, 2010, p. 417-428. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/asoc/v13n2/v13n2a13.pdf>. Acesso em: 10 de maio 2020.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). **Plano Brasil sem Miséria no seu município**. Brasília: MDS, 2013a, 61p. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cartilha-encontro-prefeitos-final-18022013.pdf. Acesso em: 10 de maio 2020.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Plano Brasil sem Miséria**. Brasília: MDS, 2013b, 16p.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Plano Brasil sem Miséria. Caderno de Resultados 2011-2014**. Brasília: MDS, 2015, 42p. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/brasil_sem_miseria/cadernodegraficosbsm-35anos.pdf. Acesso em: 10 de maio 2020.

BRASIL. Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS). **Caderno de Resultados 2016/2018**. Brasília, 2018, 14p. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/caderno_resultados_2016_2018.pdf. Acesso em: 10 de maio 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania (MC). **Avaliação de implementação do Programa Criança Feliz Relatório Final**. Brasília, 2019, 19p. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/ferramentas/docs/Avaliacao_Implementacao_Programa_Crianca_Feliz_FINAL.pdf. Acesso em: 10 de maio 2020.

CAMARDELO, A. A significação da pobreza a partir dos sujeitos que a vivenciam. *In: SEMINARIO LATINOAMERICANO DE ESCUELAS DE TRABAJO SOCIAL*, 19., 2009, Sao José. **Anais [...]**. San José: Universidad de Costa Rica. 2009, p. 1-11. Disponível em: <http://www.ts.ucr.ac.cr/binarios/congresos/reg/slets/slets-019-283.pdf>. Acesso em: 10 de maio 2020.

CAMARGO, B.; JUSTO, A. **Tutorial para uso do Iramuteq**. Laboratório de Psicologia Social da Comunicação e Cognição (LACCOS), Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). 2016, 18p. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>. Acesso em: 10 de maio 2020.

CAMPELLO, T. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. *In*: CAMPELLO, T.; NERI, M. (orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013, p. 15-24.

CAMPELLO, T.; NERI, M. (orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013, 494p.

CARLOTO, C.; MARIANO, S. No meio do caminho entre o privado e o público: um debate sobre o papel das mulheres na política de assistência social. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 18 (2), 2010, p. 451-471. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ref/v18n2/09.pdf>. Acesso em: 10 de maio 2020.

CARLOTO, C.; MARIANO, S. Empoderamento, trabalho e cuidados: mulheres no Programa Bolsa Família. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 11, n. 2, 2012, p. 258-272. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/article/view/12337/8636>. Acesso em: 10 de maio 2020.

CARTA, M. Jornalismo á brasileira. *In*: GONÇALVES, M. (org.). **Enciclopédia do Golpe. O papel da mídia (Vol. 2)**. São Paulo: Editorial Praxis, 2018, p. 11-16.

CAVALCANTI, B.; VENERIO, C. Uma ponte para o futuro? Reflexões sobre a plataforma política do governo Temer. **RIL Brasília**, Brasília, ano 54, n. 215, jul./set., 2017, p. 139-162. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/54/215/ril_v54_n215_p139. Acesso em: 10 de maio 2020.

COHN, A. Programas de Transferência de Renda e a questão social no Brasil. *In*: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, 8., 2004, Coimbra. **Anais [...]**. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004, p. 1-25. Disponível em: <https://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/acohn.pdf>. Acesso em: 10 de maio 2020.

COSTA FERNANDEZ, E.; BARADIT, C. Subjetividades de beneficiárias do Programa Bolsa Família em contexto rural. **Fractal Revista de Psicologia**, Niterói, n. 31, 2019, p. 35-42. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/fractal/v31n1/1984-0292-fractal-31-01-35.pdf>. Acesso em: 10 de maio 2020.

DANTAS, C; DE OLIVEIRA, I.; YAMAMOTO, O. Psicologia e pobreza no Brasil: produção de conhecimento e atuação do psicólogo. **Revista Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, 22 (1), 2010, p. 104-111. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n1/v22n1a13.pdf>. Acesso em: 10 de maio 2020.

DAVIES, B.; HARRÉ, R. Positioning and Personhood. *In*: HARRÉ, R.; VAN LANGENHOVE, L. (eds.) (1999). **Positioning Theory: Moral Contexts of Intencional Action**. Oxford: Blackwell Publishers Ltd, 1999, p. 32-52.

DAVIES, B.; HARRÉ, R. Posicionamiento: La producción discursiva de la identidad. **Athenea Digital**, Barcelona, n. 2, 2007, p. 242-259. Disponível em: <https://atheneadigital.net/article/viewFile/n12-davies-harre/445-pdf-es>. Acesso em: 10 de maio 2020.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. **O planejamento da pesquisa qualitativa. Teorias e abordagens**. São Paulo: Artmed Editora, 2006. 432p.

DIAS, A. A “nova” questão social e os programas de transferência de renda no Brasil. 2006. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Política Social) - Universidade de Brasília (UnB), 2006, 221p.

DONZELOT, J. **A polícia das famílias**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1980, 179p.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV). **Qual foi o impacto da crise sobre pobreza e distribuição de renda? Sumário Executivo**. 2018, 9p. Disponível em: https://cps.fgv.br/Pobreza_Desigualdade. Acesso em: 10 de maio 2020.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES (FUG). **Uma Ponte para o Futuro**. 2015, 19p. Disponível em: <https://www.fundacaoulysses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 10 de maio 2020.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES (FUG). **A Travessia Social**. 2016, 20p. Disponível em: https://complemento.veja.abril.com.br/pdf/travessia%20social%20-%20pmdb_livreto_pnte_para_o_futuro.pdf. Acesso em: 10 de maio 2020.

GADELHA, S. Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e empreendedorismo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, vol. 34, n. 2, 2009, p. 171-186. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8299/5537>. Acesso em: 10 de maio 2020.

GERGEN, K. **Realidades y relaciones: aproximaciones a la construcción social**. Barcelona: Paidós Básica, 1996, 280p.

HAMASAKI, C.; ARAUJO, T. Mercado de trabalho e emprego na Zona da Mata de Pernambuco. **Economia, Negócios e Finanças**, ano 1, n. 1, jul./dez., 2002, p 81-93. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/4849/4849.PDF>. Acesso em: 10 de maio 2020.

HARRÉ, R. The discursive production of selves. **Theory and Psychology**, vol. 1 (1), 1991, p. 51-63.

HARRÉ, R.; VAN LANGENHOVE, L. Varieties of Positioning. **Journal for The Theory of Social Behaviour**, 21:4, 1999a, p. 393-407.

HARRÉ, R.; VAN LANGENHOVE, L. Reflexive Positioning: Autobiography. *In*: HARRÉ, R.; VAN LANGENHOVE, L. (eds.). **Positioning Theory: Moral Contexts of Intencional Action**. Oxford: Blackwell Publishers Ltd, 1999b, p. 60-73.

HARRÉ, R.; VAN LANGENHOVE, L. (eds.). **Positioning Theory: Moral Contexts of Intencional Action**. Oxford: Blackwell Publishers Ltd, 1999c, p. 14-31.

HARRÉ, R. ET. AL. Recent Advances in Positioning Theory. **Theory and Psychology**, vol. 19 (1), 2009, p. 5-31.

HENN, I. Agroecologia e relações de gênero em projeto societário. *In*: NEVES, D; MEDEIROS, L. (orgs.) **Mulheres camponesas: trabalho produtivo e engajamentos políticos**. Niterói: Alternativa, 2013, p. 65-88.

HERNÁNDEZ, R. **Metodología de la investigación**. México DF: Editorial Mc Graw Hill Interamericana, 1998, 705p.

HOWIE, D. Preparing for Positive Positioning. *In*: HARRÉ, R.; VAN LANGENHOVE, L. (eds.). **Positioning Theory: Moral Contexts of Intencional Action**. Oxford: Blackwell Publishers Ltd, 1999, p. 53-59.

JANNUZZI, P.; PINTO, A. Bolsa Família e seus impactos nas condições de vida da população brasileira: uma síntese dos principais achados da pesquisa de Avaliação de Impacto do Bolsa Família II. *In*: CAMPELLO, T.; NERI, M. (orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013, p. 179-192.

JÚNIOR, H.; JAIME, P.; LIMA, A. O papel do setor saúde no Programa Bolsa Família: histórico, resultados e desafios para o Sistema Único de Saúde. *In*: CAMPELLO, T.; NERI, M. (orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013, p. 93-108.

JÚNIOR, J. Partidarismo mediático. *In*: GONÇALVES, M. (org.). **Enciclopédia do Golpe. O papel da mídia (Vol. 2)**. São Paulo: Editorial Praxis, 2018, p. 178-188.

JÚNIOR, J.; SASSARA, L. Corrupção, escândalos e a cobertura mediática da política. **Novos Estud. Cebrap**, São Paulo, v.35.02, 2016a, p. 205-225. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/v35n2/1980-5403-nec-35-02-205.pdf>. Acesso em: 10 de maio 2020.

JÚNIOR, J.; SASSARA, L. O terceiro turno de Dilma Rousseff. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 40, n. especial, 2016b, p. 176-185. Disponível em:

<https://www.scielo.br/pdf/sdeb/v40nspe/0103-1104-sdeb-40-spe-0176.pdf>. Acesso em: 10 de maio 2020.

KLEIN, C.; MEYER, D.; BORGES, Z. Políticas de inclusão social no Brasil contemporâneo e educação da maternidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 150, 2013, p. 906-923. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/v43n150/09.pdf>. Acesso em: 10 de maio 2020.

MAGALHÃES ET. AL. Entre o conformismo e o sonho: percepções de mulheres em situação de vulnerabilidade social à luz das concepções de Amartya Sen. **Physis Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 21 (4), 2011, p. 1493-1514. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/physis/v21n4/a16v21n4.pdf>. Acesso em: 10 de maio 2020.

MALET, R. Education comparée. In: RAYOU, P.; VAN ZANTEN, A. (eds.). **Les 100 mots pour l'éducation**. Paris: PUF, Que sais-je?, 2011, 113p.

MATTEI, L. A política agrária e os retrocessos no governo Temer. **Revista OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa, v. 12, n. 2, 2018, p. 293-307. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/331085397_A_POLITICA_AGRARIA_E_OS_RETROCESSOS_DO_GOVERNO_TEMER. Acesso em: 10 de maio 2020.

MEDRADO, B. Das representações aos repertórios: uma abordagem construcionista. **Psicologia & Sociedade**, 10 (1), jan./jun., 1998, p. 86-103.

MEYER, D. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. **Revista Gênero**, Niterói, v. 6, n. 1, 2005, p. 81-104. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/revistagenero/article/view/31010/18099>. Acesso em: 10 de maio 2020.

MILLER, P.; ROSE, N. **Governando o presente. Gerenciamento da vida econômica, social e pessoal**. São Paulo: Editora Paulus, 2012, 283p.

MUNDIM, P.; GRAMACHO, W.; PINTO, A. Razão e emoção: reações ao estado das economia e aprovação do governo federal. **Opinião Pública**, Campinas, v. 24, n. 1, jan./abr., 2018, p. 90-113. Disponível em: <https://www.periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8652280/17934>. Acesso em: 10 de maio 2020.

NASCIMENTO, P.; LUNKES, A. Saúde, cuidado e vínculo familiar: Apontamentos iniciais sobre o Programa Criança Feliz em Rio Tinto/Paraíba, Nordeste do Brasil. In: REUNIÃO DE ANTROPOLOGIA DO MERCOSUL, 12., 2019, Porto Alegre. **Anais [...]**. Porto Alegre: UFRGS, 2019, p. 1-20. Disponível em: <http://www.ram2019.sinteseeventos.com.br/arquivo/downloadpublic?q=YToyOntzOjY6InBhcmFtcyI7czoZNDoiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUiFVSZPIjtzOjM6Ijc5MiI7fSI7czoXOiJoIjtzOjMyOiI5YzcxN2FhNzQ0YmRkYjQ4YmFiOWExM2Q1ZTgwMjU2YSI7fQ%3D%3D>. Acesso em: 10 de maio 2020.

NASSIF, M. Carta ao futuro em tempos de horror. *In*: GONÇALVES, M. (org.). **Enciclopédia do Golpe. O papel da mídia (Vol. 2)**. São Paulo: Editorial Praxis, 2018, p. 5-10.

PAIVA, L., FALCÃO, T.; BARTHOLO, L. Do Bolsa Família ao Brasil sem Miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da extrema pobreza. *In*: CAMPELLO, T.; NERI, M. (orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013, p. 25-46.

PARRY SCOTT, R. Família, gênero e saúde na Zona da Mata de Pernambuco. *In*: PARRY SCOTT, R. **Famílias brasileiras. Poderes, desigualdades e solidariedades**. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2011, p. 183-206.

PAUGAM, S. **A desqualificação social. Ensaio sobre a nova pobreza**. Porto: Porto Editora, Coleção Educação e Trabalho Social, 2003, 207p.

PAUGAM, S. **Formas elementales de la pobreza**. Madrid: Alianza Editorial, 2007, 302p.

PORTELLA, M. **Na sombra do agronegócio: sistemas agroflorestais na Zona da Mata pernambucana**. 2011. Dissertação (Programa de Pós-graduação em Sociologia) - Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2011, 175p.

POTTER, J. **La representación de la realidad. Discurso, retórica y construcción de la realidad**. Barcelona: Ediciones Paidós Ibérica, 1998, 319p.

POTTER, J. Hacer que la psicología sea relevante. **Revista Discurso y Sociedad**, vol. 2 (1), 2008, p. 186-200. Disponível em: [http://www.dissoc.org/ediciones/v02n01/DS2\(1\)Potter.pdf](http://www.dissoc.org/ediciones/v02n01/DS2(1)Potter.pdf). Acesso em: 10 de maio 2020.

POTTER, J.; WETHERELL, M.; GILL, R.; EDWARDS, D. Discourse: noun, verb or social practice? **Philosophical Psychology**, vol. 3, n. 4, 1990, p. 205-217.

POTTER, J.; WETHERELL, M. **Discourse and Social Psychology. Beyond attitudes and behavior**. London: Sage Publications, 1992, 216p.

PROCACCI, G. Social economy and the government of poverty. *In*: BURCHEL, G.; GORDON, C.; MILLER, P. **The Foucault effect. Studies in Governmentality**. Chicago: The University of Chicago Press. 1991, p. 151-168.

PUELLO-SOCARRÁS, J.; GUNTURIZ, M. Social-neoliberalismo? Organismos multilaterales, crisis global y programas de transferencia monetaria condicionada. **Política y Cultura**, México DF, n. 40, 2013, p. 29-54. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/267/26728947003.pdf> Acesso em: 10 de maio 2020.

RAMOS, C. **La producción de la pobreza como objeto de gobierno**. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2016, 402p.

REGNAULT, E. **L'éducation comparée entre mesure et culture. Approche pragmatique et approche compréhensive**. Paris: l'Harmattan, Coll. Education Compare, 2017, 180 p.

REGO, W.; PINZANI, A. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania**. São Paulo: Editora UNESP, 2014, 256p.

RODRIGUES, M.; ROLLO, P. **Estudo de caso: O mercado de terras rurais na região da Zona da Mata de Pernambuco, Brasil**. Cepal, Série Desarrollo Productivo, v. 2, n. 92, 2002, 61p.

ROJAS, C. Governar la extrema pobreza: un análisis del dispositivo de intervención Chile Solidario-Puente. In: LEMM, V. (ed.). **Michel Foucault: neoliberalismo y biopolítica**. Santiago: Ed. Univ. Diego Portales, 2010, p. 51-84.

ROQUE, D.; FERREIRA, M. O que realmente importa em programas de transferência condicionada de renda? Abordagens em diferentes países. **Saúde Soc**. São Paulo, v. 24, n. 4, 2015, p. 1193-1207. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sausoc/v24n4/1984-0470-sausoc-24-04-01193.pdf>. Acesso em: 10 de maio 2020.

ROSE, N. **Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998, 308p.

SÁNCHEZ, L.; MARTÍNEZ, L.; RICO, F. Psicologia, identidade e política nas tecnologias de governo liberais. **Psicologia & Sociedade**, Belo Horizonte, 18 (1), 2006, p. 7-14. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n1/a02v18n1.pdf>. Acesso em: 10 de maio 2020.

SANTOS, B. Terrorismo econômico. In: GONÇALVES, M. (org.). **Enciclopédia do Golpe. O papel da mídia (Vol. 2)**. São Paulo: Editorial Praxis, 2018, p. 226-230.

SANTOS, C.; MAGALHÃES, R. Pobreza e Política Social: a implementação de programas complementares do Programa Bolsa Família. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 17 (5), 2012, p. 1215-1224. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v17n5/a15v17n5.pdf>. Acesso em: 10 de maio 2020.

SANTOS, L. ET. AL. Os impactos das reformas no “governo Temer” para as políticas sociais. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICAS SOCIAIS, 2., 2017, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina. 2017, p. 1-10. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180129>. Acesso em: 10 de maio 2020.

SEGURADO, R. ET. AL. Impeachment de Dilma Rousseff e debate no Twitter. **Aurora: Revista de Arte, Mídia e Política**, São Paulo, v. 9, n. 30, 2017, p. 200-224. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/aurora/article/view/36196/24883>. Acesso em: 10 de maio 2020.

SILVA, M. O Bolsa Família: problematizando questões centrais na política de transferência de renda no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, 12 (6), 2007, p. 1429-1439. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/csc/v12n6/v12n6a04.pdf>. Acesso em: 10 de maio 2020.

SOLANO, E.; ORTELLADO, P.; MORETTO, M. **2016 o ano da polarização?** Fundação Friedrich Ebert Stiftung Brasil, Análise, n. 22, 2017, 19p. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/13249.pdf>. Acesso em: 10 de maio 2020.

SOUZA, J. **Ralé brasileira. Quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009, 484p.

SOUZA, G.; SOARES, M. Contrarreformas e recuo civilizatório: um breve balanço do governo Temer. **Ser Social**, Brasília, n. 44, jan./jun., 2019, p. 11-28. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/download/23478/21169/. Acesso em: 10 de maio 2020.

SOUZA, P.; OSÓRIO, R. O perfil da pobreza no Brasil, e suas mudanças entre 2003 e 2011. *In*: CAMPELLO, T.; NERI, M. (orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013, p. 139-156.

SPOSATI, A. Transitoriedade da felicidade da criança brasileira. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 130, set./dez., 2017, p. 526-546. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n130/0101-6628-sssoc-130-0526.pdf>. Acesso em: 10 de maio 2020.

TESTA, M. ET. AL. Análise da contribuição do Programa Bolsa Família para o enfrentamento da pobreza e a autonomia dos sujeitos beneficiários. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 47 (6), 2013, p. 1519-1541. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rap/v47n6/09.pdf>. Acesso em: 10 de maio 2020.

TRIVIÑOS, A. **Introdução a pesquisa qualitativa em ciências sociais. A pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Editora Atlas. 1987, 175p.

UGÁ, V. A categoria “pobreza” nas formulações de política social do Banco Mundial. **Rev. Sociol. Polít.**, Curitiba, 23, 2004, p. 55-62. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rsocp/n23/24621.pdf>. Acesso em: 10 de maio 2020.

VALLES, M. **Técnicas cualitativas de investigación social**. Madrid: Editorial Síntesis, 2003, 430p.

VAN LANGENHOVE, L.; HARRÉ, R. Introducing Positioning Theory. *In*: HARRÉ, R.; VAN LANGENHOVE, L. (eds.). **Positioning Theory: Moral Contexts of Intencional Action**. Oxford: Blackwell Publishers Ltd, 1999a, p. 14-31.

VIANNA, M. A nova política social no Brasil: uma prática acima de qualquer suspeita teórica? **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v.18, n.1. 2008, p. 1-24. Disponível em: <http://www.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermelha/article/view/40/25>. Acesso em: 10 de maio 2020.

WANDERLEY, M. A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas – o “rural” como espaço singular e ator coletivo. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 15, 2000, p. 87-145. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/178/174>. Acesso em: 10 de maio 2020.

WANDERLEY, M. Olhares sobre o rural brasileiro. **Raíces**, v. 23, n. 1 e 2, jan./dez., 2004, p. 82-98.

WANDERLEY, M. O mundo rural brasileiro: Acesso a bens e serviços e integração campo-cidade. **Estud. Soc. Agric.**, Rio de Janeiro, v. 17, n.1, 2009, p. 60-85. Disponível em: <https://revistaesa.com/ojs/index.php/esa/article/view/308/304>. Acesso em: 10 de maio 2020.

WANDERLEY, M. O campesinato brasileiro: Uma história de resistência. **RESR**, Brasília, v. 52, Supl. 1, 2014, p. 25-44. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/resr/v52s1/a02v52s1.pdf>. Acesso em: 10 de maio 2020.

WETHERELL, M.; POTTER, J. El análisis del discurso y la identificación de repertorios interpretativos. *In*: GORDO, A.; LINAZA, J. (orgs.) **Psicologías, discursos y poder**. Editora Visor: Madrid, 1996, p. 63-78.

WIGGIN, S.; POTTER, J. Discursive psychology. *In*: WILLIG, C.; ROGERS, W. **Sage Handbook of Qualitative Research in Psychology**. London: Sage Publications, 2008, p. 73-90.

WOORTMANN, K. “Com parente não se negueia”: O campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, Brasília n. 87, 1990, p. 11-73. Disponível em: http://www.dan.unb.br/images/pdf/anuario_antropologico/Separatas1987/anuario87_woortmann.pdf. Acesso em: 10 de maio 2020.

APÊNDICE A - MODELO TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

Convidamos a Sra. para participar como voluntária da pesquisa “Repertórios interpretativos sobre o Programa Bolsa Família: Análise do período 2015-2018 através da mídia e voz das beneficiárias da Zona da Mata Sul de Pernambuco”, vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFPE. O estudo está sobre a responsabilidade do pesquisador Claudio Baradit, com endereço em Rua Alto da Bela Vista 51, Tamandaré, CEP: 55578-000, email: baradit.claudio@gmail.com, Telefone (81) 983575294 (incluindo ligações a cobrar). A pesquisa está sobre a orientação da Dra. Elaine Costa Fernandez, endereço Avenida Prof. Moraes Rego, s/n, Cidade Universitária, Recife – Programa de Pós-Graduação em Psicologia/UFPE, email: elainef@free.fr, Telefone (81) 21268730.

Caso este Termo de Consentimento contenha informações que não lhe sejam compreensíveis, as dúvidas podem ser tiradas com a pessoa que está lhe entrevistando e apenas ao final, quando todos os esclarecimentos forem dados, caso concorde com a realização do estudo, pedimos que rubriche as folhas e assine ao final deste documento, que está em duas vias, uma via lhe será entregue e a outra ficará com o pesquisador. Caso não concorde não haverá penalização, bem como será possível retirar o consentimento a qualquer momento, também sem qualquer penalidade.

A pesquisa tem por objetivo conhecer as formas de vida das famílias das zonas rurais e compreender o papel do Bolsa Família na sua vida e da sua família. Para isto se lhe convida a participar em entrevistas individuais que serão feitas pelo pesquisador durante o primeiro semestre do ano 2018. As entrevistas serão gravadas através de um reprodutor de mp3. O material decorrente desses registros será arquivado no Laboratório de Interação Social Humana (LABINT) do Departamento de Psicologia da UFPE, localizado na Av. Professor Moraes Rego, s/n, Cidade Universitária, Recife – PE, sob a responsabilidade da professora Dra. Elaine Costa Fernandez, orientadora da pesquisa, durante o período de cinco anos, sendo destruído após este tempo. Também será guardada uma cópia do material no computador pessoal do pesquisador principal, Claudio Baradit.

Enquanto a possíveis riscos na pesquisa, poderiam existir algumas situações de constrangimento, devido à revelação de informações da vida pessoal, mas este risco será amenizado com a realização de entrevistas individuais em um ambiente emocional e físico de confiança e confidencialidade. Sobre os benefícios da pesquisa, ela pode ser uma oportunidade para que os participantes expressem suas experiências, sendo elas valorizadas em um ambiente de confiança, não julgamento e interesse. Também, o fato de dar a conhecer sua experiência pode trazer, no futuro, através dos resultados da pesquisa, uma melhoria nos programas sociais que atuam no território.

Todas as informações desta pesquisa serão confidenciais e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos participantes, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre a sua participação. Nada lhe será pago e nem será cobrado para participar desta pesquisa, pois a aceitação é voluntária, mas fica também garantida a indenização em casos de danos, comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, conforme decisão judicial ou extra-judicial.

Se houver necessidade, as despesas para a sua participação serão assumidas pelos pesquisadores (ressarcimento de transporte e alimentação). Em caso de dúvidas relacionadas

aos aspectos éticos deste estudo, você poderá consultar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da UFPE no endereço: Avenida da Engenharia s/n –1º Andar, sala 4 - Cidade Universitária, Recife-PE, CEP: 50740-600, Telefone (81) 21268588, email: cepccs@ufpe.br.

Assinatura do Pesquisador

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO VOLUNTÁRIA

Eu, _____, CPF _____, abaixo assinado, após a leitura (ou a escuta da leitura) deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar e ter esclarecido as minhas dúvidas com o pesquisador responsável, concordo em participar do estudo “Repertórios interpretativos sobre o Programa Bolsa Família: Análise do período 2015-2018 através da mídia e voz das beneficiárias da Zona da Mata Sul de Pernambuco” como voluntária. Fui devidamente informada e esclarecida pelo pesquisador sobre a pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. Foi-me garantido que posso retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isto leve a qualquer penalidade.

Local e data: _____

Assinatura do Participante: _____

Presenciamos a solicitação de consentimento, esclarecimentos sobre a pesquisa e o aceite da voluntária em participar (02 testemunhas não ligadas à equipe de pesquisadores):

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura: